

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG

Instituto de Geociências – IGC

Programa de Pós-graduação em Geografia

**O Lugar da Mulher Haitiana na Imigração para a Região  
Metropolitana de Belo Horizonte**

**KÁREN C. F. GUEDES ALBINO**

BELO HORIZONTE

2019

**KÁREN C. F. GUEDES ALBINO**

**O Lugar da Mulher Haitiana na Imigração para a Região  
Metropolitana de Belo Horizonte**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia

Orientador: Prof. Dr. Weber Soares.

**BELO HORIZONTE**

**2019**

A336I  
2019

Albino, Káren Cristina de Fátima Guedes.  
O lugar da mulher haitiana na imigração para a região metropolitana de Belo Horizonte [manuscrito] / Káren Cristina de Fátima Guedes Albino. – 2019.  
215 f., enc.: il. (principalmente color.)

Orientador: Weber Soares.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais,  
Departamento de Geografia, 2019.  
Área de concentração: Organização do Espaço.  
Bibliografia: f. 179-198.  
Inclui anexos.

1. Migração – Teses. 2. Imigrantes – Belo Horizonte – Teses. 3. Haiti – Teses. 4. Etnologia – Belo Horizonte – Teses. 5. Fenomenologia – Teses. I. Soares, Weber. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Departamento de Geografia. III. Título.

CDU: 325(815.1)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



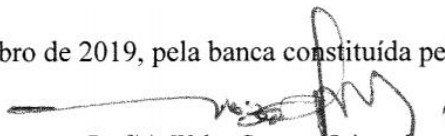
## FOLHA DE APROVAÇÃO

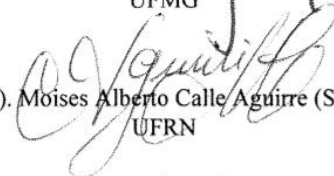
**O Lugar da Mulher Haitiana na Imigração para a Região Metropolitana de Belo Horizonte**

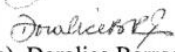
**KÁREN CRISTINA DE FÁTIMA GUEDES ALBINO**

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em GEOGRAFIA, como requisito para obtenção do grau de Mestre em GEOGRAFIA, área de concentração ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO.

Aprovada em 11 de outubro de 2019, pela banca constituída pelos membros:

  
Prof(a). Weber Soares - Orientador  
UFMG

  
Prof(a). Moises Alberto Calle Aguirre (Skype)  
UFRN

  
Prof(a). Doralice Barros Pereira  
UFMG

Belo Horizonte, 11 de outubro de 2019.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



## ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DA ALUNA KÁREN CRISTINA DE FÁTIMA GUEDES ALBINO


Realizou-se, no dia 11 de outubro de 2019, às 14:00 horas, Sala 334 - IGC/UFMG, da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de dissertação, intitulada *O Lugar da Mulher Haitiana na Imigração para a Região Metropolitana de Belo Horizonte*, apresentada por KÁREN CRISTINA DE FÁTIMA GUEDES ALBINO, número de registro 2017663160, graduada no curso de GEOGRAFIA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em GEOGRAFIA, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Weber Soares - Orientador (UFMG), Prof(a). Moises Alberto Calle Aguirre (UFRN), Prof(a). Doralice Barros Pereira (UFMG).

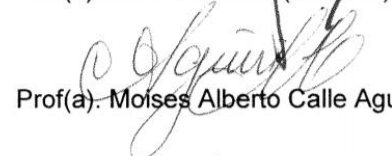
A Comissão considerou a dissertação:

Aprovada

Reprovada

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.  
Belo Horizonte, 11 de outubro de 2019.

  
Prof(a). Weber Soares ( Doutor )

  
Prof(a). Moises Alberto Calle Aguirre ( Doutor ) (Skype)

  
Prof(a). Doralice Barros Pereira ( Doutora )

## AGRADECIMENTOS

Me mudei para Belo Horizonte no final de 2013 e, devido aos imperativos da vida, me voltei a atividades profissionais que, embora se beneficiassem dos meus conhecimentos geográficos, pouco tinham a ver com aquilo que eu estudara e almejava durante a graduação. Durante esse tempo, nas poucas vezes em que transitei próxima ao campus Pampulha da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), eu admirava a paisagem com certa melancolia, me recordando dos sonhos que criara durante a graduação na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), mas que foram abandonados em meio ao desenrolar da vida... Naquela época, sempre me era recorrente o pensamento derrotista de que eu jamais daria continuidade aos meus estudos, sobretudo em uma universidade de tamanho prestígio na capital.

Não sei ao certo definir como foi trilhado o caminho que me fez adquirir coragem para tentar ingressar no mestrado, mas me lembro com clareza de sentir insegurança e medo quando o fiz, afinal, eu tinha a certeza de que não seria aprovada em virtude do longo tempo em que me afastei da academia. A aprovação me pegou de surpresa e, apesar do choque, não tenho dúvidas de que aquele foi um dos momentos em que eu mais me senti feliz e orgulhosa em toda a minha vida.

Graças à bolsa de estudo oferecida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pude, finalmente, voltar à academia e me dedicar integralmente à pesquisa, cujos resultados aqui apresento. A esta instituição incrível a qual, infelizmente, a cada dia, se vê mais ameaçada pelo (des)governo e pelas elites políticas e econômicas que têm o projeto de sucatear o ensino público de qualidade, meus mais sinceros agradecimentos.

Agradeço ao Programa de Pós-graduação do Instituto de Geociências (IGC) e à UFMG por terem feito parte deste sonho e por terem me fornecido, a despeito das diversas limitações orçamentárias imprimidas pela política, o prazer do acesso ao campus e às suas instalações. Na universidade tive a oportunidade de conhecer colegas, professores e profissionais incríveis, e foi também neste espaço em que pude participar de atividades, cursos e eventos fundamentais para o meu crescimento acadêmico e pessoal.

Agradeço aos meus amigos do mestrado, sobretudo às queridas Solimar, Denise, Gabi, Bruninha e Lívia com quem aprendi tanto sobre Geografia e sororidade. Eduardo,

Lobato e Túlio, vocês também foram fundamentais e queridos nessa jornada, por isso, muito obrigada! Foram muitas as pessoas com quem convivi, aprendi e cresci ao longo das disciplinas que cursei, portanto, a elas, gratidão!

A todos os professores do IGC e dos demais cursos pós-graduação onde cursei cadeiras, obrigada pelo convívio e aprendizado! Agradeço especialmente aos professores Dra. Valéria de Oliveira Roque Ascensão e Dr. Geraldo Magela Costa pela compreensão e delicadeza com que me trataram durante um período emocionalmente difícil. À professora Dra. Doralice Barros Pereira, o meu mais sincero obrigada pelo seu interesse em minha pesquisa e por se mostrar sempre solícita e gentil. Por fim, ainda no campo dos docentes, gratidão à professora Dra. Fernanda Cimini Salles, do Departamento de Economia, que não poupou esforços para me fazer sentir acolhida e integrada às suas aulas, bem como à professora Dra. Érica Renata de Souza, do Departamento de Antropologia e Arqueologia, com quem tanto aprendi sobre questões de gênero e humanidade.

Agradeço especialmente ao meu orientador, o professor Dr. Weber Soares, que, diferente do que tantos outros colegas vivenciaram na pós-graduação, sempre foi gentil, humano, compreensivo, solícito e cordial durante o nosso convívio. Foi uma oportunidade incrível trabalhar com um profissional tão inteligente, íntegro e dedicado e, por isso, sei que devo muito a você pela sensação satisfatória de dever cumprido que carregou.

Agradeço à minha família, especialmente aos meus pais, Paulo e Neire Márcia, por terem me permitido trilhar esse caminho de estudos e conhecimentos que me fez chegar a este ponto da vida acadêmica. De fato, as cobranças e os incentivos lograram êxito! Aos meus irmãos, cunhadas, sobrinha, tios, tias, primos, primas e avós, o meu mais sincero obrigada por existirem e compreenderem as minhas ausências. Gratidão especial à minha avó Zoraida Guedes Junqueira (*in memoriam*), professora e matriarca, cujo exemplo ainda reverbera depois de tantos anos da nossa separação física.

Construir uma nova vida em uma nova cidade é uma tarefa difícil e extenuante, que só pode ser amenizada com o apoio de amigos – e, felizmente, eu tive a oportunidade de fazê-los, mesmo em meio à correria do dia a dia. Agradeço, portanto: à Malu, melhor pessoa que eu poderia ter encontrado para poder dividir uma casa e uma vida; ao Lucas e ao Márcio, as pessoas mais diferentes de mim com quem já convivi e com quem eu mais pude contar ao longo dos últimos anos; ao Pablo, amigo quase onipresente nos momentos de alegria e de tristeza; à Lorenza, à Selma e ao Rômulo, antigos colegas de trabalho que se tornaram verdadeiros e queridos amigos; à minha terapeuta, Sandra Perez, que além de

profissional incrível se tornou uma espécie de anjo da guarda na minha vida; às bruxas consanguíneas Paula e Laura Berbert, que, como sempre, foram presentes, solícitas e cuidadosas; ao incrível Jude Civil, comunicador social haitiano que me inspirou e ajudou em momentos cruciais desta pesquisa e que me ajudou na tradução do resumo deste trabalho para o Crioulo Haitiano; aos demais queridos haitianos e haitianas que contribuíram com este trabalho, cujos nomes, infelizmente, terei que suprimir para que não sejam identificados e expostos – vocês foram fundamentais e serei eternamente grata pela oportunidade de aprender sobre suas vidas, sobre a sua cultura e sobre mim mesma ao longo do nosso convívio; aos meus antigos e queridos amigos de Uberlândia e de outras cidades, os quais, mesmo à distância, se mantiveram presentes; ao Vicente, porteiro do meu prédio, por nunca me negar um sorriso e um sábio conselho; ao Pitoco, ao Safadão e à Malu Gato, meus filhos-bichos, que em vários momentos foram fundamentais à minha sanidade, bem estar e afetividade.

Por fim, agradeço à Coraline, minha inesperada e bem vinda filha, que se tornou a razão do meu existir. Finalizar este mestrado em meio ao mal estar inerente à gestação e ao puerpério não foi tarefa fácil, mas, sem dúvidas, isso só foi possível porque você se tornou a minha maior motivação para seguir em frente.

Deus e espiritualidade: gratidão, gratidão e gratidão.



*“[...] Y así ha sido desde siempre, desde el infinito*

*Fuimos la gota de agua, viajando en el meteorito*

*Cruzamos galaxias, vacío, milenios*

*Buscábamos oxígeno, encontramos sueños*

*[...] Somos una especie en viaje*

*No tenemos pertenencias, sino equipaje*

*Nunca estamos quietos, somos*

*trashumantes*

*Somos padres, hijos, nietos y bisnietos de inmigrantes*

*Es más mío lo que sueño, que lo que toco*

*Yo no soy de aquí, pero tú tampoco*

*Yo no soy de aquí, pero tú tampoco*

*De ningún lado del todo y,*

*De todos lados un poco*

*Lo mismo con las canciones*

*Los pájaros, los alfabetos*

*Si quieres que algo se muera*

*Déjalo quieto”*

*(Movimiento – Jorge Drexler)*

## **RESUMO**

Após o terremoto que devastou e causou milhares de mortes no Haiti em 2010, o número de haitianos que deixaram o seu país e vieram para o Brasil a fim de tentar uma vida melhor aumentou consideravelmente. Neste contexto, a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) emerge como um polo atrativo destes imigrantes devido a redes, lugares e territórios que eles próprios têm constituído na última década. Por outro lado, ao longo desta pesquisa, pude perceber que a situação de inserção social da mulher haitiana no novo contexto metropolitano tem se dado de forma muito menos intensa e efetiva, se comparada à dos homens. Dessa forma, o objetivo geral deste trabalho é analisar as relações de gênero existentes entre os imigrantes haitianos que vivem na RMBH, de forma a compreender se têm havido mudanças nessas relações durante o processo migratório e fixação nesta metrópole e, por fim, se essas eventuais mudanças têm permitido às mulheres haitianas seu empoderamento, a construção dos seus lugares de emancipação e a conquista de direitos no contexto belo-horizontino. Para a consecução destes objetivos, lancei mão de incursões etnográficas orientadas pelos métodos fenomenológico-geográfico e História Oral.

**Palavras-chave:** imigração haitiana, gênero, Belo Horizonte, etnografia, fenomenologia.

## **ABSTRACT**

After the earthquake that devastated and caused thousands of deaths in 2010 in Haiti, the number of Haitians who had to leave their country and come to Brazil to try a better life has increased considerably. In this context, the Metropolitan Region of Belo Horizonte (RMBH) emerges as an attractive pole for these immigrants due to the networks, places and territories that themselves have constituted in the last decade. On the other hand, throughout this research, I realized that the situation of social integration of Haitian women in the new metropolitan context has been much less intense and effective, if compared to Haitian men's situation. Thus, the general objective of this Master's dissertation is: to analyze the existing gender relations among the Haitian immigrants living in the RMBH, in order to understand if there have been changes in these relations during the migratory process and fixation of these immigrants in the metropolis, and understand if these changes have allowed the Haitian women to acquire their empowerment, to build their places of emancipation and to conquer their rights in RMBH. To achieve these objectives, I made ethnographic incursions guided by the phenomenological-geographical and Oral History methods.

**Key words:** Haitian immigration, gender, Belo Horizonte, ethnography, phenomenology.

## RÉSUMÉ

Après le séisme qui a dévasté l'Haïti et a causé des milliers de morts en 2010, le nombre d'Haïtiens qui ont quitté leur pays et est venu au Brésil pour tenter une meilleure vie a augmenté considérablement. Dans ce contexte, la région métropolitaine de Belo Horizonte (RMBH) apparaît comme un pôle attractif de ces immigrants en raison des réseaux, des lieux et des territoires qu'eux-mêmes ont constitués au cours de la dernière décennie. D'autre part, tout au long du développement de cette recherche, j'ai pu constater que la situation d'intégration sociale des femmes haïtiennes dans le nouveau contexte métropolitain était moins intense et efficace que celle des hommes. L'objectif général de cette étude est d'analyser les relations de genre existant entre les immigrants haïtiens vivant dans la RMBH, afin de comprendre s'il ya eu des changements dans ces relations au cours du processus de migration et de fixation dans cette métropole et, enfin, si ces changements ont permis aux femmes haïtiennes de conquérir leur autonomisation, de construire leurs lieux d'émancipation et de faire valoir leurs droits. Pour atteindre ces objectifs, j'ai utilisé des incursions ethnographiques guidées par les méthodes phénoménologiques-géographiques et l'Histoire Orale.

**Mots-clés:** immigration haïtienne, genre, Belo Horizonte, ethnographie, phénoménologie.

## **REZIME**

Aprè tranbleman de tè ki te devaste Ayiti ki lakoz plizyè milye moun mouri an 2010, kantite ayisyen ki kite peyi a pou vini Brezil ogmante anpil pou chache lavi miyò. Se nan kontèks sa Rejyon Metwopolitèn Belo Horizonte (RMBH) vini kòm yon sektè ki atire imigran sa yo akòz rezo, espas ak teritwa ke yo menm te konstwi pandan dènye 10 lane yo. An menm tan, ou kapab wè pandan rechèch sa, sitiyasyon adaptasyon sosyal fanm ayisyèn nan nouvo kontèks metropolitèn lan fèt yon fason avek mwens entansite ak mwens efikas an konparezon ak gason yo. Nan sans sa, objektif jeneral travay sa se analize relasyon kategori fanm ak gason ki egziste nan mitan imigran ayisyen yo ki ap viv RMBH, pou konprann si gen chanjman ki fèt nan relasyon ssa yo pandan pwosesis migrasyon ak integrasyon nan region metwopolitèn sa, pou tèmine, si chanjman resan sa yo pèmèt fanm yo gen otonomi yo, yon epas pou konstwi endepandan, libète avek dwa yo sitiyasyon nan belo horizonte. Pou reyisi objektif sa yo, mw te fè yon etid etnografik oryante pa metòd fenomelojik geografik avek istwa oral.

**Mo kle:** imigrasyon ayisyen, sèks, Belo Horizonte, ètnografi, fenomenoloji.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

AIDS – *Acquired Immunodeficiency Syndrome* (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida)

AP – *Associated Press*

BAI – *Bureau des Avocats Internationaux* (em português: Gabinete de Advogados Internacionais)

CAM – Centro de Atendimento ao Migrante

CDC – Centros para Controle de Doenças dos EUA

Ceasa – Centrais Estaduais de Abastecimento

CEDAW – *Committee on the Elimination of Discrimination against Women* (Comitê para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher)

CEFET – Centro Federal Tecnológico

COEP - Comitê de Ética em Pesquisa

DSTs – Doenças Sexualmente Transmissíveis

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

EUA – Estados Unidos da América

FIFA - *Fédération Internationale de Football Association*

Flacso - Faculdade Latino-Americana de Ciências

HIV – *Human Immunodeficiency Virus* (Vírus da Imunodeficiência Humana).

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IGC – Instituto de Geociências

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LGBTQ+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Queer + outros

MEC – Ministério da Educação

MINUSTAH - *Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti* (Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti)

MG – Estado de Minas Gerais

MJ - Ministério da Justiça

MSF – *Medecins sans Frontieres* (Médicos sem Fronteiras)

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

MTPS - Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS)

OEA - Organização dos Estados Americanos

OFFRA – *Office Français de Protection des Réfugiés et Apatrides* (em português: Escritório Francês de Proteção de Refugiados e Apátridas)

OIM - Organização Internacional para as Migrações

ONGs - Organizações Não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PUC – Pontifícia Universidade Católica

RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte

RNE – Registro Nacional de Estrangeiro

SISU – Sistema de Seleção Unificada

SJMR – Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados de Belo Horizonte

SUS – Sistema Único de Saúde

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UFU – Universidade Federal de Uberlândia

UNCTAD - *United Nations Conference on Trade and Development* (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento)

UNESCO – *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)

UF – Unidade Federativa

VSN - Voluntários da Segurança Nacional (guarda haitiana)

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Passagem de Windward (Canal de Barlavento) .....	62
Figura 2 – Rota 1 da migração haitiana para a RMBH.....	74
Figura 3 – Rota 2 da migração haitiana para a RMBH.....	75
Figura 4 - Rota 3 da migração haitiana para a RMBH.....	76
Figura 5 - Rota 4 da migração haitiana para a RMBH.....	77
Figura 6 - Locais de moradia dos haitianos na RMBH.....	87
Figura 7 - Locais de trabalho dos haitianos na RMBH.....	88
Figura 08 – Locais de lazer dos haitianos na RMBH .....	97
Figura 9 - Salada com fritay e frango; Figura 10 - Marinade.....	98
Figura 11 - Conversa com Ulisses. ....	105
Figuras 12 e 13 - Festa de Natal - Contagem (MG) - 2017.....	107
Figura 14 - Resultados da pesquisa da PUC Minas coordenada por Maria da Consolação (2015) sobre a imigração haitiana para a RMBH .....	123
Figura 15 - Organizações e centros de apoio aos haitianos na RMBH.....	124
Figura 16 - Variação das taxas de homicídios de mulheres brancas, pretas e pardas em Minas Gerais, entre 2006 e 2014. ....	126
Figura 17 – Rendimento (em reais) domiciliar por sexo e/cor e raça dos chefes de família – Brasil (1995-2009).....	141
Figuras 18, 19 e 20: Cartazes do Curso de Português Gratuito oferecido no CEFET-MG .....	153
Figura 21 - Projeto Fala <i>Zanmi!</i> .....	154
Figuras 22, 23, 24, 25, 26 e 27 – Atividades do SJMR.....	155



## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1- Número e estrutura (%) de atendimentos a mulheres pelo SUS, segundo agressor e etapa do ciclo de vida. Brasil – 2014.....	102
Tabela 2 – Movimento de imigrantes haitianos e haitianas, segundo áreas de fronteiras e aeroportos internacionais do Brasil, entre 2010 a 2015 .....	120
Tabela 3 - Registro de imigrantes do Haiti com registro ativo (RNE), por sexo, segundo Unidade da Federação de residência, de 2010 a 2015. ....	120
Tabela 4 - Imigrantes haitianos com RNE, por sexo, segundo ao do registro e estado civil – 2010 a 2015. ....	122

## SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO .....	16
2. CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS.....	26
2.1. A FENOMENOLOGIA NO ENTENDIMENTO DO ESPAÇO E DO LUGAR	34
2.2. AS QUESTÕES DE GÊNERO.....	41
2.3. O USO DA HISTÓRIA ORAL NAS INCURSÕES ETNOGRÁFICAS.....	47
3. O COMEÇO É MASCULINO .....	54
3.1. DOS DUVALIER À MINUSTAH.....	64
3.2. O PROCESSO MIGRATÓRIO .....	71
3.2.1. Uma nova forma de escravidão?.....	86
4. DA TRANSIÇÃO DA PESQUISA: O APROFUNDAMENTO DAS QUESTÕES DE GÊNERO.....	96
4.1. UM PANORAMA DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NO HAITI.....	111
4.2. SER MULHER HAITIANA NO BRASIL.....	119
5. A BUSCA DA MULHER HAITIANA PELO LUGAR NA RMBH .....	136
5.1. PONTOS DE APOIO ÀS IMIGRANTES NA RMBH .....	145
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	166
REFERÊNCIAS .....	179
ANEXOS.....	199
ANEXO 1 – Ocorrências policiais registradas em Minas Gerais de 2014 a 2018 envolvendo mulheres e haitianos .....	200
ANEXO 2 – Modelo do Termo De Consentimento Livre E Esclarecido .....	215

## 1. APRESENTAÇÃO

Ao tentar justificar os motivos que me levaram a ter interesse por estudar o caso migratório dos haitianos para Belo Horizonte, tenho de me lembrar de um caminho que começou antes mesmo de iniciar a pós-graduação em Geografia. Recordo-me muito bem de quando as notícias sobre a quantidade crescente de imigrantes haitianos começaram a passar nos noticiários locais e o quanto me inquietava a questão de que, embora eles já fossem muitos, eu nunca os havia visto no meu dia a dia – ou nunca os havia notado. Inquietava-me também, sobremaneira, as dificuldades que eles enfrentavam no seu deslocamento para o Brasil, sobre quão difíceis eram as travessias e sobre a situação alarmante em que se encontravam algumas cidades fronteiriças dos estados Amazônia, Acre, Rondônia e Mato Grosso, que passaram, inesperadamente, a receber fluxos contínuos de haitianos que atravessavam países e áreas de floresta para tentar uma vida melhor no Brasil. Ademais, quando trabalhei em uma agência de viagens, pude ver as restrições financeiras e políticas (muitas vezes extra oficiais e veladas) que estes imigrantes têm para deixar o seu país e tentar a vida em outros lugares.

Em uma proporção infimamente menor e mais confortável, também já vivi a experiência de morar em outro país e, mesmo que tenha sido em boas condições, pude perceber que estar longe de casa e tentar criar uma nova vida em um lugar desconhecido não é tarefa fácil, sobretudo quando se convive com preconceitos que, no meu caso, seguiam a lógica país colonizador *versus* ex-colônia. Por empatia, pude ao menos tentar compreender que, no caso dos haitianos, cujos motivos migratórios são humanitariamente mandatários e que, muitas vezes, não lhes resta alternativa senão a de deixar o lugar ao qual pertencem, a situação é mais complexa. E foi assim que decidi que precisava saber mais sobre a realidade deles.

Dito isso, ao iniciar o Mestrado, o primeiro obstáculo para a consecução da realização da minha pesquisa foi: como estabelecer diálogo com estes imigrantes? Afinal, por mais legítimo que pudesse ser o meu interesse, o fato é que eu ainda não conhecia efetivamente nenhum haitiano e, se meu objetivo era ultrapassar os números imigratórios e tentar conhecer a realidade destes novos moradores da cidade, eu precisava estabelecer um contato com eles. Os passos iniciais dessa pesquisa se deram de forma tão natural e fluida que, nos primeiros meses, eu tive a certeza de que não encontraria grandes

obstáculos para realizar este trabalho. Porém, com o passar do tempo e conforme os problemas que foram surgindo, pude ver que a realidade não era tão simples e, em razão de certas dificuldades incontornáveis, tive então de mudar o enfoque da minha pesquisa. Foi ao me deparar com esses impedimentos, os quais detalharei posteriormente, que voltei minha atenção a um grupo que eu via nas minhas idas a campo, mas com o qual não conseguia estabelecer contato, grupo este que se encontra em uma situação de vulnerabilidade ainda maior em meio aos imigrantes: as mulheres haitianas.

Embora o fluxo da migração haitiana para o Brasil que analisarei tenha se iniciado após o terremoto de 2010 e se intensificado, principalmente, em 2012, é fato que estes imigrantes ainda estão passando por um processo de adaptação e fixação. Se pensarmos que, para a naturalização, requer-se que o sujeito esteja no país em situação legal há, no mínimo, quatro anos<sup>1</sup>, que este processo é dispendioso financeiramente<sup>2</sup> e ainda, como pré-requisito, eles tenham de comprovar sua fluência na língua portuguesa<sup>3</sup>, poucos são os haitianos que já o iniciaram e/ou o conseguiram. Contudo, independentemente dos obstáculos burocráticos e econômicos, muitos destes imigrantes pretendem permanecer no Brasil. Assim, cabe dizer que os impactos, sobretudo sociais e culturais, desta imigração – ignorando, num primeiro momento, as impressões e os choques culturais que aconteceram nos primeiros anos do processo migratório – poderão ser mais profundos nos próximos anos e, por isso, a imigração haitiana para o Brasil deve ser vista como um processo em desenvolvimento que merece atenção contínua. Nesse sentido, certa vez, em

---

<sup>1</sup> De acordo com a Lei da Migração nº 13.445 de 24 de maio de 2017, artigo 65: “Será concedida a naturalização ordinária àquele que preencher as seguintes condições: [...] II - ter residência em território nacional, pelo prazo mínimo de 4 (quatro) anos” (BRASIL, 2017).

<sup>2</sup> A exigência de uma série de documentos reconhecidos em cartório torna o processo de naturalização dispendioso, conforme detalhado no sítio da polícia federal (Vide: <<http://www.pf.gov.br/servicos-pf/imigracao/naturalizacao/naturalizacao-ordinaria>>). Além das taxas de requisição da naturalização e de expedição de documentos, o imigrante deve cursar um curso de língua portuguesa que o certifique de que ele o concluiu, o que nem sempre é ofertado de maneira gratuita, além de que deverá pagar a taxa do exame de proficiência, estimada em R\$ 200,00 por exame (o valor fica a critério da instituição que o aplica). Posso afirmar, portanto, que para um imigrante haitiano, cujo rendimento mensal, se empregado formalmente, raramente ultrapassa um salário, o valor a ser despendido para requerer sua naturalização é bastante impactante em seu orçamento.

<sup>3</sup> De acordo com a Lei da Migração, dentre as condições de naturalização, o artigo 65, item III estabelece “comunicar-se em língua portuguesa, consideradas as condições do naturalizando” (BRASIL, 2017). Dessa forma, é requerido que o imigrante seja aprovado no Celpe-Bras, definido como: “O Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras) é conferido aos estrangeiros com desempenho satisfatório em teste padronizado de português, desenvolvido pelo Ministério da Educação. O exame é aplicado no Brasil e em outros países com o apoio do Ministério das Relações Exteriores. Internacionalmente, o Celpe-Bras é aceito em firmas e instituições de ensino como comprovação de competência na língua portuguesa e, no Brasil, é exigido pelas universidades para ingresso em cursos de graduação e em programas de pós-graduação. Outorgado pelo MEC, o Celpe-Bras é o único certificado brasileiro de proficiência em português como língua estrangeira reconhecido oficialmente. É conferido em quatro níveis: intermediário, intermediário superior, avançado e avançado superior. O primeiro teste foi aplicado em 1998.” (MEC, 2018).

um evento na Universidade Federal de Minas Gerais, o palestrante, o comunicador social haitiano Jude Civil, disse que, embora a mídia internacional repercuta o Haiti como o país da catástrofe e da miséria, ele é, na verdade, o país da revolução. Os haitianos têm uma história de lutas e reivindicações notórias: eles constituíram a primeira república negra do mundo e até hoje são constantes as manifestações e articulações populares contra a sucessão de governos corruptos que tentam subjugar-los. Portanto, cabe refletir e acompanhar se esse espírito de luta e inconformidade é algo que estes imigrantes conseguirão manter presente em suas vidas ou se ele se dissolverá em meio à apatia política que aparenta reinar no Brasil.

Ademais, ao longo das entrevistas, pude perceber que muitos empregadores brasileiros têm admirado – e, em muitos casos, se aproveitado de uma forma que contraria os direitos trabalhistas – os haitianos como força de trabalho. É comum ouvir patrões exaltando os funcionários imigrantes pelo fato de eles nunca faltarem, não reclamarem do serviço, não fazerem “corpo mole” (*sic.*) e, se preciso, trabalharem horas a mais sem se queixar. Por vezes eu conversei com dois donos de estabelecimentos comerciais (um do setor de alimentos e outro do de logística) que me relataram que, se os haitianos falassem bem a língua portuguesa, eles só teriam empregados dessa origem, porque eles trazem mais retorno financeiro do que os funcionários brasileiros. Em uma análise simplista que culminaria num raciocínio xenofóbico, poderíamos pensar que os haitianos representam uma grande ameaça aos brasileiros no mercado de trabalho. Contudo, olhando mais de perto as condições de labor a que eles são submetidos, é possível perceber que, não raro, estes imigrantes são alocados em funções pouco qualificadas, com baixa remuneração, muitas vezes em jornadas noturnas e extenuantes e sem a devida remuneração. Atuando como mão de obra barata em subempregos, eles têm servido de recurso e argumento para as políticas de governo que têm visado à progressiva aniquilação dos direitos trabalhistas. Deve-se, portanto, olhar com desconfiança para o que é informado pela mídia a esse respeito e evitar que se reproduzam discursos infundados que os culpam pelas altas taxas de desemprego no Brasil, pois, neste caso, os imigrantes têm servido apenas de pretexto às pretensões de reforma e redução de direitos trabalhistas, além de que as causas dos altos índices de desemprego pouco ou nada tem que ver com a sua chegada. Nesse sentido, segundo o *World Migration Report 2018*, elaborado pela Organização Internacional para as Migrações (OIM), os imigrantes representavam apenas 0,3% do total da população brasileira em 2015, o que confirma que o seu impacto no mercado de trabalho é ínfimo. Dessa forma, é importante que

pesquisadores acompanhem nos próximos anos, como vão evoluir essas relações singulares entre os haitianos e o mercado de trabalho brasileiro.

Outro ponto que chama muita atenção nestes imigrantes é a cultura que eles têm do acolhimento e do ajudar ao próximo, mesmo que este próximo seja um completo desconhecido. Repetidas vezes pude testemunhar situações muito semelhantes como a que exemplificarei a seguir: Laurent<sup>4</sup>, de Porto-Príncipe, mora em Belo Horizonte já há alguns anos e, certo dia, ao conversar com a sua família que mora no Haiti, é informado que Paul, vizinho de uma tia que mora em Gonaives, está se mudando para Belo Horizonte. Paul está migrando sem dinheiro, sem lugar para morar, sem garantia de trabalho, sem falar português e chegará em três dias. A mãe de Paul, sabendo que a vizinha tem um sobrinho que mora em Belo Horizonte, conversa com a tia de Laurent que, por sua vez, conversa com a irmã (mãe de Laurent) que transmite o recado ao filho, pedindo que ele auxilie como puder o jovem de Gonaives. Laurent, que assim como muitos haitianos no Brasil divide a sua pequena casa de dois quartos com mais cinco conterrâneos, conversa com os seus colegas que concordam não só em buscar Paul no aeroporto, como também lhe oferecem sua casa, alimento, tentam lhe conseguir um emprego e, se o têm, até lhe emprestam um pouco de dinheiro. Mesmo vivendo em condições de severas limitações financeiras, este apoio e acolhimento ao próximo são muito comuns – e cabe a nós pesquisadores acompanhar os desdobramentos desses hábitos no processo migratório e na cultura do Brasil e os reflexos da cultura brasileira na reprodução desses hábitos. São essas particularidades e características inerentes aos modos de vida dos haitianos que os transformam não apenas em um grupo digno de ser estudado e compreendido, mas também de convívio.

Por outro lado, embora estes imigrantes tragam consigo seus sonhos, sua vontade de prosperar e de encontrar em solo brasileiro as oportunidades que não encontraram na sua terra de origem, é importante lembrar que o Haiti é um país com severos problemas sociais, políticos e econômicos e tem sido ciclicamente abatido por tragédias naturais, o que gera reflexos na formação social e cultural de seu povo. Nesse sentido, de acordo com o Relatório do Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 2016 o Haiti tinha uma taxa de pobreza que atingia 58,5% da sua população, e uma taxa de analfabetismo de 35,61% entre os homens e de 42,84%

---

<sup>4</sup> Nesta situação específica, criei um cenário fictício baseado em duas situações que observei longo da pesquisa. No entanto, aproveito para esclarecer que as identidades reais dos sujeitos entrevistados serão sempre omitidas neste trabalho, bem como quaisquer dados que permitam a sua identificação. Serão utilizadas apenas as informações cedidas por interlocutores que consentiram em participar desta pesquisa.

entre as mulheres. O acesso a serviços básicos como energia, água e esgoto não é simples nem universal, que dirá o acesso à educação e a serviços de saúde de qualidade. Com uma cultura marcada pelo patriarcalismo e pelo machismo, o Haiti é um país que tem altos índices de violência contra a mulher, onde o estupro é uma constante e cuja prática só se tornou crime a partir de 2005 (HAMANN, 2015), embora o aborto, mesmo em caso de gravidez decorrente de violência sexual, continue proibido. Contudo, a promulgação de uma lei não é o suficiente para se combater uma cultura que tem em sua raiz um lastro histórico e, dada a ineficiência do sistema educacional do país, ainda há muito o que se fazer até que as mulheres haitianas sejam menos subjugadas e deixem de ser vítimas de violência no seu dia a dia.

Salvo os ditosos que conseguem vir para o Brasil na condição de estudantes, a maioria dos imigrantes, como veremos mais detalhadamente a seguir, têm de vender seus pertences e fazer dívidas em seu país na esperança de imigrar definitivamente e conseguir emprego. Iludidos com falsas promessas de coiotes<sup>5</sup> e agências de turismo, os haitianos chegam a solo brasileiro e se deparam com uma realidade muito aquém da que esperavam: desemprego ou, quando encontram emprego, subemprego com baixo salário, periferização, condições de vida não muito melhores que as que tinham no Haiti, preconceito, etc. A acolhida, quando é feita, consiste em iniciativa de ONGs e de projetos religiosos e, não raro, os recém-chegados são deixados à própria sorte tendo que encontrar por sua conta oportunidades para sobreviver. Sem ter acesso à educação, a condições dignas de vida e por serem alocados nas periferias, para onde, tradicionalmente, são enviados os pobres e os negros no Brasil, os imigrantes haitianos acabam por perpetuar toda a sorte de aspectos da sua cultura e de modos de vida, em que a opressão e violência contra a mulher estão presentes<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> Coiotes, neste contexto, devem ser entendidos como traficantes de seres humanos que se validam das condições de penúria dos imigrantes para motiva-los a cruzar fronteiras, tirando o máximo de proveito econômico possível desses sujeitos.

<sup>6</sup> Trago no Anexo 1 quinze ocorrências policiais registradas entre 2014 e 2018 no Estado de Minas Gerais envolvendo mulheres haitianas ou brasileiras e homens haitianos. Essas ocorrências foram obtidas de forma extraoficial e, a fim de que nem as vítimas, nem os autores e nem o(s) polícia(is) que me forneceram essas ocorrências sejam identificados, nomes, endereços e números de protocolo foram suprimidos. Todavia, é importante ressaltar que embora o(s) polícia(is) colaborador(es) tenha(m) procurado todas as ocorrências envolvendo “haitiano”, “haitiana”, “Haiti”, etc., e “mulher” em Minas Gerais, ele(s) informaram também que a busca certamente está incompleta, já que os sistemas de pesquisa e registro da Polícia Civil não são integrados e não há uma padronização de registro que confirme que todas as ocorrências correlacionadas apareçam nos resultados da busca. Ademais, cabe ressaltar que a maioria dos casos de violência contra a mulher no Brasil não são denunciados, que muitas haitianas não têm ciência de que têm direito de denunciar seus agressores e de requerer proteção e acesso à justiça, e que muitas sequer sabem a quem recorrer nos casos de violência a que são submetidas, tornando as “cifras ocultas” (crimes que não são comunicados às autoridades) inestimáveis. Tais registros que trago nesta pesquisa, contudo, comprovam situações de assédio, estupro, violência, ameaça, entre outros, envolvendo homens haitianos e mulheres no Estado e

Assim, ao longo do desenvolvimento deste projeto, tenho me deparado com casos de violência contra mulheres haitianas que passam despercebidos pelas autoridades brasileiras, tanto porque é conveniente que se ignore esse problema, quanto porque, de certa forma, a violência é muitas vezes naturalizada e as mulheres não sabem que podem e nem a quem devem recorrer. Fora isso, geralmente, a mulher imigrante trabalhadora assume um papel vulnerável: as que vieram para o Brasil com visto de reagrupamento familiar<sup>7</sup> têm uma postura de extrema dependência e dívida em relação à pessoa, geralmente um homem (pai, irmão, primo, namorado, marido), que as convidou, e muitas são aquelas que mesmo já estando no Brasil há meses ou anos ainda não falam português e têm dificuldade em aprender porque também não tiveram muito acesso à educação formal no Haiti.

Todas as particularidades, dificuldades e eventuais problemas que a imigração internacional dos haitianos levanta para a sociedade brasileira tornam fundamentais estudos contínuos sobre o seu modo de vida, sobre sua integração e suas relações sociais. O decorrer dessa pesquisa tem mostrado que o machismo incutido na cultura haitiana tem encontrado espaço para se reproduzir no Brasil – uma vez que este também é um país que reproduz o machismo em sua cultura patriarcal –, de modo que muitas haitianas que aqui chegam vêm em condição de extrema dependência financeira, emocional e subjugação em relação aos homens. São nos marcos dessa problemática que está a intenção que movimenta essa pesquisa, que busca compreender as relações de gênero na imigração para a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Por mais complexa que seja a chegada e a fixação, por mais difíceis que sejam as condições de vida e de trabalho, aos poucos, os imigrantes começam a reproduzir seus modos de vida e sua cultura nos novos lugares. Estranhamentos, conflitos, assimilações e sincretismos podem surgir, fazendo com que essa pesquisa se debruce sobre as seguintes questões: as relações de gênero têm

---

chamam a atenção para a necessidade das autoridades em acompanhar e assistir os envolvidos em uma campanha de educação, conscientização e combate à violência.

<sup>7</sup> A Portaria Interministerial nº 12, de 13 de junho de 2018, estabelece que “Art. 2º O visto temporário para reunião familiar poderá ser concedido ao imigrante: I - cônjuge ou companheiro, sem discriminação alguma, nos termos do ordenamento jurídico brasileiro; II - filho de brasileiro ou de imigrante beneficiário de autorização de residência; III - enteado de brasileiro ou de imigrante beneficiário de autorização de residência, desde que menor de dezoito anos de idade, ou até os vinte e quatro anos de idade, se comprovadamente estudante, ou de qualquer idade, se comprovada a dependência econômica em relação ao chamante; IV - que tenha filho brasileiro; V - que tenha filho imigrante beneficiário de autorização de residência; VI - ascendente até o segundo grau de brasileiro ou de imigrante beneficiário de autorização de residência; VII - descendente até o segundo grau de brasileiro ou de imigrante beneficiário de autorização de residência; VIII - irmão de brasileiro ou de imigrante beneficiário de autorização de residência, desde que menor de dezoito anos de idade, ou até os vinte e quatro anos de idade, se comprovadamente estudante, ou de qualquer idade, se comprovada a dependência econômica em relação ao chamante; ou IX - que tenha brasileiro sob a sua tutela, curatela ou guarda” (BRASIL, 2018).



sido alteradas entre os haitianos no seu processo migratório para a RMBH? Nesse contexto, as mulheres haitianas têm conseguido superar as limitações impostas pelas culturas machistas (haitiana e brasileira) e construir seus lugares de resistência e pertencimento no contexto metropolitano?

Dessa forma, o objetivo geral deste trabalho é analisar as relações de gênero existentes entre os imigrantes haitianos que vivem na RMBH, de forma a compreender se têm havido mudanças nessas relações durante o processo migratório e fixação nesta metrópole e, por fim, se essas eventuais mudanças têm permitido às mulheres haitianas seu empoderamento<sup>8</sup>, a construção dos seus lugares de emancipação e a conquista de direitos no contexto belo-horizontino. Nesse sentido, são objetivos específicos dessa pesquisa:

1. Estabelecer um panorama das relações de gênero às quais as haitianas são submetidas em seu país de origem e no Brasil;
2. Indagar às imigrantes haitianas como elas percebem (ou não) o seu papel de mulher e as relações de gênero existentes nesses dois contextos;
3. Verificar se as haitianas têm reconhecido mudanças na sua situação social, econômica, cultural e de direito na RMBH, em comparação ao Haiti;

---

<sup>8</sup> O termo empoderamento, que advém da tradução da palavra *empowerment*, em inglês, tem sido bastante utilizado atualmente por diversos movimentos sociais, e significa, segundo o dicionário Michaelis (MICHAELIS ON-LINE, 2018), “ação coletiva desenvolvida por parte de indivíduos que participam de grupos privilegiados de decisões. Envolve consciência social dos direitos individuais para que haja a consciência coletiva necessária e ocorra a superação da dependência social e da dominação política. É um processo pelo qual as pessoas aumentam a força espiritual, social, política ou econômica de indivíduos carentes das comunidades, a fim de promover mudanças positivas nas situações em que vivem. Implica um processo de redução da vulnerabilidade e do aumento das próprias capacidades dos setores pobres e marginalizados da sociedade e tem por objetivo promover entre eles um índice de desenvolvimento humano sustentável e a possibilidade de realização plena dos direitos individuais”. Paulo Freire, por sua vez, chama atenção ao uso indiscriminado do termo, uma vez que ele pode não significar a solução para a opressão, ao passo que Shor chama atenção ao fato de que na sociedade norte-americana de a noção de *empowerment* estar sendo cooptada pelo individualismo e pelas noções individuais de progresso (FREIRE & SHOR, 1986). Segundo os autores “mesmo quando você se sente, individualmente, mais livre, se esse sentimento não é um sentimento social, se você não é capaz de usar sua liberdade recente para ajudar os outros a se libertarem através da transformação global da sociedade, então você só está exercitando uma atitude individualista no sentido do *empowerment* ou da liberdade” (FREIRE & SHOR, 1986, p. 71). Portanto, o empoderamento individual apenas seria o primeiro passo em direção da transformação social, sendo que é somente através do empoderamento de classe que as minorias oprimidas conseguirão dar um passo significativo em direção da sua libertação. No que tange às mulheres, a libertação como ato social se torna evidente, pois, embora elas possam se libertar de atos individuais cotidianos que as oprimem, como a violência doméstica, é preciso que se criem estruturas de luta coletiva que unam mulheres mais discriminadas a mulheres menos discriminadas e homens oprimidos, contra a maior opressão produzida contra todas as mulheres (ROSO e ROMANINI, 2014, p. 89).

4. Verificar se essas imigrantes têm conseguido, sobretudo através da articulação em organizações e coletivos<sup>9</sup>, reivindicar seus direitos e construir seus próprios lugares na RMBH. Se negativo, verificar o que têm sido impeditivo a isso.

Para a consecução destes objetivos, lancei mão de incursões etnográficas ao longo dos anos de 2017 e de 2018, orientadas pelo método fenomenológico-geográfico, além da História Oral, a partir das quais foram gravados depoimentos dos imigrantes – contanto que os participantes da pesquisa estivessem de acordo -, conforme detalharei em sequência.

Neste contexto, é importante que se entenda que os haitianos não são considerados refugiados e este enquadramento não apenas traz consequências terminológicas, mas também jurídicas e sociais em suas vidas. De acordo com a Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), refugiados são:

[...] pessoas que estão fora de seu país de origem devido a fundados temores de perseguição relacionados a questões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social ou opinião política, como também devido à grave e generalizada violação de direitos humanos e conflitos armados (ACNUR, 2018).

É princípio geral do Direito Internacional de proteção dos refugiados e dos direitos humanos que a pessoa refugiada tem o direito fundamental não ser devolvida ao país em que a sua vida e/ou a sua liberdade esteja(m) sendo ameaçada(s), conforme artigo 33, nº 1, da Convenção da Organização das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 (SOARES, s.d.). O Brasil tradicionalmente concede abrigo às pessoas que buscam refúgio, sendo que a Lei nº 9.474/1997 é o instituto jurídico que define os mecanismos de implementação do Estatuto dos Refugiados no país. Esta lei estabelece os direitos e deveres dos refugiados, que se diferem daqueles exigidos dos demais estrangeiros, além de regular a questão da entrada, o pedido de refúgio, as proibições ao rechaço, as deportações, as expulsões, além das questões referentes à extradição.

Os haitianos, por sua vez, embora venham de um país onde a instabilidade política é uma constante (BBC, 2018), têm emigrado por motivos diversos que vão de tragédias ambientais ao caos econômico e social. Cabe ressaltar que o Haiti é um país cujos recursos naturais foram devastados em sua recente história e a ausência de cobertura vegetal faz com que ele seja ainda mais sensível a intempéries, como os frequentes furacões do Caribe. Por isso, não é raro nomear os imigrantes haitianos como “refugiados ambientais”

---

<sup>9</sup> Uma explicação mais detalhada sobre o que são e o que pretendem os coletivos pode ser encontrada no Capítulo 5.

(ROTTA, 2016), embora não haja consenso e reconhecimento internacional e legal desse termo.

Contudo, como parte da política de aproximação entre os dois países que foi iniciada em 2004, desde 2012 – dois anos após o terremoto de proporções catastróficas que devastou a capital Porto-Príncipe –, o Brasil vem concedendo vistos especiais de permanência por razões humanitárias aos haitianos<sup>10</sup>. A despeito dessa concessão, um dos pontos que torna o não reconhecimento internacional dos haitianos como refugiados uma desvantagem na sua situação jurídica no Brasil é o fato de a emissão destes vistos especiais ser um posicionamento político, portanto, temporal e revogável, e, conseqüentemente, sensível às orientações políticas e partidarismos daqueles que estão no poder. Isso significa que a visão e o posicionamento político da equipe que assumiu o Governo Federal do Brasil em de janeiro de 2019 poderá impactar significativamente na continuidade e nos moldes dessa concessão e prorrogação de vistos humanitários a haitianos e a outros tantos sujeitos que buscam uma nova vida em solo brasileiro. Nesse contexto, cabe ressaltar que o presidente eleito, Jair Bolsonaro, tem sinalizado por diversas vezes o seu anseio em se desvincular de organismos internacionais importantes na defesa dos direitos humanos, como a Organização das Nações Unidas (ONU), em uma postura chamada por muitos analistas internacionais como *copycat*<sup>11</sup> em relação ao presidente estadunidense Donald Trump<sup>12</sup>, que também têm rechaçado importantes organizações e tratados internacionais fundamentais à defesa desses direitos. Ademais, em agosto de 2018, o político brasileiro afirmou em entrevista que, se ganhasse o pleito presidencial, criaria campos de refugiados nas fronteiras do Brasil para abrigar venezuelanos, que também vivem uma crise humanitária e conseqüente migração no sentido de fugir das precárias condições sociais, políticas e econômicas de seu país (SOARES, 2018). Em 2015, em uma entrevista ao Jornal Opção, o atual presidente, àquela época deputado, afirmou ainda que os imigrantes que têm chegado ao Brasil são

---

<sup>10</sup> De acordo com a Nova Lei da Imigração nº 13.445/2017, subseção IV (Do Visto Humanitário), artigo 14, parágrafo 3º, o visto para acolhida humanitária poderá ser concedido àqueles (nacionais ou apátridas) provenientes de qualquer país que esteja em “situação grave ou iminente de instabilidade institucional, de conflito armado, de calamidade de grande proporção, de desastre ambiental ou de grave violação de direitos humanos ou de direito internacional humanitário”.

<sup>11</sup> Termo em inglês usado frequentemente por analistas de política internacional para designar “*someone who has few ideas of their own and does or says exactly the same as someone else*” (CAMBRIDGE DICTIONARY ONLINE, 2018), ou, em português, “alguém que tem poucas ideias próprias e faz ou diz exatamente o mesmo que outra pessoa”, em referência ao comportamento dos gatos, cujos filhotes observam e copiam os hábitos dos gatos mais velhos.

<sup>12</sup> Vide: < <https://nacoesunidas.org/na-onu-trump-defende-soberania-norte-americana-em-detrimento-de-acordos-e-foruns-globais/>>, < <https://oglobo.globo.com/mundo/na-onu-trump-rejeita-burocracia-global-ideologia-do-globalismo-23100247>> e < <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/06/eua-vao-sair-de-conselho-de-direitos-humanos-da-onu-diz-agencia.shtml>>. Acesso em 31 de dezembro de 2018.

“a escória do mundo”<sup>13</sup>, fazendo referência a haitianos, senegaleses, bolivianos e sírios (AZEVEDO, 2015), deixando, assim, dúvidas acerca de como se dará (ou não) a concessão e a prorrogação de vistos a estes imigrantes nos anos que se seguem.

Outro ponto importante a se esclarecer é que, ao se tratar das relações dos imigrantes com os cidadãos brasileiros, é necessário que se aponte quem entenderemos que se enquadra neste segundo grupo. Assumir o Brasil como uma terra formada por imigrantes significa dizer não apenas que esta é uma terra que acolhe, mas também que mata. Quando os imigrantes – e começemos aqui pelos portugueses -, invadiram e colonizaram o Brasil, esta terra não estava vazia: havia aqui índios. E, assim, conforme foram chegando outros grupos, fossem eles europeus, africanos, asiáticos, etc., a ocupação do território se deu através da matança e da expropriação das terras dos índios, assim como a miscigenação com índios e negros se deu através da violência e do estupro (RIBEIRO, 1995). Portanto, foi através da assimilação forçada e violenta que temos, hoje, o que chamamos de população brasileira. Com isso em mente, a despeito da miscigenação marcante na sociedade brasileira, posso seguir e afirmar que neste trabalho tratarei como cidadãos brasileiros todos aqueles que estejam no Brasil em uma situação de cidadania regular e permanente. Destarte, as principais análises que aqui serão desenvolvidas enfocarão as relações desenvolvidas entre os imigrantes haitianos – principalmente as mulheres haitianas – e os cidadãos brasileiros, englobando aspectos sociais, econômicos, culturais, de gênero, entre outros.

---

<sup>13</sup> Reproduzindo a matéria escrita por Rita Azevedo e publicada em 22 de setembro de 2015 na Revista Exame, o então deputado Jair Bolsonaro, que assumiu o cargo de Presidente do Brasil em primeiro de janeiro de 2019, declarou em entrevista ao Jornal Opção: “Não sei qual é a adesão dos comandantes, mas, caso venham reduzir o efetivo [das Forças Armadas] é menos gente nas ruas para fazer frente aos marginais do MST, dos haitianos, senegaleses, bolivianos e tudo que é escória do mundo que, agora, está chegando os sírios também. A escória do mundo está chegando ao Brasil como se nós não tivéssemos problema demais para resolver”. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/bolsonaro-chama-refugiados-de-escoria-do-mundo/>>. Acesso em 31 de dezembro de 2018.

## 2. CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Ao longo da evolução do pensamento geográfico, diferentes concepções sobre a Geografia foram surgindo e coexistindo, seguindo, muitas vezes, as tendências científicas e filosóficas em voga. Nos últimos séculos, essa área do conhecimento tem adotado posturas diferenciadas para explicar o mundo e os seus fenômenos, o que se dá tanto em razão do contexto histórico em questão quanto da pretensão que a Geografia tem de ser reconhecida e legitimada como ciência, proporcionando alternativas diversas para o pensar geográfico. Acerca disso, Bessalec e Anselmo (2009, p. 54) afirmam que “encontram-se desde a sua sistematização, no século XIX, várias vertentes que contribuíram para a formação da totalidade dessa ciência”, sendo que o espaço tem sido uma das categorias filosóficas mais importantes no estudo de Geografia.

Ao desenvolver esta pesquisa, deparei-me com dilema sobre qual corrente geográfica deveria orientar o meu trabalho. Uma vez que desde a concepção da temática deste estudo eu já me atentava ao fato de que as categorias lugar e identidade apareceriam como cruciais, era inegável que a cultura, o território, a experiência dos sujeitos de pesquisa e, por que não, a geopolítica e a economia também estariam presentes em minhas análises. Dessa forma, a fim de (tentar) sanar essa questão, me dediquei sobre as leituras acerca da Geografia Humanista e da Geografia Cultural, primeiramente porque acredito que ambas as vertentes oferecem olhares importantes sobre os temas aqui tratados, e, em segundo lugar, porque acreditava que essa tarefa me permitiria finalmente escolher entre uma delas e, conseqüentemente, trabalhar as categorias e conceitos necessários para atingir os objetivos que aqui proponho.

Partindo do conceito de cultura, que aqui será utilizado direta e indiretamente, ele tem sido trabalhado pela Geografia desde o século XIX: o alemão Friedrich Ratzel (1844-1904), a partir da sua análise dos materiais e artefatos utilizados pelo homem na relação com a natureza, reconhecia a cultura como o domínio do meio através das técnicas; o geógrafo estadunidense Carl Sauer (1889-1975), por sua vez, também via a cultura como o conjunto de técnicas que permite ao homem dominar e interagir com a natureza, mas acrescentou que ela também é composta pelo conhecimento acerca das plantas e dos animais e da sua associação para tornar a natureza mais produtiva; o renomado geógrafo francês Paul Vidal de La Blache (1845-1918) também defendia que a cultura era

apreendida através de instrumentos que as sociedades utilizam e das paisagens que elas modelam, mas, para ele, a geografia cultural estava inseparavelmente atrelada ao estudo dos gêneros de vida (FERRETTI, 2011). Para o francês, o enfoque não era os seres humanos, mas sim a explicação dos lugares a partir da interferência e da vivência humana. Em suma, para estes autores, a cultura era aquilo que se interpunha entre o ser humano e o meio e humanizava as paisagens (CLAVAL, 1999).

Segundo Corrêa e Rosendahl (2012), a Geografia Cultural existe há mais de cem anos, podendo subdividida em uma geografia cultural saueriana e em uma nova geografia cultural (pós-1980), conforme a sua origem, o seu discurso e o conceito de cultura adotado. Na versão clássica, cujo maior expoente é Carl Sauer, a cultura é compreendida como uma entidade supra orgânica, pairando sobre a sociedade e suas ações (CORRÊA e ROSENDAHL, 2012), e definida de forma ampla ao agregar as manifestações naturais, os costumes, as crenças, os hábitos, as técnicas, as leis, a linguagem, etc. Sauer foi um dos primeiros geógrafos a reconhecer que a estética da paisagem deveria ser apreciada através de um método subjetivo e que as técnicas caminham junto com a percepção e a interpretação individual (SUESS, 2018). Refutando os ditames da geografia quantitativa, este importante autor da Geografia Cultural se aproximava da perspectiva humanista ao defender que a geografia está “além da ciência” (HOLZER, 1993, *apud* SUESS, 2018).

Foi a partir de trabalhos como o de Carl Sauer que a Geografia Cultural se fortaleceu, embora ela tenha sofrido severas críticas acerca das suas questões conceituais e metodológicas, que não pareciam claras para toda a comunidade científica, o que gerou a sua perda de prestígio e declínio na década de 1940 (ROCHA, 2007). Com isso, na década seguinte, o estudo das localizações emergiu como novo paradigma geográfico, chamando atenção para o conceito das redes, sobre o qual Claval (2002, p. 18, *apud* ROCHA, 2007, p. 21) disserta: “O espaço está organizado porque está estruturado em redes de relações sociais e econômicas, [...] de vias de transporte e de comunicação, e em redes urbanas, que concretizam os efeitos da combinação dessas redes”. Essa quebra da visão naturalista do espaço permitiu que surgissem discussões que alertassem para o fato de que a Geografia pouco falava dos homens, ainda que se enquadrasse nas Ciências Sociais. Nesse sentido, já na década de 1960, apareceram os primeiros trabalhos que discutiam que a Geografia deveria também abarcar novos modos de observação, que considerassem o inconsciente e o subjetivo. Essa nova forma de pensar a Geografia, com um olhar mais humano e cultural, assumia que a natureza, a sociedade e a cultura poderiam ser entendidas como fenômenos complexos, sobre os quais se obtém respostas

através das experiências dos sujeitos e do sentido que eles dão à sua existência (ROCHA, 2007). Acerca disso, Rocha (*ibid.*, p. 21, grifo nosso) relata que:

[...] No mesmo período, conforme destacam Serpa (2001) e Holzer (1996), é lançado o livro *Topofilia* de Yi-Fu Tuan, trabalho este no qual o autor, baseado nas obras do filósofo francês Gaston Bachelard, propõem que a Geografia volte-se a um novo pensar sobre a relação do homem com o mundo em que vive. Outro nome que se destaca nessa discussão é Anne Buttimer. Segundo Oliveira (2001), essa pesquisadora tem uma importância fundamental na constituição da Geografia Humanista, tendo em vista o desenvolvimento de seus trabalhos, que a partir de um olhar crítico tratou de questões sociológicas nos valores geográficos, avaliando as ideias de um ponto de vista filosófico, tecendo considerações sobre o existencialismo e o fenomenologismo no futuro da Geografia.

Somadas às discussões, essa perspectiva despontou como um ressurgimento da perspectiva cultural na Geografia, sendo denominada como uma *nova Geografia Cultural ou Geografia Fenomenológica (título indicado por Edward Relph em 1971)*, Geografia da Percepção, Geografia Humanística ou, enfim, Geografia Humanista. (OLIVEIRA, 2001; SEABRA, 1999; HOLZER, 1992)

Buscando uma maior compreensão dos ideais dessa linha de pensamento, a Geografia Humanista é definida por bases teóricas nas quais são ressaltadas e valorizadas as experiências, os sentimentos, a intuição, a intersubjetividade e a compreensão das pessoas sobre o meio ambiente que habitam, buscando compreender e valorizar esses aspectos.

Cabe pontuar que ao sobreviver à onda do positivismo que dominou a Geografia por diversas décadas do século XX, essa nova Geografia Cultural ou Humanista manteve vivos o culturalismo, o antropocentrismo e a diversidade temática, viabilizando assim a incursão dos geógrafos por campos e perspectivas mais diversos. Sobre isso, Suess (2018, p. 98-99) discorre:

[...] Relph e Tuan, uns dos precursores da Geografia Humanista, [...] tiveram forte formação culturalista. Embora sejam próximas e haja um caminho de desenvolvimento comum, existem trilhas que são mais particulares a cada campo, uma delas é a escala, enquanto os estudos humanistas focam em uma escala do indivíduo, as pesquisas culturais adotam, frequentemente, a escala de valorização do coletivo da cultura, das percepções e das vivências. O contexto no qual emergem, igualmente, é um diferenciador, enquanto a Geografia Cultural surge por volta de 1925, agregando ensinamentos da geografia francesa e americana e nos anos 1970 se renova, a Geografia Humanista nasce no contexto das revoluções e reboiços dos anos 1960 e 1970, época de novos humanismos e radicalismos (MARANDOLA JR, 2005; HOLZER, 1993). A renovação da Geografia Cultural e o surgimento da Humanista são momentos históricos que desenvolvem em paralelo, o que permite um fortalecimento mútuo. Nesse percurso, enquanto a geografia humanista carrega o humanismo desde a sua gênese, na perspectiva cultural esse esforço ganha força apenas em sua versão renovada (MARANDOLA JR, 2005; CLAVAL, 2007).

É a partir da sua renovação que a Geografia Cultural encara a cultura como um contexto, isto é, como um reflexo da existência das pessoas e dos grupos, aspecto esse muito próximo da noção de cultura adotada pela Geografia Humanista (CORRÊA e ROSSENDAHL, 2011), que assume uma perspectiva interpretativa “[...] composta de significados criados e recriados por grupos sociais que reflete as diversas esferas da vida

e suas espacialidades” (SUESS, 2018, p. 96). Como consequência, a renovação da Geografia Cultural tornou-a mais aberta, uma heterotopia<sup>14</sup>, conforme defendido por James Duncan, com uma pluralidade de caminhos e aproximações a serem percorridos (CORRÊA e ROSSENDAHL, 2012), influenciados pela Psicologia, pela Antropologia, pela Etnologia, pela História, pela Arte, pela Sociologia e, principalmente, pela Filosofia – característica interdisciplinar semelhante à também adotada pela Geografia Humanista (SUESS, 2018).

Acerca da Geografia Cultural moderna, Paul Claval (2011) aponta alguns elementos base que a constituem:

1- O conhecimento do mundo sempre se fez através de representações, o que significa que o conhecimento humano é baseado na percepção que se tem da superfície terrestre;

2 - A cultura é construída a partir de elementos transmitidos ou inventados, de forma que a natureza e o conteúdo de cada cultura refletem os meios através dos quais cada sujeito adquire suas práticas e conhecimentos (palavras, gestos, escrita, mídias modernas, etc.);

3 - A cultura existe através dos sujeitos que a recebem e a modificam, sendo que eles também se constroem como sujeitos nesse processo;

4 - O processo da construção da cultura é um processo social, já que o que é transmitido é feito através de práticas sociais que circulam num grupo e lhe dão coerência, suscitando a formação de uma consciência comum;

5 - A construção do sujeito como ser social se traduz através do nascimento de sentidos de identidade, que dependem da experiência direta de cada pessoa na escala da família e da vizinhança, e resultam de uma construção intelectual e de um ensino sistemático;

---

<sup>14</sup> “A origem da ideia de heterotopia remete à concepção de espaço desenvolvida por Foucault, em especial aquela encontrada no texto “*Des espaces autres*”, de 1967, e no livro “*Les Mots et les choses*”, de 1966. O autor apresentava uma abordagem espacial que conferia uma interpretação plural da sociedade, levando em conta atores e fenômenos que anteriormente seriam descartados devido ao seu caráter marginal, inconstante e apolítico. É justamente nesse sentido que o autor opôs tempo e espaço. O espaço de Foucault foi relacionado ao dinamismo social, às mudanças, aos confrontos de ideias e à eminência de novas representações. O tempo, por sua vez, estaria atrelado à consolidação de significados e de narrativas, ganhando valor com a estabilidade, com a permanência dos arranjos de poder, com a associação a uma identidade dominante” (VALVERDE, 2009. p. 8-9).



6 - A sociedade é construída pela cultura, de forma que “[...] o indivíduo é uma construção realizada pela sociedade graças à cultura, mas simetricamente, a sociedade se constrói também graças à cultura” (CLAVAL, 2011, p. 17);

7 - O espaço é construído pela cultura, pois “[...] no seio desse espaço socializado (e que reflete, por essa razão, os valores do grupo), cada indivíduo [...] cada organização institucionalizada desenvolve estratégias para efetuar as suas atividades produtivas ou de lazer” (*ibid.*, p. 18)” de modo que tais estratégias “[...] são concebidas em função das representações e de modelos [aspectos culturais] de que cada um é portador, em função de seus sonhos e de suas aspirações” (*ibid.*, p. 18);

8 - Repousa na cultura a gênese dos sistemas de crenças e de valores. A esse respeito, o autor esclarece que na experiência do espaço que cada um faz, o horizonte tem papel importante, sendo que esse processo imaginativo tanto se refere ao espaço físico, no idealizar do que tem “do lado de lá”, quanto à contemplação do passado, do tempo imemorial das sociedades da oralidade pura, das questões metafísicas, do mundo das ideias, etc. Para Claval, esses alhures “[...] oferecem a visão de outros mundos, que servem de modelo para orientar a ação dos homens” (*ibid.*, p. 19) ao passo que “[...] as perspectivas abertas desta maneira são a fonte dos sistemas de crenças, religiões ou ideologias, que permitem dar uma dimensão normativa à vida social [...]” (*ibid.*, p. 19);

9 - A cultura e as ideologias são comunitárias, uma vez que os homens que gozam de valores e de fé em comum têm o sentimento de compartilhar elementos importantes, de pertencer à mesma unidade, à mesma cultura, tornando-a base de uma ideologia.

Conforme discutirei ao longo deste trabalho, alguns desses aspectos da Geografia Cultural pontuados por Paul Claval se fazem bastante pertinentes e presentes em minha pesquisa, sobretudo no tocante à cultura como construção social e ao espaço como manifestação dos aspectos culturais da sociedade.

A Geografia Humanista, por sua vez, procura compreender o mundo humano através das relações das pessoas com a natureza, através do seu comportamento geográfico, e, também, através dos seus sentimentos e ideias a respeito do lugar (TUAN, 1982). Isso significa assumir que cada sujeito tem uma forma de perceber o mundo e que, conseqüentemente, “[...] a Geografia Humanista busca a compreensão do contexto pelo qual a pessoa valoriza e organiza o seu espaço e o seu mundo, e nele se relaciona” (ROCHA, 2007, p. 21). Rocha (2007) afirma que uma das premissas que baseiam a discussão humanista na Geografia diz respeito ao princípio das idiosincrasias dos

territórios, paisagens e lugares, e finaliza defendendo que a Geografia Humanista é uma forma refletir sobre as relações sociais em relação ao meio ambiente, levando em conta os aspectos culturais, os sentimentos, ou seja, “[...] se apresenta como uma abordagem que busca compreender o espaço geográfico como espaço de vivência (TUAN, 1980; BUTTIMER, 1982; RELPH, 1975).” (*ibid.*, p. 22). Conforme abordarei mais à frente, esse enfoque na percepção do mundo a partir da escala do sujeito também será algo presente neste trabalho.

São vários os pontos em comum entre a Geografia Cultural e a Geografia Humanista, o que faz com que muitos autores considerem uma derivada da outra – embora não haja consenso a este respeito. Acerca disso, Marandola Jr. (2005) afirma que tais correntes estão tão intrinsecamente ligadas que a sua genealogia não pode ser realizada de forma independente. O autor exemplifica dizendo que Werther Holzer, importante expoente da Geografia Humanista, utiliza em sua obra autores da Geografia Cultural, como Carl Sauer, e que os autores conhecidos tanto de uma abordagem quanto da outra são frequentemente tomados como pertencentes às duas correntes. A esse respeito:

No capítulo de sua obra *Épistemologie de la géographie* dedicado à abordagem cultural em Geografia, denominado *L’expérience humaine de la Terre*, Claval (2001a) resgata várias tendências pioneiras da Geografia Humanista para embasar os fundamentos da abordagem cultural, desde mapas mentais e as representações até a percepção da imagem urbana, reforçando a tese de que as duas abordagens possuem matrizes coincidentes. (MARANDOLA JR., 2005, p. 410)

Por isso, Marandola Jr. (*ibid.*, p. 411-412) destaca alguns pontos em comum entre as duas vertentes geográficas: (1) a crítica ao cientificismo e ao positivismo; (2) a orientação filosófica fenomenológica-existencialista; (3) o projeto para a Geografia de explorar e ampliar a experiência e a consciência humana; e (4) o desejo de contribuírem com a ciência geográfica, a fim de desenvolver uma postura independente de método que penetre em todas as análises geográficas. Nesse sentido, Suess (2018) defende que a noção predominante atualmente é de que a vertente humanista extravasa o campo disciplinar, ganhando delimitações *latu sensu* que permitem a ela, “[...] juntamente com a Geografia Cultural e as filosofias do significado, ser identificada como Abordagem Cultural e/ou Horizonte Humanista” (*ibid.*, p. 100). E acrescenta:

Ou seja, perspectivas como a cultural e a humanista, antes vistas como delimitadas a campos disciplinares da Geografia, acabam contemporaneamente sendo chamadas de Abordagem Cultural por Claval (2002), e novo horizonte ou o terceiro horizonte epistemológico da Geografia, o Horizonte Humanista, por Gomes (2000), compondo, juntamente, com o Horizonte Neopositivista e com o Horizonte Marxista os horizontes epistemológicos da Geografia. Esse horizonte pode ser visto também por outros autores como o horizonte interpretativo, dos significados, dos valores, ligado às filosofias dos significados, em especial, a fenomenologia (MARANDOLA JR., 2013; MONTEIRO, 2002; MOREIRA, 2014). Como demonstrado por Marandola Jr (2005, 2013), Gomes (2002) e Moreira (2014), o que parece dar liga e se constituir em um ponto de entroncamento dessas duas perspectivas para se tornarem abordagem ou horizonte tratam-se entre outros elos, a abordagem filosófica e metodológica vinculada à fenomenologia [...]. (SUESS, 2018, p. 100).

Destarte, é possível afirmar que a discussão sobre as diferenças e coincidências entre Geografia Humanista e a Geografia Cultural ainda é algo presente e não unânime na ciência geográfica. Com base nisso, voltando ao desafio que me propus de escolher entre uma dessas correntes geográficas para orientar este trabalho, no que tange à questão da escala, ao tratar de aspectos culturais dos imigrantes haitianos na RMBH, a consideração destes imigrantes enquanto uma coletividade ou um “grupo”, cujas características e identidade são construções sociais, é inevitável reconhecer uma aproximação mais estreita de abordagem geográfica voltada para a vertente cultural. Por outro lado, as experiências, os relatos e as percepções individuais são de suma importância para a consecução dos meus objetivos, o que me atrelaria então à perspectiva humanista. Há que se pontuar que a orientação filosófica fenomenológica-existencialista que une essas duas vertentes é uma perspectiva que calha diretamente com os meus objetivos, o que faz com que ambas as geografias se mostrem, nesse aspecto, válidas como metodologia de trabalho.

Compreendendo que a escolha adequada da metodologia e dos métodos de pesquisa é algo fundamental tanto para o desenvolvimento desta pesquisa quanto para a coerência das reflexões que aqui proponho, defino, finalmente, assim como Paul Claval, Roberto Lobato Corrêa, Zeny Rosendahl, Wether Holzer, Eduardo Marandola Jr., e tantos outros autores de geografia contemporâneos e clássicos, que me beneficiarei tanto da Geografia Cultural quanto da Geografia Humanista como metodologia de trabalho – até porque, após tantas leituras, me chamam mais atenção os aspectos que as unem do que aqueles que as separam. Saliento ainda que a revisão bibliográfica que resumi até aqui não só não me habilitou a definir os campos de estudo específicos de cada vertente, como também essa não é a intenção deste trabalho, cujo enfoque está longe de defender uma separação rígida entre cada um desses recortes epistemológicos. Acredito que os estudiosos de História do Pensamento Geográfico e de Epistemologia em Geografia,

como Eliseu Sposito, Conceição Ferreira, Raquel Fontes do Amaral Pereira, Ruy Moreira, Rui Campos, Antônio Carlos Vitte, etc., têm se dedicado e feito trabalhos excelentes para mapear as origens e ramificações históricas da Geografia, portanto, para aqueles que buscam compreender melhor os aspectos que diferenciam e aproximam a Geografia Humanista da Geografia Cultural, a consulta às obras destes e de tantos outros autores que de fato se debruçaram sobre essa temática será mais exitosa – embora muitos deles também não tenham chegado a um consenso sobre os limites de cada vertente.

Sposito (2004, *apud* TUAN, 2013) define que os conceitos e as ideias são parte fundamental da elaboração do conhecimento científico em Geografia, de forma que os conceitos podem ser entendidos como “tijolos”, a teoria como sendo “tijolos com argamassa”, já assentados, e o método como sendo a maneira com que esses tijolos são assentados ou a forma como as paredes são levantadas. Com base nessa metáfora, o método contribuiria tanto com a formulação dos conceitos como na organização da teoria. Dessa forma, a leitura de teóricos do pensamento geográfico me permite afirmar que a melhor forma de “levantar as paredes” que sustentarão a minha pesquisa é o método fenomenológico – comum às geografias Cultural e Humanística. Ao longo das incursões etnográficas que fiz em comunidades haitianas na RMBH, pude perceber que compreender a forma como esses sujeitos, individual e coletivamente, percebem sua realidade, desenvolvem os seus papéis sociais e comunitários, se inserem no contexto migratório, experienciam a nova vida no contexto metropolitano, etc., é essencial para a consecução dos objetivos aqui propostos. Assim, a Fenomenologia se apresenta como método fundamental para conseguir e, por que não, também experienciar esses relatos e vivências, como forma privilegiada de reflexão sobre as relações de gênero e a situação da mulher haitiana.

Destarte, partindo do pressuposto de que a metodologia é o logos que orienta o estudo lógico dos métodos, o que implica a análise da lógica que os sustenta, seu sentido de efetividade, a sua eficácia, a força da sua abordagem e a coerência para que se produza conhecimentos relevantes (HINTELHOLHER, 2013)<sup>15</sup>, reitero que, para fazer uma abordagem fenomenológica da imigração haitiana para a RMBH com enfoque nas relações de gênero, tanto da Geografia Humanista quanto da Geografia Cultural fundamentam este método que elegi. A fim de responder as questões sobre as quais essa

---

<sup>15</sup> Na versão original: “[...] Respecto a la metodología, su ámbito medular de operación consiste en que es el logos que orienta al estudio lógico de los métodos, lo cual implica el análisis de la lógica que los sustenta, el sentido de su efectividad, la cobertura de su eficacia, la fortaleza de sus planteamientos y la coherencia para producir conocimiento relevante” (HINTELHOLHER, 2013, p. 89) (tradução nossa).

pesquisa se debruça – *as relações de gênero têm sido alteradas entre os haitianos no seu processo migratório para a RMBH? Nesse contexto, as mulheres haitianas têm conseguido superar as limitações impostas pelas culturas machistas (haitiana e brasileira) e construir seus lugares de resistência e pertencimento no contexto metropolitano?* –, a Fenomenologia se consagra, portanto, como ideal para analisar e explicar, a partir da experiência vivida, a forma pela qual as imigrantes haitianas têm percebido (ou não) o seu papel de mulheres e se a imigração para a RMBH tem gerado alterações nesses valores.

Por fim, pontuo que a migração é um fenômeno social/econômico, político e cultural complexo, estruturado e conduzido por forças hegemônicas que se beneficiam em muito do caos e da pobreza globais. A subjugação da mulher pelo homem, embora anterior ao sistema capitalista, também é fundamental para a manutenção do sistema econômico em que vivemos e, portanto, pode e deve ser explicada numa perspectiva estrutural e não apenas cultural e humanista. A metodologia que empregarei neste estudo não dá conta de todas as reflexões que podem ser feitas sobre estes dois fenômenos. Ao pensarmos numa abordagem crítica da Geografia, é fato que ela se mostra extremamente pertinente na análise das causas e permanências das mazelas sociais enquanto resultantes da divisão internacional do trabalho e dos interesses das forças hegemônicas, sob o prisma do materialismo histórico-dialético. Nesse contexto, escolher uma metodologia significa não somente eleger uma perspectiva de análise/interlocução, mas também abandonar outras visões válidas e pertinentes que poderiam me conduzir a uma valiosa reflexão sobre as estruturas e as relações supracitadas, que causam e mantêm o sistema desigual gerador das migrações forçadas e da exploração da mulher. Mas, tal como a vida, a ciência é feita de escolhas. Uma vez que, em suma, pretendo compreender de que forma as mulheres haitianas, sujeitas dessa pesquisa, percebem suas vidas e suas situações de desvantagem global, cultural e social, fica claro que a fenomenologia, atrelada ao Horizonte Cultural e Humanista da Geografia, é o que me permitirá a consecução deste objetivo, portanto, neste trabalho, é esta metodologia que elejo para as análises que aqui proponho.

## 2.1. A FENOMENOLOGIA NO ENTENDIMENTO DO ESPAÇO E DO LUGAR

Ao lançar mão da Fenomenologia, este trabalho entende que a experiência vivida dos haitianos – e, mais especificamente, das haitianas –, é um recurso fundamental para se compreender e interpretar a relação destas pessoas com o espaço na RMBH. Esta corrente de pensamento busca um “entendimento do mundo humano, através do estudo

das relações das pessoas com a natureza, do seu comportamento geográfico, bem como dos seus sentimentos e ideias a respeito do espaço e do lugar” (TUAN, 1980, p. 143), de forma que o homem e a mulher são os atores centrais, cujas experiências e ações são fundamentais para a compreensão do mundo. Nesse sentido, Relph (1970, p. 193, *apud* HOLZER, 2014, p. 292) desta que:

A fenomenologia é um ramo da filosofia moderna [...] que está preocupado com a reorientação da ciência e do conhecimento ao longo de linhas que têm significado e importância para o homem. Embora haja discordância sobre a natureza exata desta filosofia, a maioria dos fenomenologistas parecem concordar em pelo menos três questões básicas: primeiro, a importância do "mundo vivido" das experiências humanas; segundo, uma oposição à "ditadura e ao absolutismo do pensamento científico sobre outras formas de pensamento"; e em terceiro lugar, uma tentativa de formular um método alternativo de investigação que a dos testes de hipóteses e o desenvolvimento da teoria.

Assim, Merleau-Ponty (1998) ressalta que a fenomenologia é o estudo das essências (essência da percepção, essência da consciência, por exemplo), que busca uma forma de relatar o espaço, o tempo, os “mundos vividos”. Também acerca dessa abordagem, fazendo referência Seamon, Yi-Fu Tuan (2013) diz que, diferentemente da pesquisa positivista, a qual, a partir de uma amostra de pessoas, infere generalizações sobre uma população, essa perspectiva entende que alguns participantes podem contribuir mais do que outros em relação a uma situação particular do fenômeno estudado, pelo fato de alguns se mostrarem mais perceptivos e aptos a expressarem suas experiências com mais facilidade. Tudo isso faz com que os sujeitos sejam chamados de co-pesquisadores, “[...] uma vez que o entendimento generalizado é o resultado das sensibilidades tanto do entrevistado como do pesquisador” (TUAN, 2013, p. 107).

Ao longo das incursões etnográficas que subsidiaram essa pesquisa, pude perceber que a forma como cada sujeito com o qual tive contato percebe a sua cultura, a sua situação de imigrante, o seu papel social, etc., é muito particular, de forma que, enquanto para aqueles haitianos que migraram para a RMBH em busca de trabalho o sentido das suas vidas é mais prático e mais centrados nas problemáticas do trabalho e da moradia, para os que têm a oportunidade de dar continuidade à sua educação formal, as críticas sociais e a introspecção se fizeram, ao menos num primeiro momento, mais presentes. Assim, mesmo em um grupo com aspectos migratórios e de vida aparentemente semelhantes, as experiências diferem e, mais particularmente, a realidade da mulher imigrante, tanto trabalhadora quanto estudante, destoa muito da realidade de um homem inserido no mesmo grupo.

Tuan (2013) ressalta que em uma investigação fenomenológica feita em primeira pessoa, o pesquisador utiliza a sua própria experiência com o fenômeno como base para examinar as suas características e qualidades específicas. A adoção dessa postura epistemológica mostrou-se efetiva no caso este estudo, sobretudo nos momentos em que os sujeitos dessa pesquisa não conseguiram verbalizar seus sentimentos, opiniões e experiências, seja porque nunca refletiram sobre as questões específicas que eu tentava abordar, seja porque as barreiras linguísticas se mostraram impeditivas.

Tudo aquilo que sabemos do mundo, mesmo que por intermédio da ciência, sabemos a partir da nossa visão ou da nossa experiência, sem a qual a ciência nada poderia dizer (MERLEAU-PONTY, 1998). A ciência é construída a partir do mundo vivido e, para ser pensada, é preciso que despertemos essa experiência do mundo da qual ela é uma expressão secundária (*ibid.*). Merleau-Ponty afirma que a ciência jamais terá o sentido de ser o mundo percebido, pelo fato de que ela é uma explicação dele, e ressalta que:

[...] Eu sou não um "ser vivo" ou mesmo um "homem" ou mesmo "uma consciência", com todos os caracteres que a zoologia, a anatomia social ou a psicologia indutiva reconhecem a esses produtos da natureza ou da história — eu sou a fonte absoluta; minha experiência não provém de meus antecedentes, de meu ambiente físico e social, ela caminha em direção a eles e os sustenta, pois sou eu quem faz ser para mim (e portanto ser no único sentido que a palavra possa ter para mim) essa tradição que escolho retomar, ou este horizonte cuja distância em relação a mim desmoronaria, visto que ela não lhe pertence como uma propriedade, se eu não estivesse lá para percorrê-la com o olhar. (MERLEAU-PONTY, p. 3-4)

Com base nisso, entendo que os sujeitos dessa pesquisa, os homens e as mulheres haitianos que moram na RMBH, são a escala geográfica que adotarei, pois, tal qual afirma Silva (2015, p. 9), a geografia “[...] deve por encaminhar a suas investigações primeiras a questão do ser, pois é somente a partir de estudos compromissados com o *Dasein*<sup>16</sup> que a geografia pode vir a ser um saber científico dos fenômenos espaciais de fato”. Este posicionamento geográfico-fenomenológico tem por objetivo compreender a importância do ser, dos sujeitos no estudo geográfico, tendo em vista que “[...] no mundo contemporâneo, as singularidades, as intersubjetividades, as forças de (r)existências, [...] muitas vezes, são marginalizadas por um sistema de ordem global massificador dos Lugares e dos Espaços” (*ibid.*, p. 10) – e é importante que façamos um movimento oposto a este.

---

<sup>16</sup> Em sua obra *Ser e Tempo*, Martin Heidegger usa o termo *Dasein*, em inglês “*being there*”, que pode ser traduzido como “ser aí”, ou “ser em um lugar”, ou “ser no mundo”, para compreender a espacialidade estabelecida pelas vivências (SILVA, 2015).

Nesse sentido, Relph (1976, *apud* Tuan, 2013) afirma que, na abordagem fenomenológica, o espaço geográfico não é nem uniforme nem homogêneo, mas sim um espaço com identidade própria, que possui seu próprio nome, sendo abertamente experienciado como substancial, reconfortante ou ameaçador, o que me suscita algumas questões: de que forma as pessoas organizam o espaço e o transformam em lugar? No contexto migratório, mais especificamente, como essa transformação se dá? Será que os imigrantes haitianos, se tomados como um grupo, têm conseguido construir seus lugares nas RMBH? E se tomarmos o caso das mulheres haitianas, muitas vezes subjugadas pelas relações de gênero, pelo preconceito racial e por tantas problemáticas existentes no processo migratório, como elas observam o espaço e constroem (ou não) os seus lugares de pertencimento, resistência e empoderamento? A fim de refletir sobre essas questões, discorrer sobre o que é o espaço e o lugar na análise fenomenológica da Geografia é de suma importância.

Castro *et al* (2012, p. 7, *apud* Claval, 2011, p. 8), afirmam que o espaço “[...] mais do que manifestação da diversidade e da complexidade sociais, é, ele mesmo, uma dimensão fundadora do ‘ser-no-mundo’ [*Dasein*], mundo esse, tanto material quanto simbólico”. Em fenomenologia, a noção do espaço transcende a noção positivista e o espaço geométrico, de forma que ele se torna um contexto e a sua espessura “[...] é vista na concepção do ‘aqui’, que é um sistema de relações com outros lugares, semelhante à espessura dos conceitos temporais, tais como ‘agora’, que envolve aspectos do passado, presente e futuro” (CHRISTOFOLETTI, 1982, p. 22, *apud* TUAN, 2013, p. 108).

Tuan (2013) esclarece que falar de espaço só é possível através da percepção, pois é através dela que a locomoção existe. O corpo emerge, dessa forma, como fundamental, sobretudo quando entendemos que “[...] perceber é tornar algo presente a si com ajuda do corpo” (MERLEAU-PONTY, 1998, p. 92). Destarte, a experiência pressupõe a capacidade de aprender através da própria vivência, uma vez que o dado não pode ser conhecido em sua essência, mas sim como uma realidade que é um construto da experiência (TUAN, 2013). Por conseguinte, ver, pensar e sentir são processos intimamente relacionados, de sorte que Tuan (*ibid.*) afirma que a cinestesia, a visão e o tato são o que permitem aos seres humanos terem sentimentos intensos pelo espaço e pelas qualidades espaciais. Logo,



[...] O movimento intencional e a percepção, tanto visual como háptica, dão aos seres humanos seu mundo familiar de objetos díspares no espaço. O lugar é uma classe especial de objeto. É uma concreção de valor, embora não seja uma coisa valiosa, que possa ser facilmente manipulada ou levada de um lado para o outro; é um objeto no qual se pode morar. O espaço [...] é dado pela capacidade de mover-se. Os movimentos frequentemente são dirigidos para, ou repelidos por, objetos e lugares. Por isso, o espaço pode ser experienciado de várias maneiras: como localização relativa de objetos ou lugares como as distâncias e extensões que separam ou ligam os lugares, e – mais abstratamente – como a área definida por uma rede de lugares (*ibid.* p. 13-14).

O corpo é a forma como os sentimos o mundo e exercemos nele as nossas ações, as nossas vontades, a nossa cultura. É através do corpo e dos sentidos que mudamos o nosso meio e atribuímos a ele sentimentos de pertencimento, de plenitude, de falta e de repulsa. E, perante a falta e/ou a repulsa, movemos os nossos corpos no espaço a fim de desbravá-lo, modificá-lo e criarmos nele nossos lugares de pausa, de descanso, de festa, de comunhão e de pertencimento. Quando algo nos falta, o espaço se apresenta como possibilidade e o corpo como instrumento de movimento. E, concomitantemente a isso, é através do corpo que experienciamos o mundo e desenvolvemos os sentimentos e percepções que nos levam a permanecer ou a nos mover. Assim, se a ciência é a forma como representamos a realidade, é através do corpo que podemos sentir e experimentar o mundo, para então, também através dele, sistematizarmos o que sentimos e criarmos as suas representações. O corpo é, portanto, o instrumento da Fenomenologia.

Desde a década de 1920, a Geografia, como forma de ver e representar o mundo, vem se apropriando do método fenomenológico para fazer oposição ao positivismo. Esse movimento fez não só com que a objetividade deixasse de ser a única verdade, como também permitiu que o homem fosse retomado como o centro de todas as coisas. Nesse contexto, a descrição do que é sentido, através do corpo, apareceu como tarefa fundamental para a compreensão do espaço, e tornou o lugar uma categoria-referência (SILVA, 2015). Sobre isso, Merleau-Ponty (1998, p. 5-6) defende que

[...] O real deve ser descrito, não construído ou constituído. Isso quer dizer que não posso assimilar a percepção às sínteses que são da ordem do juízo, dos atos ou da predicação. A cada momento, meu campo perceptivo é preenchido de reflexos, de estalidos, de impressões táteis fugazes que não posso ligar de maneira precisa ao contexto percebido e que, todavia, eu situo imediatamente no mundo, sem confundi-los nunca com minhas divagações. [...] O real é um tecido sólido, ele não espera nossos juízos para anexar a si os fenômenos mais aberrantes, nem para rejeitar nossas imaginações mais verossímeis. A percepção não é uma ciência do mundo, não é nem mesmo um ato, uma tomada de posição deliberada; ela é o fundo sobre o qual todos os atos se destacam e ela é pressuposta por eles. O mundo não é um objeto do qual possuo comigo a lei de constituição; ele é o meio natural e o campo de todos os meus pensamentos e de todas as minhas percepções explícitas. A verdade não "habita" apenas o "homem interior", ou, antes, não existe homem interior, o homem está no mundo, é no mundo que ele se conhece.

Nesse contexto, o lugar se destaca como categoria de análise importante, uma vez que ele é “um mundo de significado organizado” (TUAN, 2013, p. 198), uma área apropriada e transformada afetivamente, sendo a construção dele pelos imigrantes haitianos um dos meus maiores “objetos” de interesse. Berdoulay e Entrinkin (2012) chamam atenção ao fato de que a formação cultural dos sujeitos é contínua, se faz nas mais diversas escalas espaciais e, mesmo no contexto atual em que os fluxos populacionais são cada vez mais intensos, a busca pelo lugar é feita de forma incessante, seguindo uma lógica dialética da mobilidade e sedentarização. Dessa forma,

[...] o lugar repousa sobre a ideia de um sujeito ativo que deve, sem cessar, tecer ligações complexas que lhe dão sua identidade, ao mesmo tempo em que definem suas relações com seu ambiente. O relato fornece o meio de operacionalizar o espaço conceitual assim aberto (BERDOULAY E ENTRIKIN, 2012, p. 109).

A identidade aparece nesse contexto como uma construção social e tem suas bases nas desordens, de modo que um sujeito a forma não a partir da “reprodução do idêntico oriunda da socialização familiar, do grupo de amigos etc., mas sim do ruído social, dos conflitos entre os diferentes agentes e lugares de socialização” (MENDES, 2002, p. 505). Por isso, é fundamental compreendermos que os lugares não são compostos por apenas uma identidade, mas sim de uma mistura, que se acumula em camadas que revelam não apenas vínculos, mas também conflitos (MASSEY, 2000). Nesse contexto,

[...] a identidade de um lugar seria, deste modo, a expressão da adaptação, da assimilação, da acomodação e da socialização do conhecimento. O lugar seria um centro de significações insubstituível para a fundação de nossa identidade como indivíduos e como membros de uma comunidade, associando-se, desta forma, ao conceito de lar (FERREIRA, 2000, p. 68).

A esse respeito, Stuart Hall chama atenção para o fato de que a identidade é uma questão histórica e nossas sociedades são compostas por muitos povos cujas origens são diversas, porque o homem se move: “[...] Todos que estão aqui pertenciam originalmente a outro lugar. Longe de constituir uma continuidade com os nossos passados, nossa relação com a história está marcada pelas rupturas mais aterradoras, violetas e abruptas [...]” (HALL, 2003, p. 30). O cantor e compositor uruguaio Jorge Drexler, neto de avós judeus que fugiram da Alemanha nazista para a Bolívia, e que mora, atualmente, na Espanha, defende, em sua canção *Movimiento* (2014): “*Nunca estamos quietos/ Somos trashumantes, somos/ Padres, hijos, nietos y bisnietos de inmigrantes/ Es más mío lo que*

*sueño que lo que toco/ Yo no soy de aquí, pero tú tampoco/ [...] De ningún lado del todo y, de todos lados un poco*<sup>17</sup>”. Nesse sentido, Pessanha (2016, p. 119) ressalta:

Os seres humanos, na qualidade de sujeitos, produzem os lugares de pertencimento e identidade, e conseqüentemente, são modelados por esses. Sujeito e lugar exercem papéis imprescindíveis na construção da experiência humana (BERDOULAY; ENTRIKIN, 2012). O lugar é o universo vivido de significados estruturados em diversos tempos, são trajetos, artefatos, percursos, monumentos, prédios, que se traduzem em lugares plenos, íntimos e significativos (OLIVEIRA, 2012).

Sobre essa temática, Tuan (2013, p. 3) afirma que os termos espaço e lugar são familiares, que indicam experiências comuns, sendo que “[...] o lugar é segurança e o espaço liberdade”. Estudos etológicos recentes têm demonstrado que os animais também têm esse sentido de território e lugar, de maneira que os espaços são demarcados e defendidos, e os lugares centros aos quais atribuem valor e onde satisfazem as necessidades biológicas básicas de alimentação, descanso e procriação (*ibid.*). Por outro lado, embora os seres humanos compartilhem com os animais alguns padrões de comportamento, é fato que nós respondemos ao espaço e ao lugar de maneiras mais complexas, não concebidas no reino animal: nós os mapeamos, criamos leis espaciais e inventários de recursos, etc. Essas ações, embora sejam importantes, precisam ser complementadas por dados experienciais, porque, enquanto humanos, temos acesso a estados de espírito, a pensamentos, a sentimentos, enfim, temos uma visão interior dos fatos humanos (*ibid.*).

A percepção humana permite que um mesmo signo na Terra tenha significados diversos, como, por exemplo, um mesmo lugar pode suscitar em uma pessoa a sensação de pertencimento e amor por este espaço (topofilia), ao passo que suscitar medo (topofobia), preconceitos e vontade de deixá-lo em outra. Na sua busca pelo pertencimento e bem-estar, o ser humano encara o espaço, amplo e desconhecido, como uma oportunidade de deixar para trás os lugares onde ele não se sente tão bem ou que lhes parecem limitados, e buscar novos lugares que lhes deem possibilidade de existência e reprodução. Nesse contexto, a busca pela topofilia é o que torna o ser humano um desbravador do espaço, um criador de lugares, um conquistador de territórios, embora, às vezes, ele conserve em si a sensação de saudade e de pertencimento em relação aos lugares que são deixados para trás quando ele se lança ao mundo. Segundo o olhar fenomenológico, a análise do espaço e dos lugares se dá através do entendimento do que

---

<sup>17</sup> Em português: “nunca estamos quietos/ somos transumantes, somos/ pais, filhos, netos e bisnetos de imigrantes/ É mais meu aquilo com o que sonho do que aquilo que eu toco/ Eu não sou daqui e você também/ [...] De nenhum lado do todo e de todos lados um pouco” (tradução nossa).

é o “ser no mundo”, ou seja, do espaço experienciado, do *Dasein*. E é através da fenomenologia que é possível entender o mundo a partir da sua geograficidade<sup>18</sup>, da sua topofilia (SILVA, 2015). Deste modo, a relação entre o lugar e o mundo requer que nos distanciemos da concepção positivista e nos aprofundemos na visão fenomenológica da Geografia, que assume que o lugar trata da experiência intersubjetiva com o espaço (HOLZER, 2014, *apud* SILVA, 2015). Tuan (2013) ressalta que o lugar não é algo a ser esclarecido, mas a ser interpretado a partir das vivências e olhares de quem nele habita e o constrói, sobretudo quando o entendemos como uma experiência vivida no contexto contemporâneo, em que as relações globais-locais se intensificam ao ponto de anular a singularidade dos lugares em virtude da homogeneização do mundo globalizado (SILVA, 2015). Com base nisso, esta pesquisa resulta de uma associação entre a Geografia (Humanística e Cultural) e a Fenomenologia, no sentido de compreender as experiências e vivências dos imigrantes haitianos, em especial as mulheres, na sua migração e no espaço metropolitano de Belo Horizonte, remetendo à noção de *Dasein* de Heidegger sobre o que é estar no lugar, sobre o que é ser no mundo, sobre o que é ser uma mulher haitiana imigrante na RMBH.

## 2.2. AS QUESTÕES DE GÊNERO

É fundamental esclarecer que neste trabalho o gênero é visto uma construção social e que ser mulher é algo que ultrapassa as características biológicas do ser. O corpo, além de instrumento através do qual experienciamos e modificamos o espaço, é visto aqui como algo constituído por entendimentos socialmente partilhados sobre o que é ou não feminino e que o que o difere do masculino é resultado de determinado contexto histórico (HANSEN, 2010) e social. Como exemplo disso, tomemos a questão das cores: quando uma mãe se desloca a uma loja para comprar uma roupa para a sua criança, é comum que haja uma divisão setorial em “feminino” e “masculino”; mais comum ainda é que as roupas infantis para meninas adotem tons pastéis e exagerem na cor rosa, nos enfeites e nos laços, ao passo que a cor azul remete aos meninos, cujas roupas podem adquirir tons mais fortes e são ornadas por desenhos de carros, animais selvagens e aventuras.

---

<sup>18</sup> Conforme Silva (2015, p. 28): “[...] Dardel (2015) define como amor pela Terra: a geograficidade. Esse sentimento, ou a busca dele é o elemento em essência fundamental para que o Homem se lance a novos lugares, e acima de tudo, não esqueça de sua própria de origem, guardado em seu mais íntimo instinto como “espaço seguro”. É este amor pela Terra “que leva tantos alemães a regiões raramente visitadas ou completamente desconhecidas” (RECLUS, 2010, p. 54), no sentido que “o que nos importa, antes de tudo, é o despertar de uma consciência geográfica, através das diferentes intenções sob as quais aparece ao homem a fisionomia da Terra” (DARDEL, 2015, p. 47)”.

No entanto, a cor rosa só se estabeleceu como cor feminina na década de 1980, pois, durante séculos, as tintas para roupa eram caras e crianças de qualquer gênero usavam vestidos brancos até os seus seis anos de idade (MAGLATY, 2011). As roupas coloridas, com tons pastéis, só começaram a ser associadas a crianças no início do século XX, embora nesse primeiro momento não houvesse distinção de gênero entre azul e rosa. De acordo com a reportagem escrita por Jeanne Maglaty (2011) no site do museu Smithsonian, um artigo de 1918 da *Earnshaw's Infants' Department* defendia que meninos deveriam usar rosa, por ser “*more decided and stronger color*” (“uma cor mais decidida e forte”) e meninas azul, por ser “*more delicate and dainty, is prettier for the girl*” (“mais delicada e graciosa, é mais bonita para meninas”)<sup>19</sup>. Embora na publicação a paleta estivesse invertida em relação aos padrões atuais, é notório que o machismo já se encontrava incutido na definição defendida.

O impasse sobre o uso das cores começou a ser resolvido após a Segunda Guerra Mundial, quando a esposa do presidente estadunidense Dwight Eisenhower foi à festa de posse do marido usando um vestido rosa bufante, cor que ela passou a repetir em compromissos oficiais (SUPERINTERESSANTE, 2015). Por outro lado, embora a cor atrelada à postura submissa de “boa esposa” da primeira-dama tenha feito sucesso entre a sociedade conservadora da época, no mesmo período mulheres operárias do país usavam uniformes azuis ou pretos em suas extenuantes jornadas de trabalho (MAGLATY, 2011). Quando os movimentos pró-direitos da mulher ganharam força em meados da década de 1960 com a mensagem de antifeminino e antifashionismo, o visual unissex ganhou força, com mulheres usando roupas mais masculinas (de acordo com o padrão da época). Este padrão de se vestir se manteve popular até 1985, quando, em virtude do maior acesso aos exames pré-natais, os pais finalmente puderam saber o sexo do bebê antes do nascimento e então fazer compras para “ele” ou para “ela”. De acordo com Jo B. Paoletti, historiadora da Universidade de Maryland, “*The more you individualize clothing, the more you can sell*” (“o quanto mais você individualiza o vestir, mais você pode vender”) e, embora as crianças só se tornem conscientes do seu sexo entre os três e os quatro anos de idade, elas são frequentemente expostas a publicidades que reforçam os papéis de gênero (MAGLATY, 2011). Assim, desde meados da década de 1980 - a despeito das décadas

---

<sup>19</sup> De acordo com a matéria de Maglaty (2011): “*For example, a June 1918 article from the trade publication Earnshaw's Infants' Department said, “The generally accepted rule is pink for the boys, and blue for the girls. The reason is that pink, being a more decided and stronger color, is more suitable for the boy, while blue, which is more delicate and dainty, is prettier for the girl.”*”. Disponível em: <<https://www.smithsonianmag.com/arts-culture/when-did-girls-start-wearing-pink-1370097/>>. Acesso em 04 de janeiro de 2019.

anteriores quando não havia um consenso e observava-se uma inversão na atribuição das cores em relação ao padrão de hoje -, roupas, carrinhos de bebê, fraldas, etc., têm sido produzidos nas cores rosa e azul, como uma atribuição ao feminino e ao masculino, respectivamente.

Com o recente recrudescimento do conservadorismo e dos partidos de direita em todo o mundo, o discurso retrógrado tem se apropriado das atribuições culturais de gênero para combater as liberdades individuais e os direitos humanos das minorias. No Brasil, o discurso contra a “ideologia de gênero”<sup>20</sup> ganhou destaque no último pleito presidencial e tem servido para o recém-eleito presidente, Jair Bolsonaro, conseguir a simpatia da população conservadora e que se denomina religiosa. Como expoente deste retrocesso, a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, a pastora evangélica Damare Alves, declarou que “na nova era no Brasil”, “meninos vestirão azul e meninas vestirão rosa”<sup>21</sup>, deixando claro o posicionamento deste governo em relação às liberdades individuais, aos direitos humanos e aos direitos dos LGBTQ+ que, muitas vezes, não se enxergam representados pelo binarismo de gênero. Em dezembro de 2018, a pastora foi alvo de polêmicas ao defender que “o lugar de mulher é em casa”, pois, segundo ela, as mulheres nasceram para ser mães<sup>22</sup>, o que vai de encontro à histórica luta das mulheres pelo seu direito de estarem onde bem entenderem, incluindo o da pastora de ser uma líder religiosa e ministra de governo. Essas questões remetem a Simone de Beauvoir:

---

<sup>20</sup> De acordo com Morais (2018): “Acredita-se que o termo “ideologia de gênero” apareceu pela primeira vez em 1998, em uma nota emitida pela Conferência Episcopal do Peru intitulada “Ideologia de gênero: seus perigos e alcances”. O evento nacional que reúne bispos de todo o país é uma tradição da Igreja Católica no mundo inteiro. Desde seu surgimento, a expressão “ideologia de gênero” carrega um sentido pejorativo (negativo, ofensivo). Por meio dela, setores mais conservadores da sociedade protestam contra atividades que buscam falar sobre a questão de gênero e assuntos relacionados – como sexualidade – nas escolas. As pessoas que concordam com o sentido negativo empregado no termo “ideologia de gênero” geralmente temem que, ao falar sobre as questões mencionadas, a escola vá contra os valores da família. Dentre esses valores está o medo de que o debate menospreze crenças familiares e gere intolerância religiosa, tanto por parte dos professores quanto de outros colegas. Outro medo é que a ideologia de gênero induza crianças a serem homossexuais ou transexuais. Geralmente, tais grupos também discordam da teoria que aponta gênero como sendo socialmente construído e acreditam que o sexo biológico define tanto o gênero quanto a sexualidade da pessoa. Consequentemente, entende-se que a heterossexualidade é o “natural”. A filósofa Arlene Bacarji, por exemplo, define ideologia de gênero como: “Uma “ideologia” que atende a interesses políticos e sexuais de determinados grupos, que ensina, nas escolas, para crianças, adolescentes e adultos, que o gênero (o sexo da pessoa) é algo construído pela sociedade e pela cultura, as quais eles acusam de patriarcal, machista e preconceituosa. Ou seja, ninguém nasce homem ou mulher, mas pode escolher o que quer ser. Pois comportamentos e definições do ser homem ou mulher não são coisas dadas pela natureza e pela biologia, mas pela cultura e pela sociedade, segundo a ideologia de gênero.””. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/ideologia-de-genero-questao-de-genero/>>. Acesso em 04 de janeiro de 2019.

<sup>21</sup> Vide: <<https://istoe.com.br/damare-alves-propoe-meninos-de-azul-e-meninas-de-rosa-para-nova-era-no-brasil/>>. Acesso em 04 de janeiro de 2019.

<sup>22</sup> Vide: <<https://www.revistaforum.com.br/damare-alves-e-confirmada-ministra-da-mulher-familia-e-direitos-humanos/>>. Acesso em 4 de janeiro de 2019.

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro. Enquanto existe para si, a criança não pode apreender-se como sexualmente diferenciada. Entre meninas e meninos, o corpo é, primeiramente, a irradiação de uma subjetividade, o instrumento que efetua a compreensão do mundo: é através dos olhos, das mãos e não das partes sexuais que apreendem o universo. O drama do nascimento, o da desmama desenvolvem-se da mesma maneira para as crianças dos dois sexos; têm elas os mesmos interesses, os mesmos prazeres; a sucção é, inicialmente, a fonte de suas sensações mais agradáveis; passam depois por uma fase anal em que tiram, das funções excretórias que lhe são comuns, as maiores satisfações; seu desenvolvimento genital é análogo; exploram o corpo com a mesma curiosidade e a mesma indiferença; do clitóris e do pênis tiram o mesmo prazer incerto; na medida em que já se objetiva sua sensibilidade, voltam-se para a mãe: é a carne feminina, suave, lisa, elástica que suscita desejos sexuais e esses desejos são preensivos; é de uma maneira agressiva que a menina, como o menino, beija a mãe, acaricia-a, apalpa-a; têm o mesmo ciúme se nasce outra criança; manifestam-no da mesma maneira: cólera, emburramento, distúrbios urinários; recorrem aos mesmos ardis para captar o amor dos adultos (BEAUVOIR, 1967, p. 9 – 10).

É, portanto, no desenrolar da vida e na perpetuação das relações culturais que as relações de gênero vão se desenvolvendo e à mulher é relegado, muitas vezes, um papel construído de subordinação e exploração. Nesse sentido, Butler (2000) defende que a construção do “eu” é submetida ao gênero como construção social, que se dá através das ações diferenciadoras pelas quais os sujeitos falantes “se transformam em ser” (BUTLER, 2000, p. 160). Submetido e subjetivado pelo gênero, este “eu” não precede nem segue o processo da generificação, “[...] mas emerge apenas no interior das próprias relações de gênero e como a matriz dessas relações” (*ibid.*, p. 160). Para a autora, essa matriz é anterior à emergência do que é “humano” e cita o exemplo da ecografia em que um bebê deixa de ser um ser neutro e se torna um “ele” ou uma “ela”, trazendo-o/a para o domínio da linguagem e do parentesco através da interpelação de gênero. Todavia, essa transformação em garota, por exemplo, não se finda neste momento e nem na compra de um enxoval cor-de-rosa, mas essa nomeação é, ao mesmo tempo, “o estabelecimento de uma fronteira e também a inculcação repetida de uma norma” (*ibid.*, p. 161).

A fala de Butler me remete a uma situação que presenciei ao longo da minha pesquisa: certa feita, ao conversar com uma haitiana de 31 anos, que aqui chamarei de Lucy, ela me contou que descobrira dois meses após o nosso primeiro encontro, ocorrido no final de junho de 2018, que estava grávida, e que o pai, também, haitiano, era um amigo com quem ela se relacionava ocasionalmente. Ela me disse que quando descobriu a gravidez já estava no quinto mês da gestação e, no momento contou ao seu parceiro, ele a havia ofendido e dito que o filho não era dele. Passada uma semana, ele a procurou e disse que assumiria o bebê, mas queria que ela fizesse um ultrassom para ver a data correta

da concepção e descobrir o sexo da criança. Lucy afirmou que, logo depois de marcado o exame, o ex-parceiro repetia que queria que o bebê fosse um homem, que este “seria bonito como o pai” e seria criado para “fazer sucesso com as meninas”. Contudo, o ultrassom revelou que o bebê era uma menina, o que deixou Lucy contente, mas não o pai, que voltou a questionar a paternidade da criança e disse, conforme ela me relatou, que “não queria uma filha mulher”, que “uma menina não ajuda em nada” e ainda lhe “daria trabalho, se puxasse a mãe promíscua”. Lucy deu à luz em outubro de 2018 e me contou que o pai mudou o seu comportamento em relação à bebê logo após o nascimento. Segundo ela, ele tem sido bem amoroso com a filha, a qual ele afirma “ser sua princesa”. Sobre o apoio financeiro que lhe é devido, embora não o tenha exigido judicialmente, Lucy afirmou que o pai a “ajuda muito”, mas não lhe dá dinheiro, visto que ele declarou preferir comprar os mantimentos e levar em sua casa a fim de que Lucy não gaste o dinheiro destinado a sua filha “com outros homens”.

Em meio aos grupos de imigrantes de baixa renda, periferizados, pouco alfabetizados, nos quais as mulheres dependem emocional e financeiramente dos homens para morar, comer, enfim, sobreviver, as desigualdades de gênero e a violência encontram um cenário ideal para se perpetuar. Ainda que dividam a casa, ainda que muitas trabalhem, ainda que existam relações afetivas, ainda que nasçam bebês frutos dessas relações, o fato é que a mulher haitiana – assim como a mulher brasileira, a colombiana, a argentina, a africana e as de tantos outros países e continentes – está longe de ser tratada como uma igual pelo homem. Acerca disso:

Opõe-se por vezes o "mundo feminino" ao universo masculino, mas é preciso sublinhar mais uma vez que as mulheres nunca constituíram uma sociedade autônoma e fechada; estão integradas na coletividade governada pelos homens e na qual ocupam um lugar de subordinadas; estão unidas somente enquanto semelhantes por uma solidariedade mecânica: não há entre elas essa solidariedade orgânica em que assenta toda uma comunidade unificada; [...] E daí vem o paradoxo de sua situação: elas pertencem ao mesmo tempo ao mundo masculino e a uma esfera em que esse mundo é contestado; encerradas nessa esfera, investidas por aquele mundo, não podem instalar-se em nenhum lugar com tranquilidade. Sua docilidade comporta sempre uma recusa, a recusa de uma aceitação; nisto sua atitude aproxima-se da atitude da moça; mas é mais difícil de sustentar porque não se trata somente para a mulher adulta de sonhar sua vida através de símbolos, e sim de vivê-la. A própria mulher reconhece que o universo em seu conjunto é masculino; os homens modelaram-no, dirigiram-no e ainda hoje o dominam; ela não se considera responsável; está entendido que é inferior, dependente; não aprendeu as lições da violência, nunca emergiu, como um sujeito, em face dos outros membros da coletividade; fechada em sua carne, em sua casa, apreende-se como passiva em face desses deuses de figura humana que definem fins e valores. Neste sentido, há verdade no slogan que a condena a permanecer "uma eterna criança"; também se dizia dos operários, dos escravos negros, dos indígenas colonizados que eram "crianças grandes", enquanto não os temeram; isso significava que deviam aceitar, sem discussão, verdades e leis que outros homens lhes propunham. O quinhão da mulher é a obediência e o respeito. Ela não tem domínio, nem sequer em pensamento,



sobre essa realidade que a cerca. É essa realidade a seus olhos uma presença opaca. Efetivamente, ela não fez a aprendizagem das técnicas que lhe permitiriam dominar a matéria; não é com a matéria que lhe cabe lutar, e sim com a vida e esta não se deixa dominar pelas ferramentas; não se pode senão suportar-lhe as leis secretas (BEAUVOIR, 1967, p. 363 – 364).

A fim de superar tantas assimetrias construídas social e culturalmente, mulheres do mundo inteiro têm se organizado em coletivos e organizações com o objetivo de lutar pelos seus direitos, pelo seu espaço, pela diminuição do *gender-gap*<sup>23</sup> e pela denúncia de situações de violência a que são sujeitas diariamente. No Brasil e, mais especificamente, em Belo Horizonte, são nesses grupos que mulheres imigrantes têm conseguido se reunir para trocar experiências, organizar eventos para venda de artesanato e comida e, em alguns casos, denunciar e receber apoio pelos abusos e desassistências que têm sofrido em suas novas vidas. Para a efetividade dos grupos e movimentos feministas, citando Donna Haraway, Correa recomenda que a procura por uma identidade feminina seja substituída por uma luta em torno de afinidades entre as mulheres, visto que, conforme anteriormente discutido, um mesmo grupo pode agregar identidades diversas e contraditórias:

Tornou-se difícil nomear nosso feminismo através de um adjetivo único - e até insistir no substantivo em qualquer circunstância. A consciência da exclusão via nomeação é aguda. As identidades parecem contraditórias, parciais e estratégicas. O reconhecimento arduamente conquistado de sua constituição social e histórica impede que gênero, raça e classe sejam a base da crença numa unidade "essencial". Não há nada a respeito de ser "feminina" que una as mulheres naturalmente. Nem mesmo existe o estado de "ser" feminina, ela mesma uma categoria altamente complexa, construída em discursos científicos sexualizados e através de outras práticas sociais conflitivas. A consciência de gênero, raça ou classe foi uma conquista a que fomos forçadas pela terrível experiência histórica das realidades sociais contraditórias do patriarcado, do colonialismo e do capitalismo. E quem é "nós" na minha própria retórica? Que identidades estão disponíveis para sustentar um mito político tão potente chamado "nós" e o que motivaria o alistamento nessa coletividade? Uma fragmentação pungente entre as feministas (para não dizer entre as mulheres) em qualquer tipo de alinhamento tornou a noção de mulher elusiva, uma desculpa para a matriz da dominação de mulheres por mulheres. Para mim - e para tantas que compartilham uma situação histórica semelhante como branca, profissional de classe-média, fêmea, radical, norte-americana, de meia idade - as fontes de uma crise de identidade política são inúmeras. A história recente de boa parte da esquerda e do feminismo nos Estados Unidos tem sido uma resposta a esse tipo de crise através de infundáveis fracionamentos e da busca por uma nova unidade essencial. Mas tem havido também um crescente reconhecimento de outra resposta a partir de coalisões: afinidade, não identidade. (HARAWAY, 1989, *apud* CORREA, 2005, p. 121-122).

O encontro de afinidades entre as mulheres imigrantes e brasileiras nas associações e coletivos permitem a união e a troca de experiências, de modo que muitas haitianas têm conseguido com o apoio destes grupos encontrar assistência jurídica,

---

<sup>23</sup> Termo em inglês cunhado para referir à discrepância ou entre os gêneros, em matérias como salários, educação, política, saúde, etc.

psicológica e até mesmo oportunidades de trabalho para se manter e sobreviver. Os coletivos emergem então, como lugares de troca, de resistência, de permanência, de lazer e de apoio, oferecendo às mulheres que os procuram a oportunidade de criar vínculos e pertencimentos com os lugares e umas com as outras. Ao propor estudar a forma pela qual a imigração tem permitido às haitianas mudanças nos seus valores relacionados às relações de gênero, o contato com essas mulheres associadas a grupos e coletivos femininos é parte integrante e fundamental deste trabalho, e sobre isso discorrerei detalhadamente mais à frente.

### 2.3. O USO DA HISTÓRIA ORAL NAS INCURSÕES ETNOGRÁFICAS

Para tentar estabelecer um diálogo com os imigrantes e, mais especificamente, com as mulheres haitianas, foram realizadas incursões etnográficas já que este método entende que (i) o pesquisador é o principal instrumento de pesquisa e (ii) o contato direto e prolongado com a unidade social de estudo são os procedimentos que merecem atenção (COSTA, 1986). As contribuições da etnografia para a pesquisa qualitativa são várias, sobretudo para aquelas que, como neste caso, se interessam pelas desigualdades sociais, pelos processos de exclusão e marginalização e pelas situações sócio-interacionais adjacentes. Mattos elenca três motivos que justificam a importância de se lançar mão dos recursos etnográficos para este tipo de pesquisa:

[...] Primeiro, [*porque a etnografia*] preocupa-se com uma análise holística ou dialética da cultura, isto é, a cultura não é vista como um mero reflexo de forças estruturais da sociedade, mas como um sistema de significados mediadores entre as estruturas sociais e as ações e interações humanas.

Segundo, por introduzir os atores sociais com uma participação ativa e dinâmica no processo modificador das estruturas sociais. Neste sentido, Mehan (1992) afirma que o objeto de pesquisa pode ser o sujeito, sendo considerado como a agência humana no ato de significar as contradições sociais evidenciadas nestas estruturas e processos interacionais.

Terceiro, por revelar as relações e interações ocorridas no interior das escolas, assim como de outras instituições parte dessas estruturas sociais [*no caso dessa pesquisa, o espaço vivido e modificado pelos haitianos na RMBH*] de forma que esta se abra e evidencie os processos por elas engendrados e de difícil visibilidade para os sujeitos que dela fazem parte (ERICKSON, 1986). Neste sentido, o sujeito da pesquisa, historicamente ator das ações sociais e interacionais, contribui para significar o universo pesquisado exigindo a constante reflexão e reestruturação do processo de questionamento do pesquisador (MATTOS, 2001, p. 50 – 51).

As incursões etnográficas que fiz tiveram início em novembro de 2017 e terminaram em dezembro de 2018 – embora laços de amizade tenham sido criados e, por isso, espero que sejam mantidos para além da finalização da pesquisa. Os primeiros contatos foram possibilitados por amigos e conhecidos que, gentilmente, acreditaram na

importância deste estudo e se dispuseram a intermediar essa relação entre a pesquisadora e os sujeitos de pesquisa. Os encontros iniciais se deram principalmente em ambientes de festa e descontração e, embora tenha levado certo tempo até que eu conseguisse criar vínculos com os haitianos e, mais tempo ainda, com as haitianas, esses primeiros contatos foram importantes para a familiarização de ambas as partes e observação. Passado esse momento, com o consentimento dos envolvidos, foram com eles estabelecidos diálogos, alguns informais, sobre acontecimentos cotidianos, e outros orientados por questões pertinentes a essa pesquisa. Deixo claro que passado um tempo foi complexo delimitar onde começava o formal e o informal, onde terminava a pesquisa acadêmica e começava a vida particular, sobretudo quando a temática estudada gerou tantos movimentos de empatia e estabelecimento de relações de amizade. Ao lidar com seres humanos, na sua individualidade e coletividade, ater-se à posição de pesquisadora sem afetividade, estabelecendo limites rijos e distanciamentos, se mostrou tarefa difícil, sobretudo ao lançar mão da etnografia como metodologia, o que Favret-Saada (2005) aponta ser comum neste tipo de pesquisa:

[...] quando um etnógrafo aceita ser afetado, isso não implica identificar-se com o ponto de vista do nativo, nem aproveitar-se da experiência do campo para exercitar seu narcisismo. Aceitar ser afetado supõe, todavia, que se assuma o risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer. Pois se o projeto de conhecimento for onipresente, não acontece nada. Mas se acontece alguma coisa e se o projeto de conhecimento não se perde em meio a uma aventura, então uma etnografia é possível. (FAVRET-SAADA, 2005. p. 162)

Assim como Magnani (2002, p. 18), ao propor a etnografia como método de pesquisa, o meu objetivo é “[...] um olhar de perto e de dentro, mas a partir dos arranjos dos próprios atores sociais”, observando e refletindo sobre as suas formas de “[...] transitar pela cidade, usufruir seus serviços, utilizar seus equipamentos, estabelecer encontros e trocas nas mais diferentes esferas – religiosidade, trabalho, lazer, cultura, participação política ou associativa, etc.”. Para o autor, essa estratégia pressupõe um investimento na observação dos atores sociais, do grupo e da prática que estão sendo estudados, e também da paisagem em que essa prática se desenvolve, uma vez que ela não deve ser entendida como mero cenário, mas como parte constitutiva do recorte de análise.

Ainda acerca dos métodos de pesquisa, concomitantemente às incursões etnográficas, lancei mão da História Oral, o que se mostrou um procedimento fundamental para registrar e posteriormente analisar os diálogos de uma maneira quiçá mais racional. Por vezes, ao conversar com os sujeitos da pesquisa, enveredamos por caminhos imprevistos e a conversa tomou rumos que poderiam tanto ser benéficos quanto

pouco úteis para este trabalho – mas, nem por isso, desinteressantes. Assim, a gravação de muitos desses diálogos foi de suma importância para que, em um segundo momento, em casa, eu pudesse refletir sobre o teor das conversas e sobre o meu desempenho ao conduzir a pesquisa. Acerca disso, Delgado afirma que:

A história oral é um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais. *Não é, portanto, um compartimento da história vivida, mas, sim, o registro de depoimentos sobre essa história vivida.* De acordo com Meihy (2005), é um procedimento premeditado de produção de conhecimento, que envolve o entrevistador, o entrevistado e a aparelhagem de gravação (DELGADO, 2010, p. 15 – 16. Grifos da autora).

Nesse sentido, o livro *História Oral: memória, tempo, identidades*, de Lucilia Delgado, foi bastante elucidativo e norteador na construção do método dessa pesquisa. A autora deixa claro que, antes de qualquer coisa, a entrevista só deve ser pensada após o aceite do entrevistado e que, embora deva haver um roteiro norteador, ele deve ser flexível e adequado aos dados biográficos de cada sujeito entrevistado. Ademais, ela salienta que o ato de entrevistar é, acima de tudo, uma relação humana, que pressupõe alteridade e respeito, portanto deve ser permeada pela sinceridade, evitando constrangimentos e questionários rígidos que afetem a narrativa. Delgado (2010, p. 27) cita que devemos “respeitar os momentos de silêncio e esquecimento, pois são tão significativos quanto a narrativa que flui sem interrupções” e foi exatamente lacuna que me chamou a atenção na situação delicada de gênero que permeia a imigração haitiana. Acerca disso, Orlandi considera que:

Em princípio o silêncio não fala, ele significa. Se traduzimos o silêncio em palavras há transferência, logo, deslizamento de sentidos, o que produz outros efeitos. Isto se deve ao fato de que mesmo se o silêncio não fala, enquanto forma significante, ele tem sua materialidade, sua forma material específica. A forma material [...] constituída pela/na discursividade, [...] em que se inscrevem os efeitos da articulação língua/história, acontecimento do significante no sujeito (ORLANDI, 2012, p. 129 *apud* RIZENTAL, 2017 p. 38).

Para Martins (1993), a pesquisa não se resolve com a sofisticação de técnicas, exatamente pelo fato de o pesquisador se defrontar, frequentemente, com a linguagem do silêncio. Para ele, esta é uma linguagem e um meio de luta, que requer uma paciência enorme para ser “ouvida”. “[...] E é ele [o silêncio] que fala mais do que qualquer outra coisa. Às vezes, numa situação de entrevista, o entrevistado é capaz de ficar longo tempo calado” (MARTINS, 1993. p. 33), situação que experienciei por diversas vezes em campo, sendo que “as poucas palavras, intercaladas por pausas e acompanhadas por muitos gestos, colocam o pesquisador diante da ampla riqueza dessa dupla fala, que oculta

e revela e, com isso, situa quem fala e, também, quem ouve” (*ibid.*, p. 33). O autor observa que “[...] A linguagem do silêncio, do gesto, do olhar, fala muito mais profundamente sobre o outro e eu, do que aquilo que o outro diz usando, na fala, a minha língua, não a língua dele.” (*ibid.*, p. 35), o que me faz questionar: por termos línguas nativas diferentes, o quanto se perde na minha conversa com os haitianos? O que é impossível de ser falado em uma língua que eles vêm aprendendo, muitas vezes informalmente, há pouco mais de um ou dois anos? E como transcrever o silêncio, a pausa? Como transcrever a hesitação, as lacunas, as palavras proferidas com grau de incerteza ou os “nãos” que querem dizer “sim”? Concluo que, às vezes, as estruturas rígidas da linguagem escrita são grandes limitadoras para a livre e diversa linguagem oral.

Não obstante, para facilitar a quem lê a transcrição dos diálogos as impressões que o pesquisador teve ao longo das entrevistas, a atenção à entonação, às pausas, às reticências é fundamental. A esse respeito, Portelli (1991) recomenda que o pesquisador se atente aos sinais de pontuação, porque eles darão o tom e as pausas do diálogo para o leitor:

*Para hacer legible la transcripción, habitualmente es necesario incluir signos de puntuación, que son siempre un agregado mas o menos arbitrario del transcriptor. La puntuación indica pausas distribuidas de acuerdo con reglas gramaticales: cada signo tiene un lugar, un significado y una extensión convencionales. Estos casi nunca coinciden con los ritmos y pausas del sujeto que habla y, por lo tanto, terminan por confinar el discurso dentro de reglas gramaticales y lógicas que no sigue necesariamente. La extensión exacta y la ubicación de la pausa tiene una función importante en el entendimiento del significado del discurso. Las pausas gramaticales regulares tienden a organizar lo que se dice en torno de un modelo básicamente expositivo y referencial, mientras que las pausas de extensión y ubicación irregulares acentúan el contenido emocional y las pausas muy pesadas y rítmicas recuerdan el estilo de las narraciones épicas. Muchos narradores pasan de un tipo de ritmo a otro dentro de la misma entrevista, a medida que cambia su actitud hacia los temas que se están tratando. Por supuesto, eso sólo puede percibirse escuchando, no leyendo. Otro tanto puede decirse respecto de la velocidad del habla y sus cambios durante la entrevista. No hay reglas interpretativas fijas: la desaceleración puede significar mayor énfasis así como mayor dificultad, y la aceleración puede demostrar un deseo de pasar por alto ciertos puntos, así como una mayor familiaridad o comodidad. En todos los casos, el análisis de los cambios en la velocidad debe combinarse con el análisis del ritmo. Los cambios son la norma en el habla, mientras que la regularidad es la norma en la escritura (impresa sobre todo) y la presunta norma de la lectura: el lector introduce las variaciones, no el texto mismo*<sup>24</sup> (PORTELLI, 1991. p. 2).

---

<sup>24</sup> Em português: “Para tornar a transcrição legível, geralmente é necessário incluir sinais de pontuação, que são sempre um agregado mais ou menos arbitrário de quem transcreve. A pontuação indica pausas distribuídas de acordo com as regras gramaticais: cada signo tem um lugar, significado e extensão convencionais. Estes quase nunca coincidem com os ritmos e pausas do sujeito que fala e, portanto, acabam confinando o discurso a regras gramaticais e lógicas que ele não necessariamente segue. A exata extensão e localização da pausa tem uma função importante na compreensão do significado do discurso. As pausas gramaticais regulares tendem a organizar o que é dito em torno de um modelo basicamente expositivo e referencial, enquanto as pausas de extensão e localização irregulares acentuam o conteúdo emocional e as

Transcrever, parafrasear e pontuar as conversas tentando transmitir as incertezas, as dúvidas, as pausas e as reticências dos sujeitos pesquisados é um dos principais desafios deste trabalho. Assim como Portelli relata (1991), as narrativas contêm mudanças substanciais de “velocidade”: às vezes, o sujeito conta em poucas palavras uma experiência complexa que durou muito tempo, e talvez isso se dê ou porque hoje ela já não é mais tão importante, ou porque para ele é difícil falar à respeito; outras vezes, um episódio breve pode ser narrado de forma detalhada e demorada, o que pode sugerir um impacto maior em sua vida ou até mesmo a vontade de se ater a assuntos mais “leves” e fugir de temas mais delicados. Para o autor, essas oscilações são significativas e, por isso, devem ser consideradas pelos pesquisadores no momento da transcrição e nas reflexões sobre o diálogo, tarefa essa que tentarei arduamente empreender aqui e que será facilitada pelo método da História Oral, visto que o registro de tantos diálogos me permite refletir sobre a melhor maneira de transcrevê-los sem que a minha memória comprometa a experiência.

Cusicanqui (2008), defende que a História Oral se propõe como uma forma de descolonizar a história: “[...] *la historia oral en este contexto es por eso mucho más que una metodología “participativa” o de “acción” [...]: es un ejercicio colectivo de desalienación, tanto para el investigador como para su interlocutor*<sup>25</sup>” (CUSICANQUI, 2008, p. 174. Grifos da autora). De forma semelhante, pude perceber que a História Oral é uma forma de dar voz aos sujeitos de pesquisa e de permitir que eles mesmos sejam contadores e autores da sua história, posto que entrevistar um sujeito é fazê-lo refletir sobre um tempo que vai além do presente e fazê-lo reporta-se ao passado, ao ponto da significação da sua existência a partir das suas lembranças (TUAN, 2013). Isso permite ao sujeito retornar a si mesmo, em “[...] um encontro com a própria existência espaço-temporal, onde o tempo, por um instante, não exerce sua função natural, e por estes poucos minutos que parecem séculos de contemplação, encontramos nosso lugar” (SILVA, 2015, p. 58).

---

pausas pesadas e rítmicas lembram o estilo das narrações épicas. Muitos narradores passam de um tipo de ritmo para outro na mesma entrevista, pois mudam de atitude em relação aos assuntos que estão sendo discutidos. Claro, isso só pode ser percebido ouvindo, não lendo. O mesmo pode ser dito sobre a velocidade da fala e suas mudanças durante a entrevista. Não há regras interpretativas fixas: a desaceleração pode significar maior ênfase, bem como maior dificuldade, e a aceleração pode demonstrar um desejo de negligenciar certos pontos, bem como maior familiaridade ou conforto. Em todos os casos, a análise das mudanças na velocidade deve ser combinada com a análise do ritmo. As mudanças são a norma na fala, enquanto a regularidade é a norma na escrita (impressa acima de tudo) e a suposta norma da leitura: o leitor introduz as variações, não o próprio texto.” (tradução nossa).

<sup>25</sup> Em português: “[...] a história oral neste contexto é, portanto, muito mais que uma metodologia participativa "ou" ação " [...]: é um ato coletivo de desalienação, tanto para o pesquisador quanto para seu interlocutor” (tradução nossa).

Posso afirmar que, ao longo das incursões etnográficas realizadas neste trabalho, tive a oportunidade de conhecer uma média de quarenta haitianos, embora tenha conversado mais demoradamente com vinte e dois deles, dezesseis homens e seis mulheres. Contudo, transcreverei diretamente somente os relatos e conversas que tive com cinco homens e uma mulher, que foram os que me autorizaram a gravação e transcrição direta das nossas conversas, tendo em vista a exigência do preenchimento do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) exigido pelo Comitê de Ética em Pesquisa (COEP) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – conforme Anexo 2. É importante ressaltar que para um imigrante, mesmo em situação documental regular, pode ser extremamente desconfortável e desconfiável a tarefa de dar o seu nome completo e fornecer os seus dados pessoais para uma pesquisadora que ele não conhece muito bem. Embora eu tenha me esforçado para explicar a essas pessoas os porquês da minha pesquisa, o compromisso com a confidencialidade, além do fato de que as informações que eles me passaram jamais serão divulgadas e utilizadas contra eles, eu não consegui convencer a todos sobre a necessidade de preencher e assinar o Termo, por isso não pude gravar e tampouco transcrever diretamente tantas outras conversas interessantes que agregariam valor e informações relevantes a este trabalho. Sobre os outros sujeitos que não concordaram em assinar o TCLE, muitos afirmaram não se importar se eu gravasse as nossas conversas, o que eu optei não fazer por motivos procedimentais e éticos. No entanto, trarei um pouco das suas histórias através da reprodução indireta de algumas narrativas que guardei em minha memória, além de que usarei algumas informações que eles me forneceram para a elaboração dos mapas deste trabalho, notoriamente os confeccionados pela geógrafa, mestre e amiga Denise Marques Sales. Assim, deixo claro que, tanto para preservar os entrevistados quanto para preservar-me enquanto pesquisadora, todos os nomes utilizados ao longo deste trabalho não coincidem com os nomes reais dos sujeitos pesquisados, além de que em nenhum momento eu utilizarei informações e referências que possam identificá-los e, eventualmente, prejudicá-los.

Ressalto também que a minha maior dificuldade procedimental foi dialogar com alguns sujeitos, sobretudo mulheres haitianas, em virtude das barreiras idiomáticas. Pude perceber que os homens têm tido uma facilidade maior em se comunicar em português do que as mulheres, o que atribuo a duas situações: muitas haitianas tiverem, em seu país, um tempo escolar menor que o dos homens, o que repercute até os dias de hoje em sua capacidade de aprender outro idioma; os homens têm tido maior facilidade de acederem o mercado de trabalho, o que, por sua vez, amplia o seu convívio com brasileiros e faz com que eles tenham mais oportunidades de aprender e praticar a nova língua. Devido a

isso, conforme narrarei mais a diante, muitas vezes minhas conversas com as haitianas foi intermediada por homens, o que gerava desconfortos e limitações, ou, quando tínhamos liberdade de conversar particularmente, as próprias barreiras linguísticas originavam desconfortos e limitações diferentes. No entanto, apesar de todos esses obstáculos, através de adaptações e improvisos, foi possível criar vínculos e estabelecer contatos fundamentais para a conclusão deste trabalho, conforme abordarei nas sessões seguintes.

Ao compreender que este estudo vai além do trabalho com estatísticas e extrapola a discussão de termos e conceitos geográficos, sem desconsiderar, todavia, a sua importância para a realização das análises aqui propostas, posso afirmar que foi principalmente a partir do contato direto com a realidade dos sujeitos de pesquisa em questão que pude atingir os fins aos quais me propus. O desenvolvimento de vínculos, o relacionamento com os sujeitos que participaram deste estudo e o contato com o seu espaço vivido, entendido aqui como resultante de acontecimentos que elevam o lugar à sensação de pertencimento (SANTOS, 1996), me permitiram compreender algumas das relações visíveis e veladas que compõem imigração haitiana para a RMBH. E é entre o dito e o não dito, entre o observado e, talvez, tendenciosamente, inferido, que esta pesquisa se desenvolveu no sentido de compreender qual tem sido o lugar da mulher haitiana neste contexto.

A fim de atender aos objetivos propostos nestes dois primeiros capítulos, o restante deste trabalho será desenvolvido da seguinte forma: no capítulo 3, intitulado “O começo é masculino”, farei um histórico da situação social, política e econômica do Haiti, a fim de que possamos compreender os motivos que levam à emigração do seu povo, além de que abordarei a chegada dos haitianos na RMBH, majoritariamente masculina, público sobre o qual esta pesquisa se debruçou em um primeiro momento; no capítulo 4, que denominei de “Da transição da pesquisa ao aprofundamento das questões de gênero”, contarei como foi o processo de transição dessa pesquisa para uma abordagem de gênero, o que será seguido por um panorama das relações de gênero no Haiti, e então, com base nos relatos, dissertarei sobre a minha percepção do que é ser uma mulher haitiana na RMBH; por fim, o objetivo do capítulo 5, chamado “A busca da mulher haitiana pelo seu lugar na RMBH”, será compreender qual tem sido o lugar das mulheres haitianas na região metropolitana e se, através das suas práticas coletivas, elas têm conseguido reagir contra as instituições e as culturas machistas e patriarcais para conquistar os seus lugares de pertencimento, resiliência e empoderamento no contexto metropolitano.



### 3. O COMEÇO É MASCULINO

*“Nós, migrantes e organizações de migrantes envolvidas nas migrações de diversas partes do planeta, estamos trilhando atualmente um mundo em desarmonia cujo futuro é tão novo como ameaçador e incerto. Desde os primórdios dos tempos, a humanidade fez da mobilidade uma possibilidade de ser protagonistas de nossos destinos em prol de conseguir novas dimensões de segurança e solidariedade individual e coletiva. A migração sempre foi e será consubstancial às realidades internacionais, à humanidade e ao ser humano. Se ontem nos deslocávamos por necessidade na procura de esperança, muitas vezes em função das correntes religiosas, das guerras e das promessas do comércio, e apesar que hoje continuamos a nos deslocar por esses motivos, também o fazemos pelas desigualdades, crises ambientais, o produtivismo desenvolvimentista, o trabalho e os novos conflitos globalizados. Hoje, uma de cada sete pessoas no planeta é imigrante e experimenta as múltiplas formas de mobilidade humana. Hoje, pela primeira vez depois das maiores conflagrações mundiais do século passado, chegamos a ser aproximadamente 65 milhões de deslocados forçados e refugiados [...].*

*[...] Desta forma, temos sido agentes de riqueza (somos aproximadamente 30% da força laboral do planeta), de novas cidadanias e de lutas sociais. Temos gerado novos mundos intersociais e interculturais, perturbando muitas vezes a ordem estabelecida. Nosso Norte tem se transformado no Sul de algum jeito, já que a balança demográfica global se inclinou ineludivelmente ao Sul global ainda quando continuaremos migrando em parte a países ocidentais.*

*Hoje, somos testemunhas diretas de que os muros, as identidades nacionalistas exacerbadas, a erosão do direito à mobilidade, os conceitos de “migração regular e protecionista” e a negação migratória, todos estes sinais característicos de um mundo preso nas suas disputas e seu passado, nos envolvem, nos afastam e nos matam.*

*[...] Trata-se, no fundo, de uma luta por disputar uma sociedade e uma matriz de mundialização positiva, legítima, democrática, não excludente, por uma visão integradora dos povos e da diversidade do mundo, um mundo no qual possam ser incluídos todos os mundos. De fato, é uma luta solidária e transversal a outras lutas étnicas, econômicas, políticas, ambientais, civilizatórias, tanto a nível local como global. [...].”*

François Souldard<sup>26</sup>

Para Émile Durkheim, as ciências sociais devem se ocupar do estudo dos fatos sociais, os quais ele entende como maneiras coletivas de agir, pensar e sentir, exteriores ao sujeito, e que, por sua vez, são dotadas de poder de coerção sobre ele. A esse respeito, Sayad (1998) aponta que é consenso entre a comunidade científica afirmar que a imigração é um fato social completo, o qual pode ser estudado através do cruzamento das ciências sociais, como um ponto de encontro entre várias disciplinas. Para o autor “o espaço dos deslocamentos não é apenas um espaço físico, ele é também um espaço

---

<sup>26</sup> François Souldard é um migrante franco-argentino residente em La Plata-Buenos Aires, comunicador e metodólogo social, integrante da Rede de Comunicadores do Mercosul, parte da Rede de Comunicadores do Fórum Panamazônico, ativista do Fórum Mundial de Meios Livres e um dos comunicadores do 8º Fórum Social Mundial das Migrações, sediado no México em 2018. Este texto pode ser conferido na íntegra no site <<http://fsmm2018.org/8vo-forum-social-mundial-das-migracoes-mexico-2018/?lang=pt-br>>. Acesso em 01 de fevereiro de 2018.

qualificado em muitos sentidos” (SAYAD, 1998, p. 15); pode ser social, econômico, político, cultural etc., e suas variações e especificações podem ser objeto de estudo de várias ciências. Assim, sob a ótica das geografias Humanística e Cultural - sem, contudo, deixar de lado a contribuição de várias outras ciências sociais que perpassam e inevitavelmente entrecruzam e enriquecem esta análise -, este trabalho propõe o estudo da imigração haitiana nos seus sentidos sociais, espaciais, culturais e de gênero.

A imigração, sobretudo quando não idealizada e incentivada pelo Estado receptor, tende a produzir segregação e ilegalidade. Em países como o Brasil, com grandes disparidades econômicas, abismos sociais e que tem vivido um momento de instabilidade política e econômica, voltar-se para os imigrantes e os refugiados, garantir-lhes condições mínimas de sobrevivência e acesso a meios de consumo coletivos básicos parecem pautas pouco prioritárias para o poder público. No entanto, pessoas continuam saindo dos seus países em razão de problemas sociais, econômicos, perseguições políticas e/ou religiosas e tragédias naturais, e procurando novas oportunidades para se reproduzirem socialmente em outras regiões, independentemente da receptividade dos governos desses países de destino dos fluxos migratórios. É a ânsia pela segurança, pela prosperidade e por encontrar lugares de pertencimento que faz com que tantas pessoas desbravem o mundo sem quaisquer garantias de êxito.

De acordo com Santos (1996), o mundo é composto por espaços da globalização, com conjuntos de possibilidades, cuja efetivação depende das possibilidades e oportunidades oferecidas pelos lugares. Para o autor:

[...] o território termina por ser a grande mediação entre o Mundo e a sociedade nacional e local, já que, em sua funcionalização, o ‘Mundo’ necessita da mediação dos lugares, segundo as virtualidades destes para usos específicos. Num dado momento, o ‘Mundo’ escolhe alguns lugares e rejeita outros e, nesse movimento, modifica o conjunto dos lugares, o espaço como um todo. É o lugar que oferece ao movimento do mundo a possibilidade de sua realização mais eficaz. Para se tornar espaço, o Mundo depende das virtualidades do Lugar (Santos, 1996, p.271).

Neste movimento dialético, ao passo que alguns lugares saturam suas possibilidades, outros emergem com novas virtualidades e possibilidades para que os sujeitos possam viver e reproduzir seus modos de vida. Quando Santos (1996) afirma que o “mundo” escolhe alguns lugares e rejeita outros, podemos compreender que as dinâmicas sociais e econômicas fazem com que, de tempos em tempos, alguns lugares se mostrem mais prósperos e, conseqüentemente, se tornem destino de fluxos migratórios, enquanto outros, que outrora possam ter vivido tempos de prosperidade, são acometidos por crises econômicas, políticas, sociais e naturais, que os tornam limitados, passando a

repelir imigrantes e até sua própria população. Uma situação assim é observada entre Brasil e Portugal: nos primeiros séculos pós- “descobrimento”/invasão, o Brasil foi alvo de grandes fluxos migratórios portugueses que pretendiam colonizar o território; mais recentemente, embora não se tenha dados precisos, autoridades consulares brasileiras estimam que cerca de 200.000 brasileiros viviam em Portugal antes da crise de 2008, o que representava cerca de 25% do total de estrangeiros residentes no país europeu – o mais importante contingente de imigrantes do país. Até aquele momento, as virtualidades e possibilidades do território português se mostravam como passíveis de transformá-lo em lugar para diversos brasileiros. Contudo, a crise econômica que assolou Portugal a partir de 2008 mudou este cenário, fazendo com que o desemprego atingisse até 20% do total de imigrantes economicamente ativos que lá moravam (FERNANDES e CASTRO, 2013).

Além das dificuldades de se encontrar trabalho, vários brasileiros se viram privados do apoio dos serviços sociais portugueses que, por cortes orçamentários, reduziram em muito o atendimento às populações em situação de vulnerabilidade. Do outro lado do Atlântico, o Brasil, na mesma época, conhecia as maiores taxas de crescimento econômico observada nas últimas décadas. Esta situação ampliou a oferta de postos de trabalho o que reduziu a taxa de desemprego no país a níveis nunca antes vistos, sendo que, para alguns analistas, o país vivia em situação de pleno emprego (FERNANDES e CASTRO, 2013, p. 100).

Dessa forma, ao passo que, nos anos que se seguiram, as possibilidades do território e de “se fazer o lugar” em Portugal pareciam limitadas, o Brasil se lançava aos seus nacionais do além-mar com uma gama considerável de possibilidades e virtualidades, o que incentivou o retorno de muitos. Ainda nesse movimento dialético de transformação, atualmente, com a recuperação de Portugal e após a crise econômica internacional atingir o Brasil e repercutir em crises sociais e políticas que perduram até os dias de hoje (2019), o fluxo migratório de brasileiros para terras lusas aumentou, o que atesta a dinâmica da globalização na criação de territórios e das virtualidades dos lugares (SCHELLER, 2018).

O Haiti, tal qual todo continente americano, viveu processos migratórios complexos, cujo início remonta, sobretudo, ao ano de 1492, quando Cristóvão Colombo e sua comitiva chegaram à ilha carregando a bandeira do Reino da Espanha e a batizaram de Ilha de Hispaniola<sup>27</sup>. “Em dezembro de 1492, o navegador espanhol estabeleceu uma capitania em *Ayiti*<sup>28</sup>. Nos primeiros anos, a busca por riquezas concentrou-se na extração de ouro explorado pelo trabalho compulsório da população indígena local”

---

<sup>27</sup> Que corresponde aos atuais territórios do Haiti e da República Dominicana.

<sup>28</sup> “Em Arawak, língua dos nativos da região, *Ayiti* significa “terras altas””. (MATIJASCIC, 2010, p. 2).

(MATIJASCIC, 2010. p. 2). Com isso, a ilha teve a sua população escravizada e dizimada, enquanto recebia uma quantidade significativa de espanhóis dedicados à sua colonização. Por outro lado, com a assinatura do Tratado de Ryswick em 1697, a Espanha transferiu para a França o controle da parte ocidental de Hispaniola, correspondente ao atual território do Haiti, que passou a receber um fluxo ainda maior de franceses. Acerca disso:

A cobiça pelo novo território despertou o interesse da França. Ao final do século XVI, os franceses ocuparam a porção noroeste da ilha, atingindo um terço do território em meados do século XVII. Em 1697, o Tratado de Ryswick oficializou aos franceses a concessão do território já ocupado. A França denominou a nova possessão como Saint-Domingue: “Conhecida como a *Pérola das Antilhas*, a mais rica colônia da monarquia francesa contava, na época, com sete mil e oitocentas propriedades agrícolas, onde se produziam café, algodão e, sobretudo açúcar” (SEITENFUS, 1992, grifo do autor, p.1). A monocultura e o sistema de mão de obra escrava ofereciam enormes vantagens econômicas à metrópole. Para assegurar tal fonte de riquezas, a estrutura da sociedade colonial era extremamente rígida.

Para amparar essa visão sobre a sociedade colonial do Haiti do século XVII, Eric Williams analisou a estrutura social haitiana dividindo-a em cinco grupos. No topo da hierarquia estavam os “grandes brancos” que eram os proprietários e comerciantes de monoculturas. No segundo grupo estavam os funcionários da monarquia francesa. O terceiro era constituído pelos “brancos pobres” que eram homens de ofício de baixa remuneração, como professores e artesãos. Esses três primeiros grupos somavam um total aproximado de 40 mil pessoas. Em seguida, a sociedade colonial se dividia entre mulatos e negros. Os mulatos totalizavam 28 mil pessoas. Eram cidadãos livres que não tinham o mesmo status social e direitos políticos desfrutados pelos brancos. Por último, a mais ampla camada social reunia mais de 452 mil escravos (WILLIAMS, 1970 *apud* FARMER, op. cit., p. 58). (MATIJASCIC, 2010. p. 3).

Dessa forma, o Haiti, que nas últimas décadas têm sido um grande expulsor populacional, nos primeiros séculos pós-invasão europeia foi alvo de consideráveis fluxos imigratórios, uma vez que o novo território se apresentava como uma terra cheia de possibilidades para a obtenção de riquezas e para a construção de novos lugares e territórios de prosperidade e ascensão econômica. A população haitiana foi, assim, composta por espanhóis e franceses de castas altas, por negros africanos levados à força para a ilha para serem explorados pelo regime escravocrata, através de relações pautadas na assimilação forçada, na violência, na exploração e no estupro, o que culminou em uma estrutura social hierarquizada de cima, pelos brancos, para baixo, pelos negros<sup>29</sup>. Este quadro de desigualdade social tornou a então Saint-Domingue um local propenso a

---

<sup>29</sup> Acerca disso, Hall (2003, p. 30): “[...] Nossas sociedades são compostas não de um, mas de muitos povos. Suas origens não são únicas, mas diversas. Aqueles aos quais originalmente a terra pertencia, em geral, pereceram há muito tempo – dizimados pelo trabalho pesado e a doença. A terra não pode ser “sagrada”, pois foi “violada” – não vazia, mas esvaziada. Todos que estão aqui pertenciam originalmente a outro lugar. Longe de constituir uma continuidade com os nossos passados, nossa relação com a história está marcada pelas rupturas mais aterradoras, violentas e abruptas [...] O que denominamos Caribe renasceu de dentro da violência e através dela. A via para a nossa modernidade está marcada pela conquista, expropriação, genocídio, escravidão, pelo sistema de engenho e pela longa tutela da dependência colonial”.

rebeliões, de forma que nas últimas décadas do século XVIII ocorreram uma série de revoltas de escravos na região norte da colônia, encorajadas pelos ideais da Revolução Francesa. A esse respeito, Matijascic (2010) afirma que os grandes proprietários e comerciantes se aproveitaram da crise na metrópole para assumir o controle da Assembleia Colonial, para excluir os mulatos<sup>30</sup> - que aqui chamaremos de mestiços – e os brancos pobres de quaisquer processos decisórios tomados na ilha, enquanto os proprietários de terra aproveitaram para romper com a subordinação de Saint-Domingue à Assembleia de Paris (*ibid.*). Do outro lado, insatisfeitos com a sua situação e com a estrutura social vigente, os escravos se rebelaram:

[...] Em 1791, inicia-se a rebelião dos escravos, que abandonam as plantagens, destroem engenhos e agredem os brancos, matando vários proprietários. A rebelião não tem liderança definida e estabelece uma situação caótica na ilha. A liderança e a luta organizada só seriam concretizadas três anos depois, quando entra no processo rebelde um personagem com características privilegiadas para o papel histórico que desempenhou: Toussaint Bréda (nome depois cambiado para Toussaint L'Ouverture). [...]

Antes da sua entrada em cena, um escravo chamado Mackandal tentara acabar com o domínio dos brancos envenenando a água utilizada nas suas casas. Mas, ao embriagar-se, falou demais e o denunciaram. Prenderam-no e o queimaram vivo (GORENDER, 2004, p. 297).

Toussaint L'Ouverture foi filho de um chefe tribal africano raptado da África e escravizado em Saint-Domingue, onde foi comprado por um senhor relativamente benevolente que, ao perceber as habilidades intelectuais do escravo, lhe deu a posição de capataz e uma esposa, com a qual ele teve oito filhos, sendo L'Ouverture o primogênito. O senhor também percebeu a capacidade intelectual do filho do escravo e concedeu-lhe algumas benesses – no contexto da sua condição de escravo –, como ser alfabetizado por Pierre Baptiste, um velho negro que morava na fazenda e que tinha certa instrução, com quem aprendeu a ler e a falar o francês culto (em oposição ao crioulo, considerado um francês coloquial<sup>31</sup>). Foi assim que L'Ouverture teve a oportunidade de ler duas obras que o influenciaram notavelmente: *História Filosófica e Política do Estabelecimento e*

---

<sup>30</sup> Devido à origem racista e repulsiva do termo, manteremos o uso de “mulato” apenas nas citações diretas de autores que assim o fizeram. No entanto, no decorrer do texto, trocaremos este termo por “mestiço” e variações, como forma de repudiar o uso de terminologias racistas que foram normalizadas na língua padrão.

<sup>31</sup> Acerca disso, Hall (2003, p. 34): “Numa gama inteira de formas culturais há uma poderosa dinâmica sincrética que se apropria criticamente de elementos dos códigos mestres das culturas dominantes e os “criouliza”, desarticulando certos signos e rearticulando de outra forma seu significado simbólico. A força subversiva dessa tendência hibridizante fica mais aparente no nível da própria linguagem (incluindo a linguagem visual) onde o crioulo, o *patois* e o inglês negro desestabilizam e carnalizam o domínio linguístico do “inglês” [no caso haitiano, o francês] – a língua-nação [*nation-language*] do metadiscorso – através de inflexões estratégicas, novos índices de valor e outros movimentos performativos nos códigos do semântico, sintático e léxico”.

Comércio dos Europeus nas duas Índias, de Abade Raynal, e o livro de Júlio César sobre a guerra contra os gauleses (GORENDER, 2004). No primeiro livro, o autor fazia uma descrição das colônias europeias do Caribe, chamando atenção à massa de escravos submetidos a um regime de exploração que entrava em crise, próximo de uma rebelião. Raynal afirmava que, para que a rebelião tivesse início, faltava uma liderança, um homem apto a chefiar os escravos no caminho da revolta. Já no segundo livro, L'Ouverture encontrou comentários sobre as operações militares na Roma Antiga, o que lhe forneceu uma noção do que significavam as manobras militares em um confronto armado (*ibid.*). Dessa forma,

Quando resolveu mergulhar na batalha, em 1794, três anos depois de iniciada, Toussaint já contava com 45 anos, idade avançada para a época. Era baixote e feio, mas forte, e excepcionalmente habilidoso na arte de cavalgar. Casara com uma mulher que já tinha um filho e teve com ela um filho próprio. Ocupava-se com a criação do gado e com o herbário da propriedade, o que lhe propiciou o aprendizado prático dos problemas de administração. Dotado de instrução bem acima dos ex-escravos, Toussaint não encontrou grandes obstáculos para ganhar ascendência entre eles e aglutinar um exército de combatentes sob o seu comando. Com uma tropa disciplinada e organizada, derrotou os exércitos dos franceses, dos espanhóis, que pretendiam apossar-se da parte francesa da ilha, e dos ingleses, preocupados com a contaminação que o exemplo da possessão francesa poderia produzir nas suas próprias possessões antilhanas (GORENDER, 2004. p. 298).

Após a vitória, L'Ouverture adotou duas estratégias as quais, no entanto, foram fundamentais na decadência da sua liderança: primeiramente, ele tentou ganhar confiança de Napoleão Bonaparte, àquela altura primeiro cônsul parisiense, a quem enviou repetidas mensagens insistindo na fidelidade à França e em uma aliança entre a Revolução Antilhana e a Revolução Francesa. Essa tentativa foi ignorada pelo francês, que não só se encontrava ocupado com a crise interna, mas tinha planos para a colônia diferentes daqueles dos ex-escravos; em segundo lugar, encontra-se a decisão do tenente haitiano em manter a colônia como uma grande produtora de açúcar, já que, para isso, a despeito da liberdade recém-conquistada, L'Ouverture obrigou que os ex-escravos retornassem ao trabalho nas fazendas, ao passo que os brancos seguiram como proprietários. “O confinamento nas fazendas, o trabalho compulsório imposto aos ex-escravos e a leniência para com os proprietários brancos minaram gravemente a posição de Toussaint e causaram descontentamento na ala esquerda dos rebeldes” (GORENDER, 2004, p. 299), levando o seu sobrinho adotivo, Moïse, revolucionário radical, a chefiar uma revolta contra a sua liderança. Contudo, o tenente conseguiu aprisioná-lo e ordenou o seu fuzilamento, fato este que o fez perder a confiança dos trabalhadores negros e debilitou-o nas batalhas decisivas que se seguiriam contra as tropas enviadas por Napoleão Bonaparte (*ibid.*).

A intervenção francesa chegou em 1801, com o envio de 25 mil soldados comandados pelo general Leclerc, primo da esposa de Napoleão, Josefina de Beauharnais – cuja família era notória no comércio internacional de escravos (FRONTEIRAS INVISÍVEIS DO FUTEBOL, 2019) –, cujo intuito era restabelecer a escravidão e o regime de exploração da colônia. A vitória, que parecia fácil, foi contrariada pelo levante de L’Ouverture, que reuniu tropas e reagiu. “[...] Nesta se destacou principalmente Dessalines. Ex-escravo, analfabeto, revelou maestria de grande chefe militar. Não só maestria, como ferocidade” (GORENDER, 2004, p. 299). Gorender conta que, perante a decisão do comandante francês Rochambeau de executar quinhentos negros, Dessalines enforcou quinhentos brancos como retaliação, mas, “[...] Em consequência, o país sofreu tremenda devastação, reduzido a cinzas pelos incêndios ateados pelos combatentes dos dois lados” (*ibid.*, p. 299). Aprofundava aí a destruição dos recursos naturais do Haiti, situação fundamental na sua crise social e econômica atual.

Leclerc obteve êxitos iniciais, mas encontrou uma forte resistência negra, contra a qual se excedeu na prática de crueldades. O aprisionamento de L’Ouverture ocorreu, por fim, em agosto de 1802, quando foi levado à França, onde sequer foi julgado. Bonaparte aniquilou o seu adversário através do rígido tratamento carcerário: “[...] Mal alimentado, numa cela fria e sem aquecimento, sem tratamento médico, não resistiu à dureza do cárcere e, aos 57 anos, se extinguiu no dia 7 de abril de 1803” (GORENDER, 2004, p. 300). Contudo, o seu afastamento não trouxe a esperada vitória de Leclerc, que morreu de febre amarela em 1802. Acerca disso, Matijascic (2010, p. 4) conta:

Após a prisão do antigo líder, o haitiano Jean-Jacques Dessalines conduziu a retomada do combate. Integrantes das tropas francesas e mercenárias morreram na guerra e muitos sucumbiram a doenças tropicais, como a febre amarela. Até mesmo o próprio capitão-general Leclerc foi acometido pela doença e morreu em 1802. Naquele momento, a França não dispunha de número suficiente de soldados para enviar outra missão a Saint-Domingue, porque estava em guerra na Europa (guerras napoleônicas). Assim, o intento francês para conter a rebelião na colônia fracassou e Saint-Domingue declarou independência em 1804.

O novo Estado, que recebeu a denominação indígena *Ayiti*, teve como primeiro chefe Dessalines, que foi coroado imperador em 1804. Contudo, apesar da conquista da independência, era necessário que outros países reconhecessem o novo território autônomo caribenho, o que foi negado em um primeiro momento, uma vez que a independência política do Haiti representava uma ameaça aos interesses políticos e econômicos dos países europeus. Embora a França pretendesse reaver a ex-colônia, o contexto das guerras napoleônicas postergou este desejo, de forma que ela finalmente reconheceu politicamente o Haiti em 1824, contanto que lhe fosse paga uma indenização

de 150 mil francos – dívida esta que repercutiu na dependência econômica do país em relação ao comércio não só com a França, mas também com a Inglaterra e outros países (MATIJASCIC, 2010).

No contexto interno, os mestiços assumiram o poder, embora isso não tenha significado uma mudança da estrutura social do país, uma vez que ao se tornarem pertencentes à elite, eles mantiveram os negros no trabalho nas lavouras. Essa situação frustrou os ex-escravos, de forma que a falta de convergência dos interesses desses grupos resultou em disputas internas pelo poder (MATIJASCIC, 2010):

[...] a hostilidade entre os dois grupos levou a cada um, quando ocupou o governo, preferir intervenções externas em assuntos domésticos a permitir que o grupo rival tomasse o poder. Frequentemente, observamos que os políticos haitianos solicitaram assistência estrangeira militar em troca de benefícios como ceder parte do território para uma base naval ou oferecer vantagens comerciais. No início do século XIX, os britânicos e franceses estavam mais propensos a obter privilégios no Haiti; ao final do mesmo século, essa situação foi gradualmente substituída pelos Estados Unidos e pela Alemanha (NICHOLLS, 1996, p. 8 *apud* MATIJASCIC, 2010, p. 5-6).

Esses impasses internos facilitaram a presença de outras nações no Haiti, que se interessavam pelo país devido ao seu posicionamento estratégico para parada de navios mercantes que se dirigiam ao continente americano. Matijascic (2010) afirma que a vulnerabilidade do país a interesses externos é uma das consequências da instabilidade política e da dependência econômica que ainda o acometem nos dias de hoje. A autora conta que, durante o seu governo, Geffard (1859-1867) solicitou ajuda à marinha britânica para conter uma revolta, o que abriu precedentes para que os seus sucessores fizessem o mesmo, de forma que “[...] a disputa entre as potências pautada pela justificativa de proteção de cidadãos camuflava o interesse em manter o Haiti sob dependência político-econômica”, e acrescenta que “as tropas que entraram em 1914 não visavam [...] “proteger seus cidadãos”, mas disputavam a posse do Haiti”, no contexto de eclosão da Primeira Guerra Mundial (*ibid.*, p. 6). Matijascic ressalta que os pedidos de intervenção internacional dos governos haitianos contribuíram para a presença dos EUA, da Alemanha, da Inglaterra e da França em seu território. Contudo, teria sido o contexto internacional o fator decisivo que levou à sua ocupação pelos EUA em 1915 (*ibid.*).

As intervenções estadunidenses em países das Américas, do Caribe e do Pacífico foram resultantes do processo de expansão dos interesses do país, intensificado sobretudo após a sua Guerra Civil (1861-1865). Foi depois da vitória dos Estados Unidos na Guerra Hispano-Americana, em 1898, que o país norte-americano voltou seus interesses para uma marinha de guerra forte, cujo intuito era conquistar os mares do Caribe e do Pacífico. “O Haiti também esteve incluído no contexto de expansão e intervenções militares dos



Estados Unidos. Além das razões expansionistas, eliminar a presença germânica era fundamental para concretizar os interesses norte-americanos” (MATIJASCIC, 2010, p. 7). Segundo Schmidt (1995, *apud* MATIJASCIC, 2010), desde a segunda metade do século XIX, os EUA tinham o interesse de estabelecer uma base naval na Passagem de Windard (ou Canal de Barlavento, como é conhecido no Brasil), localizada nas águas marítimas entre o sudeste de Cuba e o noroeste do Haiti (figura 01). Mesmo estabelecendo uma base em Cuba, o país queria evitar que alguma potência europeia ocupasse o Haiti, uma vez que o controle da Passagem significava acesso livre ao Canal do Panamá. “[...] Temendo que a Alemanha anexasse o Môle-Saint-Nicolas, os Estados Unidos mandaram os *marines*<sup>32</sup> para o Haiti em julho de 1915 sob alegação de intervenção humanitária” (SCHMIDT, 1995, p. 11 *apud* MATIJASCIC, 2010, p. 8), estratégia semelhante à que os estadunidenses adotam, ainda hoje, em países do Oriente Médio e da África, por exemplo.

Figura 1 - Passagem de Windward (Canal de Barlavento)



Fonte: DASTYARI, 2015

Em 1915, um acordo aprovado pelo legislativo haitiano atribuiu aos EUA o total controle sobre as finanças do país. “[...] Esse acordo também permitiu a coordenação dos serviços públicos, supervisão da rotina de assuntos do governo e criou uma força militar com funções policiais” (MATIJASCIC, 2010, p. 8), a *Gendarmerie d’Haïti*, composta por haitianos e americanos comandados e treinados pelos *marines*. “[...] O objetivo que impulsionou a criação das *Gendarmerie d’Haïti* era conter revoltas populares,

---

<sup>32</sup> “The United States Marine Corps, also referred to as the United States Marines or U.S. Marines, is a branch of the United States Armed Forces responsible for conducting expeditionary and amphibious operations with the United States Navy as well as the Army and Air Force” (MARINES, 2019). Em português: “O Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos, também conhecido como Marines dos Estados Unidos ou Marines dos EUA, é uma filial das Forças Armadas dos Estados Unidos responsável pela condução de operações expedicionárias e anfíbias com a Marinha dos Estados Unidos e o Exército e a Força Aérea” (tradução nossa).

principalmente, movimentos de insurgência contra a intervenção militar dos Estados Unidos” (*ibid.*, p. 8). Matijascic conta que essas medidas que cediam o controle do país aos estadunidenses foram aprovadas pelos mestiços que, enquanto grupo em ascensão econômica e política, acreditavam que seriam mais bem tratados que os negros pelos *marines*. Contudo, os oficiais, provindos do sul dos EUA, onde a discriminação racial era mais ostensiva, não viam diferenças entre negros e mestiços, o que fez com que o parlamento haitiano, compostos em maioria pela elite mestiça, se descontentasse, mudasse de postura e não aprovasse a nova Constituição elaborada pelo governo norte-americano (SCHIMIDT, 1995, *apud* MATIJASCIC, 2010). Com isso, as relações dos *marines* com a elite política haitiana se deterioraram, de forma que, para atender os interesses estadunidenses, o presidente Philippe Sudre Dartagnave dissolveu, em 1917, o Congresso, e submeteu uma nova Constituição, redigida por Franklin Delano Roosevelt (então assistente de secretaria naval dos EUA) a referendo popular. O documento, ao contrário da Constituição anterior, previa a permissão para conceder a posse de terras haitianas a outros países, o que suscitou revolta da população, mas que foi fortemente reprimida. De toda forma, este sentimento de insurreição serviu para fortalecer o sentimento nacionalista entre os haitianos, que se engajaram em um movimento conhecido como “negritude”, o qual tratava de resgatar a importância das raízes africanas e de repudiar a dominação por povos estrangeiros (MATIJASCIC, 2010). Em suma, a invasão estadunidense não gerou a esperada estabilidade política do Haiti, mas culminou na dependência financeira do país em relação aos EUA, com quem contraiu dívidas por causa do investimento privado em infraestrutura. “Assim, ao sair do país, os Estados Unidos firmaram não somente as famílias mulatas como elite política, mas também favoreceram para que as mesmas se consolidassem como elite econômica atrelada à preservação dos interesses norte-americanos no país” (*ibid.*, p. 10).

Entre 1930 e 1956, o Haiti continuou sofrendo com a instabilidade política: o presidente Stênio Vincent (1930-1941), último da intervenção norte-americana, aprovou uma nova Constituição, a qual permitia ao poder executivo reorganizar o judiciário e indicar senadores e deputados, medida essa que desagradou os altos comandos da *Gendarmerie d’Haïti*, que não queriam ser deslocados dos processos decisivos do governo; seu sucessor, o autoritário Elie Lescot (1941-1946), tomou medidas contra a liberdade de imprensa e perseguiu adversários políticos, o que culminou em greves e protestos populares que o depuseram em 1946, quando a *Gendarmerie* assumiu o poder e empossou Franck Lavaud, o qual ocupou o cargo de presidente de janeiro a agosto de 1946; Dumarsais Estimé (1946-1950) foi alçado ao poder também pela *Gendarmerie*, que

viu no candidato negro uma forma de acalmar os ânimos da população. Por outro lado, a falta de apoio do poder legislativo e da elite mestiça facilitou a sua deposição em 1950, fazendo com que a junta militar voltasse ao poder através, novamente, de Franck Lavaud, o qual assumiu de maio a dezembro de 1950; o major Paul E. Magloire (1950-1956) foi eleito, mas se tornou impopular devido a casos de corrupção (MATIJASCIC, 2010). Os presidentes subsequentes, Joseph Nemous Pierre-Louis (dezembro de 1956 a fevereiro de 1957), François Sylvian (fevereiro a abril de 1957) e Figiolé (maio a junho de 1957) também foram depostos pela *Gendarmerie*, ressaltando, assim, o papel de controle dos militares sobre processo eleitoral do país (HAITI-RÉFÉRENCE, 2019).

Este resgate da história do Haiti se faz importante para que possamos entender a origem das desigualdades e dos problemas que assolam o país caribenho. Desde a sua invasão pelos espanhóis, o país viveu uma série de saques e de violência contra a sua população, a qual foi usada como recurso nas disputas de poder que envolveram as elites locais e os invasores estrangeiros. Tudo isso influenciou não só a política e a economia do Haiti, como também teve impacto direto em seus recursos naturais e meio ambiente, repercutindo diretamente em problemas sociais que ainda impactam na vida da sua população. O acesso limitado aos bens de consumo e serviços básicos faz com que muitos haitianos ainda não encontrem em seu país as condições necessárias para constituírem lugares de vida, de pertencimento, de prosperidade e de crescimento minimamente dignos. Por outro lado, se todo o histórico explanado até aqui contribuiu para a situação de crise haitiana, os anos seguintes ao mandato de Figiolé, quando a família Duvalier assumiu o poder, foram fundamentais na manutenção do caos político, econômico e social.

### 3.1. DOS DUVALIER À MINUSTAH

Antes de François Duvalier assumir a presidência em 22 de outubro de 1957, o cargo foi provisoriamente ocupado por Antonio Thrasybule Kébreau, presidente do Conselho Militar que assumiu logo após Daniel Figiolé. Duvalier, ou *Papa Doc*, como ficou conhecido, era um médico bastante respeitado, cuja notoriedade foi ganhada através das campanhas sanitaristas que promovera no país antes de assumir o governo. Ao ascender ao mais alto cargo do governo, o líder populista prometia respeito à democracia, promessa essa que logo desfez nos anos seguintes, visto que Duvalier manipulou as eleições seguintes e alterou a constituição, de forma a regularizar o seu mandato vitalício como presidente. Para sustentar o regime ditatorial, foi empregado o aparato repressor do

Estado para perseguir e eliminar toda oposição política, medida apoiada pelos duvalieristas, os quais defendiam a manutenção da hierarquia da estrutura social e dos privilégios das elites. Nesse contexto, as bases do regime imposto foram apoiadas pelos setores conservadores da sociedade haitiana: militares, Igreja Católica e elite mestiça. No contexto externo, o regime duvalierista apoiava os interesses dos EUA na conjuntura de guerra fria, sob a premissa de obter apoio em caso de revoltas populares e da expansão da ameaça comunista (MATIJASCIC, 2010).

Acerca do duvalierismo, Gros (s.d., p. 2-3) define:

*D'abord, qu'est-ce que le duvalierisme? Le duvalierisme est avant tout le pouvoir personnel dans sa forme la plus extreme, c'est-a-dire, un regime politique ou l'autorite emane d'un chef supreme qui dirige les institutions etatiques comme si celles-ci faisaient partie du domaine familial ou oikos (Weber, 1978). En gros, le duvalierisme n'est autre que l'Etat patrimonial estampe par Papa Doc.*

*Haïti a connu le "duvalierisme" avant Duvalier; en meme temps, la longevite, la venalite et la brutalite du duvalierisme "vrai" representent une intensification du pouvoir personnel dans la longue et triste histoire d'Haïti. Par consequent, le duvalierisme est ala fois un phenomfme ancien, fayonne sans aucun doute par la path dependence, et en meme temps un phenomene nouveau, dans la mesure ou aucun leader haltien avant Duvalier pere n'avait su preserver son regne a travers sa progeniture.<sup>33</sup>*

De acordo com Matijascic (2010), a fim de preservar o seu mandato, Duvalier alterou os cargos das *Gendarmerie d'Haïti* a fim de afastar os responsáveis pelos golpes de Estado das presidências anteriores. A estrutura da Guarda Presidencial também foi alterada em 1959, com a substituição de oficiais da *Gendarmerie* por milícias civis armadas, recrutadas para agirem de acordo com as ordens do presidente, de forma que autora acrescenta:

[...] Em 1962, os Voluntários da Segurança Nacional (VSN), conhecidos pela população como *Tonton Macoutes*, foram designados para o sistema de informação, inteligência e controle. Tinham também como função perseguir, prender e eliminar qualquer contestador do governo. Para Haggerty, a criação dos VSN reduziu a histórica influência dos militares na escolha dos líderes políticos do Haiti, pois neutralizou o poder das *Gendarmerie d'Haïti*. Esta redução de influência deu estabilidade ao regime ditatorial e uniu *Gendarmerie d'Haïti* e VSN no papel de combate às ameaças internas. Entretanto, o que diferenciou uma força da outra foi o fato dos VSN não serem remunerados e não serem uma instituição do Haiti. O caráter voluntário da milícia fez com que os recursos econômicos necessários para o seu funcionamento fossem obtidos por meio de atividades ilícitas (SEITENFUS, 1994 *apud* MATIJASCIC, 2010, p. 12).

---

<sup>33</sup> Em português: “Em primeiro lugar, o que é o duvalierismo? O duvalierismo é, acima de tudo, o poder pessoal em sua forma mais extrema, isto é, um regime político em que a autoridade emana de um líder supremo que dirige as instituições do Estado como se fossem parte do domínio familiar ou *oikos* (Weber, 1978). De forma geral, o duvalierismo não passa de um Estado patrimonial estampado por Papa Doc. O Haiti conheceu o duvalierismo antes de Duvalier; ao mesmo tempo, a longevidade, a venalidade e a brutalidade do "verdadeiro" duvalierismo representam uma intensificação do poder pessoal na longa e triste história do Haiti. Consequentemente, o duvalierismo é ao mesmo tempo um fenômeno antigo, sem dúvida um resultado da dependência histórica, e, ao mesmo tempo, um fenômeno novo, na medida em que nenhum líder haitiano antes de Duvalier pôde preservar seu reino através de seus descendentes” (tradução nossa).

Com a conquista de relativa estabilidade no âmbito interno, *Papa Doc* teve então que lidar com o surgimento de Fidel Castro, no sentido de reconhecer ou não o líder político cubano no contexto bipolar. Afinal, por mais que as relações com os EUA fossem estreitas, o presidente haitiano temia que uma oposição ao seu governo se fortalecesse em Cuba. Nesse sentido, ele adotou uma posição pragmática: reconheceu o governo Castro, a fim de evitar quaisquer conflitos com a ilha vizinha, ao passo que não recusou ajuda financeira estadunidense para combater a ameaça comunista no Haiti (MATIJASCIC, 2010). Acerca das ajudas e empréstimos norte-americanos aos governos Duvalier,

*L'aide étrangere facilita la manipulation du selectorat [...]. L'infusion constante de l'aide, notamment sous Jean-Claude Duvalier, assurait que le gouvernement n'aurait pas a faire pression sur l'elite haïtienne pour payer des impots, car celle-ci, a son tour, aurait pu exiger une gestion plus saine de la republica. Ainsi, l'aide étrangere maintenait dans la loyauté les membres de la coalition gouvernementale. La defection entraînait le risque trop eleve d'etre presse dans les redevances fiscales. Jusqu'a ce jour, l'un des moyens les plus courants pour les dirigeants haïtiens de punir les adversaires de l'elite est de les declarer delinquants dans leurs impots. L'aide étrangere etait un substitut efficace pour les taxes locales et contribuait a faciliter les relations entre le regime et la coalition gouvernementale. Elle a egalement scelle la dependance d'Haïti.*

*[...] l'aide étrangere a permis aux Duvalier d'etendre les largesses de l'Etat. Ils pouvaient recompenser ou punir les membres de la coalition comme ils l'entendaient. Ainsi, selon une etude de la Banque mondiale en 1983, un total de 40 pour cent de l'aide au regime de Duvalier ne pouvait pas etre soumis it comptabilite. Compte tenu de l'absence de production de l'economie haltienne, il y a tres peu de "bourgeois" haïtiens qui ne dependent pas de l'Etat pour l'accumulation de la richesse privee.*

*[...] Il ne fait aucun doute que les institutions externes, atravers leur politique opportuniste durant la periode de la guerre froide, ont contribue au phenomene de l'Etat en faillite. Elles ont egalement prolonge le regne des dictateurs au timon de ces Etats, et, qui plus est, elles ont mine le developpement economique qui, paradoxalement, est l'objectif officiel de l'aide étrangere*<sup>34</sup> (GROS, s.d., p. 15-16)

A fim de assegurar seu poderio, outras medidas centralizadoras adotadas por *Papa Doc*: a dissolução da Assembleia Nacional em 1961; a sua reeleição por mais seis anos;

---

<sup>34</sup> Em português: “A ajuda externa facilitou o manuseio do seletorato [...]. A constante infusão de ajuda, especialmente durante o governo de Jean-Claude Duvalier, assegurou que o governo não teria que pressionar a elite haitiana para pagar impostos, porque estes, por sua vez, poderiam ter exigido gestão “mais saudável” da república. Assim, a ajuda externa manteve a lealdade dos membros da coalizão governamental. A deserção acarretava a um risco muito alto de ser pressionado a pagar impostos. Até hoje, uma das formas mais comuns de os líderes haitianos punirem os opositores da elite é declará-los inadimplentes em seus impostos. A ajuda externa foi um substituto eficaz para os impostos locais e ajudou a facilitar as relações entre o regime e a coalizão governista. Também selou a dependência do Haiti. A ajuda externa permitiu que os Duvaliers estendessem a generosidade do Estado. Eles poderiam recompensar ou punir os membros da coalizão como bem entendessem. Assim, de acordo com um estudo do Banco Mundial em 1983, um total de 40% da ajuda do esquema de Duvalier não poderia ser contabilizado. Dada a falta de produção da economia haitiana, há muito poucos “burgueses” haitianos que não dependem do Estado para o acúmulo de riqueza privada. Não há dúvida de que as instituições externas, através de suas políticas oportunistas durante o período da Guerra Fria, contribuíram para o fenômeno do estado falido. Eles também prolongaram o domínio dos ditadores à frente desses estados e, além disso, minaram o desenvolvimento econômico que, paradoxalmente, é o objetivo oficial da ajuda externa.” (tradução nossa).

a abolição da Constituição em 1964, a qual foi substituída por uma nova que dizia que o cargo de presidente era vitalício; e a diminuição da idade mínima para presidência de 40 para 18 anos, de forma que, debilitado por questões de saúde, François Duvalier pôde indicar seu filho como sucessor na presidência.

Assim, Jean-Claude Duvalier foi alçado ao posto de presidente de Haiti em 21 de abril de 1971, cargo que assumiu até 6 de fevereiro de 1986, através de um processo eleitoral, no mínimo, contestável. No entanto, a proximidade de *Baby Doc* – como ficou conhecido – com o presidente estadunidense Jimmy Carter, o influenciou a adotar medidas liberalizadoras, como, por exemplo, a restauração parcial da liberdade de imprensa e a formação de partidos de oposição. “[...] A proximidade com os Estados Unidos também contribuiu para a reabertura da Academia Militar em 1972 e, por incentivo do governo norte-americano, mais uma força de contrainsurgência foi criada, os *Leopards Corps* (HAGGERTY, p.358)” (MATIJASCIC, 2010, p. 14). Tais medidas facilitaram as manifestações dos grupos insatisfeitos, fazendo com que, em 1984, uma onda de violência popular eclodisse no país, a qual o governo teve dificuldades para deter, pois as tropas militares se negaram a agredir a população. Devido à sua inabilidade em lidar com os conflitos internos, Jean-Claude Duvalier deixou o país em 1986, o que levou a *Gendarmerie d’Haïti* a encontrar uma oportunidade para amenizar a crise e os conflitos que eclodiam. Neste contexto, a sociedade se dividia: de um lado, a Igreja, os militares e a elite mestiça, que defendiam a manutenção do *status quo*; de outro, as camadas populares, compostas por trabalhadores rurais, líderes comunitários e alguns representantes da classe média que ansiavam por mudanças sociopolíticas (*ibid.*).

Para Matijascic (2010), a crise política de 1986 foi resultante do processo histórico em que os representantes políticos governaram o país para si, e não para a população. Ela afirma que “[...] Tal comportamento também pôde ser observado em outras esferas do poder: a corrupção esteve presente em diversos setores da burocracia estatal, contribuindo para a fragilidade das instituições” e pondera que nunca houve um plano de Estado para o Haiti, ou seja, “[...] um plano sólido que fosse executado pelos governantes para proporcionar as condições mínimas que assegurassem a soberania nacional” (MATIJASCIC, 2010, p. 14-15). Para agravar a situação, a *Gendarmerie* deixou de atuar sob as ordens do presidente, pois tinha o projeto de assumir o poder executivo. Com a assunção dos militares ao poder, os antigos VSN, de *Papa Doc*, deixaram de ter o porquê de existir, de forma que começaram a atuar na ilegalidade como um grupo civil armado. Neste cenário de caos e violência, nem mesmo a tomada do poder pela junta militar foi

capaz de controlar os ânimos. Assim, as revoltas populares aumentaram ao ponto de fazer com que as eleições democráticas ocorridas entre 1986 e 1990 fracassassem. A sucessão de golpes militares que o país assistiu em sequência fez com que, em 1990, a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a ONU integrassem uma missão de observação eleitoral, com o objetivo de sanar a crise política. Com isso, Jean-Bertrand Aristide venceu as eleições e assumiu a presidência em fevereiro de 1991, ocupando o cargo somente até outubro, quando renunciou e foi substituído pelo general Raoul Cedras (*ibid.*). Sobre *Père* Aristide (“padre” ou “pai” Aristide, em português), como era chamado:

*Le 7 février 1991, le Père Aristide, triphalement élu par les gueux des ville et le croquants, entrait au palais national à Port-au-Prince. Le théologien de la libération devenait président de Haïti. Le 30 septembre de la même année, il était déposé à l'issue d'un coup d'Etat préparé par l'armée avec le concours de la CIA et de l'ambassade américaine. Le 15 octobre 1994, c'est le même président qui revient à Port-au-Prince dans les fourgons hélicoptères de l'armée des Etats-Unis. Ne pouvant constitutionnellement briguer un second mandat, il est remplacé par son ancien premier ministre, M. René Preval, qui lui succède le 7 février 1996, après une élection triomphale en novembre 1995 (87,9% de voix)<sup>35</sup>. (WARGNY, 1996, p. 26)*

Na sua primeira eleição, Aristide representava a esperança de que o país finalmente deixaria a ditadura dos Duvalier para trás. De acordo com o ex-senador Serge Gilles, “Foi nessa eleição que foi formada a dicotomia: o Satã e o Cristo. Aristide representou o Cristo, os duvalieristas, o diabo”, e acrescenta que, por isso, “Foi fácil para Aristide. Como o povo não tinha educação política sobre a democracia, foi fácil apresentar o problema ao povo assim, como visões de Deus e o Diabo” (GOMEZ, 2004). O ex-padre, de raízes humildes, ganhou notoriedade através dos discursos que fazia na década de 1980 nos bairros mais pobres da capital. Após o golpe de Estado que o tirou do poder, ironicamente, ele foi para os EUA, onde liderou os esforços para mobilizar a comunidade internacional a intervir na situação do país, o que culminou numa invasão por cerca de 20 mil soldados americanos em 1994. Restituído ao poder, ele foi sucedido por Preval, e depois reeleito em 2010 em eleições consideradas fraudulentas pela oposição.

---

<sup>35</sup> Em português: “Em 7 de fevereiro de 1991, o padre Aristide, triunfantemente eleito pelos mendigos da cidade e pelos caipiras do campo, entrou no Palácio Nacional em Porto Príncipe. O teólogo da libertação tornou-se presidente do Haiti. Em 30 de setembro do mesmo ano, ele foi deposto após um golpe de Estado preparado pelo exército com a ajuda da CIA e da embaixada dos EUA. Em 15 de outubro de 1994, é o mesmo presidente que retorna a Porto Príncipe em aeronave do exército dos Estados Unidos. Incapaz de concorrer a um segundo mandato, ele foi substituído pelo seu antigo primeiro ministro, René Preval, que o sucedeu em 7 de Fevereiro de 1996, após uma eleição triunfante em Novembro de 1995 (87,9% dos votos)” (tradução nossa).

Os seus adversários políticos defendem que Aristide assumiu um posicionamento de ditador após o seu retorno, com a desculpa de responder ao golpe que sofrera. Por outro lado, Richard Widmaier, diretor da *Radio Métropole Haiti*, de Porto-Príncipe, considera que o ex-presidente apenas lidou de forma inconsequente com as expectativas do povo haitiano: “Em um país tão pobre como o Haiti, é difícil para qualquer pessoa resolver todos os problemas [...]. Mas Aristide disse ao povo que faria isso, prometeu. Mas ele não cumpriu, nem poderia” (GOMEZ, 2004). Apesar da sua resistência, a crise social do país se tornou tamanha, de forma que, em junho de 2004, ele foi deposto e, devido a um princípio de guerra civil, o Conselho de Segurança da ONU a criou a MINUSTAH (*Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti* – Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti), que ocuparia o país nos treze anos seguintes, (MACEDO, 2017). E foi nesse contexto de intervenção internacional que as relações entre Haiti e Brasil se fortaleceram, a ponto de gerar os grandes fluxos migratórios que movimentam a problemática dessa pesquisa.

Chefiada por oficiais brasileiros desde o seu início, a MINUSTAH foi composta por oficiais do Japão, do Chile, do Nepal, da Jordânia, do Uruguai, do Paraguai, da Coreia do Sul, do Sri Lanka, da Argentina, da Bolívia, da Guatemala, do Peru, das Filipinas, do Equador, e, claro, do Brasil, de onde proveio seu maior contingente. Concebida com o intuito de promover a reconstrução e de levar ajuda humanitária ao país, a missão também se ocupou do processo de restabelecimento da segurança no Haiti (MACEDO, 2017). À época, o Brasil, que vinha ganhando importância no contexto latino-americano e buscava uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU, viu na participação da operação uma oportunidade de conseguir prestígio internacional, lançando-se ao cargo de comandante dos “capacetes azuis”<sup>36</sup>.

A fim de enfrentar a resistência da população, a qual via com desconfiada resistência a chegada de tropas alóctones para comandar por tempo indeterminado o seu país, o então presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, lançou mão de uma estratégia carismática para conquistar a confiança do povo haitiano: realizar um amistoso de futebol entre as seleções do Brasil do Haiti na capital Porto-Príncipe, levando para lá as então estrelas internacionais do futebol: Ronaldinho Gaúcho, Ronaldo “Fenômeno”, Roberto Carlos, entre outros. Aclamado como “Jogo pela Paz”, o evento futebolístico foi amplamente divulgado como se estivesse sendo realizado a título de beneficência, sem

---

<sup>36</sup> Forma popular como são denominados os soldados da MINUSTAH, em virtude da cor do capacete que compõe sua indumentária.



quaisquer segundas intenções, como uma tentativa legítima do governo brasileiro levar alegria e esperança ao tão sofrido povo haitiano. Contudo, ao pegarmos o contexto da instalação das forças de paz da ONU no país, que requeria, para efetivo sucesso, a aceitação do povo local, e se compreendermos que, tal como o Brasil, os haitianos nutrem uma paixão exacerbada pelo futebol, é possível interpretar que o ato extrapolou a ingênua boa vontade.

Com a construção dessa primeira boa impressão, e instruídos a seguirem levando uma imagem positiva do Brasil para o Haiti, os “capacetes azuis” desenvolveram relações relativamente amistosas com os locais. Por outro lado, nos treze anos de missão, foram várias as inconsistências e os escândalos denunciados e noticiados pela imprensa internacional: nem sempre os recursos financeiros enviados pelos organismos internacionais foram empregados de forma transparente; há muitos casos de excesso de violência por parte da MINUSTAH, sobretudo nos processos de pacificação das favelas do entorno de Porto-Príncipe; houve um surto de cólera que matou milhares de haitianos e cuja origem é atribuída à chegada de militares do Nepal para compor a Missão; além dos pouco investigados, porém numerosos, relatos de estupros de mulheres e crianças haitianas pelas tropas<sup>37</sup>. Em 2017, o Brasil se retirou da MINUSTAH e, logo depois, a missão foi encerrada, sem conseguir cumprir com os objetivos de alcançar estabilidade política e de sanar problemas básicos do país, como a falta infraestrutura, o pouco acesso à educação, o combate efetivo da miséria, da fome e da violência.

Ainda em 2010, quando houve o terremoto que destruiu Porto-Príncipe e região, a MINUSTAH teve importante papel na ajuda aos civis, sobretudo porque estavam em um local que já conheciam, o que reforçou, de certa forma, os laços afetivos entre os dois países. Outra questão importante que entrou neste cenário foram os anos que antecederam a realização da Copa Mundial da FIFA de 2014 no Brasil. O Brasil vinha experimentando um crescimento econômico considerável, sobretudo a partir de 2000, quando houve uma redução significativa de marcadores de pobreza e o desenvolvimento de setores econômicos importantes. Nos anos que antecederam a realização do mundial de futebol, foram grandes os investimentos públicos e privados realizados no país para equipar, ampliar e adaptar a infraestrutura, os aeroportos, os estádios, o setor hoteleiro, os serviços, entre outros, fazendo com que o Brasil chamasse atenção no cenário econômico internacional como um lugar extremamente promissor não somente para negócios mas

---

<sup>37</sup> Para maiores informações, recomendo a leitura do livro “Aquilo que resta de nós”, Ed. Travessa, 2017. O livro-reportagem de Igor Patrick revela as crueldades e estupros praticados por soldados da MINUSTAH no Haiti contra mulheres haitianas frágeis e famintas.

também para se viver. Assim, esperava-se que tais investimentos culminassem em grandes avanços para o país que, já em 2010, não se via significativamente abalado pela crise internacional que alastrava mundialmente desde 2008.

É importante explicar esse contexto, pois, para um cidadão haitiano que: (i) há décadas via o seu país passando por uma sucessão de governos totalitários que criaram um cenário de caos político e social; (ii) sofreu ainda mais com o esfacelamento das instituições a partir do golpe de Estado de 2004; (iii) viu seu país devastado em 2010 por um terremoto; (iv) teve sua terra ocupada por uma Missão de Paz liderada por um grupo relativamente amistoso, que dividia com eles a mesma paixão pelo futebol e cujo país parecia excelente para se viver; (v) observava que a sua primeira opção para migração – os Estados Unidos – adotara uma política de fechamento de fronteiras; foi natural enxergar o Brasil como a próxima “terra prometida”<sup>38</sup>. E foi assim que tantos haitianos resolveram deixar sua terra e se deslocaram para o Brasil para tentar uma vida mais digna e próspera.

### 3.2. O PROCESSO MIGRATÓRIO

De acordo com Soares (2002), o deslocamento populacional no espaço é algo complexo, em que a distância percorrida pode variar de poucos a vários quilômetros, assim como a permanência no destino, que pode ser pequena ou indefinida. Segundo o autor, o conceito de migração diz respeito à mudança de moradia habitual para um lugar novo ou diferente, implicando certa estabilidade e permanência. Nesse sentido:

As migrações apresentam dimensão coletiva e certas regularidades que se devem ao caráter cíclico/recorrente da lógica social, econômica e demográfica que as preside. Nessa dimensão coletiva inscreve-se o indivíduo, o migrante, que pode participar uma ou várias vezes do processo migratório, ou seja, os motivos individuais manifestam-se no quadro geral das condições sociais, econômicas e demográficas: as pessoas que possuem menor renda podem estar mais propensas a migrar do que as que têm renda maior, os jovens mais propensos a migrar do que velhos; solteiros mais do que casados etc. (SOARES, 2002, p. 68)

Nesse contexto, as redes migratórias são fundamentais por serem laços sociais que ligam comunidades expulsoras a pontos de destino nas sociedades receptoras (MASSEY *et al*, 1987, *apud* FAZITO, 2002). São esses laços que unem migrantes a não migrantes em uma complexa teia de papéis sociais e relações interpessoais, que são mantidos pelos conjuntos informais de expectativas e comportamentos. “[...] Esses laços sociais não são

---

<sup>38</sup> Stuart Hall faz uma importante analogia entre essa travessia dos caribenhos para os novos países, comparando-a com o narrado no livro bíblico Êxodo no livro *A Diáspora* (2003).

criados pelo processo migratório mas antes adaptados a ele, sendo reforçados, ao longo do tempo, através da experiência comum dos migrantes.” (*ibid.*, p. 09).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 estabelece que os Estados devem garantir aos migrantes alguns direitos básicos, como, por exemplo, o direito à liberdade, ao reagrupamento familiar, à educação, a condições dignas de trabalho, entre outros. Se e como isso será ofertado ao imigrante vai depender do posicionamento ideológico e político de cada país, visto que muitos desses direitos nem sempre são garantidos aos seus próprios nacionais. É fato que, com tantas instabilidades políticas, sociais e econômicas vividas pelo Brasil, sobretudo nos últimos anos, a garantia de acesso a esses direitos aos imigrantes não é uma prioridade dos governos e, assim, a frustração, o desamparo, o desemprego, a não garantia de direitos básicos e a falta de perspectiva têm sido recorrentes na vida de muitos haitianos que aqui residem.

Após uma longa travessia do seu país de origem até o Brasil, muitas vezes intermediada por coíotes que submetem o imigrante a situações como endividamento, roubos, violência, fome, exploração, exaustão, entre outros, a chegada à “terra prometida” é tão ou mais frustrante do que o caminho percorrido. E, sem condições ou até mesmo sem ter para onde voltar, o imigrante é impelido a se adaptar à nova realidade, a qual ao invés de acolhê-lo, muitas vezes, o segrega; ao invés de dar-lhe condições para a reprodução dos seus modos de vida, o tolhe; ao invés de permitir que ele crie territórios e lugares com significados e dinâmicas as quais preenchem suas expectativas e anseios, o oprime; e, assim, o sonho da emancipação do recém-chegado, muitas vezes, acaba soterrado em uma jornada de trabalho exaustiva e em um barraco esquecido na periferia.

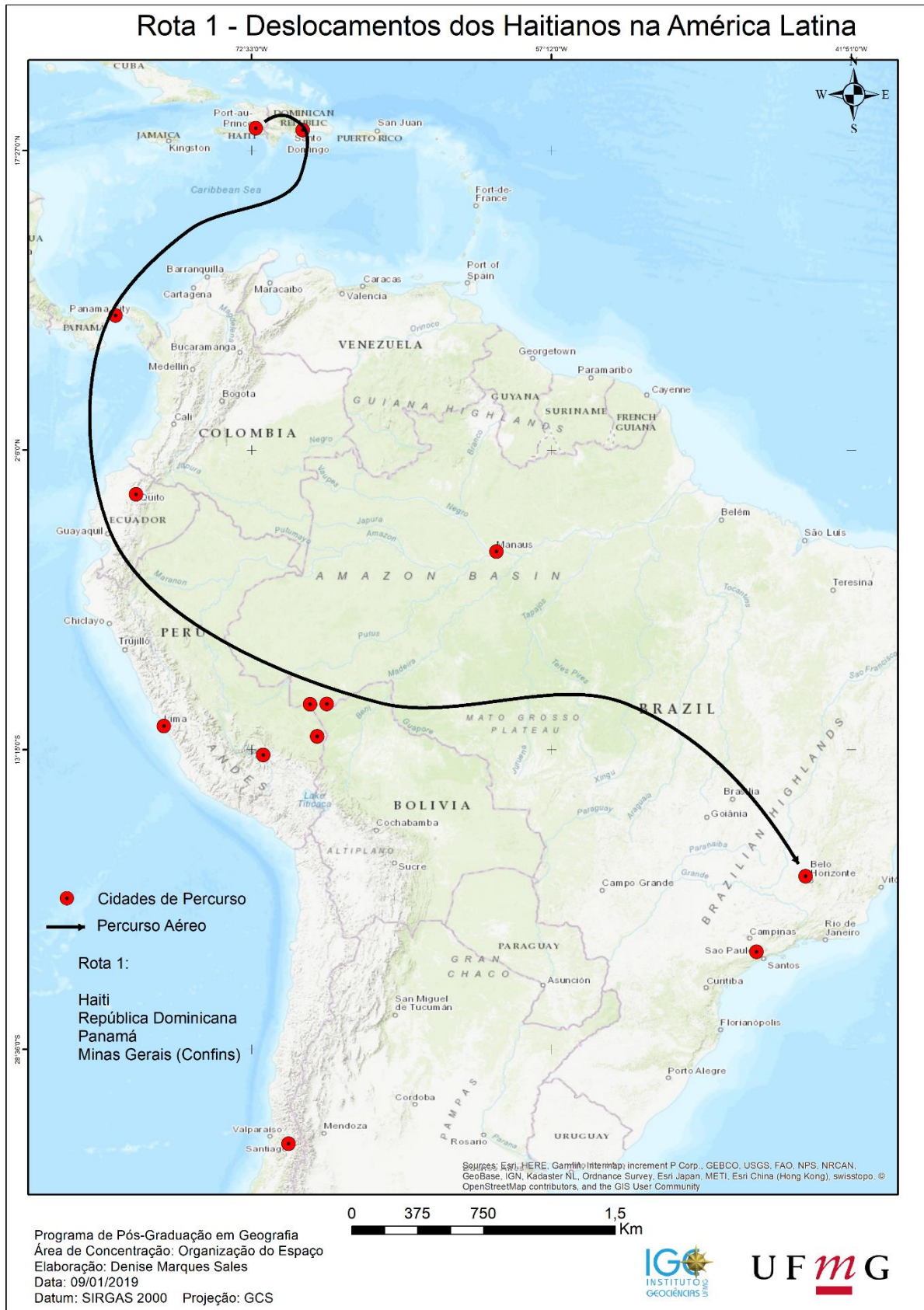
Foi, sobretudo, a partir de 2010 que a quantidade de imigrantes haitianos que adentrou o Brasil aumentou consideravelmente, se comparada aos registros dos anos anteriores. Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), no ano de 2009 foram concedidas seis autorizações de entrada para haitianos, ao passo que nos anos 2011, 2012, 2013 e 2014, as autorizações foram 709, 4.682, 2.070 e 1.539 respectivamente. Já em outubro de 2015, o Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) e o Ministério da Justiça (MJ) assinaram um ato que autorizou 43.781 imigrantes haitianos, os quais estavam em situação irregular, a tirarem o visto de residência permanente no Brasil. Como resultado, em 2015, o número de haitianos que entraram no país com visto subiu de 889 em fevereiro para 2.200 em outubro (PORTAL BRASIL, 2015<sup>39</sup>). As figuras 02, 03, 04

---

<sup>39</sup> Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/11/brasil-autoriza-visto-de-residencia-permanente-para-43-8-mil-haitianos>>. Acesso em 05 de junho de 2017.

e 05 representam as rotas percorridas pelos sujeitos com quem conversei ao longo das incursões etnográficas, de forma que, mais à frente, elas serão relacionadas aos relatos que transcreverei aqui.

Figura 2 – Rota 1 da migração haitiana para a RMBH



Elaboração: SALES, 2019.

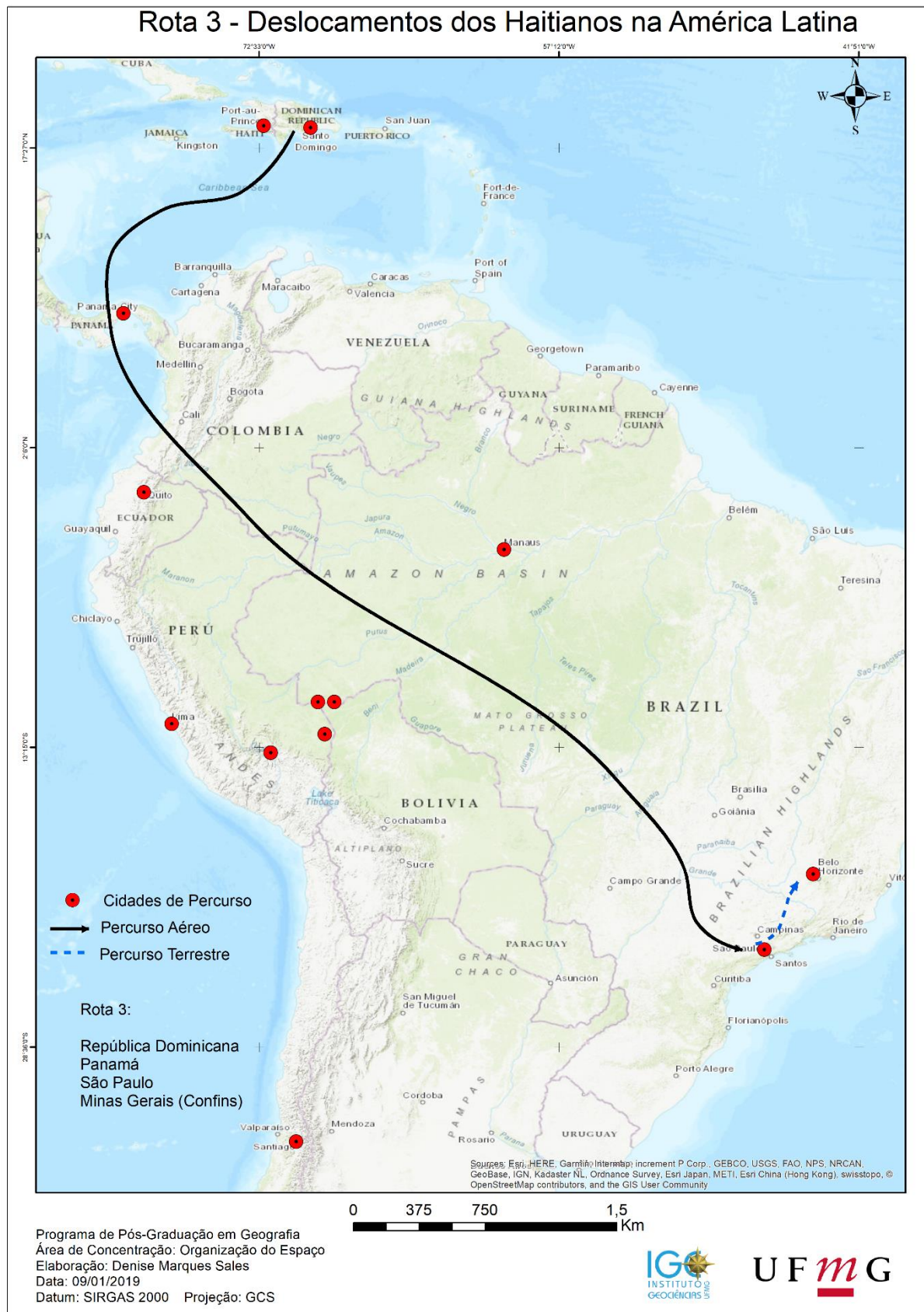


Figura 3 – Rota 2 da migração haitiana para a RMBH



Elaboração: SALES, 2019.

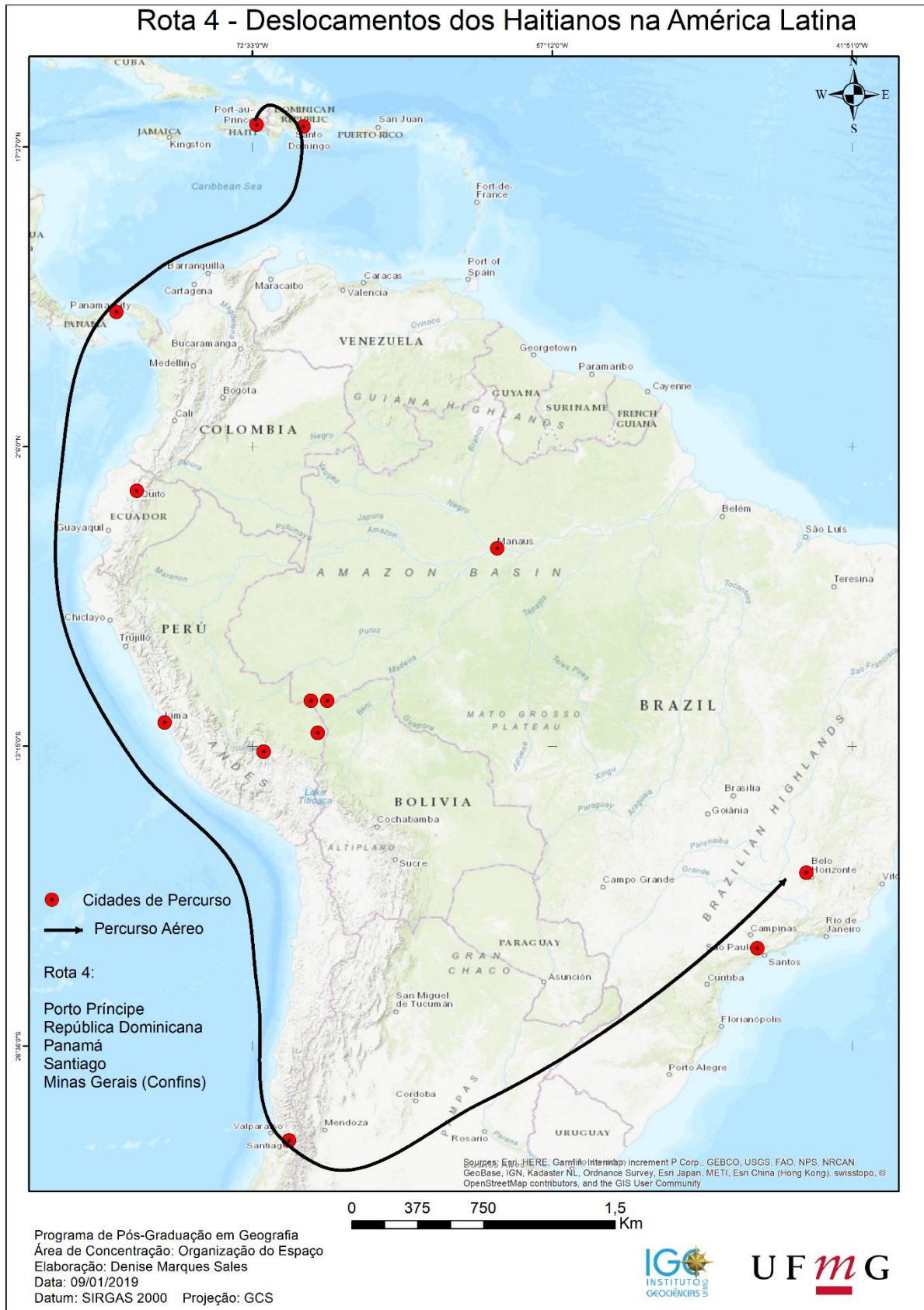
Figura 4 - Rota 3 da migração haitiana para a RMBH



Elaboração: SALES, 2018.



Figura 5 - Rota 4 da migração haitiana para a RMBH



Elaboração: SALES, 2019.



Provenientes de um país pequeno, muitos dos imigrantes que adentraram o Brasil por estados fronteiriços (vide rota 2, figura 03) não faziam ideia das proporções continentais do país e de quão distantes estavam dos centros econômicos dos quais já ouviram falar (notoriamente São Paulo e Rio Janeiro), onde tinham conterrâneos que os receberiam. Após terem gasto todos os recursos financeiros com a travessia, muitos tiveram que contar com a acolhida de voluntários, de Organizações Não Governamentais (ONGs), de organizações religiosas e dos governos estaduais para não padecer de fome e da falta de abrigo. Em sequência, seja por recursos próprios, seja por doações, finalmente muitos conseguiram migrar para a região Centro-Sul, e foi dessa forma que quase 3.000 haitianos já residiam na RMBH em 2014 (FERNANDES *et al*, 2014). Segundo a Polícia Federal, entre os anos de 2010 e 2014, 6,1% do total de haitianos registrados no país indicaram 27 cidades do estado de Minas como seu local de residência, entre as quais quatro merecem destaque: Contagem (38,5%), Esmeraldas (31,5%), a capital Belo Horizonte (12,3%) e Betim (4,5%). Ou seja, quase 87% dos haitianos registrados como residentes no Estado de Minas Gerais em 2014 residiam na RMBH, com ênfase em dois municípios vizinhos à capital, onde a atividade industrial é de suma importância.

Seja por desinformação, seja pela corrupção e burocracia que torna a tirada de visto uma tarefa bastante dispendiosa e demorada, os haitianos que adentraram o Brasil em condição irregular (sobretudo os da primeira leva, como veremos a seguir), que chegaram desprovidos de dinheiro e de informação, acabaram por engrossar a massa de sujeitos pobres na periferia que são tratados pelo poder público e pelas classes mais abastadas como um ônus social. Assim, é recorrente que imigrantes haitianos relatem viver em situações de difícil inserção sócio-espacial no Brasil, contrariando todos os ideais e expectativas que eles construíram antes de deixarem o seu país. Em um levantamento feito por Fernandes *et al* (2014), foi constatado que quase 70% dos haitianos compartilham moradia com seus conterrâneos, na maioria das vezes por não terem condições de arcar individualmente com um aluguel, já que a média salarial com que são contratados raramente é maior que um salário mínimo. Como muitos têm solicitado o visto de reunificação familiar, a quantidade de mulheres e filhos em idade escolar que têm chegado ao Brasil para ajuntarem-se aos maridos, pais e irmãos têm aumentado, o que, por sua vez, tem gerado novas demandas sociais e outras dificuldades de integração sócio-espacial dessas famílias. Os novos imigrantes, muitas vezes, não sabem a Língua Portuguesa, não conseguem acesso à rede pública de ensino e perpetuam no Brasil situações de pobreza e marginalização não muito distantes das que viviam no Haiti. Abaixo transcrevo um dos primeiros diálogos que tive com um haitiano, ao qual

atribuirei o nome de Smith, cuja rota migratória corresponde à figura 05, e que corrobora essa situação:

**Pesquisadora:** *Quando você chegou ao Brasil? Tinha alguém te esperando para te ajudar?*

**Smith:** *Eu cheguei em 2013 e naquela época tinha um amigo meu aqui. No começo eu morava com ele e depois meus irmãos vieram e a gente alugou a casa.*

**Pesquisadora:** *E como você avalia a sua vida no Brasil? Valeu a pena vir pra cá?*

**Smith:** *Não. Aqui eu vivo igual pobre e trabalho em emprego que eu não teria coragem de trabalhar no Haiti [Smith, àquela época, era estoquista em um atacadista em Contagem]. Ninguém respeita, tem muito preconceito. O salário é ruim. Eu não gosto de morar aqui.*

**Pesquisadora:** *Entendi... Sinto muito que as coisas estejam desse jeito. Desde quando você mudou, a sua vida tem sido complicada desse jeito no Brasil?*

**Smith:** *Sempre foi ruim, mas agora tá pior. Antes eu até tinha um salário melhor, só que o patrão já me colocou pra trabalhar 14 horas seguidas levantando pallets. Passei uma semana com dor nas costas. Haitiano sofre demais aqui.*

[...]

**Pesquisadora:** *Seus irmãos vieram quanto tempo depois de você?*

**Smith:** *O mais velho veio dois anos depois e o mais novo está aqui há seis meses.*

**Pesquisadora:** *E você não achou melhor avisá-los sobre as dificuldades do Brasil? A vida deles também tem sido difícil como a sua?*

**Smith:** *A vida de todo haitiano aqui é ruim. Mas eu não avisei. Eu não queria que a minha família soubesse que as coisas não iam bem, então eles vieram achando que seria bom.<sup>40</sup>*

Essa conversa, realizada em novembro de 2017, me remeteu ao relato de um imigrante argelino na França ao sociólogo Abdelmalek Sayad, que afirmou:

---

<sup>40</sup> Como muitos diálogos serão transcritos exatamente como ocorreram, muitas vezes as minhas falas e a dos meus interlocutores apresentarão erros de concordância. Já que a inclusão repetitiva do advérbio em latim *sic*. (“desta forma”, “assim estava escrito”) tende a “poluir” a transcrição dos diálogos, não farei seu uso neste trabalho de transcrição.

[...] É culpa nossa, dos imigrantes, como somos chamados: quando voltamos da França, tudo o que dizemos é mentira; é engano nosso. [...] Nós gastamos dinheiro muito fácil, parece que ele pula de nossos bolsos. [...] Todo mundo pode imaginar que o ganhamos sem dificuldade. É agora que a história que a gente contava se realiza: parece que lá, basta a gente se abaixar para catar as “folhas” de dez mil. Na verdade, se eles [*argelinos que vivem na Argélia e que sonham em emigrar para a França*] vissem como tiramos esse dinheiro, em que miséria vivemos para poder economizá-lo, a gente tem motivo pra odiar esse dinheiro, ele é muito amargo [...] (SAYAD, 1998, p. 35-36).

Particularmente, o relato de Smith provocou-me dois sentimentos: tristeza, em face da sua justificada insatisfação e desesperança; e inconformidade, pois eu não conseguia conceber o porquê de não ter ele, tendo vivenciado situações tão adversas no Brasil, alertado os seus irmãos sobre as ciladas da imigração para as terras brasileiras. Dois meses mais tarde, conversando com outro haitiano, que aqui chamarei de Michael, o qual veio para Belo Horizonte através de um programa de mobilidade universitária, tive a oportunidade de compartilhar minhas inquietações e foi ele quem me trouxe a luz sob essa questão: “*A situação do Smith é a mesma dos seus irmãos. Avisar ou não avisar não faria diferença. Porque, pra nós, geralmente há duas escolhas: o péssimo [o Haiti] e o ruim. E eles escolheram o ruim, que é o menos pior, que é o Brasil*”.

Smith e seus irmãos dividem um pequeno barraco na prefeitura de Contagem, próximo ao bairro Novo Progresso, onde vivem um total de seis haitianos dividindo dois quartos com quatro camas de casal. Ele relatou também que planejava, em um primeiro momento, vir para o Brasil fazendo a difícil travessia intermediada por coiotes - representada pela rota 2, figura 03 -, e que somente foi dissuadido dessa ideia quando descobriu que a embaixada brasileira em Porto Príncipe estava facilitando a tirada de vistos. Antes, porém, ele tentou morar em Santiago, Chile, por duas semanas com um amigo, mas logo desistiu, pois, segundo Smith, “*se o inferno for gelado, ele fica no Chile! Não tem como viver em um lugar tão frio! Como que trabalha? Na segunda semana lá o aquecedor quebrou e foi no mesmo dia que eu comprei a minha passagem pro Brasil*”, de forma que a rota 4 (figura 05) representa sua trajetória final.

Em 2012, foi criado, com base na Resolução 97 do Conselho Nacional de Imigração, o visto humanitário especial para haitianos, que tem permitido o esfacelamento de redes migratórias informais e perigosas. Desde então, apesar da burocracia e dos casos relatados de extorsão e cobrança de propina, muitos haitianos têm conseguido tirar previamente o visto para entrar no Brasil e podido vir de forma regular e sem intermediários. Se entendermos que “a imigração, em cada uma de suas formas (ou em cada uma de suas “idades”), repercute sobre as condições que estiveram na origem da

emigração na fase anterior” (SAYAD, 1998, p. 18) e que esta medida permitiu a alteração progressiva do perfil imigratório, chama atenção a observação de Fernandes:

[...] a migração dos haitianos para o Brasil seguiu o padrão em que aqueles com maior qualificação predominavam no primeiro grupo que chegou em 2010 e 2011. Nos anos seguintes, houve o crescimento da participação daqueles que, apesar de um menor nível de instrução, estavam, antes de emigrar, em ocupações técnicas, em sua maioria na área da construção civil. No entanto, em momento recente, observou-se a ampliação do número de pessoas com mais baixo nível de instrução dentre aqueles que chegam ao país. Mesmo que a confirmação dessa situação exija trabalho mais aprofundado, avaliando certificados de conclusão de séries e a equivalência de séries e graus do ensino nos dois países, foi possível, durante o trabalho de campo, identificar entrevistados que tinham muita dificuldade de ler e mesmo de se expressar no seu idioma materno. (FERNANDES, 2014 *et al*, p. 124)

Assim, sobre a primeira leva (2010 e 2012), é possível afirmar que ela era composta de haitianos que enfrentaram condições mais adversas para migrar e se estabelecer: muitos chegaram pela fronteira com outros países, endividados, explorados por atravessadores, a maioria sem ninguém para recebê-los e em situação irregular. Para estes primeiros, o processo de chegar, ser acolhidos, se adaptar, conseguir aprender o idioma, conseguir um emprego, etc., foi muito mais difícil, pois eles dependiam sobremaneira das políticas do governo e da benevolência da sociedade civil. Por outro lado, uma vez estabelecido, foi este primeiro grupo que deu o *feedback* para os seus conterrâneos sobre a sua situação no Brasil, fornecendo avaliações sobre as condições e perspectivas de vida e solidificando as redes migratórias (FERNANDES *et al*, 2014). Em maio de 2018, tive a oportunidade de conhecer e conversar com Gustave, cuja rota migratória está detalhada na figura 03, que se enquadra neste primeiro grupo.

**Pesquisadora:** *Você me relatou que fez a travessia difícil por outros países até chegar ao Brasil. Quando foi isso e como aconteceu?*

**Gustave:** *Eu cheguei em 2011, peguei um avião na República Dominicana e desci em Quito. Fomos de carro, caminhão, a pé, do jeito que dava, até o Peru, porque o coitado falava que lá era garantido. Só que no caminho ele sumiu! Pegou nosso dinheiro e ficamos no meio do mato. Passamos fome, é... Foi difícil! E o pouco de dinheiro que a gente escondeu nas roupas foi roubado. Até apanhar a gente apanhou... É... No fim das contas algumas pessoas foram ajudando e a gente chegou no Acre e depois de mais de mês ainda chegamos em Brasiléia. Só que lá era longe de tudo! Nossa! Dei um jeito, consegui ir pra Manaus e passei um ano lá. Juntei um pouco de dinheiro e vim pra Belo Horizonte [...].*

Gustave me relatou que, apesar da sua difícil jornada, hoje ele se sente feliz morando na RMBH – ele mora em Contagem, no bairro Jardim Laguna – e que, a fim de

evitar que outros haitianos passem pelas dificuldades que ele enfrentou, sempre se dispõe a receber e ajudar quem quer que seja.

O segundo fluxo migratório – de 2013 a 2015 – é composto por haitianos que vieram numa situação um pouco mais confortável, posto que já tinham uma rede estabelecida nesse território: eles já tinham com quem se comunicar, já tinham quem os recebesse, muitos já vieram com promessas de emprego e moradia, trazendo-lhes uma perspectiva melhor que a do primeiro grupo (FERNANDES *et al*, 2014). O já mencionado Smith (rota 4, figura 05), que chegou em 2013 e tinha um amigo para lhe receber e fornecer o apoio necessário para a mudança e adaptação, é um dos que se enquadram neste segundo grupo, tal qual seu irmão mais velho, Francis (rota 3, figura 04), que chegou em 2015. Formado em Engenharia Mecânica em uma universidade da República Dominicana, Francis trabalha no Ceasa de Contagem e relatou:

“Eu consegui pegar o avião direto de Porto Príncipe para o Brasil porque eu consegui o meu visto lá. Mas eu tive que pagar o coioote pra conseguir o visto, se não só Deus sabe quando ia sair. Eu vim porque achei que ia ganhar bem, me falaram... Eu gastei 5 mil dólares pra vim, mas o coioote falou que eu ia ganhar quase isso por mês no Brasil... O meu salário no Ceasa é pouco mais de mil reais” (Francis, 23 de dezembro de 2017, Contagem - MG).

Sem ser uma exceção, a situação relatada por Francis é bastante recorrente entre os haitianos: muitos vieram com uma construção imaginária totalmente deturpada e esperançosa do que seria o Brasil. Desse modo, os haitianos têm servido ao Brasil como mão de obra barata, ocupando postos que são convenientes para o mercado de trabalho, de forma que a esses sujeitos, que migram na tentativa de conseguir uma vida melhor, é oferecido o mínimo:

[...] Assim, como trabalhador, é preciso que seja alojado, mas então o pior dos alojamentos (que ele consegue sozinho) é amplamente suficiente; como doente, é preciso que seja tratado (isso por ele mesmo, e talvez muito mais para a segurança dos “outros”), mas que seja da forma mais rápida e econômica, sem tomar sempre o tempo e o cuidado de que uma situação particular requer, principalmente no caso de doenças mentais (que, em sua maioria, são de origem sociológica ou ao menos comportam uma importante dimensão sociológica); o mais das vezes casado e pai de família, não seria possível proibi-lo de trazer para junto de si, dentro de certos limites e sob certas condições, sua mulher e seus filhos - não se poderia nem mesmo impedi-lo indefinidamente de fazê-lo, principalmente quando manifesta tal desejo [...]. (SAYAD, 1998, p. 58).

O terceiro grupo de imigrantes (vindos a partir de meados de 2015 em diante) é bem parecido com o segundo e inclui também aqueles que participam de processos de reagrupamento familiar, como mulheres e filhos dos que vieram nos dois primeiros fluxos. Isso revela que as redes sociais têm uma função tão importante ao ponto de que,

neste terceiro grupo, muitos vêm sem aprender o idioma ou sem promessa de emprego, pois acreditam no conforto de uma comunidade<sup>41</sup> acolhedora no local de destino.

Não é raro observar imigrantes ocupando postos de trabalho mal remunerados, independente da sua qualificação – e, no caso dos haitianos, muitos têm cursos técnicos, experiência profissional e falam pelo menos três idiomas. Essa situação permite pensar que nem sempre os fatores econômicos são, portanto, os únicos responsáveis pela escolha do local de destino, já que, embora um lugar não ofereça os melhores salários ou excelentes oportunidades de emprego, a rede de solidariedade funciona como um ponto mais atrativo a favor da permanência do imigrante – exatamente o que tem acontecido com muitos haitianos. As redes sociais – resultantes de relações fortes entre familiares e amigos, os quais transmitem informações sobre o custo de viagem, os documentos exigidos, as estratégias de viagem, etc. –, têm um papel muito mais ativo e valorizado que as propagandas de empresas e governo, já que, não raro, são as famílias e amigos que ajudam no financiamento da migração (JESUS e GOETTERT, 2017).

A interdependência de moradia faz com que os imigrantes, sobretudo aqueles com menos conhecimento da língua portuguesa, com menos escolaridade e mais dificuldade de integração, necessitem ainda mais da ajuda dos conterrâneos, os quais, de alguma forma, se adaptaram melhor e estão mais familiarizados à nova realidade e idioma. Assim, a comunidade vai se formando, os laços afetivos tendem a ser fortalecidos em um movimento semelhante ao que Stuart Hall observara com os barbadianos na Grã-Bretanha:

[...] Tal qual ocorre comumente às comunidades transacionais, a família ampliada – como rede e local da memória – constitui o canal crucial entre os dois lugares. Os barbadianos [...] têm mantido vivo no exílio um forte senso do que é a “terra de origem” e tentado preservar uma “identidade cultural” barbadiana. Esse quadro é confirmado por pesquisas realizadas na Grã-Bretanha, aquilo que poderíamos denominar “identificação associativa” com as culturas de origem permanece forte, mesmo na segunda ou terceira geração, embora os locais de origem não sejam mais a única fonte de identificação. (HALL, 2003, p. 26).

Tal necessidade de estabelecer laços afetivos é fundamental para amenizar a saudade de casa e ter com quem compartilhar afinidades e problemas em comum da vida

---

<sup>41</sup> Stuart Hall chama atenção ao fato de que “o termo “comunidade” (como em “comunidades de minorias étnicas”) reflete precisamente o forte senso de identidade grupal que existe entre esses grupos. Entretanto, isso pode ser algo perigosamente enganoso. Esse modelo é uma idealização dos relacionamentos pessoais dos povoados compostos por uma mesma classe, significando grupos homogêneos que possuem fortes laços internos de união e fronteiras bem estabelecidas que os separam do mundo exterior. As chamadas “minorias étnicas” de fato têm formado comunidades culturais fortemente marcadas e mantêm costumes e práticas sociais distintas na vida cotidiana, sobretudo nos contextos familiar e doméstico. Elos de continuidade com seus locais de origem continuam a existir.” (HALL, 2003, p. 65).

quotidiana. Em contrapartida, um movimento interessante que tenho observado concomitante a este processo é a criação de relações de poder, territórios e hierarquias internas dentro do grupo de imigrantes, muitas vezes como um movimento “natural”, em que os menos instruídos ou com menos conhecimento do idioma ficam mais dependentes de alguns sujeitos, os quais, aos poucos, assumem espécie de liderança do grupo.

Nesse sentido, o termo território se difundiu na Geografia a partir do final da década de 1970, embora já fosse utilizado por geógrafos que o associavam às delimitações dos Estados Nações, como Friedrich Ratzel (LE BERRE, 1992, *apud* HAESBAERT, 1995). Acerca do tema, Raffestin (1993, p. 143-144) comenta:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço.

[O território é] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. [...] o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder [...]

Para Raffestin, são as relações de poder, exercido por pessoas ou grupos, que constroem e definem os territórios. O geógrafo Rogério Haesbaert, por sua vez, define três vertentes básicas para o entendimento do território: a primeira, jurídico-política, vê o território como um espaço delimitado e controlado pelo exercício do poder, em especial o estatal; a segunda, cultural(ista), prioriza as dimensões simbólicas e subjetivas, sob a qual o território é produto da apropriação feita pelo imaginário e/ou pelas identidades sociais; e a terceira, econômica, “[...] destaca a desterritorialização em sua perspectiva material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho”. (HAESBAERT 1993, *apud* SPOSITO, 2004, p. 18)”. É, portanto, sobre a vertente cultural(ista) do território de Haesbaert, a qual considera as relações de pertencimento e as identidades, que esta análise se debruça, uma vez que o que quero aqui é uma compreensão mais subjetiva e simbólica que os sujeitos e grupos atribuem ao espaço.

Nesse contexto, as incursões etnográficas me permitiram observar que os imigrantes haitianos residentes na RMBH têm desenvolvido identidades com determinadas porções do espaço, sobretudo onde habitam no contexto metropolitano. A esse respeito, muitas vezes ouvi de haitianos que moram em Contagem, nos bairros Novo Progresso, Ressaca, Vila Pérola Coqueiros e Jardim Laguna, que aquela região pertence ao “Delmas 33”, em referência à origem de muitos dos moradores imigrantes, proveniente

dessa região do distrito Delmas, da capital Porto-Príncipe. Nesse sentido, pude perceber que é principalmente nessas áreas da RMBH onde esses imigrantes se sentem seguros e confortáveis para socializarem e reproduzirem um estilo de vida parecido com o que tinham na terra de origem. Cabe pontuar que tais espaços de pertencimento são agregados de valor pelos grupos migratórios, à medida que eles lhe conferem importância para a prática dos seus modos de vida e cultura, os modelam e exercem graus de poder sobre aqueles que neles habitam e/ou frequentam.

De acordo com Silva (2009), o poder pode ser compreendido como a capacidade de exercer influência sobre algo, de forma que quem o detém é capaz de influenciar o comportamento e as atitudes das outras pessoas. No caso da influência exercida entre os membros dessas comunidades haitianas, chama atenção a forma como eles reproduzem a cultura do seu país no Brasil, através de festas, da organização de almoços e jantares com comidas típicas do Haiti, e até mesmo da relação dos homens com as mulheres, afinal, os moradores haitianos de uma determinada região de Contagem, por exemplo, não “aceitam” que outros haitianos invistam em relacionamentos com as suas amigas e conhecidas que lá habitam, sejam elas haitianas ou brasileiras – o que, por vezes, acaba em confusões e brigas. Denota-se, portanto, que esses usos do espaço resultam em um processo de territorialização, em que as territorialidades dos imigrantes aparecem como resultante dos usos e apropriações.

A análise das condições e modos de vida dos haitianos permite compreender que as suas estratégias de territorialização culminam na sua afirmação enquanto grupo residente da RMBH. Nesse contexto, eles emergem como agentes sociais, os quais, embora sejam relegados às periferias e aos trabalhos mal remunerados, insurgem enquanto coletividade a qual reivindica a sua existência, reconhecimento e respeito. Dessa forma, o processo de territorialização dos imigrantes haitianos na metrópole permite-lhes avançar no sentido de se afirmarem perante a sociedade, o que faz com que a construção dos territórios avance para além das questões espaciais, adentrando as esferas sociais e culturais, em conformidade com a vertente cultural(ista) supracitada de Haesbaert.

Para Deleuze e Guattari (1997, *apud* HAESBAERT e BRUCE, 2002), devemos pensar a territorialização e a desterritorialização como processos concomitantes, fundamentais para a compreensão das práticas humanas, em que



O território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair do seu curso e se destruir. A espécie humana está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios “originais” se desfazem ininterruptamente com a divisão social do trabalho, com a ação dos deuses universais que ultrapassam os quadros da tribo e da etnia, com os sistemas maquínicos que a levam a atravessar, cada vez mais rapidamente, as estratificações materiais e mentais (GUATTARI e ROLNIK, 1986, p.323 *apud* HAESBAERT e BRUCE, 2002, p.08).

Nesse contexto, a desterritorialização pode ser entendida como o movimento através do qual se abandona o território – no caso dessa pesquisa, relacionado ao ato de emigrar –, e a reterritorialização emergiria como o movimento de construção do território – derivado do ato de imigrar e se estabelecer. É dessa forma que os haitianos que migraram para a RMBH prescrevem territorialidades construindo territórios através dos usos e da apropriação do espaço por práticas culturais coletivas e identitárias. Acerca disso, Haesbaert (1999) afirma que toda identidade territorial é uma identidade social indissociável do território, que se dá, portanto, dentro de uma relação de apropriação tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta. “[...] De uma forma muito genérica podemos afirmar que não há território sem algum tipo de identificação e valorização simbólica (positiva e negativa) do espaço pelos seus habitantes” (HAESBAERT, 1999, p. 172). Uma vez que convivem novas e antigas formas de identificação no/com o território, Haesbaert (1999) chama atenção ao fato de que a identificação das migrações, por exemplo, leva ao mesmo tempo ao surgimento de microespaços de identidade, segregados e segregadores, e a um entrecruzamento de traços culturais que produzem espaços híbridos, articuladores de novas identificações territoriais.

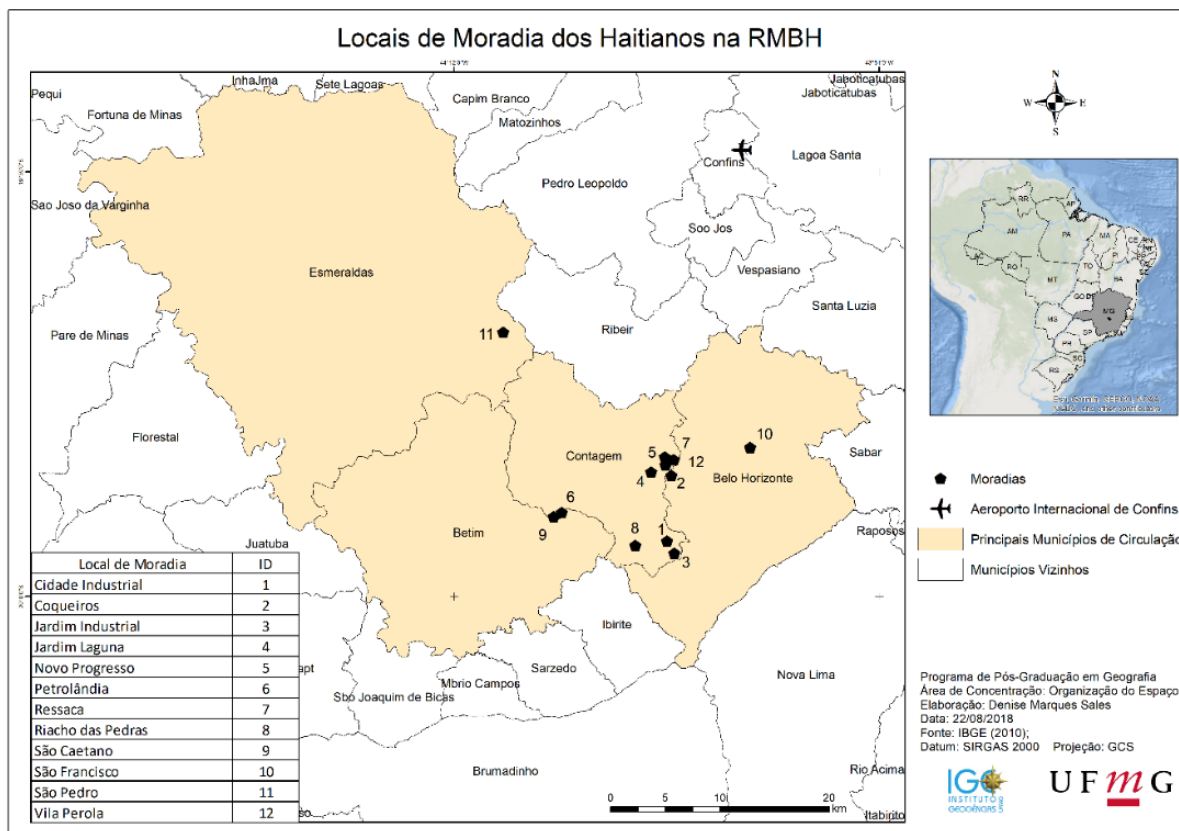
### **3.2.1. Uma nova forma de escravidão?**

Paralelamente a essa dinâmica de des/re-territorialização, as relações trabalhistas que perpassam pelos baixos salários que os haitianos recebem, mostram-se também bastante complexas: muitos deles relatam situações em que foram discriminados; é recorrente ver haitianos com formação técnica e/ou superior subproveitados; e, mais recentemente, Ulisses (rota 3, figura 04), que tem graduação em Engenharia Mecânica, mas trabalha como cozinheiro no centro de Belo Horizonte, precisou de ajuda para solicitar férias depois de dois anos de trabalho ininterrupto.

Segundo Sayad, o trabalho providencia o nascimento e a existência do imigrante, de forma que quando não há trabalho, é negada a sua existência e isso “o empurra para não ser” (SAYAD, 1998, p. 55). O trabalho do imigrante é aquele que o mercado de trabalho lhe atribui nos lugares que são convenientes, sendo, portanto, importante que observemos que a concentração desses imigrantes em cidades periféricas da RMBH está

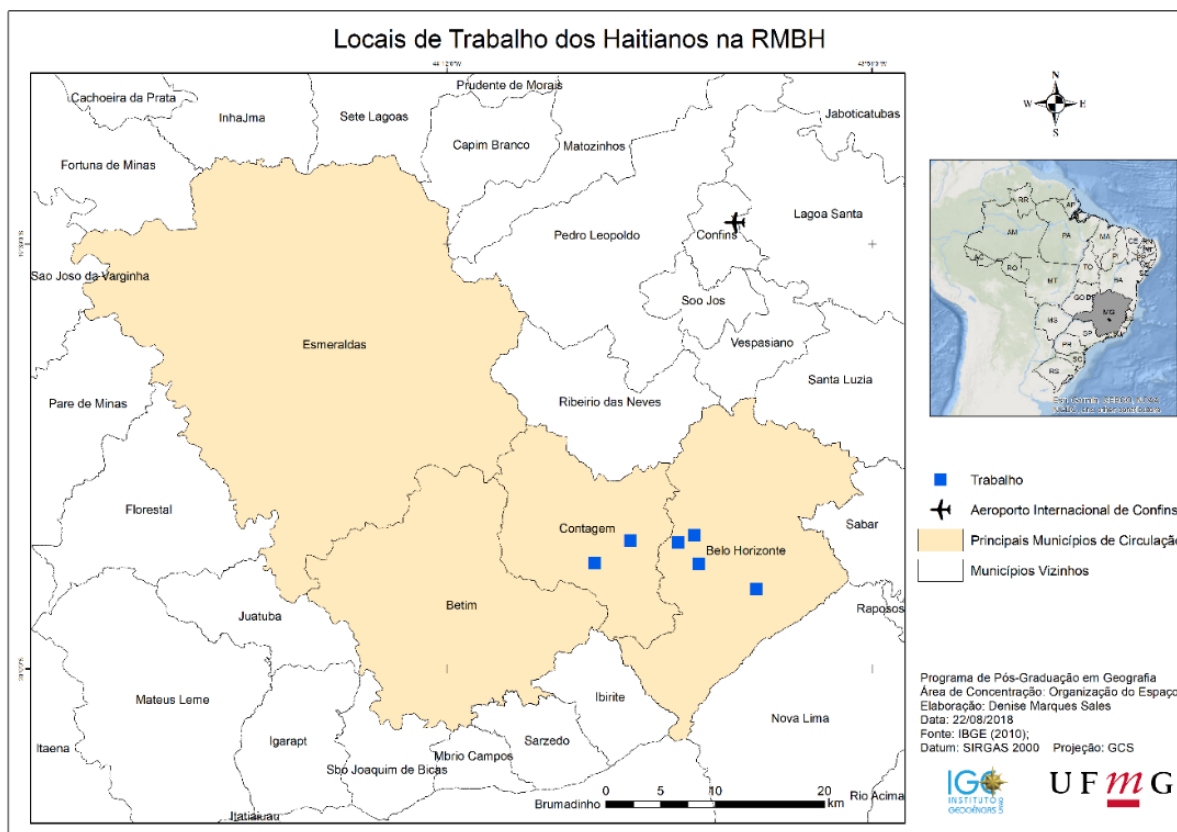
longe de ser uma coincidência ou uma escolha: é uma condição de sobrevivência do sistema vigente, o qual explora esse imigrante como mão de obra, ao passo que acentua as diferenças sociais e a segregação urbana. Ao imigrante é dada a oportunidade de criar relações sócio-espaciais onde é oportuno ao capital, ao qual o poder público serve mais do que ao povo. Relegados, muitas vezes, a condições “sub” (submoradia, subemprego, subvida), o que lhes resta é a periferia das cidades vizinhas onde eles podem ser invisibilizados, obscurizados e segregados, para que não sejam inoportunos. A figura 06 mostra a localização aproximada das residências dos haitianos entrevistados neste trabalho e a figura 07 mostra a localização aproximada dos seus locais de trabalho:

Figura 6 - Locais de moradia dos haitianos na RMBH



Elaboração: SALES, 2018.

Figura 7 - Locais de trabalho dos haitianos na RMBH



Elaboração: SALES, 2018.

De acordo com a figura 06, a maior concentração de moradias de haitianos na RMBH se dá na região limítrofe entre Belo Horizonte e Contagem, embora haja ocorrências em Betim e Esmeraldas. O ponto de moradia em Belo Horizonte, na região do Bairro São Francisco, diz respeito aos imigrantes que estudam na UFMG, localizada próxima a este bairro, na região da Pampulha, ao passo que os demais haitianos, que migraram com o intuito de trabalhar, têm residência concentrada nos municípios mais afastados, no entorno de Belo Horizonte. Por outro lado, a distribuição dos postos de trabalho evidencia uma concentração em Contagem e principalmente em Belo Horizonte, embora haja relatos de um número grande de imigrantes que trabalham em fábricas de Betim e Esmeraldas. A resposta que os haitianos deram para a minha pergunta “*Por que você mora em Contagem/Betim/Esmeraldas, se trabalha em Belo Horizonte?*” foi sempre a mesma: por que morar em Belo Horizonte é caro, e o salário que eles recebem só dá pra morar nas cidades do entorno, dividindo a casa com outras pessoas.

Assim, a partir dos seus relatos, pude perceber que muitos desses sujeitos chegam na RMBH, mas não se integram; criam territórios, mas ficam à margem da sociedade; deixam o seu lugar de origem, ao qual sentem que não pertencem mais, mas não se sentem

ligados ao novo lugar – vivendo assim uma espécie de “não-lugar”<sup>42</sup>. Independentemente do seu grau de instrução, de forma quase geral, eles acabam em uma posição segregada tanto na cidade quanto no mercado de trabalho – e o sonho da emancipação se transforma em frustração. De forma semelhante ao que acontece com os refugiados que chegam a Europa, conforme Zizek<sup>43</sup>, a realidade é que o Brasil que os haitianos buscam não existe, nem mesmo para os brasileiros.

Na nova fase do capitalismo global em que vivemos, é possível depreender que uma nova forma de escravidão, ainda que sem estatuto jurídico, está surgindo, de modo que os miseráveis, os mais vulneráveis, os imigrantes forçados e os refugiados têm assumido essa posição servil. “Este novo *apartheid* de facto, esta explosão sistemática do número de diferentes formas de escravidão de facto, não é um acidente lamentável, mas uma necessidade estrutural do capitalismo global de hoje” (ZIZEK, 2015), de forma que os refugiados e imigrantes forçados são o preço dessa economia global em que as mercadorias circulam livremente, mas as pessoas, em função do *apartheid*, não.

Segundo Martins e Mammarella (1999, *apud* Heidrich, 2006), a noção de exclusão social nasceu para designar os processos relacionados aos problemas sociais decorrentes da reestruturação produtiva e da globalização. Consonante com Heidrich (2006), o qual afirma que precisamos reconhecer que a ocorrência dos sujeitos na sociedade é predominantemente contingencial, sem grandes possibilidades de escolha, Ab’Saber (2007, p. 159) afirma:

Ninguém escolhe o lugar, o ventre, a cor da pele, a etnia, a condição socioeconômica e sociocultural para nascer. Nasce onde o acaso deixa acontecer. No mundo inteiro, nos países mais diversos, os nascituros emergem nas situações mais diversas do ponto de vista da conjuntura socioeconômica, familiar e sociocultural.

Embora nascer em determinado lugar seja algo contingencial, sair dele é, muitas vezes, mandatário, por questões de sobrevivência, apesar de nem sempre isso ser possível ou fácil pelas mesmas questões socioeconômicas e culturais nele impressas. Nesse

---

<sup>42</sup> Marc Augé (2005) define o lugar como um espaço identitário, relacional e histórico, enquanto o não lugar é o seu oposto: espaços não identitários, não relacionais e não históricos.

<sup>43</sup> “Há algo enigmaticamente utópico nesta demanda impossível: como poderia a Europa realizar o sonho deles, um sonho que, aliás, está fora do alcance para a maioria dos europeus. Quantos europeus do Sul e do Leste não prefeririam viver na Noruega? Pode-se observar aqui o paradoxo da utopia: precisamente quando as pessoas se encontram em situação de pobreza, aflição e perigo, e seria de se esperar que eles estivessem satisfeitos com o mínimo de segurança e bem-estar, a utopia absoluta explode. A dura lição para os refugiados é que “não há Noruega”, mesmo na Noruega. Eles terão que aprender a censurar seus sonhos: Em vez de persegui-los, em realidade, eles devem se concentrar em mudar a realidade” (ZIZEK, 2015). Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2015/09/18/zizek-nao-podemos-abordar-a-crise-dos-refugiados-sem-enfrentar-o-capitalismo-global-os-refugiados-nao-chegarao-a-noruega-tao-pouco-a-noruega-que-eles-procuram-existe/>>. Acesso em 10 de junho de 2018.

sentido, Heidrich (2006) defende que a condição humana de existir no espaço pressupõe ter acesso a um lugar, relacionar-se com ele, realizar transformações e ter consciência disso. Esses vínculos podem ser apreendidos por meio de três expressões: a apropriação, que se refere à criação de territórios; a valorização, construída na prática humana, social, da transformação do espaço, na criação de estruturas, no trabalho, etc.; e a consciência, que se refere ao sentimento de pertencimento. Em contrapartida, a exclusão social retira das pessoas a possibilidade de integração por meio da apropriação-valorização-consciência, enquanto a inclusão produz, juntamente com a integração existente, novos vínculos com o território (*ibid.*). Ainda nesse contexto, Heidich (2006) defende que, enquanto a política local representa para as elites uma possibilidade de adequação da cidade à globalização, às classes populares interessa mais a consolidação de um espaço que lhes garanta emprego e qualidade de vida. Para o autor, enquanto muitas pessoas têm fortes vínculos territoriais na escala global, de forma que o território local apenas necessita de adaptação ao global para atender às suas expectativas, no lado oposto encontra-se a situação de exclusão, de expulsão do sujeito da sua condição territorial, o que acarreta a ruptura dos seus vínculos com a própria localidade. Nesse contexto, a pobreza irrompe na falta de ou em péssimas condições de moradia, na ausência de condições sanitárias e na inexistência de relações formais de reprodução social, em um contexto em que as condições de vida beiram a subumanidade – situações que muitos haitianos experienciaram em seu país e que os motivaram a migrar, as quais, no entanto, também têm encontrado no Brasil.

Devido à impossibilidade de se reproduzirem socialmente em seu país, a migração é uma constante no cotidiano e na cultura haitiana, sendo que as crianças, desde cedo, aprendem que a melhor opção é criar uma vida fora do Haiti – mesmo que isso não signifique, necessariamente, uma vida melhor. Acerca disso, reproduzo abaixo trechos de uma conversa que tive com Diego (rota 1, figura 02), que chegou ao Brasil em 2016:

**Pesquisadora:** *Você tem vontade de voltar para o Haiti?*

**Diego:** *Não, só se for pra passear, passar quinze dias e voltar pro Brasil.*

**Pesquisadora:** *Mas você não sente saudades da sua família?*

**Diego:** *Sim, por isso quero ir lá. Esse ano [2018] minha irmã mais nova vem e com ela ajudando vai ser mais fácil juntar dinheiro pra trazer a minha outra irmã e a minha sobrinha. Depois, se Deus quiser, minha mãe muda de ideia e vem também.*

**Pesquisadora:** *Mas e quando você encontrar seus amigos no Haiti, será que você não vai querer ficar?*

**Diego:** *Que amigos? De homem não fica ninguém não [risos]. Meus amigos estão todos em países diferentes, Chile, Canadá, Estados Unidos, Argentina, Brasil... Não ficou ninguém no Haiti. Lá só tem mulher, velho, criança e doente.*

A fala de Diego revela, assim como no caso estudado por Sayad, que no Haiti “toda a comunidade vive suspensa na emigração” (SAYAD, 1998, p. 41), e é através dela que muitos haitianos se realizam material e socialmente. Nas entrevistas que fiz com outros imigrantes, a maioria afirmou que gostaria de voltar ao Haiti a passeio, para ficar alguns dias, mas que não tem interesse de morar novamente no país. Com base no que me foi dito, posso afirmar que muitos haitianos compartilham o sonho de trazer todos os seus entes queridos para o Brasil – ou para o “próximo” país, pois muitos pensam em migrar novamente para lugares melhores –, para então tentarem, em conjunto, uma vida mais próspera. O que chama atenção nessa vontade coletiva é a desesperança que eles têm acerca do futuro do Haiti, afinal, me pareceu que muitos já pararam de acreditar que o seu país melhorará e ofertará, algum dia, aos seus cidadãos condições dignas de vida e de trabalho na própria terra.

É importante ressaltar que as últimas incursões etnográficas que fiz antes de reorientar esta pesquisa para a análise das relações de gênero foram, talvez, as mais impactantes e reveladoras dos motivos que levam à emigração e ao conformismo com a vida que os haitianos levam no Brasil. Reproduzindo uma conversa que tive com dois irmãos, Francis e Dinis:

**Francis:** [...] *Eu não gosto daqui. Mulher brasileira é complicada, patrão brasileiro é complicado, o trabalho é ruim, alugar casa é difícil, só tem casa ruim.*

[Ao fundo, outro haitiano, Frederich, que mora na casa e que já está no Brasil há dois anos grita “mulher brasileira é linda, o Brasil é lindo”]

**Pesquisadora:** *Você concorda com o seu irmão, Dinis?*

**Dinis:** *Eu não gosto daqui. Só tô esperando a minha namorada [brasileira] que mudou pra Europa no início do ano conseguir emprego e vô atrás dela.*

**Pesquisadora:** *Mas vocês passaram a odiar o Brasil depois de situações que viveram aqui ou já sabiam que as coisas seriam difíceis antes...?*

**Francis:** *Haitiano não é bobo, todo mundo sabe que aqui é ruim. A gente vem sabendo.*

**Pesquisadora:** *Bom, eu não quero parecer desrespeitosa, apenas quero entender melhor a situação... Se vocês sabiam que era ruim, por que vocês vieram pra cá?*

**Francis:** *Por quê? Você acha que a gente vem porque quer? A gente vem porque precisa! Porque lá no Haiti, onde a gente mora, todo mundo tem que dar dinheiro pro cara do bairro todo mês, se não ele mata uma pessoa por semana e essa pessoa pode ser da nossa família.*

**Dinis:** *Ninguém vem porque quer! A gente vem até achar algo melhor. Ou fica, se não acha. Porque é o que dá pra fazer.*

**Francis:** *Se a gente fica lá, a gente não trabalha e morre. Então a gente muda, trabalha, ganha mal, mas tenta manter a família lá viva. É por isso que a gente vem!*

Relatos de violência contra os familiares que ficaram no Haiti foram recorrentes em minhas conversas com os haitianos. A primeira mulher haitiana com quem consegui estabelecer contato, Lucy (rota 1 de migração, figura 02), vive em Belo Horizonte com mais dois irmãos desde janeiro de 2018 e no mês de junho do mesmo ano recebeu a notícia de que um outro irmão que mora no Haiti foi brutalmente torturado e assassinado, de forma que encontraram o seu corpo com a língua costurada na nuca – o que, sem muitos detalhes, me foi explicado que é uma forma de ameaçar e passar um recado à família e à comunidade da vítima.

Em julho de 2018, outra haitiana, Désirée (rota de imigração 3, figura 04), que morava com Joseph, seu irmão mais novo, em São Paulo, mudou para-se a casa do amigo Diego, em Contagem, para fugir das constantes surras que Joseph lhe dava, no mesmo dia em que teve o irmão mais velho assassinado no Haiti. Segundo ela, o primogênito da família tinha conseguido recentemente um bom emprego em uma repartição pública no país, o que lhe permitiu comprar um carro, sendo que ele teria sido baleado por vizinhos que não se conformavam com as suas novas conquistas. Embora tenha se mudado para a RMBH na primeira semana de julho para fugir da constante violência doméstica, sem avisos, Désirée voltou para São Paulo duas semanas depois, desmotivada pela falta de amigos e de emprego em Belo Horizonte.

Dessa forma, é possível compreender que essas situações de violência e de medo são mandatárias nas vidas dos haitianos e fazem com que muitos busquem sobreviver, ainda que temporariamente, em outro país, até que consigam, se é que de fato conseguem, uma condição melhor em outro lugar. Nesse contexto:

[...] Por não conseguir sempre pôr em conformidade o direito e o fato, a imigração condena-se a engendrar uma situação que parece destiná-la a uma dupla contradição: não se sabe mais se se trata de um estado provisório que se gosta de prolongar indefinidamente ou, ao contrário, se se trata de um estado mais duradouro mas que se gosta de viver com um intenso senso de provisoriedade. [...] Por se encontrar dividida entre essas duas representações contraditórias que procura contradizer, tudo acontece como se a imigração necessitasse, para poder se perpetuar e se reproduzir, ignorar a si mesma (ou fazer de conta que se ignora) e ser ignorada enquanto provisória e, ao mesmo tempo, não se confessar enquanto transplante definitivo (SAYAD, 1998, p. 45-46).

Ao passo em que em seu subconsciente eles vivam ou tentem calar esses conflitos acerca do *status* da sua imigração, na sua relação com os cidadãos brasileiros, quando há algum conflito, a relação de forças sempre pende em favor da sociedade do país de destino, gerando descontentamentos que levam os haitianos a pensar seriamente em deixar o Brasil – ainda que não consigam estabelecer um prazo para isso, em virtude das suas limitações econômicas. Isso se dá porque aos imigrantes, muitas vezes, é relegada uma posição de devedores, enquanto os brasileiros se veem como credores dessa relação, assumindo um caráter dominante que visa a moralização daqueles que chegam. Sayad (1998) afirma que, a esses imigrantes, as exigências que lhes são percebidas como provações humilhantes sempre revelam a desconfiança com que são encarados, afinal, “[...] marcá-lo como um suspeito [...] é a função objetiva das verificações de documentos múltiplas (que não são sempre verificações policiais)”, situações essas que ocorrem,

[...] muitas vezes de forma intempestiva e, nas circunstâncias atuais, não desprovidas de certo excesso de zelo e de manifestações de mau-humor, de mostrar constantemente seus documentos, de apresentar, para cada um de seus mínimos gestos, em qualquer circunstância e na frente de todos (não só para a polícia), a prova de sua identidade (documento de identidade), da regularidade de sua presença (título de estadia), de seu domicílio (recibo de aluguel), de seu trabalho (*hollerith*), de sua renda (comprovantes que podem ser até a exibição de recibos pessoais). Um imigrante: “É incrível como essa sociedade tem confiança. As folhas de pagamento, só isso; em todo lugar em que você se apresenta, só lhe pedem isso! O que você é aqui? Você é só uma folha de pagamento por mês. Como se tivessem medo de que você comesse o pão deles [...] Com a gente, os imigrantes, isso chega muito longe: é logo a suspeita, não é o regulamento [...]; com a gente, é preciso provar que a gente ganha o nosso dinheiro, sem isso você está roubando, você está mendigando, é a mesma coisa, você vira suspeito. [...] Um imigrante é feito para trabalhar, você tem que provar que está trabalhando; se você não trabalha, então pra que você serve? [...] No correio, para mandar seu dinheiro [...], no seguro social [...], você precisa provar que ganhou seu dinheiro, que você trabalha, que não roubou [...]. Até para morrer, quando você não morreu no trabalho, você precisa provar que trabalha; de outro jeito, você não pode morrer” (SAYAD, 1998, p. 53).

Essa análise do autor encontra apoio no relato que o comunicador social haitiano Jude Civil publicou em suas redes sociais e que gerou muita repercussão:



Sou intercambista [...] e estou fazendo [graduação] na [universidade] [...]. Eu me considero como homem negro através da minha trajetória no curso e também minha experiência nos estágios.

Passei dois anos fazendo estágio [...], onde aprendi muito sobre a sociedade brasileira, principalmente sobre a questão racial e realidade do povo negro [...] Agora faço estágio num grupo de pesquisa [...]. Nesse estágio, estou aprendendo sobre as dificuldades, acessibilidade e os preconceitos que as pessoas com deficiência sofrem no seu dia a dia.

Através dessas experiências, refleti e cheguei nas seguintes conclusões: que a raça e a classe social caminham juntas, e o conceito Negro é uma ferramenta usada pelos colonizadores com objetivo de continuar a explorar a população negra. Como falei no início, minha identidade negra surgiu através das discussões na sala de aula [...]. Outro momento forte dessa identidade é minha identidade dentro do campus [...]. Para os professores e os alunos sou aluno intercambista, porém na rua sou um negro com um estereótipo negativo. Até fui parado duas vezes pela Polícia Militar no sentido que sou um ladrão.

Depois dessa ação fui procurar a entender o processo: o que é ser negro Brasil? Ser negro no Brasil é um processo lento de busca por uma auto-definição perpassado por contextos históricos e políticos, por tensões e descobertas, por histórias familiares e pela subjetividade. [...] Além disso o termo negro foi utilizado como adjetivo pelos colonizadores para se referir ao povo do continente África. Ele surgiu como advento da modernidade e foi responsável por sua constituição, consolidação e ainda hoje para sua manutenção (Crítica da Razão Negra- Achille Mbembe).

É igual com o conceito da raça, pois ela continua a existir porque nós acreditamos que há diferentes raças. O conceito de classe social caminha junto com a raça porque os preconceitos e as ações racistas que existem no mundo são baseados na questão da raça. Além disso, é uma ferramenta capitalista usada pelo imperialismo para continuar dominando o mundo. Podemos entender a raça como uma forma de hegemonia cultural e colonial e o conceito negro como elemento de exploração do sistema capitalista. Isso porque tais conceitos trazem uma ilusão de que existe só uma cultura e que as outras culturas são primitivas. É fácil questionar o problema de classe social e a questão da negritude porque nós achamos que eles são as bases dos preconceitos e racismo. Porém, a raça é o problema fundamental, pois ela é mais estruturante que o conceito de classe social.

Através da minha trajetória no curso e minha experiência nos estágios, eu não me olho mais com a identidade negra. Para mim o conceito Negro é uma ferramenta do poder colonial que relaciona aspectos negativos ao povo negro, como a pobreza nos países da África.

Em conclusão os conceitos de raça, classe social e negro são elementos de neocolonialismo com o objetivo de continuar a manter o poder colonial e a instabilidade política nos países da América Latina e do continente África. Isso porque, através desses conceitos, eles criaram a divisão de classes sociais e uma imagem da Europa como lugar ideal para morar, sendo o “centro de conhecimento e o berço da cultura”.

A identidade negra não pode ser usada como uma ação política e luta por direitos sociais básicos, uma vez que qualquer ser humano que nasceu neste mundo, seja branco ou negro, deve ter seus direitos garantidos para viver uma vida digna.

É fácil ouvir essa frase “Este negro é especial, ele é diretor ou professor de tal instituição”. Parece que o negro não tem capacidade de ser professor ou diretor, como se isso fosse possível somente para alguns poucos. Acordemos e levantemos para lutar contra o sistema neo colonialismo e o capitalismo, que são baseados nos conceitos de raça, classe social e negro! [...]

Jude, embora esteja no Brasil na condição de estudante intercambista – situação essa mais confortável do que a da maioria dos seus conterrâneos que vêm à procura de trabalho –, reconhece as discrepâncias existentes na sociedade brasileira no tocante ao tratamento dado ao imigrante, sobretudo quando este é negro. No entanto, embora eu

traga relatos críticos de pessoas que têm se mostrado conscientes e menos deslumbradas em relação às suas vidas no Brasil, como Smith, Francis, Dinis e Jude, é fato que muitos haitianos ainda nutrem ilusões acerca do que a sua vida pode vir a ser, e, sem se dar conta da sua situação, tornam-se ainda mais vulneráveis à exploração pelo capital e reverberam discursos que fazem com que outros haitianos continuem imigrando para o Brasil na esperança de conseguir uma vida melhor.

Por outro lado, a ânsia que estes imigrantes têm de trabalhar e de estudar chama atenção para o capital social que tem sido desperdiçado pelo Haiti, pelo Brasil e por tantos outros países do mundo. A quantidade de professores, engenheiros, técnicos, etc., políglotas trabalhando em posições abaixo de suas habilidades é estarrecedora, além de que as condições ofertadas a estes migrantes estão muito aquém do mínimo às quais um ser humano deveria ter direito para exercer a sua cidadania em plenitude. Ainda assim, a sua persistência acrescida à dificuldade em assomar recursos e forças para recomeçar noutro lugar – afinal, emigrar exige dinheiro e força de vontade – faz com que essas pessoas de trejeitos gentis e tradição trabalhadora sigam lidando com as adversidades, na esperança de conseguirem superá-las.

Dessa forma, os contatos preliminares desta pesquisadora com os sujeitos de pesquisa, os quais se deram principalmente com homens nos primeiros meses das incursões etnográficas, apontavam para a importância visceral do trabalho para a sustentação da imigração. No entanto, o contato que tive com Lucy e com Désirée me mostrou que para as mulheres têm sido ainda mais complicada a inserção no mercado de trabalho, afinal, ambas, apensar de já estarem há um tempo no Brasil, ainda não tinham conseguido emprego e/ou fontes estáveis de renda. Os desdobramentos dessas dificuldades e as questões de gênero na imigração serão abordados no próximo capítulo.

#### **4. DA TRANSIÇÃO DA PESQUISA: O APROFUNDAMENTO DAS QUESTÕES DE GÊNERO**

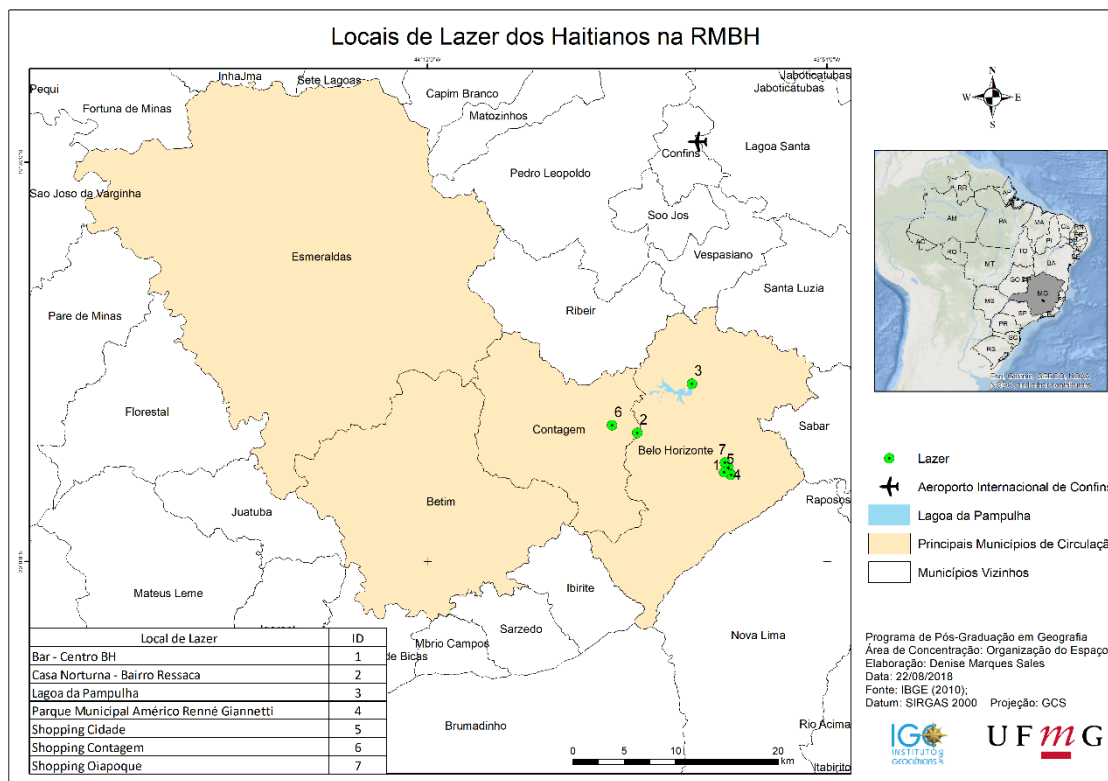
Conforme mencionei nos capítulos anteriores, a minha pesquisa nasceu com uma abordagem mais ampla acerca da imigração haitiana para Belo Horizonte, sem necessariamente compreender a perspectiva de gênero. Além disso, nos meus primeiros contatos com os imigrantes, tive a oportunidade de conversar apenas com homens, de forma que as minhas primeiras impressões e entrevistas foram orientadas de acordo com a percepção deles acerca da imigração, da sociedade brasileira, do mercado de trabalho, da cultura haitiana, entre outros.

Os contatos preliminares se deram, sobretudo, em ambientes festivos, sendo que nos primeiros eventos e festas aos quais fui convidada, embora eu pudesse perceber uma quantidade significativa de mulheres haitianas, o meu contato com elas raramente ia além de um sorriso ou aceno com a cabeça. Longe de serem hostis, isso se deu porque elas costumavam ocupar um lugar mais ao fundo dos ambientes, enquanto os homens assumiam a postura de anfitriões nesses eventos. Eu podia ver as haitianas, mas não conseguia ter acesso a elas, de forma que elas estavam presentes o tempo todo, mas ao mesmo tempo ausentes, como se um véu nos separasse. Destarte, durante muitos meses esse contato parecia tão improvável que se tornou secundário, fazendo com que eu voltasse a minha atenção somente às situações que me eram narradas pelos homens.

O acesso dos haitianos ao lazer é algo bastante restrito e fácil de ser delimitado na cidade. Todos os que eu tive a oportunidade de questionar me relataram que, para se divertir, praticam basicamente as mesmas atividades e frequentam os mesmos pontos na cidade: um bar popular localizado próximo à Praça da Estação, em Belo Horizonte, para o qual muitos se deslocam após a jornada de trabalho no centro da cidade, visto que de lá é fácil pegar um ônibus direto para as cidades vizinhas; uma casa noturna, localizada no bairro Ressaca, em Contagem, próxima às casas de vários deles; shoppings centers da RMBH, onde muitos vão para passear com amigos (as) e namoradas (os); o Parque Municipal Américo Renné Giannetti, em Belo Horizonte, devido ao acesso gratuito e a atrativos como pequenos shows de forró, realizados nos finais de semana; e a Lagoa da Pampulha, em Belo Horizonte. Nos pontos elencados (retratados na figura 08), chama atenção o fato de que os entrevistados relataram que o maior atrativo que os leva a

frequentá-los é eles serem de acesso gratuito ou de baixo custo, denotando, assim, que a questão financeira é uma grande limitadora do acesso dos haitianos à cidade. Por isso, a maioria deixou claro que prefere realizar festas em suas casas, pois, além de ser uma atividade menos dispendiosa, eles se sentem mais confortáveis entre os seus conterrâneos.

Figura 08 – Locais de lazer dos haitianos na RMBH



Elaboração: SALES, 2018.

Sobre as festas às quais fui, elas ocorriam, principalmente, nas casas de haitianos que moravam em Contagem e que se reuniam para comer churrasco e tomar cerveja, hábitos que eles revelaram ser bastante comuns também no Haiti. Nestes ambientes, além de asinhas de frango assadas ou fritas, pude experimentar *fritay* (figura 09), um prato feito com banana da terra amassada e frita, e *marinade* (figura 10), uma espécie de bolinho frito de cará, que eram servidos com salada de cenoura e repolho extremamente apimentada.

Figura 9 - Salada com *fritay* e frango



Fonte: ALBINO, 2017

Figura 10 - *Marinade*



Fonte: ALBINO, 2018.

Embora tanto os homens quanto as mulheres se dedicassem à cozinha, eu tinha a impressão de que a festa era um ambiente muito mais aproveitado pelos rapazes, uma vez que as mulheres ou iam embora bem cedo, ou ficavam reunidas em um canto, conversando timidamente entre elas. Enquanto isso, os homens bebiam, comiam, conversavam com as poucas brasileiras que convidavam (nunca homens brasileiros) e dançavam *compa*<sup>44</sup>, gênero de música típico do seu país, com destaque para as músicas de *Sweet Micky*, como é conhecido Michel Martelly, cantor popular haitiano que foi presidente do país de 2011 a 2016.

*Si youn jou mwen ta pati byen lwen  
Fòk nou sonje pwoblèm lavi ki mande sa  
Ayiti, ou se peyi an mwen  
Pa g'on rezon k'ap fèm pati pou'm pa tounen  
Jodi-a m'al travay, m'al travay pou 200 dola  
Madanm pou m okipe, telefòn pou mwen peye  
Santi kè m kap dechire, zantray mwen kap rache  
M'sonje'w, m'sonje'w, Ayiti cheri mwen  
Mwen sonje peyi mwen  
Mwen sonje zanmi mwen  
Mwen sonje fanmi mwen<sup>45</sup>  
(MARTELLY, 1998)*

<sup>44</sup> *Compa* é o nome dado à música tradicional do Haiti, cantada geralmente em crioulo. Descrito muitas vezes como um “merengue moderno”, o *compa* é popular em todo o Caribe (HAITIAN MUSIC, 2009).

<sup>45</sup> Em português:

“Se um dia eu partisse para bem longe  
Me lembraria dos problemas que a vida trazia  
Haiti, você é o meu país  
Nada no mundo vai me fazer viver fora do meu país eternamente  
Hoje eu trabalho, trabalho por 200 dólares  
Tenho mulher pra cuidar, celular pra pagar  
Mas sinto meu coração cansado, minhas entranhas dilaceradas  
Eu me lembro de você, eu me lembro de você, meu querido Haiti  
Eu me lembro do meu país  
Eu me lembro dos meus amigos  
Eu me lembro da minha família [...]”  
(tradução nossa).

Juntamente com os meus questionamentos acerca deste posicionamento mais tímido das haitianas nas festas, o meu despertar para as relações de gênero começou a se dar certa vez, quando, conversando com duas mulheres brasileiras que tinham amizade com haitianos há mais tempo, uma delas começou a me contar sobre um relacionamento que teve com um deles. Meire me disse que namorou por quatro meses com um haitiano, o qual, segundo ela, era extremamente ciumento e desconfiado da amizade dela com outros haitianos. Ela contou que um dia, após uma festa, eles voltavam para casa a pé quando começaram a discutir, pois o ex-namorado não aceitava o fato de Meire conversar e ser simpática com outros homens nas festas que frequentavam. A discussão tomou proporções a ponto de ele agredi-la verbalmente, de forma que ela achou que ele estava prestes a machucá-la e, por isso, Meire pôs fim ao relacionamento. Quando eu a indaguei se ela estava emocionalmente bem, ela me disse que já tinha superado o ocorrido, pois não era a primeira vez que ela discutira com um parceiro, e acrescentou que no seu casamento anterior, com um brasileiro, frequentemente ela era hospitalizada porque as discussões com ele sempre terminavam em agressão. Esclareceu ainda que aprendera a se defender, de modo que, da última vez em que foi agredida pelo ex-marido, logo após sair do hospital ela retornou à casa e o esfaqueou, *“para ele aprender a nunca mais encostar em mulher”*. Sobre a consequência dos seus atos, ela me disse que *“ficou por isso mesmo”*, pois logo ele se recuperou do ferimento, mas acrescentou que faz questão de contar essa história pra todos os homens com quem ela se relaciona, para que eles não pensem que podem agredi-la impunemente, reconhecendo que foi provavelmente por causa disso que o namorado haitiano não a agrediu na noite do término do relacionamento. Apesar de abalada com a história de Meire, logo tive minha atenção voltada para a da sua amiga, Vanda, a qual contou-me que já namorou com haitianos e que todos eles eram ciumentos. Segundo ela, apesar disso, os dois primeiros relacionamentos foram tranquilos, *“só tinha algumas discussões por ciúmes, mas nada demais”*. Contudo, sobre o último namorado, disse que ele lhe pedira três mil reais emprestados, alegando que precisava mandar urgente o dinheiro para o Haiti, pois teria um familiar doente, de forma que ela se prontificou e lhe emprestou a soma. No dia seguinte ele sumiu, não atendia mais suas ligações, e então, passados alguns dias, ela foi à casa dele, onde foi recebida aos gritos pelo ex-parceiro que a agrediu fisicamente. Vanda ficou com o rosto severamente ferido, mas não foi à polícia, conforme relatou-me, por vergonha, por achar que não adiantaria e também por medo, pois ele fez ameaças de agredi-la novamente caso ela mencionasse a dívida. Dessa forma, ela desistiu de reaver o dinheiro e disse, para o meu espanto, que o ex-namorado estava presente na festa em que encontrávamos com a

nova namorada, também brasileira. Quando a questionei se ela não sentia raiva ou medo por ele estar ali, ela me disse que não, que já tinha superado o episódio que acontecera há cerca de três meses daquele dia. Vanda foi incisiva ao afirmar “*homem, brasileiro ou gringo, é assim mesmo!*”, e acrescentou que a única coisa que ainda a chateava nessa história eram os fatos de seus outros amigos haitianos não terem rompido a amizade com seu ex-namorado e não ajudarem-na a reaver o dinheiro que ela havia lhe roubado.

Embora o machismo seja algo muito presente na cultura brasileira e se revele nas práticas do dia a dia, até aquele momento eu nunca tinha ouvido um relato direto de vítimas de violência, e o que mais me chocou foi o fato de que, apesar de tudo o que elas viveram, Meire e Vanda aparentavam não ter medo de se relacionar com outros homens e encaravam com certa naturalidade os ocorridos. Para Meire, a violência foi algo comum em sua vida, independente da nacionalidade dos homens com quem se relacionou, o que me fez refletir sobre a presença do machismo na vida das mulheres e sobre a naturalização da violência.

Nascimento *et al* (2009), em sua obra “Violência é coisa de homem?”, afirmam que a masculinidade, situada nas relações de gênero, pode ser compreendida como um conjunto de valores, funções e condutas, os quais se espera que os homens tenham em uma determinada cultura. Para as autoras e autor, esse modelo expressa uma ideologia em que a masculinidade pressupõe a heterossexualidade, a racionalidade e o privilégio de poder infligir a violência. Acerca da pesquisa:

No campo da saúde pública, as discussões sobre a masculinidade têm sido atravessadas por questões relacionadas à violência. Segundo Couto e Schraiber<sup>46</sup>, a partir dos anos noventa, principalmente nesse campo, se intensificam as discussões sobre a relação homem-violência, sobretudo motivadas pelos altos índices de mortalidade por violência entre homens jovens, em diversas regiões da América Latina e Caribe. Schraiber e colaboradores<sup>47</sup> chamam a atenção para a magnitude da violência vivida por homens na esfera pública, apontando que cerca de um em cada dois homens já experimentou alguma situação de agressão física. No caso da juventude, esse problema se acirra, por conta da forte participação desse segmento nos atos violentos. Gomes e colaboradores<sup>48</sup>, por exemplo, baseados em dados do DATASUS, apontam que, em 2000, mais da metade das mortes por causas externas, entre homens jovens de 15 a 29 anos de idade, ocorreram por homicídio.

---

<sup>46</sup> COUTO, M.T.; SCHRAIBER, L.B. Homens, saúde e violência: novas questões de gênero no campo da saúde coletiva. In: MINAYO, M.C.S.; COIMBRA, Jr.C.E.A (organizadores). *Críticas e atuantes: ciências sociais e humanas em saúde na América Latina*. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2005. p. 87-706

<sup>47</sup> SCHRAIBER, L.B.; GOMES R.; COUTO, M.T. Homens na pauta da saúde coletiva. *Ciê. Saúde Colet.*, 2005; 10(1):7-17.

<sup>48</sup> GOMES, R; MINAYO, M.C.S.; SILVA, C. F. R. Violência contra a mulher: uma questão transnacional e transcultural das relações de gênero. In: *Brasil. Impacto da Violência na Saúde dos Brasileiros*. Brasília: Secretaria de Vigilância em Saúde, Ministério da Saúde; 2005. p. 117-140.

Ampliando essa discussão, Souza<sup>49</sup> observa que o maior envolvimento de homens em homicídios e acidentes de transportes – como vítimas ou como autores – pode se articular com dois grandes símbolos masculinos: as armas (associadas ao poder de vida ou morte) e os carros (associados ao poder de locomoção, velocidade, liberdade e status social). Esses objetos, segundo a autora, “são introduzidos desde cedo na vida do menino, na forma de brinquedos, e passam a fazer parte do universo masculino com todos os simbolismos que possuem no contexto capitalista ocidental contemporâneo”. As relações entre juventude e violência podem ser aprofundadas se adicionarmos questões voltadas para raça/etnia. No entanto, sabemos que há pouco investimento por parte da área da saúde no trato dessas questões. Junto a uma produção escassa, há autores que chamam a atenção para a necessidade de se contextualizar as relações entre raça/etnia, juventude e violência num escopo maior que envolva, dentre outros, aspectos estruturais – relacionados, principalmente, as desigualdades socioeconômicas, bem como questões de ordem territorial – voltadas para áreas geográficas hoje consideradas de risco<sup>50</sup>. Por último, observamos que as discussões acerca das relações masculinidade-juventude-violência devem se situar numa lógica complexa em que a violência é entendida como um fenômeno multifacetário e sócio-histórico, nutrida e modelada a partir de aspectos políticos, econômicos e culturais que se traduzem nas relações cotidianas entre os sujeitos e as instituições, sendo este um processo apreendido e internalizado.

De acordo com o Mapa da Violência de 2015 (WAISELFISZ, 2015), os números da violência contra a mulher no Brasil são tão altos a ponto de enquadrar o país na quinta posição no *ranking* mundial do feminicídio, perdendo apenas para El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia. Também em 2015, a partir de denúncias de ONGs e estudos oficiais, o Código Penal Brasileiro foi alterado com a incorporação da Lei 13.104/2015 que prevê o feminicídio como circunstância qualificadora de crime hediondo, que passou a ser punido com pena de doze a vinte anos de reclusão. Ao passo que nas décadas anteriores mulheres eram assassinadas no Brasil pelos seus (ex) companheiros, (ex) maridos, (ex) namorados, pais e irmãos por “motivos” como honra, ciúmes e até mesmo paixão, a supracitada lei entende que isso não justifica nem ameniza tais crimes, mas sim os qualificam, de forma que após a sua implementação, a quantidade de sentenças para feminicídio tem aumentado, conforme o entendimento, investigação e adesão dos juízes.

---

<sup>49</sup> SOUZA, E. R. Masculinidade e violência no Brasil: contribuições para a reflexão no campo da saúde. *Ciên. Saúde Colet.*, 2005; 10(1):59-70.

<sup>50</sup> CECHETTO, F.; MONTEIRO, S. Discriminação, cor e intervenção social entre jovens na cidade do Rio de Janeiro (RJ-Brasil): a perspectiva masculina. *Estudos feministas* 2006; 14(1):199- 218.



Tabela 1- Número e estrutura (%) de atendimentos a mulheres pelo SUS, segundo agressor e etapa do ciclo de vida. Brasil – 2014

Agressor	Número						%					
	Criança	Adoles.	Jovem	Adulta	Idosa	Total	Criança	Adol.	Jovem	Adulta	Idosa	Total
Pai	4.758	2.633	476	272	18	8.157	29,4	10,6	1,4	0,6	0,3	6,4
Mãe	6.849	2.694	438	348	52	10.381	42,4	10,8	1,3	0,7	0,8	8,1
Padrasto	1.576	1.273	292	83	3	3.227	9,7	5,1	0,9	0,2	0,0	2,5
Madrasta	81	0	0	0	0	81	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
Cônjuge	0	2.095	9.947	15.913	813	28.768	0,0	8,4	29,7	34,0	12,9	22,5
Ex-cônjuge	0	565	4.174	5.236	106	10.081	0,0	2,3	12,5	11,2	1,7	7,9
Namorado	0	2.405	1.597	1.352	32	5.386	0,0	9,7	4,8	2,9	0,5	4,2
Ex-namorado	0	729	1.250	913	30	2.922	0,0	2,9	3,7	1,9	0,5	2,3
Filho	0	62	99	1.910	2.206	4.277	0,0	0,2	0,3	4,1	34,9	3,3
Irmão	875	3.421	3.902	3.982	445	12.625	5,4	13,7	11,7	8,5	7,1	9,9
Amigo/ Conhecido	488	748	1.037	1.349	176	3.798	3,0	3,0	3,1	2,9	2,8	3,0
Desconhec.	2.523	5.257	3.732	4.554	485	16.551	15,6	21,1	11,2	9,7	7,7	13,0
Cuidador	275	71	29	49	216	640	1,7	0,3	0,1	0,1	3,4	0,5
Patrão/ chef	4	53	79	128	8	272	0,0	0,2	0,2	0,3	0,1	0,2
Rel. Institucional	149	133	135	243	49	709	0,9	0,5	0,4	0,5	0,8	0,6
Agente da lei	21	97	132	156	11	417	0,1	0,4	0,4	0,3	0,2	0,3
Autoprovoc.	419	3.466	4.676	7.386	600	16.547	2,6	13,9	14,0	15,8	9,5	13,0
Outros	2.906	1.853	1.944	3.245	1.080	11.028	18,0	7,4	5,8	6,9	17,1	8,6
<b>TOTAL</b>	<b>16.166</b>	<b>24.922</b>	<b>33.463</b>	<b>46.847</b>	<b>6.312</b>	<b>127.710</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>PAIS</b>	<b>13.264</b>	<b>6.600</b>	<b>1.206</b>	<b>703</b>	<b>73</b>	<b>21.846</b>	<b>82,0</b>	<b>26,5</b>	<b>3,6</b>	<b>1,5</b>	<b>1,2</b>	<b>17,1</b>
<b>PARCEIROS</b>	<b>0</b>	<b>5.794</b>	<b>16.968</b>	<b>23.414</b>	<b>981</b>	<b>47.157</b>	<b>0,0</b>	<b>23,2</b>	<b>50,7</b>	<b>50,0</b>	<b>15,5</b>	<b>36,9</b>

Fonte: Mapa da Violência 2015. Homicídios de mulheres no Brasil (adaptado).

De acordo com a Tabela 01, em 2014, conforme dados do atendimento a mulheres vítimas de violência no Sistema Único de Saúde (SUS), os principais agressores de mulheres adolescentes, jovens e adultas foram seus cônjuges, ex-cônjuges, namorados e ex-namorados. Nesse contexto, os perpetradores da violência se sentem legitimados a cometer os crimes, que muitas vezes acabam em assassinato, culpando as vítimas pelos acontecimentos que levaram às suas atitudes. A esse respeito:

[...] Segundo as Nações Unidas, as motivações mais comuns dos agressores envolvem sentimento de posse sobre a mulher, o controle sobre o seu corpo, desejo e autonomia, limitação da sua emancipação (profissional, econômica, social ou intelectual) e desprezo e ódio por sua condição de gênero. Sociedades machistas favorecem as agressões violentas a mulheres. Além disso, fatores como a classe social, a etnia da vítima, a violência no entorno e outros contextos sociais contribuem para a situação de risco e vulnerabilidade social de uma mulher. No Brasil, as maiores vítimas do feminicídio são negras e jovens, com idade entre 18 e 30 anos. De acordo com os últimos dados do Mapa da Violência, a taxa de assassinato de mulheres negras aumentou 54% em dez anos. O número de crimes contra mulheres brancas, em compensação, caiu 10% no mesmo período (CUNHA, C. s.d.).

Esses dados remetem aos relatos de Meire e Vanda, ambas moradoras da periferia da RMBH, sendo Vanda negra, que além de terem um histórico de violência doméstica em suas vidas, não acreditam na eficácia nem da polícia nem da justiça para intervir, julgar e punir seus agressores. Por causa disso, no dia da festa em que as conheci, ao retornar à minha casa comecei a refletir: se as duas brasileiras, as quais me relataram saber da existência das leis que as protegeriam, não recorreram às autoridades e seguem vivendo este ciclo de violência em suas vidas, como deve ser a vida das haitianas que experienciam situações semelhantes no Brasil? Como é a vida de uma imigrante vítima de violência que ou não sabe sobre os seus direitos, ou sente medo de recorrer à polícia e eventualmente perder o direito de continuar vivendo no país? E como será para aquelas que sequer sabem se expressar em português? Este momento de reflexão sobre questões de gênero na imigração haitiana foi crucial para a minha pesquisa, embora a mudança do enfoque só tenha se dado mais à frente.

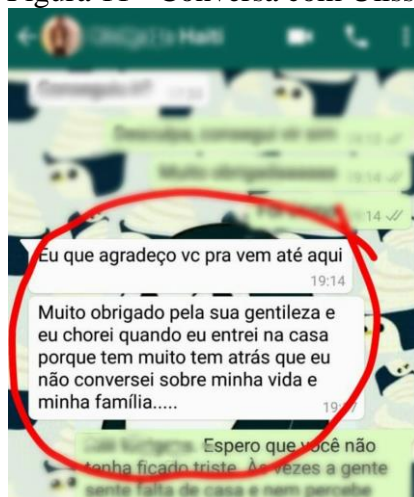
Chamarei de Ulisses o primeiro haitiano que conheci e que me apresentou aos seus conterrâneos, fundamentais para a conclusão deste estudo. Desde o início ele concordou em participar da minha pesquisa e parecia muito empenhado em me ajudar no que fosse preciso. Nosso contato foi facilitado por uma amiga, cuja irmã havia trabalhado com ele como garçoneiro numa festa. Logo que obtive seu contato, enviei mensagens para o celular de Ulisses explicando detalhadamente os objetivos da minha pesquisa e propondo que nos encontrássemos. Ele aceitou o convite e alguns dias depois nos encontramos em uma praça perto de sua casa, em Petrolândia, Contagem, em um domingo. Naquele dia, como eu ainda não tinha conversado com nenhum haitiano até então, embora tivesse anotado algumas perguntas para fazer ao longo da tarde, deixei que o assunto fluísse livremente, até mesmo para ter a oportunidade de ouvir aquilo que Ulisses julgasse importante eu saber. Apesar da sua timidez em se abrir com uma completa estranha, com o passar dos minutos ele se demorava mais nas respostas às minhas perguntas, sobretudo quando elas eram sobre o Haiti e sobre a saudade que ele sentia da terra natal e da família.

Ulisses, 29 anos, é de Porto-Príncipe e deixou o seu país há muito tempo. Ele me contou que morou na República Dominicana por quatro anos, onde se formou em Engenharia Mecânica, e depois se mudou para o Panamá, onde esteve por pouco mais de um ano e trabalhou como técnico em mecânica. Em seguida, migrou para a Colômbia, onde viveu por dois anos e trabalhou como mecânico, quando seguiu para o Equador, onde esteve também por dois anos e exerceu sua profissão. Relatou-me ainda que desde quando deixou o seu país voltou lá apenas três vezes, sendo que depois que veio para o Brasil, em dezembro de 2015, nunca voltou ao Haiti. Sobre a sua vinda, Ulisses disse que estava no Equador quando se colocou em contato com um primo, que mora em Petrolândia, para pedir informações sobre a realidade brasileira. O primo recomendou que ele não viesse, pois a crise econômica dava poucas esperanças para quem vinha em busca de emprego, mas, mesmo assim, Ulisses comprou a passagem de avião, pois, segundo o próprio, ele gostava muito do Brasil “*desde pequeno*” e achava que era hora de realizar o sonho de viver aqui. Já em terras brasileiras, morou no primeiro ano na casa que o primo divide com a esposa e o filho; dois meses depois conseguiu um emprego em um restaurante do centro de Belo Horizonte, onde ainda trabalha; em seguida, alugou uma casa, a qual divide atualmente com outro haitiano, o qual conheceu em Belo Horizonte, e dois cachorros. Quanto ao seu núcleo familiar no Haiti, este é composto por ele e mais quatro pessoas: sua mãe, um irmão e duas irmãs, sendo que o seu pai abandonou sua família há anos. Quando perguntei se ele tinha esposa, a resposta foi evasiva: disse que deixou um relacionamento sério no Haiti, mas não deu muitos detalhes. Meses mais tarde, ele me contou que, aos 16 anos, se relacionou com uma vizinha de 11 anos e foi expulso de casa por isso. Eles moraram juntos por pouco mais de um ano e depois ele se mudou para a República Dominicana para cursar uma faculdade. O que aconteceu com a menina depois da sua partida é algo obscuro para mim, mas sei que ela tem dois filhos, sendo que o mais novo tem cerca de dois anos de idade, pelo que pude observar em fotos que Ulisses posta em suas redes sociais. Segundo ele, nenhum dos dois é seu filho, mas, ainda assim, sempre envia dinheiro à ex-namorada para ajudar em seus sustentos.

Ao longo da nossa conversa, Ulisses relatou-me que sente saudades do país, mas que, de certa forma, já se acostumou a estar longe, embora às vezes sonhe com o cheiro da comida da mãe. Depois de duas horas de conversa, nos despedimos e de maneira muito atenciosa ele me pediu que eu avisasse quando chegasse a minha casa, pois o caminho era longo e, segundo ele, perigoso. Assim que cheguei, enviei uma mensagem para Ulisses que, para a minha surpresa, disse que a nossa conversa sobre o Haiti e sobre a sua família o havia sensibilizado muito (figura 11). Naquele momento eu pude perceber que

eu deveria ser muito responsável com as minhas abordagens e entrevistas, uma vez que as minhas perguntas aos haitianos poderiam suscitar emoções há muito tempo guardadas, o que é um privilégio enquanto pesquisadora, porém deve inspirar cuidados, afinal, sentimentos são sempre complexos.

Figura 11 - Conversa com Ulisses.



Fonte: ALBINO, 2017.

Foi Ulisses quem me levou às primeiras festas haitianas e contou aos seus conterrâneos sobre a minha pesquisa, incentivando-os a conversar comigo, de forma que muito desse trabalho é devido à sua contribuição. Por outro lado, nos encontros que se seguiram, algumas situações começaram a me incomodar, como a de ele me mandar mensagens elogiando a minha aparência, ou então me enviar músicas românticas em dias em que não havíamos nos falado, ou até postar fotos minhas em suas redes sociais com frases de amor como legenda. Embora eu sempre tivesse o cuidado de demonstrar que, apesar da amizade que nascia entre nós, o nosso contato se dava em virtude da pesquisa acadêmica e que não havia nenhuma possibilidade de nós nos relacionarmos, ele parecia indiferente à minha recusa, chegando ao ponto de começar a mostrar aborrecimento quando eu conversava com os seus amigos nas festas em que frequentávamos. A situação chegou ao limite quando, em uma festa em Contagem, Ulisses bebeu compulsivamente e logo se declarou para mim. Tomando cuidado para não criar uma situação ainda mais desconfortável, falei da maneira mais clara possível que ele não era correspondido e que, além disso, o meu propósito ali era acadêmico, de forma que eu não estava “disponível” para relacionar-me com ninguém. Neste momento, ele apertou o meu braço e tentou me puxar para um quarto da casa, alegando que precisávamos conversar, e mesmo diante da minha recusa, ele insistiu. Apesar do choque que me petrificou por alguns segundos, logo resisti aos puxões, que se intensificaram, de forma que me pus a gritar, o que chamou a atenção dos demais presentes os quais, por fim, se interpuseram entre nós. O que se seguiu

foi um verdadeiro caos: alguns haitianos começaram a empurrar Ulisses, inconformados com a situação; enquanto isso, mais pessoas se aglomeraram ao nosso redor, até que, Meire, que tinha chegado há pouco tempo, apareceu e derrubou Ulisses no chão. Aos gritos, ela dizia “*Não mexe com mulher não, seu maluco! Não encosta em nenhuma mulher na minha frente! Quero ver você mexer comigo!*” enquanto empurrava Ulisses.

Naquele momento, eu não sabia mais o que fazer. A minha única vontade era ir embora, pois, me sentia, ao mesmo tempo, ameaçada e extremamente culpada pela minha interferência em um ambiente ao qual eu não pertencia e havia sido gentilmente convidada a frequentar. No entanto, quando peguei o meu celular para chamar um Uber, tive-o arrancado das minhas mãos por um dos moradores da casa, Dinis, que disse que não era pra eu ir embora, enquanto seus outros irmãos, Francis e Smith, diziam que não aceitavam que eu deixasse a casa deles com uma má impressão dos haitianos. Embora eu argumentasse que estava tudo bem, com uma demonstração exacerbada de gentileza e preocupação fui impedida de ir embora, enquanto os demais haitianos retiraram Ulisses da casa. Por duas horas fui impedida de deixar aquele ambiente e, nesse meio tempo, aparecia, a todo momento, algum haitiano para expressar revolta com o que Ulisses fizera e demonstrar o seu apoio, enquanto me ofereciam todos os alimentos e bebidas que havia no lugar, numa tentativa de me acalmar e agradar. Apesar da experiência traumatizante e da angústia por não poder ir para a minha casa imediatamente, reconheço que estes gestos foram muito bonitos e atenciosos, e assim que tive meus pertences devolvidos e fui autorizada a ir embora, tive que prometer que eu não deixaria de frequentar as festas haitianas, pois, segundo os anfitriões, eu era muito querida lá.

No dia seguinte, enquanto tentava processar mentalmente tudo o que havia acontecido, recebi uma infinidade de mensagens de Ulisses pedindo desculpas, mas logo o bloqueei. Mais tarde, recebi uma mensagem de Smith, perguntando se eu estava bem e dizendo que no dia seguinte seria a festa de celebração de Natal que a comunidade haitiana de Contagem estava organizando, e me perguntando se eu não gostaria de ir, acrescentando que Ulisses não estaria presente, pois, de alguma forma, ele fora banido do grupo. Apesar do trauma recente, vi ali uma oportunidade de dar seguimento à minha pesquisa e de tentar superar o ocorrido, de forma que confirmei minha presença e comprei o convite.

A festa aconteceu no dia 25 de dezembro de 2017, à noite, e foi um evento memorável. Cerca de 200 haitianos estavam presentes, entre eles mulheres, homens e crianças, e uma deliciosa comida era servida enquanto eles dançavam *compa* muito

animados (figuras 12 e 13). De fato, foi importante ter feito o esforço de comparecer àquele evento, pois pude observar e aprender um pouco mais sobre a cultura haitiana, além de que a boa recepção e o encontro com tantas pessoas que demonstraram apoio ao que vivenciei me deram forças para superar aquele episódio e seguir em frente.

Figuras 12 e 13 - Festa de Natal. Contagem (MG) - 2017.



Fonte: ALBINO, 2017.

No entanto, nos meses que se seguiram, continuei tendo dificuldades para continuar a pesquisa. Certa vez, ao marcar por mensagens de celular um encontro para entrevistar um haitiano que morava em Betim, ele me perguntou se eu não poderia levar uma amiga comigo, para apresentá-la ao amigo que o acompanharia. Eu expliquei de forma bastante direta que o encontro, que se daria em um shopping, serviria apenas para conversarmos sobre a sua imigração para a RMBH, em função da minha pesquisa acadêmica, fala que ele ignorou e continuou insistindo para que eu levasse outra mulher comigo. Dessa maneira, não tive outro recurso a não ser desmarcar, embora ele tenha continuado a me enviar mensagens, músicas e fotos suas, situação que parou apenas quando o bloqueei.

Outra vez, combinei com outro rapaz de entrevistá-lo em um shopping em Contagem. Ele também me enviou mensagens inadequadas, de forma que tive que ser ríspida e dizer que se ele não compreendesse a minha intenção única e exclusivamente acadêmica de encontrá-lo, eu desmarcaria. Ele logo se desculpou, e, na esperança de conversar com ele sem mais problemas, me desloquei até o shopping para entrevistá-lo. Baselais, 22 anos, tinha imigrado para a RMBH há menos de uma semana do nosso encontro e chegou a me responder algumas perguntas, mas logo começou a questionar se eu era casada, se tinha namorado e se queria ir para a sua casa. Em menos de quinze minutos interrompi a entrevista e fui embora, extremamente desapontada e frustrada com tudo o que estava acontecendo. Assim que cheguei a minha casa, vi que ele havia me enviado mensagens pedindo desculpas “caso tivesse me chateado” e me perguntando se poderia mandar uma foto para se desculpar. Antes que eu respondesse, ele me enviou uma

foto do seu órgão genital, de forma que eu finalmente o bloqueei. Naquele dia, eu cheguei ao meu limite.

No entanto, Baselais conseguia um número de celular novo a cada semana, o que permitia a ele me enviar mensagens sempre que fosse possível. Continuei a bloquear os seus números, o que foi seguido de mensagem de seus amigos pedindo para que eu o desculpasse e considerasse a possibilidade de “reatar o meu relacionamento” com ele – que nunca existiu! –, até que o seu irmão, que mora no Chile, também me enviou mensagens insistindo que eu o perdoasse. Segui bloqueando todos os números que surgiam, até que um dia ele finalmente desistiu. O fatídico encontro com Baselais no shopping se deu no final de dezembro de 2017, e mesmo com a minha recusa em falar com ele, ele insistiu até março de 2018, quando por fim parou. Por coincidência, após a sua desistência, todas as semanas de março a julho de 2018, eu passei a receber mensagens de outros haitianos que perguntavam se eu tinha namorado, se poderiam me conhecer e tentavam até mesmo fazer vídeo-chamadas quando eu os ignorava, de forma que sempre tinha o transtorno de bloquear esses números. Nas ocasiões em que eu os questioneei sobre como haviam conseguido o meu número, a resposta era a mesma: “*peguei em um celular de um amigo meu*”. A situação se tornou tão incômoda até que, certo dia, quando um desses números me ligou, eu atendi e disse que se mais alguém me ligasse, enviasse mensagem ou algo parecido, sem que eu tivesse autorizado a divulgação do meu número, eu iria à polícia, e foi aí que finalmente essas situações cessaram. Pouco tempo depois, o haitiano Frederich me ligou implorando para que eu não procurasse as autoridades, alegou que seus conterrâneos iriam parar de me ligar, e afirmou que quem passara o meu número insistindo para que eles me contatassem era Baselais, que afirmava que o número era de uma *bouzen*<sup>51</sup>.

Foi a partir de tudo isso que percebi que não havia mais jeito de seguir com a minha pesquisa: eu já estava demasiado frustrada e assustada com toda a situação. Quando finalmente tive coragem de relatar os ocorridos ao meu orientador, ele foi categórico ao dizer que eu deveria mudar de tema imediatamente, pois já havia corrido riscos demais. No entanto, depois de mais de um ano de trabalho, foi extremamente frustrante pensar que tudo o que eu fizera até então seria “jogado fora”. Embora eu estivesse infeliz com tudo o que acontecera e concordasse que era impossível seguir em

---

<sup>51</sup> *Bouzen* seria a forma mais pejorativa de chamar uma mulher de prostituta em crioulo haitiano.

frente, eu não conseguia conceber a possibilidade de desperdiçar tudo o que eu produzira, o que me fez pedir um prazo para pensar em alguma solução.

Assim, no dia seguinte a essa conversa, fui à casa Esther, brasileira que namorava Frederich e com quem fiz amizade em uma festa que fui em Contagem. Foi então que ela desabafou sobre os problemas que seu relacionamento enfrentava: disse que o namorado, que também dividia moradia com os irmãos Dinis, Francis e Smith, era muito ciumento, não a deixava usar saias e vestidos, e vivia indagando se ela não o traía com os seus vizinhos haitianos – Esther mora em Contagem, no bairro Jardim Laguna, onde muitos imigrantes também moram. A brasileira, de 31 anos, disse que não sabia mais o que fazer para conquistar a confiança do namorado, que tinha livre acesso à sua casa, ao seu celular e às suas redes sociais. Ela me narrou, porém, que sempre que estava perto dela, Frederich desligava o seu próprio celular e nunca deixava que ela visse suas conversas. Naquele dia, em sua casa, descobri que Esther é mãe de duas filhas, uma de quatorze e outra de dezesseis anos, frutos do seu casamento com um brasileiro. Quando perguntei há quanto tempo era separada ou divorciada, ela me disse que já tinha alguns anos, mas que não tinha contato com o pai das filhas desde quando ela o denunciou por agressão e conseguiu uma medida protetiva. Esther me contou que o processo segue em juízo, embora acredite que “*não vai dar em nada*”. Acerca do seu relacionamento com Frederich, eles terminaram pouco depois, em abril de 2018, sendo que em dezembro do mesmo ano vi, em redes sociais, que a esposa do haitiano – cuja existência nós desconhecíamos – migrou para a RMBH para morar com o marido.

Mais tarde, ainda na casa de Esther, uma amiga sua chegou. Fui apresentada a Surucá, como era conhecida, que me contou que nasceu no interior da Paraíba e morava em Contagem há mais de trinta anos. Surucá, 46 anos, disse que já teve namorados haitianos, mas que agora evitava se relacionar com eles depois de uma experiência ruim. Quando Esther me perguntou como andava a minha pesquisa e relatei às duas os últimos acontecimentos, Surucá me disse: “*Haitiano é assim mesmo... Eles não respeitam mulher*”. Mais tarde, a paraibana me contou um pouco da sua vida: ela disse que tinha uma filha já adulta, da qual engravidou quando tinha apenas treze anos. Segundo Surucá, na sua infância, um familiar próximo, já adulto, forçou relações sexuais com ela dizendo que era “*uma brincadeira*”. Por não ter noção do que aquilo geraria e pela falta de diálogo em casa, a menina não ofereceu resistência nem contou o ocorrido para ninguém, de forma que os abusos que começaram na sua infância perduraram por anos. No entanto, assim que seus familiares descobriram que ela estava grávida, Surucá foi expulsa de casa



e passou a morar com a família de um vizinho, cujo patriarca também “*brincava*” com ela diariamente. Ela disse que, na época, sabia que estava grávida e que um dia teria um bebê, mas ainda não entendia que eram aqueles episódios de abuso, travestidos de brincadeira, que tinham gerado sua gravidez. Assim que deu à luz à filha, Surucá foi expulsa da casa do vizinho, provavelmente porque a esposa descobriu o que acontecia entre o marido e a menina que acolhera. Sem ter onde morar, a paraibana conseguiu uma carona para a cidade vizinha, onde morou nas ruas com o bebê, até que foi acolhida por uma instituição, onde finalmente recebeu um mínimo de educação sexual, que a fez tomar consciência dos abusos que sofrera. Surucá disse que se casou um pouco depois e que se mudou para Contagem, mas resolvera nunca mais ter filhos, pois já tinha acesso a métodos contraceptivos. Acrescentou ainda que, à medida que ia envelhecendo, o trauma das situações que ela vivera em seu primeiro lar e na casa do vizinho fez com adquirisse medo de ter relações sexuais e, por isso, o ex-marido a agredia e violentava frequentemente. Todos os dias ela revive mentalmente as violências que sofrera ao longo de sua vida, o que leva a beber em excesso, motivo que levou a sua filha a não mais querer ter contato com a própria mãe.

Foi assim, com base nos comoventes relatos de Esther e Surucá, que cheguei a algumas conclusões as quais, além de impactar pessoalmente na minha vida e na minha percepção de mundo, culminaram na reorientação da minha pesquisa: as brasileiras com quem conversei ao longo das incursões etnográficas em Contagem vivem em um contexto de periferização que aparentemente facilita e invisibiliza os abusos que sofreram ao longo de suas vidas; a desconfiança dessas mulheres em relação às autoridades e a descrença em relação ao funcionamento das instituições faz com que os seus algozes sigam impunes, ao passo que a repetição das situações faz com que muitas naturalizem a violência; se o meu grau de instrução e situação socioeconômica não impediram que eu fosse vítima de assédios no primeiro ano da minha pesquisa, certamente a vida das outras mulheres que desconhecem seus direitos e são tratadas pelas instituições e pela sociedade como inferiores em razão do seu nível educacional e situação socioeconômica tende a ser muito pior. Percebi, enfim, que era minha responsabilidade investigar e trazer em minha pesquisa um panorama das relações das mulheres haitianas com os homens, sobretudo daquelas que eu via retraídas nas festas. E foi a partir disso que, em conversa com o meu orientador, chegamos à conclusão de que abordar as relações de gênero existentes na imigração haitiana para a RMBH era o único caminho possível a ser seguido – conquanto que eu não me expusesse a nenhuma outra situação de risco.

É importante deixar claro que o meu objetivo com este trabalho não é apontar motivos que possam ser usados para deslegitimar a imigração haitiana, uma vez que entendo e defendo, tal qual o artigo XIII, inciso 2, da Declaração Universal de Direitos Humanos, que “toda pessoa tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar”. Com todas as crises que vêm acometendo o sistema global e que têm causado significativas mudanças ambientais, econômicas, políticas, sociais, etc., é fundamental que as pessoas que se sentem ameaçadas ou limitadas onde vivem tenham o direito de migrar e tentar uma vida digna em um novo lugar. Entendo também que em meio a esse contexto de tensão, a chegada de grandes levadas migratórias a países que já sofrem com crises e problemas domésticos pode suscitar medo e impactar de forma negativa na infraestrutura e na vida dos seus nacionais, sobretudo quando o país de destino não se prepara – ou não têm condições para se preparar – para acolher os imigrantes. Por outro lado, acredito que a cooperação internacional se faz mister tanto no sentido de auxiliar os países em crise a superar os seus problemas e serem capazes de oferecer aos seus nacionais condições de reprodução social, quanto no sentido de auxiliar aqueles países que estão recebendo fluxos migratórios significativos e não têm demonstrado preparo e/ou condições para isso. Mas vale reforçar, a despeito das crises políticas e econômicas que assolam o Brasil e do temor aos imigrantes que adentram o seu território, que a população brasileira em 2015 era composta por apenas 0,3% de imigrantes, segundo o *World Migration Report 2018*, da OIM, o que atesta um impacto mínimo na infraestrutura e nos serviços públicos ofertados pelo governo brasileiro à população.

#### 4.1. UM PANORAMA DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NO HAITI

O Haiti, tal qual o Brasil e tantos outros países, tem uma formação histórica e sociocultural marcada pelo machismo e pelo patriarcalismo. Segundo Drumont (1980), o machismo pode ser entendido como um sistema de representações simbólicas, o qual envolve as relações de exploração, de dominação e de sujeição entre o homem e a mulher. Para a autora, enquanto sistema ideológico, o machismo oferece modelos de identidade não apenas para o elemento masculino, mas também para o feminino, de forma que ele é aceito por todos, mas mediado pela “liderança” masculina. Isso significa que é através deste modelo normalizante que o homem se torna homem, e a mulher se torna mulher, enquanto “[...] se ocultam partes essenciais das relações entre os sexos, invalidando-se todos os outros modos de interpretação das situações, bem como todas as práticas que não correspondem aos padrões de relação nele contidos” (DRUMONT, 1980, p. 81). Segundo

Barreto (2004), o patriarcalismo se mostra, nesse contexto, como uma estrutura sobre a qual se assentam a maioria das sociedades contemporâneas, que é caracterizado por uma autoridade imposta institucionalmente do homem sobre as mulheres e filhos, no ambiente familiar, e que permeia toda a organização da sociedade, como a produção e o consumo, a política, a cultura e até a legislação. A autora acrescenta que “[...] o patriarcado funda a estrutura da sociedade e recebe reforço institucional, nesse contexto, relacionamentos interpessoais e personalidade são marcados pela dominação e violência” (BARRETO, 2004, P. 64).

Na história oficial do Haiti, que tomaremos aqui por aquela contada nos livros, a revolução haitiana, que reproduzi brevemente no capítulo 3, está centrada no papel dos homens que lutaram contra os franceses pela independência, minimizando e/ou omitindo a participação das mulheres, que foram fundamentais na formação da primeira república negra do Caribe (CIVIL, 2018). Acerca disso, Jude Civil (2018, p. 11) destaca:

Como haitiano, pude testemunhar o fracasso da história oficial em relatar a importância das mulheres, pois o que aprendi sobre a participação das mulheres na revolução foi via história oral através das contas dos meus antepassados. Os livros que são usados nas escolas haitianas atualmente são produzidos sob as normas da Igreja Católica que ainda preza pelo colonialismo, ou seja, continuam com as formas europeias, patriarcais e raciais de dominação.

Sobre o porquê dessa omissão sobre o papel das mulheres na história, o supracitado autor diz que, em 1860, durante o seu governo, Geffrard F. Nicolas assinou uma concordata entre o Haiti e o Vaticano assumindo a religião católica como a detentora do monopólio religioso do país. Assim, a Igreja Católica ampliou sua influência por vários campos, inclusive a educação, o que fez com que os livros escolares fossem produzidos sob a tutela da Igreja, ressaltando um ponto de vista eurocêntrico, androcêntrico, branco e elitista. Dessa forma, segundo a história oficial, apenas os nomes de quatro ou cinco mulheres que lutaram contra o sistema colonial têm sido mencionados nos livros didáticos, ignorando a luta, a opressão e os estupros que as demais haitianas sofriam rotineiramente durante a colonização (CIVIL, 2018).

Jude Civil chama atenção para o papel que as mulheres, em especial Cécil Fatiman, tiveram na cerimônia de *Bois Caïman*, ocorrida em 14 de agosto de 1791, durante as lutas pela libertação. Segundo Bayyinah Bello, historiadora e professora da *Université d'Etat d'Haiti*, embora os livros suprimam esse fato, foi Cécil quem planejou o encontro dos escravos na cerimônia que foi o marco do processo da revolução haitiana.

Segundo a historiadora, Cécil Fatiman era um *mambo*, sacerdotisa de *vodou*<sup>52</sup> haitiano, e por isso procedeu o sacrifício de um porco preto, cujo sangue foi bebido pelos participantes da cerimônia com o intuito de torná-los invencíveis. Assim, Cécil Fatiman, nascida em Cap-Haïtien, foi uma das heroínas da independência do seu país, juntamente com Dédée Bazile, Catherine Flon, Sanité Belair, entre outras (CIVIL, 2018), a despeito do processo de exclusão das mulheres na história oficial, o que colabora com a perpetuação do machismo, uma vez que, ao mencionar apenas a participação dos homens na revolução, às mulheres é relegado um papel secundário de subordinação ou até inexistência.

A situação de opressão e violência contra a mulher é algo histórico no Haiti, embora venha ganhando notoriedade, sobretudo, nas últimas duas décadas. Segundo Sartori (2017), após a renúncia de Jean-Bertrand Aristide em 2004, a ONU levantou a necessidade de instaurar uma missão de paz no país para restaurar a sua democracia, o que levou à criação da MINUSTAH. De acordo com a autora, os objetivos principais da missão eram promover a transição de governo de forma não violenta, além de tomar as medidas necessárias para a erradicação da violação de direitos humanos no país. “[...] Outros temas também abordados pela resolução tocam em questões de saúde, como prevenção e controle da HIV/AIDS, proteção de mulheres e crianças e reforçar a necessidade da ajuda internacional para com o caso” (SARTORI, 2017, p. 2-3).

No contexto da intervenção da ONU, um relatório da MINUSTAH de novembro de 2004<sup>53</sup> mostra que a quantidade de denúncias de casos de abuso sexual subiu naquele ano no país, visto que muitas mulheres foram atacadas e roubadas ao voltarem para a casa após receberem suprimentos fornecidos pela Missão (SARTORI, 2017). O mesmo

---

<sup>52</sup> “[...] *Esta religión tiene sus raíces en “los pueblos ewe-fon del antiguo reino del Dahomey” (Ascencio, 2005: 132) con la llegada de esclavos negros a las diferentes plantaciones de añil, café, algodón, caña de azúcar en el Caribe. En sus inicios, lo practicaban solo los nago (yoruba), ibo y los arada (ewe y fon) (Leymarie, 2015).*

*El mismo carácter del culto le proporciona un lugar a sus misterios o loas, a lo que algunos especialistas los nombran dioses. Hay un número indeterminado de loas, y es que cada uno tiene varias personalidades; los más antiguos son Legba, Aizan y Loco y pueden agruparse por lugares de origen o por familia (Ascencio, 2005). El vodú requiere ceremonias, danzas y ritos dedicados a los loas, así como una disciplina y obligaciones estrictas.*

*[...] También existen las mambo, se trata de mujeres dignatarias del culto vodú, que al igual que los houngan tienen un saber técnico y práctico “nombres de los dioses, sus atributos, la liturgia de cada ceremonia, los golpes de tambor los cantos y bailes” (Ascencio, 2005: 139) El culto vodú se organiza a partir de cofradías autónomas (con estilo y tradiciones propias); cada una cuenta con un houmfort, que es el santuario vodú o centro religioso conformado por el péristyle donde se celebran danzas y ceremonias, y el cuarto de los misterios en el que se tienen los altares de los loas protectores del houmfort (Ascencio, 2005:138)” (RAMÍREZ-ARELLANO e JASSO-MARTÍNEZ, 2017, p. 151).*

<sup>53</sup> Conforme *Report of the Secretary-General on the United Nations Stabilization Mission in Haiti S2004/908*, disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/2004/908](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2004/908)>.

relatório indicou um grande número de mulheres contaminadas com HIV/AIDS, levando a MINUSTAH a atuar em conjunto com ONGs para promover a inserção de mulheres na política e no processo eleitoral vigente, além da instalação de estruturas para lidar com casos de violência sexual e de campanhas para a prevenção de DSTs (*ibid.*). Gabriela Sartori ressalta que a Missão contou, desde o seu início, com uma consultora para questões de gênero, Nadine Puechguirbal, responsável por conscientizar a população acerca da importância de se incluir as mulheres na construção de um novo país (*ibid.*). Nesse contexto:

Após a missão instalada, a Polícia Nacional Haitiana (PNH) passou a se envolver nos processos de construção da paz, de acordo com o relatório da missão de dezembro de 2006/10, como forma de combater a discriminação de gênero, as mulheres passam a compor a força policial, com um número ainda baixo, 12%, e políticas de gênero adentram a instituição. Esse processo continua, existe um grande incentivo para a participação feminina na força policial, de forma a garantir o acesso a renda para essas mulheres, e para garantir que as mulheres possam recorrer a outras mulheres em casos de abuso sexual e violência doméstica. Também se formam dentro da PNH núcleos para receber denúncias de abusos sexuais, ainda que o sistema judicial tenha apresentado dificuldades para processar esses casos. (SARTORI, 2017, p. 5)

Antes do terremoto de 2010, vários relatórios da ONU alertaram para o sistema judicial frágil e corrupto do Haiti, que permitia que muitos casos de violência contra a mulher ficassem impunes. Segundo um relatório da ONG MADRE, parte da dificuldade de se levar os casos de abuso à polícia se dá pelo fato de muitos oficiais, promotores e juízes ainda perpetuarem o estigma social associado ao estupro (SARTORI, 2017), o que constrange e desencoraja as vítimas a denunciar. Concomitantemente a isso, lembremos que foi somente em 2005 que foi ratificada a lei que criminaliza o estupro no país (HAMANN, 2015), o que, por outro lado, se choca com a lei que proíbe o aborto, mesmo em casos de abuso sexual, restando apenas duas opções às vítimas: fazerem o processo ilegalmente em suas casas, o que as torna criminosas e as expõe a riscos de morte, ou terem que conviver com o fruto de uma relação violenta não consentida. A esse respeito:

*In 2011, Human Rights Watch released a report entitled Nobody Remembers Us: Failure to Protect Women's and Girls' Right to Health and Security in Post-Earthquake Haiti that documented the lack of access to reproductive and maternal health care after the earthquake and described how hunger led some women and girls to trade sex for food and how poor camp conditions exacerbated the impact of sexual violence because of difficulties accessing post-rape care. The report highlighted how aid and recovery efforts failed to adequately address the needs and rights of women and girls<sup>54</sup> (HUMAN RIGHTS WATCH, 2011).*

---

<sup>54</sup> Em português: “Em 2011, a *Human Rights Watch* divulgou um relatório intitulado “Ninguém se lembra de nós: falha em proteger o direito das mulheres e meninas à saúde e à segurança no Haiti pós-terremoto” que documentou a falta de acesso a cuidados de saúde reprodutiva e materna após o terremoto, e descreveu como a fome levou algumas mulheres e meninas a trocarem sexo por comida e como as más condições dos campos [de desabrigados] exacerbaram o impacto da violência sexual devido à dificuldade de acesso aos

Sartori (2017) observa que nos anos seguintes ao terremoto, a taxa de homens que deixaram o Haiti para tentar uma vida melhor em outros lugares foi mais alta do que a das mulheres, as quais, muitas vezes, foram deixadas para trás com filhos, idosos e enfermos, em uma situação de insegurança que as tornava mais propensas a abusos, agressões e roubos. Isso denota a situação de dependência das mulheres em relação aos homens, uma vez que elas foram as principais afetadas pelas repercussões do inesperado terremoto, comprovando, novamente, que num sistema mantido pela violência e opressão, as mulheres são as maiores vítimas (REARDON, 1985, *apud* SARTORI, 2017, p. 6).

No Haiti pós-2010, a falta de água potável se tornou outro fator de grande impacto na vida das haitianas, sobretudo após a epidemia de cólera, atribuída à chegada de soldados nepaleses que compunham a MINUSTAH, e que matou cerca de dez mil haitianos (PATRICK, 2017). Sem fonte alternativa de água, muitas mulheres tiveram que se deslocar diariamente por quilômetros para encontrar água, com a qual pudessem lavar as roupas e abastecer as suas casas, de forma que esse acúmulo de trabalhos domésticos fez com que meninas passassem menos tempo nas escolas, culminando no aumento da evasão escolar (SARTORI, 2017). Nesse contexto, dados do PNUD de 2016 revelam que mulheres têm cerca de 2,7 anos a menos de estudo que os homens no Haiti, sendo que o número de mulheres que concluem o ensino secundário no país é cerca de 13% menor que o de homens (*ibid.*). Gabriela Sartori ressalta que um fator crucial para o impedimento da permanência de meninas na escola é a dificuldade que elas têm de manter a higiene pessoal durante o período menstrual, visto que é comum a falta de infraestrutura, de água e de material de higiene pessoal em escolas haitianas.

[...] Por isso, em entrevistas para Amanda Klasing em 2014, pesquisadora sobre direito das mulheres e que atua no Haiti, meninas contaram que devem retornar a suas casas para fazer a troca de absorventes por falta de água e material de higiene, e no caso de meninas que moram longe, chegam a faltar na escola durante todo o período menstrual. Diante da situação, a pesquisadora alertou que garotas devem ter acesso a água potável já que isso é significativo para garantir a presença na escola. Nesse sentido, a ajuda internacional tem falhado com o país, já que as doações de água e a facilitação do acesso não tem demonstrado o resultado esperado, deixando muitas crianças doentes por cólera e afastando meninas da escola. (SARTORI, 2017, p. 7-8).

Acrescido a todo esse cenário caótico pós-terremoto e pós-epidemia de cólera, a situação da mulher haitiana se deteriorou ainda mais com os abusos perpetrados por militares que compuseram a MINUSTAH ao longo dos 13 anos da Missão. Investigações internas da ONU revelam que tropas brasileiras foram acusadas de abusos sexuais

---

cuidados pós-estupro. O relatório destacou como os esforços de ajuda e recuperação não atenderam adequadamente às necessidades e direitos das mulheres e meninas” (tradução nossa).

enquanto serviam no país, chegando a oferecer alimentos em troca de sexo. Segundo a *Associated Press* (AP), as forças de paz da ONU pelo mundo enfrentam denúncias de mais de 2 mil casos de abusos, muitos dos quais praticados contra menores e contra aqueles que mais deveriam proteger (CHADE, 2017). Enquanto o comandante brasileiro Ademir Sobrinho respondeu às acusações dizendo que as tropas da MINUSTAH não registraram nenhum caso de abuso sexual praticado pelos seus oficiais no país, a ONU divulgou que, entre 2004 e 2015, 150 denúncias foram registradas no Haiti envolvendo soldados estrangeiros, entre eles brasileiros, nigerianos, uruguaios e paquistaneses (*ibid.*).

De acordo com a reportagem da AP, Janila Jean foi uma das vítimas dos soldados brasileiros. Ela conta que há 3 anos, quando tinha 16 anos, era virgem e foi levada para as residências das tropas brasileiras em troca de alimentos. Mas acabou sendo estuprada com uma arma apontada para sua cabeça. Janila engravidou e contou à agência que chega a imaginar "estrangular sua filha". Outras três mulheres também foram estupradas naquele dia. Temendo represália, nenhuma delas apresentou na época a denúncia.

[...] Outra que fala em estupro é a haitiana Martine Gestime, de Porto Príncipe. Ela diz que foi violentada por um soldado brasileiro em 2008 e também engravidou. O garoto, Ashford, acompanha a mãe pelas ruas para pedir comida.

No centro da denúncia está ainda o caso de 134 soldados do Sri Lanka, que também estavam no Haiti e sob o comando brasileiro. Eles são acusados de terem explorado sexualmente nove crianças entre 2004 e 2007. Em razão da investigação, 114 deles foram enviados de volta para casa, mas nunca foram presos.

Uma das testemunhas ouvidas pela ONU diz que, entre os 12 e 15 anos foi violentada por cerca de 50 soldados, inclusive um "comandante", que a deu US\$ 0,75. Uma das testemunhas, que afirmava ter 16 anos na época, contou que manteve relações sexuais com um comandante do Sri Lanka em três ocasiões.

Outra garota, na época com 14 anos, confirmou que teve relações com soldados diariamente em troca de alimentos, como bolachas, e suco. Outro menino contou ter sido estuprado por mais de 20 soldados do Sri Lanka. De acordo com a reportagem da AP, eles retiravam os nomes dos uniformes antes de encontrar o garoto. Em outro caso, um garoto haitiano contou ter sido estuprado em 2011 por soldados uruguaios (CHADE, 2017).

Não obstante os numerosos casos relatados, há que se pensar nas cifras ocultas, referentes às mulheres e crianças que não efetuaram denúncias, seja por medo de represálias, seja por terem praticado abortos, ilegais no país, seja pelo medo do estigma social. Fora isso, até então, os militares denunciados seguem impunes, sem nenhuma perspectiva de serem julgados e de pagarem pelas atrocidades que cometeram, enquanto crianças e mulheres haitianas convivem com o trauma e com os reflexos das violências que sofreram, como filhos indesejados e infecções sexuais.

Nesse contexto, embora não haja dados oficiais, a questão da violência contra a mulher se faz bastante presente no Haiti nos dias atuais. De acordo com a organização *Medecins sans Frontieres* (MSF, em português Médicos sem Fronteiras), o número de mulheres e meninas haitianas que relatam ter sofrido violência sexual e de gênero é

extremamente alto, sobretudo na capital do país. “[...] No entanto, o assunto não é amplamente discutido e, frequentemente, os casos não são reportados, por causa de estigma, vergonha e medo de represália por parte dos perpetradores e da comunidade”, além de que os serviços disponibilizados para atender os sobreviventes, principalmente as pessoas menores de 18 anos, são insuficientes e inadequados (MSF, 2017).

Segundo um memorando enviado 22 de janeiro de 2016 ao Comitê para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), da OEA, pelo *Bureau des avocats internationaux* (BAI, que pode ser traduzido como Gabinete de Advogados Internacionais, composto haitianos especializados na defesa dos direitos humanos) e por organizações de mulheres haitianas:

*Haïti a une longue histoire de patriarcat et de discrimination contre les femmes à la maison, au gouvernement, au travail e dans le tribunaux. La discrimination sexuelle est encore omniprésente en Haïti et nie systématiquement aux femmes le pouvoir de prévenir ou de traiter les injustices perpétrées contre elles* (OFRA, 2017, p. 4).<sup>55</sup>

De acordo com o *Office Français de Protection des Réfugiés et Apatrides* (OFRA, em português Escritório Francês para a Proteção de Refugiados e Apátridas), a falta de estatísticas confiáveis nacionais é um empecilho para o efetivo combate da violência cometida contra mulheres no Haiti. Segundo o OFRA, a maior parte dos dados são provenientes de diversas organizações de/para mulheres, sendo que no memorando emitido pelo BAI em 2016, o *Bureau* e as organizações envolvidas alertaram para as estatísticas elevadas de violência praticada contra mulheres, a saber que de 25 a 70% das haitianas já foram vítimas de violência ao longo de suas vidas. O memorando revela também que em *Cité Soleil*, maior favela da capital Porto-Príncipe e que foi “pacificada” pelas forças da MINUSTAH, esses índices sobem para 50 a 72%.

Neste contexto, a despeito da inexistência de cifras oficiais, a incursão pela história e os numerosos relatos de mulheres haitianas revelam a existência de relações de gênero opressoras, as quais as ferem física e psicologicamente e limitam sua liberdade e o pleno exercício das suas potencialidades. Essas situações de desigualdade, discriminação e violência atravessam os ambientes domésticos das haitianas e perpassam pela sua relação com os sistemas jurídico e policial, impactando diretamente em suas vidas profissionais. Isso faz com que milhares de mulheres sigam tendo dificuldades de

---

<sup>55</sup> Em português: “O Haiti tem uma longa história de patriarcalismo e discriminação contra as mulheres no ambiente doméstico, no governo, no mercado de trabalho, nos tribunais. A discriminação de gênero ainda é difundida no Haiti e sistematicamente nega às mulheres o poder de prevenir ou lidar com as injustiças perpetradas contra elas” (tradução nossa).



se inserir formalmente no mercado de trabalho, sendo expostas a condições insalubres e subumanas de moradia e trabalho para manter a si mesmas e as suas famílias.

Ao entrevistar as haitianas residentes nas RMBH, Civil (2018) indaga a uma delas, Rose Marie, acerca da sua percepção sobre a inserção da mulher haitiana no mercado de trabalho de seu país, o que ela responde:

“No geral, sempre quando uma mulher consegue um trabalho, todo mundo pensa que ela ofereceu a parte íntima dela para poder chegar a esse lugar. Infelizmente isso não é um mito, para uma mulher haitiana ocupar certo espaço ela tem que oferecer seu corpo para o patrão, que geralmente é um homem. Então, a gente entende que a inserção das mulheres era feita dessa forma. Porém, quando a pessoa é educada, ela tem uma formação acadêmica, se valoriza mais e sabe o que pode oferecer para empresa. Mesmo se o patrão quer assediar a mulher, quando ela tem essas características já ditas, ela não vai dar seu corpo para uma vaga de emprego”.

“No Haiti nós dividimos as tarefas em relação ao sexo. É mais fácil de encontrar homens que trabalham na construção civil que mulheres. Nossa sociedade tem um conceito de que todos trabalhos mais pesados tem a ver com os homens. É por isso que você vai encontrar mais mulheres que trabalham na escola infantil ou na área de enfermagem. Acho que a divisão das tarefas é um preconceito da nossa sociedade que coloca limite nas realizações das atividades”. (Rose Marie) (CIVIL, 2018, p. 39)

Civil observa, a partir do depoimento da conterrânea, que as mulheres haitianas encontram severas dificuldades para conseguir um emprego digno que lhes permita ter autonomia. Para ele, essas dificuldades ainda são reflexo do sistema colonial, o qual ainda se faz presente na sociedade haitiana, pois, segundo bell hooks<sup>56</sup>, durante muitos anos as mulheres negras foram representadas como selvagens sexuais desqualificadas, como prostitutas e “mães pretas”. Essas imagens registram a presença feminina negra pautada no corpo, seja enquanto recurso sexual, seja como mãe cujo peito amamenta e sustenta a vida de filhos dos outros (CIVIL, 2018).

Jude Civil chama atenção, conforme a entrevista de Rose Marie, para os problemas que as haitianas enfrentam para continuar na escola durante e depois da gravidez. Segundo a entrevistada, além das dificuldades inerentes a cuidar de um bebê e seguir com os estudos, existe a situação de que muitas escolas católicas expulsam as alunas que engravidam precocemente. Isso reforça a questão da maior evasão escolar por parte de meninas, o que culmina no fato de que os homens têm mais acesso aos estudos, podendo aprender o francês formal, entre as outras disciplinas, o que facilita, por sua vez, a sua condição de imigrantes que precisam aprender outro idioma.

---

<sup>56</sup> A estadunidense Gloria Jean Watkins, mais conhecida pelo pseudônimo de bell hooks, optou pela grafia do nome em letra minúscula a fim de desafiar as convenções linguísticas e acadêmicas, dando enfoque ao conteúdo de sua escrita e não à sua pessoa (BOITEMPO EDITORIAL, 2017).

Dessa forma, tenho percebido que, salvo as haitianas que entrevistei e tiveram a oportunidade de migrar para o Brasil para continuar os seus estudos, muitas outras que vêm com o propósito de trabalhar têm tido mais dificuldades e/ou menos chances para aprender a língua portuguesa, o que, conseqüentemente, têm impossibilitado a sua inserção social e no mercado de trabalho. É preciso, portanto, que lhes seja dedicada uma atenção especial a fim de ofertar-lhes condições adequadas, adaptadas às suas particularidades, para que elas possam aprender a língua falada no Brasil e tenham oportunidades de labor que lhes permitam sua sobrevivência e autonomia.

#### 4.2. SER MULHER HAITIANA NO BRASIL

Devido a toda conjuntura de problemas que o Haiti vem enfrentando, sobretudo nas últimas décadas, o número de mulheres que estão deixando o país para tentar uma vida com mais recursos em outros lugares aumentou. De acordo com Baeninger e Peres (2017), entre 2010 e 2015, dos 85.079 haitianos que migraram para o Brasil, seja por via terrestre ou aérea, 22.135 eram mulheres, representando 26,02% do total. Segundo dados que as autoras obtiveram junto ao Sistema de Tráfego ao Internacional, ao Departamento da Polícia Federal, ao Ministério da Justiça e à Secretaria de Segurança Pública, dos 1.925 de haitianos que chegaram ao Brasil através do aeroporto de Confins, em Belo Horizonte, 569 eram mulheres, representando 29,56% do total (tabela 02).

Tabela 2 – Movimento de imigrantes haitianos e haitianas, segundo áreas de fronteiras e aeroportos internacionais do Brasil, entre 2010 a 2015

Áreas de entrada	Mulheres	Homens	Total	Proporção de mulheres	Participação no total (%)
<b>Total</b>	<b>22.135</b>	<b>62.944</b>	<b>85.079</b>	<b>26,02</b>	<b>100,00</b>
<b>Fronteiras</b>	<b>10.148</b>	<b>34.213</b>	<b>44.361</b>	<b>22,82</b>	<b>52,14</b>
Epitaciolândia	8.757	30.392	39.149	22,37	46,01
Pacaraima	332	695	1.027	32,33	1,21
Uruguaiana	197	913	1.110	17,75	1,30
Oiapoque	365	611	976	37,40	1,15
Tabatinga	216	516	732	29,39	0,86
Foz do Iguaçu	109	460	569	19,16	0,67
Outras	172	626	798	21,55	0,94
<b>Aeroportos Internacionais (IATA)</b>	<b>11.974</b>	<b>28.676</b>	<b>40.650</b>	<b>29,46</b>	<b>47,78</b>
São Paulo (GRU)	7.690	18.673	26.363	29,17	30,99
Porto Alegre (POA)	1.445	2.696	4.141	34,89	4,87
Rio de Janeiro (GIG)	898	2.479	2.377	26,59	3,97
Manaus (MAO)	798	2.052	2.850	28,02	3,35
Belo Horizonte (CNF)	569	1.356	1.925	29,56	2,26
Brasília (BSB)	371	895	1.266	29,30	1,49
Outros	203	525	728	27,88	0,86

Fonte: Sistema de Tráfego Internacional, Departamento da Polícia Federal, Ministério da Justiça e Segurança Pública (exclui turistas e tripulantes). Projeto MT-Brasil/ICMDP-Gedep-PUC Minas, Tabulações especiais, Observatório das Migrações em São Paulo (Fapesp/CNPq-Nepo/Unicamp).  
Elaboração: BAENINGER e PERES, 2017, p. 129 (adaptado).

A tabela 03 diz respeito ao lugar de residência dos imigrantes com registro ativo na Polícia Federal (Registro Nacional de Estrangeiro – RNE), entre 2010 e 2015, de forma que podemos notar os menores volumes na Região Norte (3.225 imigrantes), por onde entraram vários imigrantes sem o visto humanitário, e maior concentração no Sul (12.734) e no Sudeste (10.844) (BAENINGER e PERES, 2017). O Estado de São Paulo responde pelo maior volume da imigração haitiana com visto permanente (8.775 imigrantes ou 31% do total), seguido pelos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, sendo que dos 1.210 haitianos com RNE residentes no último estado entre 2010 e 2015, 441 eram mulheres (26,71%).

Tabela 3 - Registro de imigrantes do Haiti com registro ativo (RNE), por sexo, segundo Unidade da Federação de residência, de 2010 a 2015.

UF/RESIDÊNCIA	HOMENS	MULHERES	TOTAL	(%)
<b>NORTE</b>	<b>2.445</b>	<b>780</b>	<b>3.225</b>	<b>11,38</b>
Rondônia	703	219	922	3,25
Acre	14	4	18	0,06
Amazonas	1.319	467	1.786	6,30
Roraima	8	2	10	0,04
Pará	8	5	13	0,05
Amapá	392	83	475	1,68
Tocantins	1	0	1	0,00
<b>NORDESTE</b>	<b>30</b>	<b>8</b>	<b>38</b>	<b>0,13</b>
Maranhão	2	1	3	0,01
Ceará	16	2	18	0,06
Paraíba	5	0	5	0,02
Pernambuco	3	1	4	0,01
Bahia	4	4	8	0,03
<b>SUDESTE</b>	<b>7.805</b>	<b>3.039</b>	<b>10.844</b>	<b>38,28</b>
Minas Gerais	1.210	441	1.651	5,83
Espírito Santo	8	5	13	0,05
Rio de Janeiro	307	98	405	1,43
São Paulo	6.280	2.495	8.775	30,97
<b>SUL</b>	<b>8.643</b>	<b>4.091</b>	<b>12.734</b>	<b>44,95</b>
Paraná	2.995	1.323	4.318	15,24
Santa Catarina	2.879	1.516	4.395	15,51
Rio Grande do Sul	2.769	1.252	4.021	14,19
<b>C. OESTE</b>	<b>1.047</b>	<b>443</b>	<b>1.490</b>	<b>5,26</b>
Mato Grosso do Sul	136	48	184	0,65
Mato Grosso	596	269	865	3,05
Goiás	199	79	278	0,98
Distrito Federal	116	47	163	0,58
<b>TOTAL</b>	<b>19.970</b>	<b>8.361</b>	<b>28.331</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sistema Nacional de Cadastro de Estrangeiros – Sincre, Departamento da Polícia Federal, Ministério da Justiça e Segurança Pública. Projeto MT-Brasil/ICMPD-Gedep-PUC Minas, Tabulações especiais, Observatório das Migrações de São Paulo (Fapesp/CNPq-Nepo/Unicamp).  
Elaboração: BAENINGER e PERES, 2017, p. 132 (adaptado).

Ainda sobre a divisão de gênero nos fluxos migratórios, de acordo com a tabela 04, os homens responderam a 70% da imigração haitiana que veio para o Brasil entre 2010 e 2015. Por outro lado, a partir de 2014, segundo Pessar (2010, *apud* BAENINGER

e PERES, 2017), houve um aumento da entrada de haitianas, o que indica a possível estratégia da migração tardia das mulheres e não apenas a situação de reunião familiar, de forma que, entre 2014 e 2015, houve uma significativa alteração na composição por sexo no fluxo migratório de haitianos com visto permanente: os registros de entrada de homens diminuíram de 6.337 para 5.541, enquanto os de mulheres subiram de 2.590 para 3.728 (tabela 04).

Tabela 4 - Imigrantes haitianos com RNE, por sexo, segundo ao do registro e estado civil – 2010 a 2015.

Ano de registro e estado civil	HOMENS		MULHERES		TOTAL	
	Número	%	Número	%	Número	%
<b>Ano do registro</b>						
<b>2010</b>	87	72,5	33	27,5	120	100,0
<b>2011</b>	412	84,1	78	16,0	490	100,0
<b>2012</b>	3.621	84,5	663	15,5	4.284	100,0
<b>2013</b>	4.253	75,9	1.352	24,1	5.605	100,0
<b>2014</b>	6.337	71,0	2.590	29,0	8.927	100,0
<b>2015</b>	5.541	59,8	3.728	40,2	9.269	100,0
<b>TOTAL</b>	20.251	70,5	8.444	29,4	28.695	100,0
<b>Estado civil (2010-2015)</b>						
<b>Solteiro(a)</b>	15.557	76,32	5.954	70,20	21.511	74,52
<b>Casado(a)</b>	4.426	21,71	2.182	25,73	6.608	22,89
<b>Divorciado(a)</b>	11	0,05	4	0,05	15	0,05
<b>Separado(a)</b>	9	0,04	7	0,08	16	0,06
<b>Viúvo(a)</b>	31	0,15	19	0,22	50	0,17
<b>Outros</b>	350	1,72	316	3,73	666	2,31
<b>TOTAL</b>	20.384	100	8.482	100	28.866	100

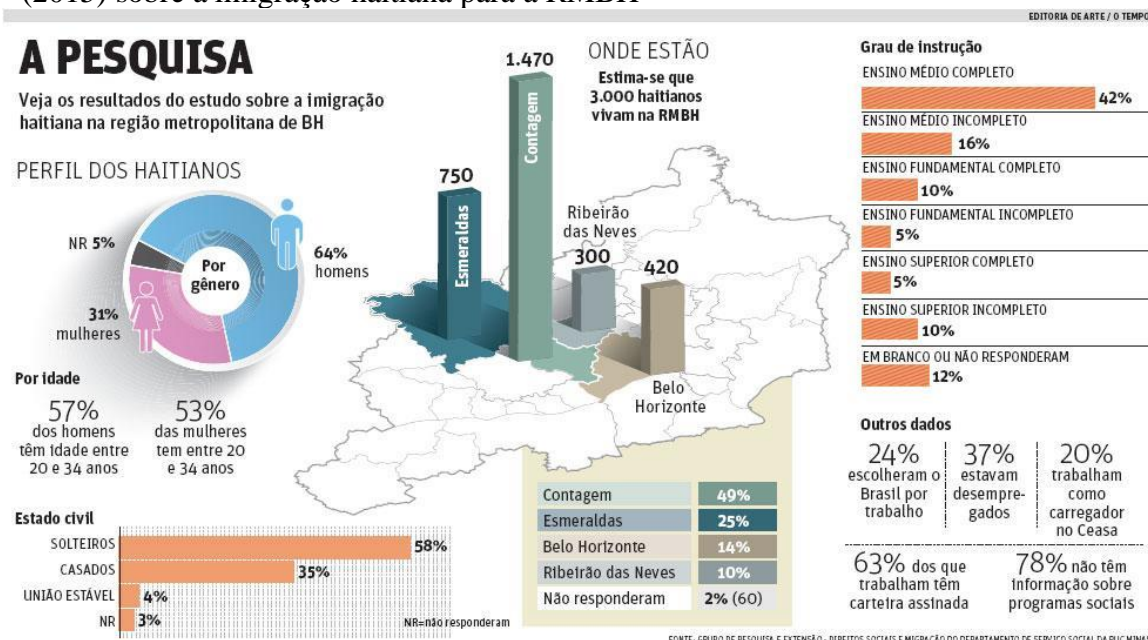
Fonte: Sistema Nacional de Cadastro de Estrangeiro – Síncere, Departamento da Polícia Federal, Ministério da Justiça e Segurança Pública. Projeto MT-Brasil/ICMPD-Gedep-PUC Minas, Tabulações especiais, Observatório das Migrações em São Paulo (Fapesp/CNPq-Nepo/ Unicamp).

Elaboração: BAENINGER e PERES, 2017, p. 134.

A despeito dos dados trazidos por Baeninger e Peres (2017), segundo pesquisa da PUC Minas coordenada pela professora Maria da Consolação, em 2015 cerca de 3.000 haitianos viviam na RMBH, sendo que a maioria (49%) residia em Contagem, embora, de acordo com a pesquisadora, “por conta da crise econômica e do desemprego no Brasil, alguns estão saindo, principalmente os solteiros” (CÂMARA, 2016). Deste montante, 64% eram homens, 31% eram mulheres (5% não quiseram responder), além de que 58% do total era composto por pessoas solteiras. Sobre o grau de instrução, 42% declarou ter

completado o ensino médio, ao passo que apenas 5% tinha completado o ensino superior. A pesquisa revelou ainda que, naquele momento, 37% dos haitianos estavam desempregados e, entre os empregados, 20% trabalhavam como carregadores no Ceasa, além de que apenas 63% dos trabalhadores tinham suas carteiras assinadas (figura 14).

Figura 14 - Resultados da pesquisa da PUC Minas coordenada por Maria da Consolação (2015) sobre a imigração haitiana para a RMBH



Fonte: CÂMARA, 2016.

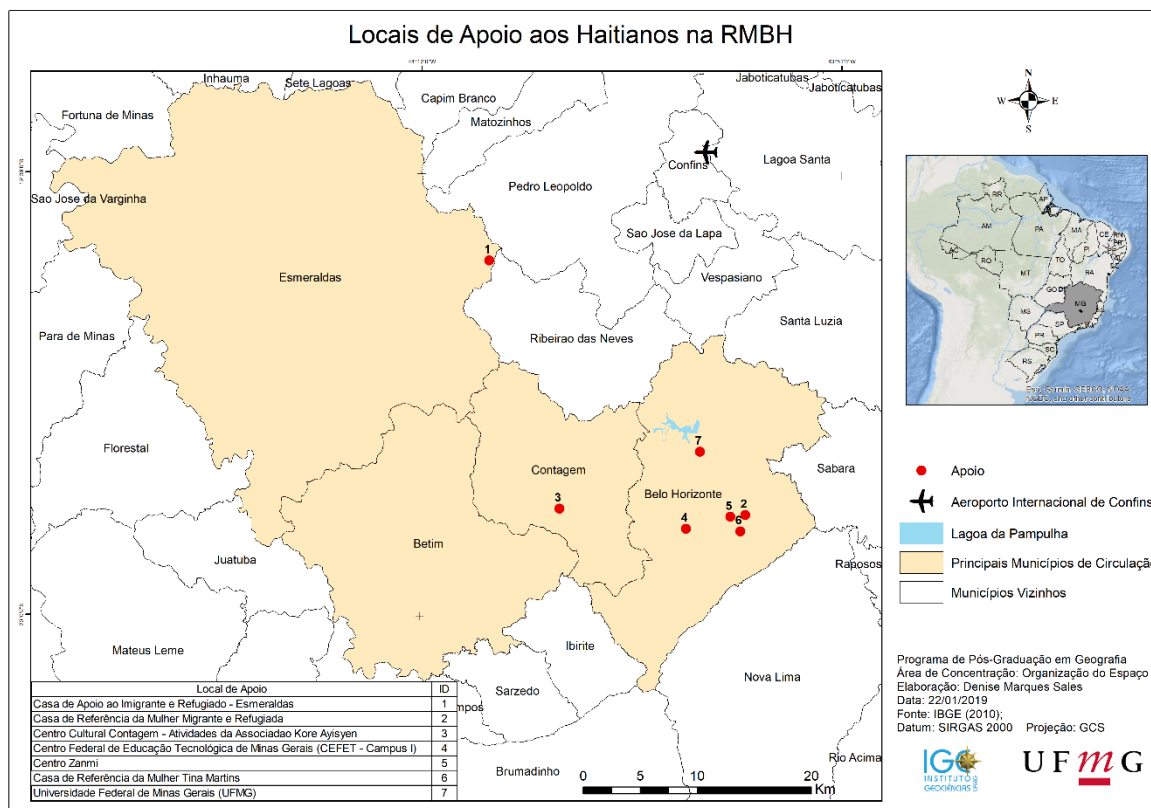
As diferenças relativas aos números da imigração haitiana trazidos por FERNANDES *et al* (2014), Maria da Consolação (CÂMARA, 2016) e Baeninger e Peres (2017) ocorrem em razão da forma pela qual os dados foram obtidos e tratados e dos períodos considerados por cada autor e autora. Baeninger e Peres (2017) usaram, principalmente, dados oficiais obtidos junto aos órgãos de governo, os quais, muitas vezes, excluem os imigrantes em situação irregular ou não conseguem, por exemplo, detectar fluxos de migração interna; no caso das pesquisas coordenadas por Duval Fernandes e Maria da Consolação, pude perceber que além de dados oficiais, eles trabalharam com informações obtidas diretamente com os imigrantes, além de estimativas fornecidas por postos de acolhida e apoio ao imigrante, como o Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados de Belo Horizonte (SJMR, antigo Centro *Zanmi*<sup>57</sup>), o Centro *Kore Ayisyen*<sup>58</sup>, entre outros (figura 15). Independente disso, julgo importante trabalhar com as diferentes abordagens, primeiro porque o enfoque deste trabalho não é quantitativo, e sim qualitativo, de forma que os números e estatísticas, embora extremamente importantes, são secundários às análises aqui propostas; segundo, por que

<sup>57</sup> *Zanmi*, em crioulo haitiano, significa “amigo”.

<sup>58</sup> *Kore Ayisyen*, em crioulo haitiano, significa “ajudar haitianos”.

cada pesquisa se adéqua a situações específicas que pretendo analisar, como, por exemplo, a divisão entre homens e mulheres nos fluxos migratórios e a quantidade estimada de imigrantes na RMBH em determinado momento; e, em terceiro lugar, porque é importante mostrar que ainda não existe no Brasil uma fonte única onde possamos obter dados migratórios precisos.

Figura 15 - Organizações e centros de apoio aos haitianos na RMBH



Elaboração: SALES, 2019.

Apesar de nós, ocidentais, frequentemente indignarmos-nos com a opressão sofrida por mulheres de países orientais, como Arábia Saudita, Índia e Afeganistão, dos 25 países do mundo com as taxas mais altas de feminicídio, 14 deles estão na América Latina e Caribe (EXAME, 2018). De acordo com o relatório *Violence Against Women* (BOTT *et al*, 2012), produzido pela Organização Pan-Americana de Saúde em colaboração com os Centros para Controle de Doenças dos EUA (CDC), a violência sexual contra as mulheres por parceiro íntimo é generalizada em toda a América Latina e nos países do Caribe, sendo que entre 17% e 53% das mulheres latinas sofrem violência física ou sexual por um parceiro íntimo ao longo de suas vidas. Como exemplo dos altos de índice de violência contra a mulher no continente, vale notar que até o dia 12 de janeiro de 2019 foram registradas 33 homicídios e 17 tentativas de assassinato só de mulheres no Brasil (LEITÃO, 2019).

Assim, sobre ser mulher no Brasil, conforme o 10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (LIMA e BUENO, 2016), em 2015 foi registrado um estupro a cada onze segundos no país, sendo que 70% das vítimas eram crianças e adolescentes, violentadas por homens próximos, como parceiros, familiares e vizinhos. Segundo o Ministério da Saúde (COLLUCCI, 2017), o país registra dez estupros coletivos por dia, sendo registrados 1.570 casos em 2011 e 3.526 em 2016 (um aumento de quase 125%). É importante ressaltar que, de acordo com o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), apenas 10% do total de estupros são notificados, o que, considerando que há 50 mil casos registrados de estupro por ano, o país teria, na verdade, 450 mil ocorrências não registradas (*ibid.*).

Segundo o site Relógios da Violência, iniciativa do Instituto Maria da Penha<sup>59</sup>, no Brasil, a cada 1,4 segundos uma mulher é vítima de assédio; a cada dois segundos uma mulher é vítima de violência doméstica; e a cada dois minutos uma mulher é vítima de arma de fogo. Por outro lado, enquanto a violência contra mulheres brancas diminuiu em 10% de 2005 a 2015, a violência contra mulheres negras aumentou 54% no mesmo período (WAISELFISZ, 2015).

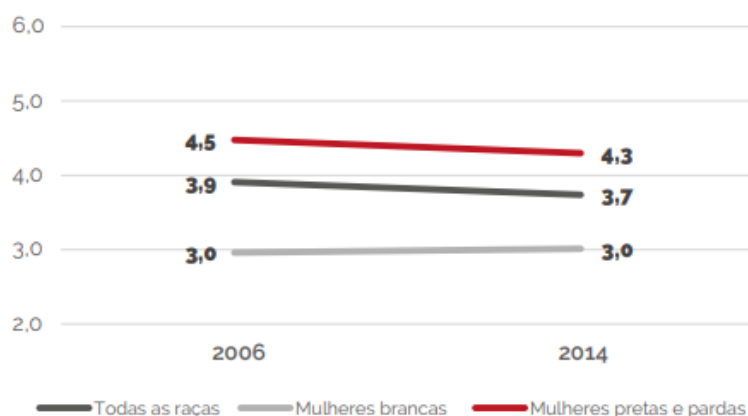
Conforme o estudo Panorama da Violência contra as Mulheres no Brasil, de 2016, produzido pelo Observatório da Mulher Contra a Violência, entre 2006 e 2014 a violência letal contra mulheres brancas foi reduzida em 3%, ao passo que a taxa de homicídio de mulheres pretas e pardas aumentou em cerca de 20%. Ainda segundo o estudo, em 2014, o estado de Minas Gerais apresentou uma taxa de 3,7 homicídios por 100 mil mulheres, que foi inferior à taxa média nacional (4,6 homicídios por 100 mil mulheres). Por outro lado, como acontece na quase totalidade dos estados brasileiros, a violência letal registrada no ano foi maior contra mulheres pretas e pardas (figura 16).

---

<sup>59</sup> Disponível em: <<http://www.relogiosdaviolencia.com.br/>>. Acesso em 14 de janeiro de 2019.



Figura 16 - Variação das taxas de homicídios de mulheres brancas, pretas e pardas em Minas Gerais, entre 2006 e 2014.



Fonte: Panorama da Violência contra as Mulheres no Brasil, 2016.

No contexto migratório, a situação da mulher negra e de baixa renda tende a ser ainda pior devido à sua vulnerabilidade, embora não haja dados específicos a esse respeito. Situações de violência contra mulheres haitianas têm sido noticiadas esporadicamente pela mídia brasileira, ainda que sem grande repercussão e comoção popular. Nesse contexto, em maio de 2018, um casal do Haiti, morador de Mandirituba, Região Metropolitana de Curitiba, teve a sua casa invadida por quatro homens que, além de roubarem os seus escassos pertences, estupraram a mulher, que estava grávida de um mês. Os criminosos foram presos, mas chama atenção o fato de que as autoridades não terem se pronunciado publicamente sobre o caso e a sua ínfima repercussão nacional (SARZI, 2018).

Outra situação que foi noticiada pelos jornais é a de uma haitiana que foi internada em fevereiro de 2018 no Hospital de Contagem, após ser socorrida quase sem vida. A jovem, que não fala português, dizia ter 18 anos e tinha um aborto retido e sepse abdominal. De acordo com reportagem de Tatiana Lagôa para o jornal O Tempo:

[...] O quadro clínico da haitiana, que indicava falta de alimentação e de hidratação adequada por longo período, chamou a atenção da equipe multidisciplinar do hospital. Para aumentar as dúvidas quanto à situação da jovem, um homem haitiano, de idade não revelada, que teria entrado no país há quatro anos pela fronteira, pelo Acre, apresentou-se na unidade de saúde como namorado dela. Ele teria dito à equipe médica que pagou R\$ 5.000 a uma pessoa para trazer a jovem para morar com ele no Brasil, o que teria ocorrido em novembro de 2017.

Em uma das entrevistas feitas com o homem pela assistência social do hospital, ele teria dito que não manteve relações sexuais com a jovem. Porém, em seguida, afirmou que sabia que ela estava grávida e que, inclusive, a teria levado ao médico.

As contradições chegaram em forma de denúncia à OAB e à Polícia Civil, e representantes das instituições e da área de direitos humanos do governo do Estado estiveram nesta quarta (24) [de outubro de 2018] no hospital para apurar a história.

[...] Fontes do Hospital Municipal de Contagem relataram que a haitiana se sente desconfortável com a possibilidade de morar com o suposto namorado.

Além disso, segundo a equipe, ela fica nervosa na presença dele. No relatório social da unidade de saúde, consta a informação de que ela disse que aceitaria ir para outro lugar. “Ela tem muito medo de falar. Parece estar sendo ameaçada”, disse uma fonte, que pediu pra não ser identificada.

Integrante da Comissão de Promoção à Igualdade Racial da OAB, Cristina Ferreira afirmou que a haitiana pediu que entrassem em contato com a mãe dela: “O que vi foi uma jovem acuada, carente, que parece ter, no máximo, 13 anos”. (LAGÔA, 2018a).

Apesar de todos os indícios e suspeitas, os promotores da 23ª Promotoria de Justiça da Comarca de Contagem ouviram o suposto namorado da jovem e declararam não haver impedimento para que ela more junto com ele. Dessa forma, em 27 de outubro de 2018, a haitiana recebeu alta e saiu do hospital ao lado do homem. O presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB Minas, Willian Santos, declarou, no entanto, que em virtude dos indícios de irregularidades, o governo fará um acompanhamento do caso (LAGÔA, 2018b). Por outro lado, desde a sua saída do hospital, não foram publicadas mais notícias e declarações a respeito da situação da jovem. Tentei entrar em contato com a jornalista que cobriu o caso, porém não obtive retorno, e ao questionar meus amigos haitianos que moram em Contagem se eles tinham conhecimento dessa situação, os poucos que revelaram saber algo afirmaram desconhecer a jovem e o seu suposto namorado.

Os motivos que levam homens e mulheres a migrar podem coincidir ou diferir, dependendo do período, do fluxo migratório no qual se enquadram e da situação pessoal de cada um, no entanto, não é raro ver a mulher ser retratada como um ser meramente movido pelos afetos e questões familiares. Pude perceber ao longo dessa pesquisa que as mulheres ou são, na maioria das vezes, agrupadas estatisticamente junto aos homens, ou, quando diferenciadas, tem sido feito pouco esforço para explicar os motivos por trás dos seus números e estatísticas. É fato que, paralelamente às questões econômicas, muitas haitianas migram em virtude de questões culturais e afetivas para se juntar aos seus familiares, namorados e maridos, após um longo período gerindo as vidas dos que permaneceram no Haiti. Por outro lado, a pesquisa de Baeninger e Peres (2017) mostra que 70,2% das haitianas que migraram para o Brasil de 2010 a 2015 eram solteiras (tabela 04), o que me faz questionar quantas delas teriam vindo de forma independente e autônoma. Notei ainda, através dos relatos, que não são raras as haitianas que se sentem subjugadas pelo mercado de trabalho, seja em razão de não falarem bem a Língua Portuguesa, seja pelo simples fato de serem mulheres. A esse respeito:

A recessão no mercado de trabalho, a alta do dólar, misturados a uma xenofobia mal-disfarçada acaba afetando diretamente essas mulheres quando tentam o sonho numa terra distante. Enquanto homens acabam arranjando emprego em construção civil ou no mercado informal, para as mulheres não sobra nada. Há oito meses no Brasil, a haitiana Angena Joseph, não encontrou nenhum tipo de emprego. “Dizem que não tem vaga para haitiana, só para brasileira”, conta ela que admite já ter sentido o racismo à brasileira caminhando nas ruas de Caxias do Sul e durante as entrevistas de trabalho. Tendo de optar entre pagar aluguel e comida ou enviar dinheiro para os quatro filhos, Angena e o marido dependem da ajuda prestada por vizinhos e por organizações como o Centro de Atendimento ao Migrante (CAM), das Irmãs Scalabrinianas.

Sua conterrânea Cleda Incharles também. Mãe solteira, Cleda sustentava os seis filhos – com idades entre 18 e um ano – com um mercado de pequeno porte em Porto Príncipe. Mas as perspectivas de futuro no país que ainda sofre as consequências do terremoto de 2010 sempre foram escassas. Assim, quando ouviu alguém vendendo a promessa de trabalho bem remunerado, oferecido aos montes no Brasil, Cleda vendeu tudo o que tinha e comprou o bilhete. Após oito meses aqui, ainda não encontrou nada. Correu atrás de toda vaga encontrada em classificados, sugeridas por organizações, em agências de emprego, mas a resposta sempre é a mesma: há vaga, mas não para haitianos. O contato com a família tem ficado cada vez mais raro. Ligações telefônicas saem caro e internet não é de fácil acesso no Haiti. Vencendo as dificuldades com o português, ela conta que tem um tio em Santa Catarina e está tentando juntar R\$ 130 reais para pagar a passagem de ônibus de Caxias a Brusque. “Se eu conseguir chegar lá, ele me ajuda. Mas como vou fazer se não tenho nem para comer?” (CANOFRE, 2015).

Situações semelhantes foram percebidas ao longo deste trabalho, em especial a de Lucy, que no mesmo ano em que migrou para o Brasil tornou-se mãe pela terceira vez. Eu a conheci em uma festa em Contagem, na qual ela era responsável pela churrasqueira. Os donos da casa, seus conterrâneos, me disseram que sempre que podiam a ajudavam, uma vez que Lucy não tinha emprego e tampouco perspectiva de conseguir, visto que não sabia falar pouco mais que uma dúzia de palavras em português. Confesso que a nossa comunicação até os dias de hoje não é muito efetiva, já que Lucy só se comunica em crioulo, língua da qual eu ainda estou em processo de aprendizagem. No dia em que nos conhecemos, seus amigos me disseram que a haitiana fazia faxinas para viver, o que, porém, era dificultado pelas suas limitações idiomáticas. Mesmo assim, eles me pediram que eu falasse com os meus amigos a seu respeito, a fim de lhe conseguir oportunidades. Sem hesitar, combinei com Lucy de ir à minha casa a cada quinze dias para me ajudar nos afazeres domésticos, e ela se prontificou.

Ao longo dos quatro meses em que me auxiliou, fui, no entanto, a única fonte de renda de Lucy, visto que se mostrou impossível convencer as pessoas a empregarem alguém que não fala a sua língua. Nos dias em que passou em minha casa, a nossa comunicação se dava por gestos, por palavras que o crioulo e o francês compartilham, e através do auxílio de aplicativos de tradução. Mesmo assim, a verdade é que nunca tivemos uma conversa fluida. Tentei, algumas vezes, saber se alguma amiga haitiana de

Lucy poderia intermediar a nossa conversa, mas as suas amigas também não falavam português ou francês, de forma que pouco adiantaria a sua intermediação – e eu já tinha me convencido de que não seria confortável colocar um homem haitiano como intérprete das perguntas que eu queria fazer a ela. Em suma, o que pude aprender sobre Lucy foi que ela tem duas filhas no Haiti, uma de sete e outra dez anos, criadas pela avó materna, filhas de um relacionamento que teve fim, sendo que o pai, um haitiano que vive atualmente nos Estados Unidos, não as ajuda financeiramente. Conforme narrei anteriormente, o irmão de Lucy, que morava no Haiti, foi brutalmente assassinado, o que gerou muita dor em sua família, fazendo com que a mãe tivesse complicações de saúde e falecesse algumas semanas depois. Até abril de 2019, quase oito meses após a situação trágica que acometeu a sua vida, Lucy fazia postagens quase que diárias em suas redes sociais para expressar o seu sofrimento pelos entes que perdeu. De fato, deve ser muito difícil lidar com a dor de perder uma mãe e um irmão estando tão longe de casa e de pessoas que poderiam confortá-la. Sobre suas filhas, um amigo em comum me disse que, atualmente, quem cuida delas são as irmãs e primas de Lucy, embora elas não tenham mais contato, visto que a sua família ficou furiosa quando soube da nova gravidez.

No segundo mês frequentando a minha casa, Lucy levou seu amigo Diego para me contar que ela estava grávida de cinco meses e para pedir que eu não a dispensasse do serviço, posto que eu era a sua única fonte de renda. Combinamos que, caso ela fosse ao médico e ele atestasse que ela estava apta a trabalhar sem que isso oferecesse riscos à sua saúde e à da bebê, seguiríamos juntas. Com a liberação do médico, seguimos convivendo e foi a partir disso que, através da doação de muitos amigos, montei um enxoval para a filha que ela esperava. Lucy me contou que após os episódios de negação e ofensas, o pai finalmente assumiu a paternidade e têm colaborado com os custos de criação da filha, embora eu perceba que a maior parte dos pertences da bebê ainda são aqueles que obtivemos através de doações.

Lucy não tinha uma profissão no Haiti, sempre viveu de “bicos”, e suspeito, pelo fato de ela não falar francês – que é a língua oficial da maioria das escolas do país –, que o seu acesso à educação formal foi limitado. Tentei, ao longo do nosso convívio, fazê-la frequentar cursos de Língua de Portuguesa para estrangeiros oferecidos gratuitamente na RMBH nos centros de apoio apontados na figura 15, e mesmo mostrando interesse, ela nunca os frequentou. Um amigo em comum disse que “*ela é cabeça dura*”, que não conseguiria aprender, o que eu não tomo por verdade, visto que durante a nossa convivência pude perceber o quão inteligente e esperta ela é. No último mês antes do seu

parto, combinamos que ela não iria mais à minha casa para me ajudar com os afazeres domésticos, mas que eu a visitaria sempre que possível para ajudá-la como pudesse. Nos vimos apenas três vezes nos meses que se seguiram, quando tive a oportunidade de conhecer a sua linda e saudável filha. Recentemente, devido à minha gravidez e mudança de cidade, o meu contato com Lucy tem se dado apenas por mensagens de celular, de forma que por vezes me angustia não estar mais tão presente em sua vida e não ter podido ajudá-la de maneira mais efetiva. É difícil prever como será o seu futuro, da sua bebê e das outras filhas que ficaram no Haiti, mas não tenho dúvidas de que se não houver alguma mudança significativa em sua vida, as perspectivas não são das melhores. Pude ver, através de Lucy, o quão delicada é a situação da mulher haitiana que migra para o Brasil em busca de trabalho, pois muitas de suas amigas, assim como ela, não se comunicam em português, não têm experiência profissional e têm filhos que lhes exigem dedicação, recursos financeiros e carinho, muitas vezes sem um pai presente.

Situação crítica também tem sido vivida por Kerline, 32 anos, natural de Goinaïves, que espera um filho do seu ex-namorado, Diego, também haitiano. A sua história me foi narrada mais detalhadamente por seus amigos do que por ela própria, com quem conversei demoradamente somente em uma oportunidade, quando um amigo traduziu o seu questionamento sobre como funciona a questão da pensão alimentícia no Brasil. Kerline conheceu Diego em Belo Horizonte e eles namoraram por quatro meses, tempo em que ele dizia que eles deveriam ter um filho porque “ela já estava ficando velha para ser mãe” e porque, segundo ele, isso lhes garantiria a cidadania brasileira<sup>60</sup>. Ainda assim, a haitiana, que trabalhava como caixa em um supermercado, usava métodos contraceptivos para não engravidar, pois ela não sentia confiança em constituir uma família com Diego e achava que ainda não tinha condições de criar um bebê. Contou-me, no entanto, que um dia o seu namorado retirou o preservativo sem avisá-la enquanto eles estavam se relacionando sexualmente e que foi assim que ela engravidou. Apesar da surpresa, ela recebeu bem a notícia e a compartilhou com o então namorado, que ficou bastante satisfeito. Segundo os seus amigos, a relação dos dois acabou quando Kerline descobriu que Diego saía com outras mulheres, brasileiras, depois do expediente na lanchonete em que era balconista. Na mesma época, a haitiana foi demitida do seu trabalho, provavelmente, segunda ela, por estar grávida. Kerline então confrontou o

---

<sup>60</sup> Segundo a Nova Lei da Migração (Lei nº 13.445/2017), a naturalização ordinária será concedida àquele que, entre outros quesitos, tiver residência em território nacional pelo prazo mínimo de 4 anos. No entanto, o prazo de residência será reduzido para um ano se o naturalizado tiver filho brasileiro, conquanto que ele preencha outros requisitos como ter capacidade civil, comunicar-se em língua portuguesa, não possuir condenação penal, etc.

namorado, que tentou negar as evidências de seus atos, mas, mesmo assim, ela colocou fim no relacionamento, expulsou-o de sua casa (após o anúncio da gravidez eles tinham resolvido morar juntos) e resolveu seguir com a gravidez, mesmo que isso significasse criar o bebê sozinha.

Ao me questionar sobre como requerer pensão alimentícia junto à justiça, Kerline relatou que o ex-companheiro não reagiu bem ao término da relação, por vezes a encurralava na rua, dizendo que ela terminara o relacionamento porque era uma *bouzen* que queria sair com outros homens e que não aceitaria que ela se relacionasse com ninguém enquanto carregasse o filho em seu ventre. A orientação que dei a ela, caso se sentisse ameaçada ou se o ex-namorado continuasse atentando contra o seu sossego, foi a de denunciá-lo à polícia e pedir proteção; quanto ao processo de pensão sugeri que ela poderia recorrer a algum advogado ou à Defensoria Pública da cidade.

Recentemente, amigos próximos me relataram que Kerline, cujo bebê deve nascer em junho de 2019, já acionou a justiça e teve de recorrer a polícia em dois momentos, visto que Diego continuou seguindo-a pelas ruas de Betim e fazendo escândalos, alcoolizado, na porta da sua casa. Diferentemente de Lucy, Kerline está contando com as autoridades brasileiras para ter seus direitos e do seu bebê garantidos, embora não tenha conseguido uma medida protetiva contra o ex-namorado e ainda não tenha tido um retorno acerca do pedido de pensão. O que mais me preocupa, sobre a sua situação, além das ameaças proferidas por Diego, é o fato de que ela está desempregada e, provavelmente, não conseguirá uma fonte de renda até pelo menos os primeiros meses depois do nascimento do bebê. Tanto a situação de Kerline quanto a de Lucy mostram o quanto a questão do trabalho é mandatária na conquista de autonomia de qualquer mulher.

Nesse sentido, Civil (2018) entrevistou três haitianas que migraram para a RMBH em busca de oportunidades de trabalho e/ou educacionais. A mais jovem, Rose Marie, 20 anos, relata:

“Para mim trabalho significa liberdade. Quando você está trabalhando não está dependendo de ninguém. Cada mês você recebe um salário, isso ajuda melhor a planejar seu futuro. Por exemplo: no interior do Haiti, nas regiões mais distantes, a gente não paga tantas contas como as pessoas que moram na capital do país. Então se você tem um bom trabalho, a vida no interior será mais tranquila para economizar. É parecido com aqui. Você tem que pagar suas contas todo mês, quer dizer, trabalhar é uma forma de resolver sua vida financeira e pessoal. É difícil de viver no Brasil sem emprego, é mais complicado ainda quando você é imigrante, porque você não tem nada em seu nome. E todo mês você tem que pagar as contas do aluguel, água, luz e internet. Em resumo, trabalhar é sinônimo de autonomia financeira e nas atividades pessoais”. (Rose Marie). (CIVIL, 2018, p. 38).

Por outro lado, a haitiana afirmou estar decepcionada com sua situação no Brasil, visto que:

“[...] Já tenho mais de 7 meses aqui e não consigo nada de emprego. Eu mandei meu currículo para várias empresas e nenhuma delas me chamou; os meninos que chegaram depois de mim já estão trabalhando. Eu fiquei decepcionada com essa dificuldade, mas tenho fé que tudo vai dar certo, pois no Brasil tem trabalho para todo mundo e não tem esse conceito de divisão de tarefas para sexo” (Rose Marie). (CIVIL, 2018, p. 48).

A despeito do relativo otimismo de Rose Marie, Michelange, 28 anos, ponderou:

“Pelo que ouvi, a inserção das haitianas no mercado de trabalho no Brasil não está sendo fácil. Não sei se isso tem a ver com a cor da pele das meninas ou com nacionalidade. Por enquanto a maioria das haitianas estão desempregadas em Belo Horizonte. As haitianas que estão inseridas no mercado de trabalho não estão no lugar desejado. Elas estão num lugar para pagar as contas para poder viver. Eu acredito que a maioria das haitianas não estão inseridas na posição que elas sonham ou no emprego desejado”. (Michelange) (CIVIL, 2018, p. 40).

Jucilaine, por sua vez, consegue observar mais claramente que as mulheres, de fato, têm tido mais dificuldade que os homens haitianos de conseguir emprego:

“Algumas haitianas me disseram que o mercado de trabalho está difícil. A maioria dos trabalhos que têm vagas estão na área da construção. É por isso que os haitianos conseguem emprego mais fácil que as haitianas. Um dia saí da minha casa às dez da manhã para procurar um emprego, nesse dia depusitei meu currículo em 17 empresas. Voltei para casa uma hora da tarde. Até hoje nenhuma dessas empresas me chamou. Acho que há trabalho no Brasil, mas os donos das empresas não querem dar emprego para estrangeiro (*sic*)”. (Jucelaine) (CIVIL, 2018, p. 40).

As situações de Lucy, Kerline, Désirée (mencionada no capítulo 3), Rose Marie, Michelange e Jucelaine mostram as dificuldades que as mulheres haitianas têm tido para se inserir no mercado de trabalho e viver na RMBH. Sem ter um salário e condições de se manter de forma independente, essas e muitas outras haitianas têm sido impedidas de alcançar a sua autonomia, tendo que depender, muitas vezes, de familiares, companheiros e da ajuda de amigos.

Conforme evidenciado pela figura 06, que aborda a localização das residências dos haitianos considerados nessa pesquisa, a maioria vive em Contagem e Betim, onde o custo de vida é reduzido, se comparado a Belo Horizonte. Embora esses municípios apresentem bons índices de desenvolvimento humano e tenham também áreas habitacionais de alto padrão, a maior parte dos sujeitos que entrevistei mora em bairros de classe baixa e em áreas periféricas, dividindo moradia com outros haitianos, dada a dificuldade de arcar individualmente com um aluguel. Ademais, Betim e Contagem estão em 1º e 6º lugar no ranking das cidades mais violentas do Estado de Minas Gerais, o que faz com que estes imigrantes fiquem mais sujeitos a sofrerem e a perpetuarem a violência

(ESTADO DE MINAS, 2017). Situação semelhante tem acontecido em outras capitais do país, como São Paulo:

Quatro e meia da tarde de uma terça-feira. Dezenas de crianças negras desembarcam de peruas escolares. As meninas usam trancinhas enfeitadas. Os pais as aguardam em frente a um hotel em estilo neoclássico inacabado, próximo à rodoviária do Tietê, na Zona Norte de São Paulo.

O hotel é, na verdade, uma ocupação, formada por imigrantes de ao menos dez nacionalidades.

Uma Torre de Babel do terceiro mundo.

Não há elevadores. O movimento nas escadas é constante. No quinto andar, ficam os nigerianos. No quarto, mulheres filipinas, que trabalham como empregadas domésticas. Algumas já foram flagradas em trabalhos análogos à escravidão.

Também há moradores de Angola, Haiti, Congo, Senegal, Tanzânia, Bolívia, Peru e do Brasil, quase todos de origem nordestina.

Cada família paga R\$ 260 por mês aos coordenadores, os mesmos da ocupação que desabou no Largo do Paiçandu. O hotel é avaliado em R\$ 9 milhões, mas só a dívida com o IPTU ultrapassa R\$ 11 milhões.

A assistente social Monica Quenca trabalha na Missão Paz, uma ação da Igreja Católica de acolhimento a imigrantes. Ela diz que as ocupações são a única alternativa para o imigrante que quer escapar do pior: morar na rua.

[...] Se os imigrantes do início do século passado moravam perto da linha de bonde, os recém-emigrados se concentram em comunidades próximas à linha de trem que parte do Brás, região onde muitos trabalham informalmente.

[...] A três quadras da casa de Peggy, há uma espécie de pensão, bem ao lado da linha de trem, habitada por haitianos e angolanos. São 46 apartamentos de dois cômodos, alugados por R\$ 500. As histórias dos haitianos são sempre muito parecidas. Com a crise, muitos perderam emprego e passaram a viver de bico. Não conseguem mandar dinheiro pra família, nem viajar de volta ao Haiti.

É o caso do Franz Pierre, que mora na pensão com a mulher e o filho bebê: "No Brasil se tem 50 haitianos, 40 não tem trabalho (...) O dono da casa é gente boa. Tô devendo cinco meses [de aluguel] pra ele.

- E ele tá deixando você ficar?

É, porque eu tenho um bebezinho de 11 meses. (...) A gente tem que ficar aqui. Aqui é melhor que lá. Lá é pior ainda. Eu tenho que mandar dinheiro pra ajudá-los [no Haiti]. Eles estão chorando por nós, não por eles. Eles perguntam 'O que você comeu? Você está fazendo o que pra pagar aluguel?'. É isso. Mas a gente não pode falar todas as coisas pra eles pra não fazê-los chorar. Mas eu vou arrumar emprego, com certeza. Eu tenho fé em Deus." (BALZA, 2018)

Nesse contexto, uma das questões mais preocupantes na periferização dos imigrantes é a violência. Segundo a urbanista Raquel Rolnik, o conceito de periferia foi forjado a partir de uma leitura de cidade que emergiu de um desenvolvimento urbano pós-anos 1980 (CONTINUUM, 2010). Tal modelo privou as faixas de menor renda de condições básicas de urbanidade e da possibilidade de inserção efetiva à cidade, porém, mais que uma questão de segregação locacional, a periferização significa precariedade, falta de assistência e de recursos (*ibid.*). Segundo a urbanista, o principal problema das periferias seria a ambiguidade constitutiva entre a cidade e os seus assentamentos populares, que permitem questionar se esses assentamentos pertencem de fato à cidade, uma vez que, apesar de estarem no controle do aparato do Estado, nem sempre os serviços, como a coleta de lixo, servem aos seus moradores. Raquel considera que tal



questão “[...] é transcendente porque joga luz sobre muitos outros problemas das periferias, como a crescente violência [...]. Um lugar em que reina a ambiguidade é uma “terra sem dono”, onde teoricamente qualquer pessoa ou grupo pode tomar para si o seu controle” (*ibid.*).

Em lugares onde a pobreza e a violência encontram condições ideais para proliferar, as mulheres, principalmente as negras que moram na periferia, emergem como um dos grupos mais vulneráveis. Além de que muitas têm que trabalhar para ajudar no sustento do lar, as moradoras de periferias lidam com uma série de obrigações em seus lares, como a limpeza, o preparo de alimentos, a compra de mantimentos, o cuidado dos membros da família, a administração da casa, entre outros, o que lhes retiram todo o tempo que poderia ser dedicado aos seus estudos e crescimento pessoal. Segundo Ferreira (2018), “[...] no Brasil, há mais de 1,7 milhão de meninas e mulheres de 15 a 29 anos que não completaram o ensino médio, não estudam e não exercem atividade remunerada”, representando 26% do total de jovens dessa faixa etária com Ensino Médio incompleto e que não voltaram a estudar, o dobro, se comparado ao número de meninos e homens em situação semelhante – 800 mil ou 12,7% do total. Uma mulher que não tem condições de seguir com os seus estudos e de investir em sua formação dificilmente terá oportunidades profissionais de alto rendimento, fechando o ciclo de pobreza e dependência da mulher da periferia.

Dessa forma, as haitianas que imigraram para a RMBH em busca de melhores condições de vida têm, muitas vezes, os seus sonhos frustrados pela crise econômica que assola o Brasil e pela dificuldade de obter emprego. A elas, tal qual ocorre com os homens haitianos, são relegados – quando o são – postos de trabalho de baixa remuneração e condições adversas de moradia. Por isso, uma das maiores preocupações dessa pesquisa é retratar a situação de vulnerabilidade que acomete a vida de centenas de haitianas que moram na RMBH: por serem provenientes de um país com uma cultura extremamente machista e patriarcal, muitas, independente da sua situação econômica, são criadas para serem submissas aos seus pares, o que as leva a não denunciá-los em casos de violência; por não conseguirem, no contexto da migração, emprego ou um posto de trabalho que lhes permitam ter autonomia financeira, a situação de dependência em relação aos maridos, companheiros, pais e irmãos se acentua, tal qual a sua vulnerabilidade; e, por viverem em áreas periféricas, onde as instituições públicas e sociais as quais deveriam zelar pela sua segurança se mostram pouco presentes ou ausentes, a dificuldade de acesso à justiça social torna as suas vidas ainda mais frágeis. Ao que parece, tal qual Flora Tristán

afirmara em 1843, ainda em 2019 a mulher segue sendo o proletário do proletário, visto que “mesmo o homem mais oprimido pode oprimir um outro ser, a sua esposa” (TRISTÁN, 2000, p. 77), ou namorada, ou filha, ou irmã.

Cabe pontuar que as perspectivas para o futuro também não são otimistas: em 2019, a nova gestão do Governo Federal anunciou que deixará o Pacto de Migração da ONU, que estabelece parâmetros de acolhimento de imigrantes baseados em princípios humanitários<sup>61</sup>, sinalizando uma mudança de postura em relação ao acolhimento de migrantes; a flexibilização da posse de armas de fogo, também pelo novo governo, poderá impactar sobremaneira no aumento dos casos de violência doméstica e feminicídio, cujos índices já são exacerbados no Brasil<sup>62</sup>; o atual presidente, Jair Bolsonaro, que em 2013 foi um dos autores de um projeto de lei que pretende revogar o atendimento obrigatório às vítimas de estupro no Brasil<sup>63</sup>, tem demonstrado um posicionamento retrógrado em relação aos direitos das mulheres, uma vez que o Ministério da Educação publicou um edital, em 9 de janeiro de 2019, o qual retirou trechos do editais anteriores que previam o compromisso com a agenda da não violência contra a mulher<sup>64</sup>, além das já mencionadas declarações da pastora e ministra da Mulher, Família e direito Humanos, Damares Alves, em relação às questões de gênero e da sua visão sobre o papel social da mulher. Dessa forma, se as instituições seguirem adotando essa postura machista e patriarcalista, corroborando com a aniquilação de direitos humanos, das mulheres, dos imigrantes e dos trabalhadores, e nada for feito para universalizar o acesso efetivo à polícia e à justiça, o futuro dos imigrantes, das mulheres, dos negros e, principalmente, das mulheres negras imigrantes, será temeroso no Brasil.

---

<sup>61</sup> Vide: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/01/08/brasil-informa-a-onu-que-vai-deixar-pacto-de-migracao.ghtml>>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

<sup>62</sup> A esse respeito, Ramos (2018): “[...] A advogada Maria Letícia Ferreira, do TamoJuntas, organização que presta assessoria jurídica, psicológica, social e pedagógica gratuita a mulheres em situação de violência, revela que o Brasil é o 5º país no ranking mundial de países que matam mulheres. Como maioria das vítimas é assassinada por parceiros e os crimes muitas vezes acontecem dentro de casa, a liberação do porte de armas pode ter efeitos catastróficos. “Mulheres e crianças são as maiores vítimas da violência no lar. Com a liberação e aumento da circulação de armas de fogo, a letalidade das agressões deve aumentar incidindo sobre os índices de feminicídios”, explica a advogada da Bahia. O Ministério Público do estado de São Paulo realizou pesquisa que concluiu que 66% dos feminicídios no Brasil ocorreram na residência da vítima e que 70% eram pessoas do convívio da vítima ou ex-cônjuge. A arma de fogo, por sua vez, é a segunda opção mais utilizada, abaixo somente de facas”. Disponível em: <[https://www.vice.com/pt\\_br/article/mbyq8x/liberacao-da-posse-de-arma-pode-aumentar-casos-de-femicidios-no-brasil](https://www.vice.com/pt_br/article/mbyq8x/liberacao-da-posse-de-arma-pode-aumentar-casos-de-femicidios-no-brasil)>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

<sup>63</sup> Vide: <<https://epoca.globo.com/bela-megale/bolsonaro-pediu-fim-da-lei-que-garante-atendimento-vitimas-de-estupro-23152056>>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

<sup>64</sup> Vide: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/01/gestao-bolsonaro-retira-violencia-contra-mulher-e-quilombo-de-edital-de-livros.shtml>>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

## 5. A BUSCA DA MULHER HAITIANA PELO LUGAR NA RMBH

A abolição da escravatura em 13 de maio de 1888 significou não somente a libertação dos escravos, que há séculos eram traficados e obrigados a trabalhar compulsoriamente no Brasil, mas também o início de uma nova fase de segregação social e cultural dos negros, que repercute até os dias atuais. Com a proclamação da República em 1889, teoricamente, todos os cidadãos brasileiros, incluindo os recém-alforriados, passaram a ter direito à cidadania e o acesso à saúde, à educação, ao emprego, à moradia, entre outros. No entanto, o artigo 70, título IV, da Constituição de 1891, previa que os analfabetos não tinham direitos políticos, ou seja, não podiam votar nem ser votados, o que incluía a maior parte da população negra que, na prática, não alcançou a igualdade política prevista pela lei (DOMINGUES, 2005). A esse respeito:

Neste novo contexto, os negros continuaram em desvantagem frente aos brancos e não podiam concorrer em condições paritárias; a cor não deixou de ser um fator restritivo ao sucesso individual e/ou do grupo. Por isso, na competição que se instaurou entre negros e brancos, o trabalho, a competência, inteligência, capacidade e esforço individual não poderiam ter sido os únicos requisitos que iriam determinar o acesso aos bens públicos e privados. Já que o mérito não era o único critério para o indivíduo vencer na vida em uma sociedade marcada pela desigualdade, qualquer infortúnio pessoal poderia ser entendido como reflexo das injustiças raciais ou como distorções do sistema social. Pelo discurso da elite, contudo, o fracasso na vida do negro devia ser interpretado como consequência de suas próprias deficiências, pois o sistema oferecia igualdade de oportunidades a todos os negros e brancos, indistintamente (DOMINGUES, 2005, p. 117).

Nascia, assim, o mito da democracia racial, que era corroborado pela crença popular de que a liberdade tinha incrustado nos negros o repúdio ao trabalho, à responsabilidade e à disciplina, que os desviava dos estudos e do trabalho remunerado. Segundo Domingues (2005), a teoria de democracia racial era providencial porque desarticulava qualquer movimento de retaliação dos ex-escravos com os seus antigos senhores, minava as possibilidades de o Estado implementar políticas compensatórias em benefício dos recém-alforriados e seus descendentes, além de que isentava os ex-senhores das responsabilidades sobre o destino dos seus ex-escravos “[...] nas condições em que se construiria um mercado livre de trabalho” (DOMINGUES, 2005, p. 118). Essa falsa noção de acesso universal aos direitos por todos os brasileiros foi corroborada ainda pela literatura produzida por viajantes que visitavam o Brasil, pela produção da elite intelectual e política brasileira, pelo direcionamento que foi dado ao movimento abolicionista

institucionalizado e, por fim, pelo processo de mestiçagem (*ibid.*). Sobre o último fator, Domingues esclarece:

O mito da democracia racial [...] era fundamentado pelo elevado grau de miscigenação na formação histórica do país, que, por sinal, era defendida como sinalizadora da tolerância étnica. A produção intelectual, do início do século XX, em São Paulo, por exemplo, era caudatária desse ideário. Diversas obras atribuíam como marco fundador do processo de miscigenação a propalada promiscuidade entre negros e brancos no sistema escravista, cujo resultado, a médio e longo prazo, foi nivelar em um patamar de igualdade brancos e não-brancos [...]

As incursões sexuais do português sobre a escrava eram reconhecidas como prova da ausência de preconceito do branco. A mestiçagem era representada como expressão do estreitamento nas relações raciais. Não obstante, a tendência inata do português a uniões com negros era um engodo. No transcorrer de toda escravidão, o abuso sexual da escrava era norma na conduta do senhor. Daí a origem de todo processo de miscigenação. Os contatos de absoluta intimidade não anulavam a relação de intolerância do branco e a subalternidade do negro, no interior de um sistema marcado pela opressão racial (DOMINGUES, 2005, p. 123-124).

Foi, portanto, através do estupro de milhares de escravas pelos homens brancos que surgiu a miscigenação do povo brasileiro, a qual respalda a falsa sensação de que aqui existe uma democracia racial. Para Caldwell (2007), a negação da existência do racismo no Brasil torna árdua a tarefa de classificar, categorizar e descrever a discriminação racial existente. Para a autora, a “sutil” e “cordial” aparência com a qual o racismo brasileiro geralmente se manifesta, frequentemente torna difícil para acadêmicos e cidadãos brasileiros comuns reconhecê-lo (CALDWELL, 2007).

Para Bernardino (2002), o mito da democracia racial apoiava-se – e ainda se apoia – na generalização de casos de ascensão social do mestiço, cuja assimilação e reconhecimento social ocorre à custa da depreciação dos negros. Ele considera que por trás do mecanismo brasileiro de ascensão social está a concordância dos negros em negar a sua ancestralidade africana, visto que ela está socialmente vinculada como uma carga negativa. No entanto, os casos de ascensão social de “pessoas de cor” não enriqueceram o grupo social dos negros, visto que elas são encaradas, muitas vezes, como “negros de alma branca” (FERNANDES, 1965, *apud* BERNARDINO, 2002). Concomitantemente ao mito da democracia racial, arquitetou-se no país a proposta de eugenia a partir do ideal de branqueamento da população, promovida pela política nacional de promoção da imigração europeia, proposta para suprir a suposta escassez de mão de obra resultante da Lei Áurea. Essa tese, compartilhada pela elite brasileira, era reforçada pela evidente diminuição da população negra devido às baixas taxas de natalidade e expectativa de vida e pelo fato de a miscigenação produzir uma população mais branca. Nesse sentido:

[...] Assim, segundo dados do IBGE, em 1890<sup>65</sup>, havia 44% de brancos, 41,4% de mulatos e 14,6% de negros; em 1950, havia 62% de brancos, 27% de mulatos e 11% de negros (Skidmore, 1976: 62; Hasenbalg, 1979, p. 15). Apesar de toda desconfiança e dúvidas quanto às categorias branco/mulato/negro e sobre a metodologia utilizada, somos levados, pelos dados, a concluir que no referido período houve uma modificação racial do país rumo ao embranquecimento. (BERNARDINO, 2002, p. 253).

Este ideal de branqueamento pressupunha uma solução para o problema racial do Brasil através da eliminação do negro, que seria gradativamente assimilado pela população branca. O ideal foi incorporado pela população, se apresentando através da desvalorização da estética negra em oposição à valorização da estética branca. Bernardino (2002) destaca três consequências práticas do mito da democracia racial e da política de branqueamento no Brasil: (1) a crença de que não existem raças no país, usada sobretudo em momentos de (não) conceder eventuais benefícios àqueles que são designados como pertencentes ao grupo de menor *status*; (2) a troca de raça pela classificação baseada na cor das pessoas, encarada como uma mera descrição da realidade sem implicações político-econômico-sociais, como discriminações e preconceitos; (3) o fato de as tentativas de se falar em raça negra serem enxergadas como imitação das ideias estrangeiras – pois assume-se que ela não existe no Brasil –, o que faz com que aqueles que falam de políticas sociais para negros sejam vistos, muitas vezes, como racistas. Para o autor, a realidade social estruturada nessas três consequências fez com que se mantivesse intacto o padrão de relações sociais brasileiro, o que obstaculiza as políticas de correção de desigualdades sociais. Dessa forma, o mito da democracia racial e o ideal do branqueamento originaram uma realidade social em que a discussão da situação da população negra foi identificada como indesejada, senão perigosa, sendo que a negação da existência da categoria raça “[...] fez do regime de relações sociais brasileiro um dos mais nefastos e estáveis do mundo ocidental” (BERNARDINO, 2002, p. 256).

Este processo de embranquecimento da população juntamente com o mito da democracia racial ainda tem sérias consequências em um Brasil onde as diferenças raciais têm efeitos significativamente negativos para os negros: ao passo que em 2017 a renda média dos brancos era de R\$ 2.814,00, a dos pardos era de R\$ 1.606,00 e a dos negros de R\$ 1.570,00 (Pesquisa Nacional por Amostra de Municípios - PNAD Contínua, 2017); no primeiro trimestre de 2018, enquanto a média de desemprego médio da população geral era de 11,9%, a dos pardos era 13,8% e a dos negros 14,66% (PNAD Contínua,

---

<sup>65</sup> É importante considerar que embora os autores atribuam ao IBGE a fonte de tais dados, o Instituto só foi criado em 1936 e que, antes dele, o órgão responsável pelos recenseamentos populacionais no Brasil era a Diretoria-Geral de Estatísticas.

2018); dados da PNAD de 2015 demonstraram que enquanto negros e pardos representavam 54% da população nacional, eles compunham em 75% o grupo dos 10% mais pobres no Brasil; sobre a taxa de analfabetismo, enquanto ela atinge 4,2% da população branca, o índice entre pretos e pardos é de 9,9% (PNAD Contínua, 2016); a PNAD Contínua de 2017 revelou que porcentagem de brancos com 25 anos ou mais que tinham ensino superior era de 22,9% e a de negros era apenas 9,3%; segundo o Atlas da Violência de 2018, entre 2006 e 2016, ao passo que a taxa de homicídios de brancos caiu 6,8%, a de negros cresceu 23,1% no mesmo período; ainda segundo o Atlas, em 2016, a taxa de homicídios de negros foi duas vezes e meia maior que a de não negros, enquanto o homicídio de mulheres negras foi 71% superior à de mulheres não negras (CALEIRO, 2018). Acerca desses dados, os pesquisadores do Atlas da Violência consideram:

Uma das principais facetas da desigualdade racial no Brasil é a forte concentração de homicídios na população negra. Quando calculadas dentro de grupos populacionais de negros (pretos e pardos) e não negros (brancos, amarelos e indígenas), as taxas de homicídio revelam a magnitude da desigualdade. É como se, em relação à violência letal, negros e não negros vivessem em países completamente distintos (CERQUEIRA *et al.*, 2018, p. 40).

Nesse contexto, as mulheres negras aparecem como um dos grupos mais vulneráveis do Brasil. Conforme exposto anteriormente, dados do Mapa da Violência 2015 – Homicídios de Mulheres no Brasil revelam um aumento de 54% nos homicídios de mulheres negras no país, enquanto que o de mulheres brancas caiu 9,8%, de forma que o número de homicídios de mulheres negras saltou de 1.864 em 2003 para 2.875 em 2013, enquanto o de brancas caiu de 1.747 para 1.576 no mesmo período (WAISELFISZ, 2015).

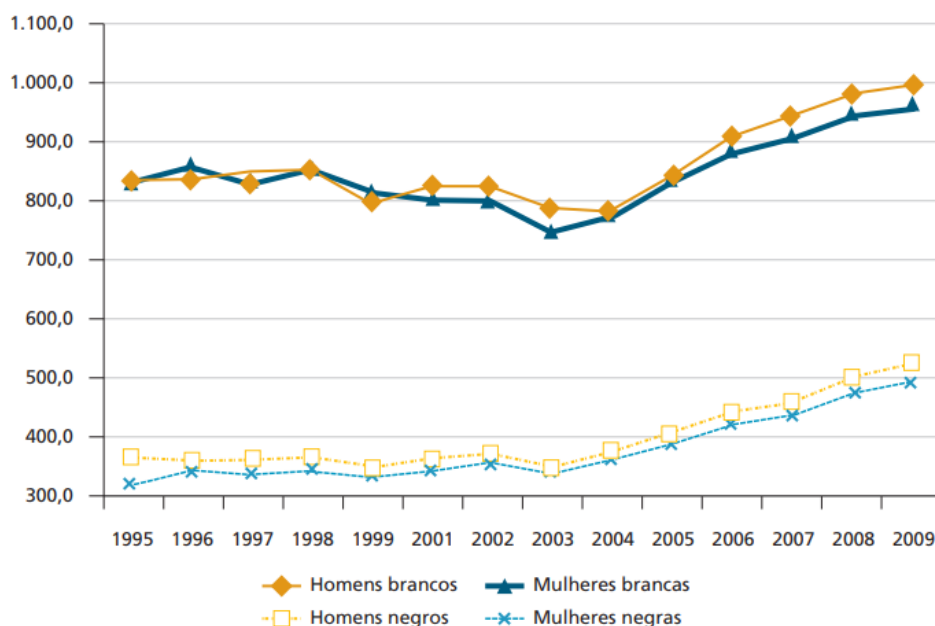
Segundo o estudo Estupro no Brasil: Uma Radiografia Segundo os Dados de Saúde, publicado pelo IPEA em 2014, em 2011, em relação ao total de ocorrências de estupro registradas no Brasil, 88,5% das vítimas eram mulheres e 51% eram pessoas de cor preta e parda. Acerca dos condicionantes associados à probabilidade de a vítima de estupro contrair DSTs, o estudo aponta que as mulheres negras tinham 37% mais chances que as mulheres brancas, devido ao racismo institucional que dificulta o acesso dessas mulheres ao devido socorro e tratamento preventivo nesses casos (CERQUEIRA e COELHO, 2014).

No campo do acesso à educação e ao mercado de trabalho, os números também chamam atenção: o estudo Retratos das Desigualdades de Gênero e Raça, publicado pelo IPEA em 2017, mostra que, embora a taxa de analfabetismo tenha caído no Brasil nas últimas décadas, ele ainda não atingiu os patamares desejados, sendo que em 2015, entre

as mulheres com 15 anos ou mais de idade, apenas 4,9% das brancas eram analfabetas, enquanto entre as negras o índice atingia de 10,2%. O estudo mostra ainda que, apesar de o rendimento das mulheres negras ter sido o que mais subiu entre 1995 e 2015 (80%), elas continuam na base da escala de remuneração, liderada pelos homens brancos, seguidos pelas mulheres brancas, pelos homens negros e, por fim, pelas mulheres negras. De 1995 a 2015, a quantidade de trabalhadoras domésticas com até 29 anos caiu em mais de 30% pontos percentuais (de 51% para 16%), porém, em 2015, o emprego doméstico era a ocupação de 18% das mulheres negras e de 10% das mulheres brancas no Brasil. Acerca da taxa de desocupação em 2015, ao passo que a média geral feminina era de 11,6% e a masculina de 7,8%, a de mulheres negras atingiu 13,3% (FONTOURA e REZENDE, 2017).

Segundo Marcondes *et al* (2013), o início do século XXI apresentou a tendência de crescimento de famílias que se declararam chefiadas por mulheres, de forma que a partir de 2007 o número de famílias chefiadas por mulheres negras se tornou proporcionalmente maior que o de mulheres brancas. No entanto, conforme a figura 17, a renda familiar *per capita* média das famílias chefiadas por mulheres de raça branca era quase o dobro daquelas chefiadas por mulheres de raça negra. A figura chama atenção ainda para a discrepância da renda *per capita* familiar entre brancos e negros, em geral.

Figura 17 – Rendimento (em reais) domiciliar por sexo e/cor e raça dos chefes de família – Brasil (1995-2009)



Fonte: Ipea *et al.* (2011).

Elaboração da autoria.

Obs: 1. A PNAD não foi realizada no ano de 2000.

2. Em 2004 passa a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Fonte: MARCONDES *et al.*, 2013.

Se o trabalho e o acesso a uma renda estável e suficiente para satisfazer as necessidades básicas significa autonomia para as pessoas, todos os dados aqui expostos indicam que a situação da mulher e, especialmente, da mulher negra, é de extrema vulnerabilidade. Mulheres brancas e negras são vítimas recorrentes da violência no Brasil, porém, enquanto muitas vezes as brancas sejam culturalmente consideradas frágeis, “princesas” a serem defendidas pelos seus homens, a imagem da mulher negra frequentemente é vinculada à promiscuidade, ao fetichismo e à objetificação. Essa situação fica mais nítida em períodos como o Carnaval, quando o modelo “mulata exportação”<sup>66</sup> é veiculado por grandes canais da TV aberta como símbolo dessa festa, perpetuando a objetificação da mulher negra e a falsa sensação de democracia racial no país.

A situação de vulnerabilidade e vitimização da mulher perpassa a cultura machista e patriarcal e é acentuada pelos preconceitos raciais. Contra esse sistema, mulheres do mundo inteiro têm se reunido em grupos, associações e coletivos feministas com o

<sup>66</sup> No Brasil, a denominação “tipo exportação” se refere, geralmente, aos produtos de melhor qualidade aqui produzidos e que são vendidos no mercado internacional. Dessa forma, o termo “mulata exportação” é frequentemente usado para indicar mulheres pardas de notória beleza que, em um processo de reificação, seriam apropriadas para serem exportadas para outros países.



objetivo de unir forças, trocar experiência, receber e dar apoio, lutar e resistir contra as opressões a que são submetidas. O feminismo, no entanto, não é algo novo no mundo, pois na literatura há registro de obras criticando a supremacia social do homem e defendendo as mulheres desde antes do século XV. Christine de Pizan, por exemplo, em seu livro *La cité des Dames*, escrito em 1405, criou uma cidade utópica em que três Damas (a da Razão, a da Retidão e a da Justiça) protegiam as demais mulheres da opressão exercida pelos homens. Embora as suas críticas ainda tivessem um caráter conservador, era inovador para época que uma mulher escrevesse um livro e que este criticasse os maus tratos os quais as senhoras da elite sofriam em casa pelos seus maridos. Já na França de 1791, a dramaturga Olympe de Gouges, juntamente com outras mulheres, organizou a Declaração de Direitos da Mulher e da Cidadã em resposta à Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, requerendo o direito ao voto, à propriedade e o acesso às instituições políticas. Como consequência, Gouges foi guilhotinada em 1793 com o motivo de ter traído a natureza de seu sexo (MONTEIRO, 2018).

Foi nos séculos XVIII e XIX, no entanto, que as ideias sobre o direito das mulheres ganharam força, de forma que em 1897 a britânica Millicent Fawcet fundou a União Nacional pelo Sufrágio Feminino e em 1918 o voto das mulheres foi legalizado no Reino Unido (MONTEIRO, 2018). Um ano depois, o mesmo ocorreu nos EUA e foi se difundindo pelo mundo, sendo que no Brasil o direito só foi incorporado à Constituição em 1934. Nesse contexto:

A partir da década de 1940, pautas como a legalização do aborto, o fim da violência sexual e o combate a papéis sociais impostos às mulheres, como ser mãe e dona de casa, entraram na agenda. A pílula anticoncepcional simbolizou o período, marcado pela maior pluralização dos discursos – não por acaso, nos anos 80, o feminismo negro, liderado por Angela Davis, ganhou força (MONTEIRO, 2018).

Segundo Roseane Borges, professora do Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Educação da USP, a supracitada “Angela Davis é mulher, negra, comunista e feminista, um conjunto de características que sinaliza para um ativismo considerado perigoso para o *establishment*” (VASQUES, 2017). A professora pontua que Davis, a qual ganhou visibilidade mundial na década de 1970, é uma mulher que fez parte de uma geração em que a luta política foi fundamental para mudanças que ocorreram em todo mundo. Ativista do Partido Comunista dos EUA e dos Panteras Negras, ela militou em favor dos direitos das mulheres e contra a discriminação social e racial em seu país, sendo presa em 1970 pelo suposto envolvimento em um tiroteio em um tribunal da

Califórnia e julgada em 1972 em um processo que chamou a atenção mundial pelo seu caráter político. Absolvida no mesmo ano, ela voltou a lecionar na Universidade da Califórnia e publicou importantes livros acerca da discriminação racial nos EUA, da luta pelos direitos civis e da militância feminista e negra (ALTMAN, 2010), se consagrando como uma importante expoente mundial do movimento feminista negro. Esta corrente, tal qual o feminismo *mainstream*<sup>67</sup>, reconhece que, na sociedade, a mulher ocupa uma posição de desvantagem em relação ao homem, e, enquanto ideologia e movimento, reivindica a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. A vertente negra, por sua vez, destaca que as necessidades e opressões sofridas pelas mulheres negras são peculiares e decorrentes de condições estruturais, culturais e políticas de opressão à mulher somadas às opressões sofridas pela população negra. O movimento, no Brasil, foi bastante influenciado por vozes do feminismo negro estadunidense, como Angela Davis, a militante abolicionista Sejourner Truth, a escritora e militante bell hooks, entre outras. No entanto, o movimento brasileiro tem suas particularidades e notórias ativistas-referência, como a fundadora do instituto Geledés, Sueli Carneiro, a pedagoga Nilma Lino Gomes, a antropóloga Lélia Gonzales, etc. A esse respeito:

[...] No Brasil, seu início se deu no final da década de 1970, a partir de uma forte demanda das mulheres negras feministas: o Movimento Negro tinha sua face sexista, as relações de gênero funcionavam como fortes repressoras da autonomia feminina e impediam que as ativistas negras ocupassem posições de igualdade junto aos homens negros; por outro lado, o Movimento Feminista tinha sua face racista, preterindo as discussões de recorte racial e privilegiando as pautas que contemplavam somente as mulheres brancas.

O problema da mulher negra se encontrava na falta de representação pelos movimentos sociais hegemônicos. Enquanto as mulheres brancas buscavam equiparar direitos civis com os homens brancos, mulheres negras carregavam nas costas o peso da escravatura, ainda relegadas à posição de subordinadas; porém, essa subordinação não se limitava à figura masculina, pois a mulher negra também estava em posição servil perante à mulher branca. A partir dessa percepção, a conscientização a respeito das diferenças femininas foi ganhando cada vez mais corpo. Grandes nomes da militância feminina negra foram fazendo história, a exemplo de Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro. A atenção e a produção de conteúdo foram dedicadas a discussões de raça e classe, buscando romper uma zona de conforto que o ativismo feminista branco cultivava, especialmente aquele que limitava sua ótica aos problemas das mulheres de boa condição financeira e acesso à educação. (ARRAES, 2014).

Arraes (2014) pontua, no entanto, que essa conjuntura não foi suficiente para fazer com que o feminismo hegemônico reconhecesse as ativistas negras, perpetuando o vácuo de modelos negros nos quais meninas e mulheres possam se espelhar. Essa falta de visibilidade faz com que a corrente *mainstream* siga detendo o domínio racial e contando

---

<sup>67</sup> Corrente mais comum ou generalizada.

com um maior número de lideranças consolidadas, o que serve de entrave à cisão ou à devida união entre as duas vertentes. É recorrente, nesse contexto, a discussão entre feministas negras e brancas no interior do movimento, visto que as primeiras afirmam que as suas necessidades e pontos de vista não são considerados, ao passo que as segundas encaram, muitas vezes, as reivindicações das colegas como meras reclamações de pouca importância. Para Jarrid Arraes isso se dá por causa da tendência de considerar as mulheres de acordo com a única característica que elas compartilham, o gênero, o que pressupõe que todas passam pelos mesmos problemas e têm os mesmos desejos, sem se atentar às especificidades de cada grupo que compõe os movimentos em prol dos direitos das mulheres. Por outro lado, é fundamental que entendamos que as necessidades das mulheres negras são peculiares e, sem uma profunda análise acerca do racismo brasileiro, é impossível atender às suas urgências (ARRAES, 2014). A esse respeito:

A luta das feministas negras é uma batalha contínua para nivelar seu lugar ao lugar das mulheres brancas. Isso, por si, levanta a importante reflexão sobre a representação feminina na mídia, seu espaço no mercado de trabalho, o lugar de vítima da violência sexual, o protagonismo da maternidade, entre outros temas, pois se há tanto por que as mulheres brancas precisam lutar, é bastante preocupante o fato de que as mulheres negras nem sequer conquistaram igualdade quando em comparação com outros indivíduos do seu próprio gênero (ARRAES, 2014).

As desigualdades que a autora menciona ficam bem nítidas se retomarmos os dados apresentados no início deste capítulo. Além das diferenças de renda, de escolaridade e de serem as maiores vítimas da violência praticada contra a mulher, as mulheres negras do Brasil sofrem com outras faces do sexismo atrelado ao machismo como a violência obstétrica<sup>68</sup>, a dupla/tripla jornada de trabalho<sup>69</sup>, as já mencionadas falta de representatividade na mídia e nos padrões de beleza vigentes, entre outras. Nesse sentido, desde as décadas de 1970 e 1980, mulheres negras feministas têm se reunido em

---

<sup>68</sup> “[...] Segundo dados lançados em 2014 na campanha “SUS sem racismo”, do Ministério da Saúde: 60% das vítimas de mortalidade materna no país são negras; somente 27% das mulheres negras tiveram acompanhamento durante o parto, enquanto do lado das mulheres brancas esse número chega aos 46,2%. Os dados da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, por sua vez, revelam que em 2011 a taxa de mortalidade materna era de 68,8 a cada 100 mil crianças nascidas vivas no caso de mulheres negras e de 50,6 para brancas. Entre as mulheres negras, as principais causas de morte materna são hipertensão, hemorragia e infecção puerperal, registrados na hora do parto ou posteriormente o nascimento do bebê. O ministério recomenda ao menos seis consultas médicas durante o pré-natal, medida cumprida por 74,5% das mulheres brancas, 55,7% das negras e 54,2% entre as pardas” (LEÃO, 2017).

<sup>69</sup> “[...] As trabalhadoras se distanciam de seus lares e filhos para que possam prover sustento, muitas vezes cuidando dos filhos das mulheres com melhor condição financeira, e, por não possuírem os recursos, não podem contratar alguém para prestar assistência às crianças e fazer manutenção em suas próprias casas. As creches não atendem à demanda e as funções das mulheres pobres se acumulam. Chegar em casa após um longo dia de labuta e, ainda assim, precisar cumprir mais tarefas domésticas é uma realidade exaustiva que pode ser relatada por milhares de mulheres negras” (ARRAES, 2014).

organizações a fim de se apoiarem e se fortalecerem, de trocarem experiências e de reivindicarem seus direitos ante a sociedade que as oprime. Mais recentemente, os coletivos feministas estão emergindo como formas de organização que propõem novas formas de mobilização, a luta por questões de gênero e de orientação sexual, por relações de trabalho diferenciadas e contra o racismo.

A esse respeito, a pesquisadora em coletivos culturais Lívia Abdalla afirma que os jovens não se sentem mais representados por partidos políticos e tampouco se identificam com os formatos das ONGs, sindicatos e agremiações partidárias existentes, e, por isso, têm criado coletivos mais autônomos, democráticos e efêmeros. Para Abdalla, “Os jovens que participam de coletivos se unem por causa do afeto, da ideologia, da vontade política de mudar a realidade e por acreditarem em uma mobilização não subordinada ao Estado e às instituições”, visto que, para ela, a política não é feita através de instituições, mas de mudanças no cotidiano, de ações do dia a dia e “[...] de uma forma diferente de pensar e estar no mundo” (NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL, 2017).

#### 5.1. PONTOS DE APOIO ÀS IMIGRANTES NA RMBH

Segundo o projeto Mulheres em Círculo, do Coletivo Naiá, Belo Horizonte conta com mais de 30 coletivos feministas que atuam nas áreas de arte, cultura, educação, empreendedorismo, social, militante e educacional. No contexto da imigração, destaca-se o Cio da Terra – Coletivo de Mulheres Migrantes, que se fundou como coletivo independente em abril de 2017, mas que surgiu dentro do projeto Mulheres do antigo Centro *Zanmi* (atual SJMR), em 2016, onde já aconteciam encontros para trocas de experiência entre as mulheres migrantes. Essa foi a forma como a pedagoga Luciana Pereira Lorenzi, uma de suas fundadoras, encontrou para fomentar a integração das imigrantes na realidade e na cultura brasileiras, visto que elas relatavam que morar em um país diferente do seu traz “desafios que segregam, como a língua, o trabalho, a comida, o ser mulher estrangeira e os choques culturais que acontecem por isso” (MULHERES EM CÍRCULO, 2018). Assim, o Coletivo Cio da Terra, cujo lema é “[...] somos terra fértil sem fronteiras”, se consolidou da seguinte forma:

Além de dar prosseguimento as rodas de conversa, passaram a propor também encontros temáticos que discutem questões como direitos da mulher migrante e culturas de seus países. Além disso, com a iniciativa da Marinela (Peru) passaram a participar e promover feiras multiculturais de artesanato e gastronomia. Ela com experiências de 18 anos trabalhando como autônoma em Belo Horizonte busca incentivar a integração cultural e a autonomia financeira das participantes do coletivo. “Quando cheguei ao Brasil, vim na cara e na coragem sozinha. E muitas pessoas me apoiaram para me entrosar. E quero fazer o mesmo por minhas iguais. Quero trabalhar com essas mulheres, são minhas semelhantes.” (MULHERES EM CÍRCULO, 2018).

No dia 18 de agosto de 2018, o coletivo inaugurou finalmente o seu espaço físico fixo, a Casa de Referência da Mulher Migrante e Refugiada, na Rua Brasópolis, nº 2010, bairro Floresta, em Belo Horizonte. O objetivo do espaço é acolher mulheres imigrantes, refugiadas e apátridas que vivem na RMBH, além de sediar feiras e atividades que promovam a cultura e os costumes de outros povos. “[...] A ideia é que as mulheres que procuram o Cio da Terra sejam amparadas pelo coletivo que, por sua vez, já é formado por integrantes de diversas nacionalidades” (SILVEIRA, 2018). Segundo Luciana Lorenzi, em entrevista ao programa Conexões da Rádio UFMG Educativa no dia 16 de agosto de 2018, o Coletivo seguirá com as visitas domiciliares, o atendimento bilíngue, as atividades para a geração de renda (feiras e oficinas), as atividades culturais (saraus), as atividade sócio-política (palestras, rodas de conversa) e a luta em defesa de imigrantes, no entanto, entre os novos objetivos, estão a confecção de cartilhas<sup>70</sup>, a oferta de aulas de idiomas e oficinas de dança. Luciana acrescenta que “Essa casa de referência é um espaço coletivo. Lá nessa casa já funciona a Assessoria Popular Maria Felipa e também dividimos o espaço com o Coletivo Nzinga, por exemplo” e esclarece que este é “[...] o primeiro espaço destinado a mulheres migrantes. Já existem alguns trabalhos realizados com homens, mulheres e crianças migrantes, refugiadas aqui em BH”, mas, segundo ela, nenhum deles é específico para mulheres (SILVEIRA, 2018).

“As mulheres já deixam os seus países devido a violações de direitos básicos. Isso vale tanto para a refugiada quanto para a imigrante e a mulher apátrida. Então, há inúmeros depoimentos, além dessas violações, dessa falta de direitos nos seus países... há inúmeros depoimentos de mulheres que durante essa busca do “Eldorado”, de um lugar melhor pra viver, elas sofrem tanto quanto os homens. Então, sofrem fome, sede, frio, extorsão... Mas além disso, devido à sua condição de mulher, elas também têm seus corpos violados no trajeto. Então, chegando ao estrangeiro (*sic.*), as dificuldades e violações continuam, aquelas que vêm de países ainda mais machistas que o nosso continuam enfrentando retaliações dentro de casa... E se ficam sozinha a situação é ainda pior! A nossa experiência mostra que as mulheres imigrantes tardam bastante em falar português, em relação aos homens [...] e também têm menor acesso ao mercado de trabalho: tem muitas mulheres desempregadas. E também o

---

<sup>70</sup> Segundo Luciana, muitas imigrantes que chegam no Brasil não conseguem entender que foram/são vítimas de violências e abusos. Um dos objetivos da cartilha é elucidar essa questão e explicar às imigrantes os seus direitos de recorrerem à justiça, de serem protegidas e de denunciarem seus agressores (2018).

acesso à cidade: por falta da língua, por falta de conhecimento, por falta de autonomia, essas mulheres tardam mais a acessar os seus direitos ao lazer, à cidade [...]” (*Luciana Lorenzi ao Programa Conexões da Rádio UFMG Educativa em 16 de agosto de 2018*<sup>71</sup> – transcrição nossa).

Uma situação vivida pela haitiana Lucy ilustra bem esses problemas mencionados por Luciana: certa vez, em contato com uma psicóloga que participa de atividades do Cio da Terra, contei-lhe sobre a história da haitiana e sobre as dificuldades que ela tem apresentado para se integrar à sociedade brasileira e conseguir um trabalho. Ela então falou que iria contatar outras haitianas que participam do coletivo e que pediria para que elas entrassem em contato com Lucy para avaliar a possibilidade de ela participar de alguma maneira da próxima feira, de forma que Lucy foi escalada para oferecer os seus serviços de tranças (*nagô, jumbo, box braids*, etc.) a quem se interessasse. No dia do evento, Lucy chegou logo cedo, mas eu só fui encontrá-la no início da tarde. Quando cheguei, as outras haitianas que vendiam comidas típicas e a bebida *crémas* já tinham ido embora, pois algumas tinham que trabalhar e outras tinham que ir à igreja – era um domingo –, de modo que quando encontrei Lucy ela era a única haitiana ali presente. Apesar das nossas limitações de comunicação, ela me contou eu trançara quatro cabelos naquele dia e que tinha conseguido faturar R\$ 200,00, se mostrando muito satisfeita com isso. No entanto, por não saber se deslocar pela RMBH e não conseguir se expressar em português, ela gastara cerca de R\$ 55,00 para se deslocar de Uber da sua casa, em Contagem, para a sede do coletivo, que fica na região central de Belo Horizonte. Na volta, pegamos um ônibus até a minha casa, de onde ela já sabia pegar os intermunicipais que param próximos a sua residência, o que minimizou os gastos com o deslocamento. No entanto, foi uma pena ela ter gasto mais de um quarto do que ela lucrara naquele dia com transporte pelo simples fato de não conseguir falar a língua do Brasil. Essa situação ilustra, portanto, como a questão idiomática tem impactado no seu acesso à cidade.

Lucy me relatou também que, naquele dia, teve a oportunidade de conversar com outras haitianas associadas ao Coletivo Cio da Terra, as quais disseram que a convidariam para outros eventos. No entanto, não sei se por desinteresse próprio ou por falta de convites, Lucy nunca mais foi a nenhuma outra feira de imigrantes. Outro ponto que pude perceber naquela oportunidade foi o fato de o Coletivo promover atividades culturais e rodas de conversa com mulheres e homens acerca de pautas como violência, discriminação, representatividade, etc. Naquele dia, a roda de conversa foi composta por

---

<sup>71</sup> Conforme Silveira (2018).

cerca de vinte pessoas, sendo apenas uma delas um homem e no máximo cinco mulheres imigrantes. O evento tinha sido criado para celebrar o Dia Internacional da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha, sendo que na roda de conversa discutimos sobre mulheres negras que têm sido negligenciadas pela história oficial, e tive a oportunidade de aprender sobre importantes líderes abolicionistas brasileiras, como Tereza de Benguela, Zeferina, Zacimba Gaba, Nzinga Mbandi entre outras. Apesar da experiência enriquecedora, fiquei incomodada com a presença reduzida de mulheres imigrantes, as quais continuaram na ala externa da casa comercializando seus produtos e serviços. No entanto, após refletir a esse respeito, essa experiência me permitiu estabelecer as seguintes considerações: para imigrantes, como Lucy, não faria a menor diferença frequentar uma roda de conversa como aquela, tendo em vista a sua impossibilidade de compreender e de se expressar português; muitas das imigrantes ali presentes têm tido apenas nesses espaços de feiras e eventos gratuitos a oportunidade de obter alguma receita financeira, de forma que elas aproveitam todo o tempo que elas têm para oferecer os seus produtos, a fim de obter o maior rendimento possível, o que, porém, as afasta de rodas de conversa; por outro lado, a não participação das imigrantes na roda de conversa as impede de trocar experiências, de estabelecer contatos e ampliar a sua rede de conexões na RMBH, de aprender sobre importantes lideranças femininas e sobre o papel das mulheres na sociedade, e de se empoderar e lutar pelos seus direitos humanos e sociais; por fim, tendo em vista que o coletivo sobrevive basicamente de doações e voluntariado, ficou claro que as suas ações são bastante limitadas para atender de forma mais efetiva as imigrantes em outros idiomas e em todas as suas demandas, o que chama a atenção para a necessidade de doações e investimentos na iniciativa.

Ainda sobre a roda de conversa, uma psicóloga ali presente, que atua na Casa de Referência da Mulher Tina Martins – a qual produzia a feira em conjunto com o Coletivo Cio da Terra –, falou sobre a importância da parceria entre diferentes organizações e coletivos no atendimento às mulheres imigrantes. Segundo ela, tanto o Cio da Terra quanto o SJMR (antigo Centro *Zanmi*) têm recorrido à Casa para encaminhar mulheres imigrantes vítimas de violência, de forma que em 2017 elas prestaram atendimento psicológico e jurídico em seu espaço a pelo menos duas haitianas nessa situação. Sobre 2018, me foi informado que devido aos atendimentos da Rede (que compreende a Casa Tina Martins, o Coletivo Cio da Terra, o SJMR, entre outros), elas atenderam apenas uma haitiana, abrigada em um primeiro momento na Casa Sempre Viva, a qual acolheram e

encaminharam para a Rede. Os demais encaminhamentos de haitianas, naquele ano, foram feitos somente por telefone.

A Casa de Referência da Mulher Tina Martins surgiu a partir da Ocupação homônima, do Movimento de Mulheres Olga Benário, que ocupou em março de 2016 o prédio da antiga Escola de Engenharia da UFMG, no centro de Belo Horizonte. A Ocupação nasceu com o projeto de atender vítimas de violência, além de que reivindicava mais creches, mais delegacias especializadas em mulheres com atendimento 24 horas, mais casas-abrigo para vítimas de violência, entre outros. Após meses de luta e negociações com representantes do governo, a Ocupação deixou finalmente o risco de ser despejada e foi transferida para a Rua Paraíba, nº 641, em Belo Horizonte, endereço onde funciona atualmente. Ainda em 2016, ela já tinha atendido mais de 50 mulheres, brasileiras e estrangeiras, oferecendo-lhes atendimento e apoio jurídico, psicológico, médico, rodas de conversa e abrigo. Segundo Poliana de Souza, uma das integrantes do Movimento de Mulheres Olga Benário, nem toda vítima se sente pronta para fazer denúncia, de forma que a Casa atende mulheres que sequer sabem que foram violentadas, por isso é importante informá-las sobre seus direitos. A militante ressalta que a quantidade de mulheres vítima de violência atendidas pela Casa tem subido, principalmente negras e pobres, o que chama a atenção para a necessidade de que mais iniciativas assim se espalhem por outras cidades (PARADELA, 2016; SUAREZ, 2016).

De toda forma, com exceção de Lucy, as demais haitianas com quem conversei ao longo desta pesquisa disseram desconhecer o Coletivo Cio da Terra e a Casa de Referência Tina Martins. No entanto, acerca dos pontos de apoio elencados na figura 15, elas foram quase unânimes ao dizer que conheciam a Casa de Apoio ao Imigrante e Refugiado, em Esmeraldas, a *Kore Ayisyen*, em Contagem, e o SJMR, no centro de Belo Horizonte.

A Casa de Apoio ao Imigrante e Refugiado de Esmeraldas têm uma história, no mínimo, interessante: o empresário Luís Cláudio Corsini vendeu sua casa em Belo Horizonte para comprar um hotel abandonado em Esmeraldas, onde funcionou, de 2015 a 2018, a Casa de Apoio ao Imigrante e Refugiado. Corsini contou com a ajuda de um amigo, o missionário Carlos Eduardo Braga Menezes, que já havia realizado um trabalho com haitianos em Manaus, juntamente com a ONG Ama Haiti. O projeto em Esmeraldas funcionou com a ajuda de voluntários que ensinavam português aos imigrantes, auxiliavam no trabalho da casa e buscavam parcerias com empresas privadas tanto para



conseguir doações de mobiliário e alimentos para a sede, como também de empregos para os seus moradores. Em entrevista ao jornal O Tempo em 2015, os seus fundadores declararam:

“Nós vamos visitar algumas empresas com eles [os imigrantes e refugiados] e intermediar o emprego. A ideia é observar, por exemplo, onde os estrangeiros que não falam português se encaixam e também ver as vagas com o perfil de cada um deles, claro que tudo dentro da lei”, esclarece Menezes.

O emprego é importante para que eles possam ajudar a pagar as contas de água e de luz no prédio.

“Essa ajuda, no entanto, será bem menor que a que eles costumam pagar com alugueis, então, será benéfico para eles. É importante que eles contribuam para que o projeto seja sustentável. Não adianta a gente abriga-los e depois não ter como manter”, explicou Corsini.

[...] A moradia, segundo os idealizadores, também deve ter uma conotação rotativa, depois que o imigrante conseguir se estabelecer e ter a própria casa, abre-se mais uma vaga para um recém-chegado, ou quem esteja com mais dificuldade para se estabilizar no Brasil.

[...] a localização em Esmeraldas é estratégica, já que a maioria dos haitianos em Minas residem no município. Segundo a prefeitura da cidade, são cerca de 1.500 pessoas vindas do Haiti<sup>72</sup>.

[...] “Muito mais que moradia, queremos ser uma referência para o imigrante e refugiado e ajuda-los a se legalizar no Brasil. Queremos que, ao chegar no aeroporto, se não tiverem para onde ir, eles possam vir pra cá e receber ajuda”, conclui Menezes (OLIVEIRA, 2015).

Em conversa que tive com Luís Claudio Corsini em agosto de 2018, ele me informou que o projeto foi encerrado em fevereiro de 2018 e que eles atenderam um total de 114 imigrantes e refugiados, que hoje já estão empregados e conseguem se manter ou que migraram para outras cidades. Corsini afirmou que o objetivo agora é reformar a infraestrutura do antigo hotel e desenvolver futuramente um projeto com crianças da região. Embora nenhum dos haitianos que entrevistei tenha residido na Casa de Esmeraldas, todos disseram saber da sua existência, inclusive Désirée, que afirmou que, antes de se mudar para São Paulo, ela e seu irmão cogitaram a possibilidade de solicitar moradia e ajuda para encontrar emprego junto à iniciativa.

Por sua vez, a Associação *Kore Ayisyen* surgiu como uma iniciativa de um grupo de haitianos e haitianas que residiam em Contagem e que não se sentiam representados em eventos que discutiam a temática migratória no Estado de Minas Gerais. “[...] É por meio da reivindicação deste espaço de voz que a comunidade haitiana organiza sua associação, buscando apresentar sua cultura e lutando por inclusão nas políticas públicas” (BARROS *et al*, 2016, p. 3). Barros *et al* (2016) afirmam que uma das dificuldades que

---

<sup>72</sup> Segundo os dados de pesquisas que reproduzi anteriormente, embora Esmeraldas tenha uma parcela significativa de imigrantes residentes no Estado de Minas Gerais, ele não seria o município com o maior número de imigrantes. No entanto, o uso de fontes diferentes demonstrou também uma discrepância nos valores apresentados por cada pesquisador, o que não permite confirmar se a afirmativa é verdadeira.

associação enfrentava para funcionar era o Estatuto do Estrangeiro, em vigor no Brasil desde o período da ditatorial até 2017, que encarava os migrantes como cidadãos de segunda classe, perigosos e vulneráveis, negava-lhes muitos direitos e proibia qualquer tipo de organização política de estrangeiros no Brasil. Segundo as autoras e autor:

Tal situação tem impedido a associação de regularizar-se juridicamente, ter um CNPJ e participar de projetos de captação de recursos para sua estruturação. Diante de tais questões, temos observado que as noções de cidadania ainda são muito falhas e limitadas se pensarmos na condição política dos sujeitos migrantes em nosso país, além de não poderem exercer o direito ao voto, juridicamente suas possibilidades de auto-organização política são inviáveis quando não nulas (BARROS *et al*, 2016, p. 3).

No entanto, mesmo com a aprovação da nova Lei da Migração, em 2017, que alterou em parte a forma como os cidadãos estrangeiros são juridicamente encarados no Brasil, a *Kore Ayisyen* está, ao menos temporariamente, suspensa, em virtude de dificuldades que têm sido impeditivas ao seu funcionamento, como questões financeiras, a falta de um espaço físico, a dificuldade em conseguir voluntários, os entraves burocráticos, entre outros. A organização nunca teve uma sede específica e funcionava na garagem da casa de um dos seus fundadores, onde eles organizam eventos, reuniões de imigrantes, cursos de português e reivindicam apoio financeiro de projetos e das autoridades públicas. Durante o seu período de pleno funcionamento (2015 a 2018), uma das principais lutas da *Kore* era o acesso a cursos de português que atendessem de forma efetiva os imigrantes haitianos. Nesse contexto, segundo Carlyne Barros, um problema significativo que os integrantes da associação relataram enfrentar no Brasil é a barreira idiomática:

Na pesquisa realizada por Fernandes e Castro (2014) quando interpelados sobre as principais dificuldades, os haitianos apontaram o idioma como a principal dificuldade encontrada (56,5%), seguida de emprego (48,2%) e habitação (42,1%). No caso dos entrevistados, todos conseguiram se expressar e as entrevistas aconteceram em português, em sua maioria. Portanto, no momento da entrevista não era uma dificuldade que eles viviam, mas, quando questionados sobre o idioma, relataram a dificuldade em aprender o português. Alguns aprenderam o português assistindo televisão, ouvindo música, nas redes sociais e trabalhando. Outros frequentaram as aulas ofertadas pelo Centro *Zanmi*, aos sábados, durante a tarde, no centro de Belo Horizonte, e em Esmeraldas, na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

A estrutura do curso de Português também abarca o fornecimento do vale-transporte até o curso e o lanche, o que viabiliza para muitos haitianos, que, além do tempo limitado no final de semana, também não teriam condições de arcar com essas despesas semanais. Os professores são voluntários da ONG, alguns com formação e experiência docente em Letras e Pedagogia, e outros com inserção por meio do voluntariado. Em conversas com os haitianos, tanto nas entrevistas quando nas reuniões da associação *Kore Ayisyen*, a crítica em relação às aulas de idioma ofertadas era de que o curso se destinaria a pessoas que não sabiam nada de português, o que muitas vezes desmotivava quem sabia expressar-se minimamente e levava ao abandono do curso.

Outro curso que circula o universo de informações entre os associados refere-se às aulas de português ofertadas no Centro Federal Tecnológico (CEFET). A partir dessas aulas, os haitianos também vislumbram ingressar na graduação e na pós-graduação da instituição. Mesmo com a oferta de cursos de português, muitos haitianos ainda não estão inseridos neles e não falam o idioma. Uma das propostas da *Kore Ayisyen* é construir um curso de português lecionado por haitianos para haitianos, sob a justificativa de que, sabendo as dificuldades encontradas na aprendizagem da língua, eles teriam condições de ofertar o curso (BARROS, 2017, p. 94-95).

A despeito das expectativas para o futuro relatadas pelos fundadores da *Kore Ayisyen* em 2017, o fato é que, devido aos problemas que a associação encontrou para seguir funcionando, o ansiado curso de português por haitianos para haitianos nunca se concretizou, de forma que vários haitianos e, sobretudo, haitianas, seguem vivendo na RMBH sem falar português, o que os impede de trabalhar, exercer sua cidadania e aceder efetivamente a cidade. É importante considerar também que a inatividade da *Kore* deixa uma lacuna para a comunidade haitiana de Contagem, visto que muitos haitianos com quem conversei me disseram que já recorreram ou que recorreriam à Associação para se informar sobre cursos de português e para obter informações sobre postos de trabalho no município. A partir do que me foi relatado, pude perceber que a *Kore Ayisyen* era um ponto de referência para a comunidade, que se sentia mais confortável em recorrer a ela do que a outras organizações geridas por não-haitianos.

Por outro lado, para atender à demanda de aprendizagem da Língua Portuguesa de imigrantes, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG) tem oferecido regularmente – ao menos uma vez por semestre – cursos gratuitos de Português como Língua de Acolhimento para imigrantes, refugiados e portadores de visto humanitário, ministrados por professores que falam Inglês, Francês e Espanhol (figuras 18, 19 e 20).

Figuras 18, 19 e 20: Cartazes do Curso de Português Gratuito oferecido no CEFET-MG



Fonte: Secretaria de Relações Internacionais, CEFET-MG, 2019.

Outra alternativa para os cidadãos estrangeiros são os cursos de Português como Língua Estrangeira (PLE), oferecidos pela Prefeitura de Contagem em escolas municipais dos bairros Ressaca e Petrolândia, em que professores capacitados ministram um curso intensivo de seis meses no período noturno. A vantagem desse curso é a de que para realizá-lo não é necessária a apresentação de documentos que comprovem a escolaridade dos imigrantes, visto que muitos deles não possuem esses documentos no Brasil. A esse respeito:

[...] Ao todo, 50 estudantes de nacionalidade haitiana estão participando das aulas de PLE. Após a conclusão do curso, os alunos são convidados a fazerem a prova de certificação. Tendo conseguido bom resultado o estudante estará apto a ingressar na Educação de Jovens e Adultos (EJA), para assim tirarem o seu diploma de ensino fundamental e médio. “No início foi um tremendo desafio, mas hoje percebemos que todo o esforço valeu a pena e conseguimos também trazer a dignidade merecida aos alunos”, destaca a vice-diretora da Escola Municipal Maria Silva Lucas, Tatiane Duarte Lopes. Para o estudante haitiano, Maxime Morisset, as aulas de português foram essenciais para o desenvolvimento profissional dele aqui no Brasil. “Graças ao PLE eu pude aprender o português e isso facilitou a minha profissão de Tecnologia da Informação com o qual trabalho”, finalizou (MELO, s.d.).

Ademais, os imigrantes haitianos têm tido acesso a cursos de português oferecidos por outras ONGs e associações, como o SJMR, que dá também a oportunidade para que imigrantes e refugiados ministrem aulas de suas línguas nativas e, como isso, obtenham alguma renda (figura 21):

Figura 21 - Projeto Fala Zanmi!



Aprenda a falar uma língua estrangeira com um migrante ou refugiado!

**Aula uma vez por semana, com duração de 2 horas, na UniBH (Unidade Estoril) e Colégio Loyola.**

**Turmas de segunda-feira a sábado.**

- UniBH: Árabe e Francês
- Colégio Loyola: Árabe, Crioulo, Espanhol, Francês e Inglês

**R\$ 120,00 / mês**

**MATRÍCULAS**  
15 a 31 de Março - 2018  
INÍCIO DAS AULAS EM ABRIL

PARA MAIS INFORMAÇÕES, FAVOR CONTATAR

(31) 3212-4577 SJMR  
(31) 99437-4378 (Mane) mane@centrozanmi.org

REALIZAÇÃO:  Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados BELO HORIZONTE

APOIO:  COLÉGIO LOYOLA

Fonte: Página SJMR no Facebook, 2018.

O projeto Fala Zanmi! foi criado em 2018 e é realizado em parceria com a Uni-BH e o Colégio Loyola, que cedem ao SJMR salas de aula onde os cursos possam ser ministrados. A esse respeito:

[...] A mensalidade custa R\$ 120, e o valor é integralmente entregue aos professores. “Os professores são profissionais, e nós queremos dar toda a seriedade a esse trabalho. É também uma ajuda para o imigrante, um lugar para que ele partilhe sua experiência profissional conosco”, explica Emanuel Michel Barreto, mexicano jesuíta que coordena o projeto e o setor de línguas do SJMR.

O ensino de idiomas, aliás, é uma das saídas para que migrantes e refugiados trabalhem no Brasil, além de se tratar de uma oportunidade para que eles tenham contato com a história do país. “É impossível separar o idioma da cultura. Aprender uma língua não é uma questão gramatical, é ensinar o coração a se exprimir de outro jeito”, afirma Barreto.

[...] Recém-chegada, Lourdes é uma entre os milhares de imigrantes que aportaram no Brasil nos últimos meses. Além da dificuldade para aprender a língua portuguesa, ela relata problemas para a revalidação de seu diploma e, conseqüentemente, para conseguir empregos.

“Os brasileiros nos ajudam muito a resolver nossa situação com os documentos. Mas nós, migrantes, também precisamos de empregos para poder substituir nessa pátria que nos acolhe. Tenho amigos venezuelanos que estão aqui há um ano e meio e não conseguiram emprego fixo”, afirma (ALVES, 2018).

Entre os pontos de apoio elencados na figura 15, o SJMR é provavelmente o maior, melhor estruturado e de maior alcance à comunidade haitiana, em geral. O Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados é uma instituição da Companhia de Jesus, cujo objetivo

é “[...] servir, acompanhar e defender migrantes, solicitantes de refúgio e refugiados, promovendo e protegendo sua dignidade e direitos” além de acompanhar seu processo de inclusão e autonomia “[...] incidindo na sociedade e no poder público, para que reconheçam a riqueza da diversidade humana” (SJMR, 2018). Dentre as suas ações, destacam-se: a doação de roupas e alimentos, a intermediação com empresas para conseguir empregos para imigrantes e refugiados, a oferta de cursos profissionalizantes (em parceria com empresas), o atendimento e o acompanhamento sócio-familiar e psicológico, a oferta de cursos de idiomas, o assessoramento jurídico e documental, além da realização de eventos festivos e confraternizações (figuras 22, 23, 24, 25, 26 e 27).

Figuras 22, 23, 24 e 25– Atividades do SJMR

 <h2>LÍNGUAS E CULTURA</h2> <p><b>Organiza e oferece</b> cursos de <b>Português</b> e promove <b>ações de integração sociocultural</b> aos migrantes, solicitantes de refúgio e refugiados atendidos pela organização.</p> <p><b>E-mail:</b> cultura@sjmrbrasil.org <b>Telefone:</b> (31) 99437-4378</p> 	 <h2>PROJETOS</h2> <p>Área que busca, constantemente, a <b>manutenção</b> e a <b>sustentabilidade</b> dos serviços prestados, elaborando <b>propostas</b>, acompanhando <b>iniciativas</b> que atendam às diversas demandas dos atendidos, captando <b>novos recursos</b> e realizando <b>convênios e parcerias</b>.</p> <p><b>E-mail:</b> projetosbh@sjmrbrasil.org <b>Telefone:</b> (31) 99407-0019</p> 
 <h2>SERVIÇO SOCIAL</h2> <p>:Oferece <b>atendimento e acompanhamento sociofamiliar e psicológico</b>, faz <b>encaminhamentos a serviços de assistência social, saúde e educação</b> e analisa situações de vulnerabilidade para a concessão de <b>alimentos, roupas e itens de higiene básica</b>.</p> <p><b>E-mail:</b> socialbh@sjmrbrasil.org <b>Telefone:</b> (31) 99210-3434</p> 	 <h2>TRABALHO</h2> <p><b>Prepara os atendidos para o mercado de trabalho, prestando assessoria</b>, elaborando e imprimindo versões em português de <b>currículos e intermediando processos seletivos</b> de empregadores ou empresas que desejam contratar migrantes.</p> <p><b>E-mail:</b> trabalhobh@sjmrbrasil.org</p> 

Fonte: Página SJMR no *Facebook*, 2018.



Figuras 26 e 27 – Atividades do SJMR

 <b>DOCUMENTAL</b>  Fornecer <b>informações</b> e <b>suporte</b> para a <b>regularização migratória e obtenção de documentos</b> (RNM, CPF, Passaporte, etc) e intermedia <b>processos consulares</b> .  <b>Telefone:</b> (31) 99210-3444 	 <b>JURÍDICO</b>  Presta assessoria jurídica a migrantes, solicitantes de refúgio e refugiados para regularização migratória, promove o ingresso e o acompanhamento de demandas judiciais e extrajudiciais nas áreas cível, criminal, consumerista, de família e trabalhista além de representar a instituição junto ao COMITRATÉ.  <b>E-mail:</b> <a href="mailto:juridicobh@sjmrbrasil.org">juridicobh@sjmrbrasil.org</a> <b>Telefone:</b> (31) 99210-3435 
---	--

Fonte: Página SJMR no *Facebook*, 2018.

Ao longo desta pesquisa, não houve um haitiano com quem eu conversei que me dissesse desconhecer o antigo Centro *Zanmi*. Devido aos contatos que a organização tem com empresas e órgãos de governo do Brasil e do Haiti, sempre que um haitiano precisa regularizar a sua situação, emitir algum documento e busca emprego, é provável que ele recorra em primeiro lugar a ela na esperança de conseguir auxílio. Nas três vezes em que estive no escritório do SJMR, localizado na Avenida Amazonas, nº 641, 8º andar, no Centro de Belo Horizonte, tive a oportunidade de conhecer alguns haitianos que estavam na sala de espera, os quais me relataram estar ali por motivos diversos: um homem buscava ajuda para renovar o seu passaporte; outros dois estavam desempregados e procuravam emprego; outro teve problemas no seu antigo emprego e precisava de consultoria jurídica; e outros dois jovens precisavam de ajuda para saber se as suas notas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) eram suficientes para ingressar em alguma universidade através do Sistema de Seleção Unificada (SISU). Conversei também com outras duas mulheres haitianas, uma delas acompanhada do marido e outra da filha de cerca de quatro anos de idade, que afirmaram estar ali à procura de oportunidades de emprego e de donativos para suas casas.

Além de ter uma infraestrutura mais completa, chama atenção no SJMR o fato de eles terem uma equipe multidisciplinar composta por brasileiros e estrangeiros, sendo que muitos deles sabem falar crioulo haitiano, o que facilita o atendimento daqueles que ainda não dominam a língua portuguesa. O seu coordenador geral, o francês Pascal Peuzé, me recebeu em uma das visitas, quando me explicou um pouco sobre o funcionamento da organização e me relatou algumas situações recorrentes que fazem com que os imigrantes

procurem o SJMR. Na oportunidade, pude perceber que de fato a gama de serviços que eles prestam é bem variada e, embora ofereçam assessoria jurídica, em casos específicos,

os, como o de violência doméstica, o procedimento usual é oferecer apenas um atendimento preliminar, com posterior encaminhamento para outras organizações parceiras, como a Casa Tina Martins e abrigos. Ficou nítido também que, apesar da boa estrutura do espaço e da equipe, a quantidade de imigrantes que a eles recorrem é considerável, visto que em todas as vezes que lá estive, encontrei a sala de espera cheia de pessoas. Tendo em vista que parte dos serviços e do suporte que eles oferecem dependem de parcerias com empresas e de voluntários, não é raro ver em suas redes sociais campanhas que incentivam a doação de alimentos e roupas, além do convite para que empresas os procurem para contratar imigrantes.

Entre os seis pontos de apoio a haitianos na RMBH que citei previamente (Coletivo Cio da Terra, Casa Tina Martins, Casa de Apoio ao Imigrante e Refugiado de Esmeraldas, *Kore Ayisyen*, CEFET e SJMR), embora dois deles não estejam mais funcionando, os outros quatro, além das iniciativas da Prefeitura de Contagem, têm se mostrado fundamentais no apoio a esses imigrantes. Chama a atenção o fato de que apesar de eles oferecem constantemente cursos de Língua Portuguesa para estrangeiros, salvo os haitianos com quem conversei e que cursavam faculdade, a maioria dos entrevistados não frequentou nenhum curso de português. Com exceção dos irmãos Dinis, Francis e Ulisses, os demais aprenderam o idioma no convívio com brasileiros, o que faz com que muitos se expressem com dificuldade ou de maneira confusa, sobretudo na forma escrita.

Além de a aprendizagem incompleta impedir os haitianos de aceder a empregos mais bem remunerados, é comum que eles enfrentem dificuldades quando precisam se comunicar com pessoas que não têm tanta convivência com imigrantes, como as dos postos de saúde, comércios, repartições públicas, por exemplo. Mas o que mais me inquieta é o fato de que muitos têm a pretensão de seguir morando no Brasil e de conseguir a nacionalidade brasileira, a fim de ter acesso a tudo o que é de direito dos brasileiros. No entanto, conforme a Nova Lei da Migração, nº 13.445/2017, independente do tempo de moradia em território brasileiro, um dos pré-requisitos para a concessão de cidadania brasileira é que o cidadão estrangeiro saiba se comunicar em português, o que é atestado através do exame Celpe-Bras. Nesse sentido, salvo Dinis, Ulisses, Francis e os haitianos que estão na faculdade, é improvável que os demais consigam passar no exame, se



seguirem contanto apenas com os conhecimentos idiomáticos que eles têm adquirido informalmente.

Diante do exposto, é possível perceber que a despeito da existência de organizações, de coletivos e das demais instituições de apoio aos imigrantes na RMBH, muitos seguem suas vidas sem recorrer e/ou sem ter conhecimento da existência desses pontos de apoio. Sobretudo as mulheres haitianas, em virtude do seu menor conhecimento idiomático e acesso aos cursos de português, a possibilidade de recorrer a essas associações se mostra quase nula, o que as impede de conseguir sua autonomia e sair da situação de dependência que muitas têm em relação aos seus pais, irmãos, maridos, namorados e amigos. Tenho percebido, assim, que embora estes pontos de apoio sejam importantes no auxílio ao imigrante e na sua conquista de direitos e cidadania, esse acesso fracionado tem sido impeditivo ao seu efetivo uso da cidade e à construção de lugares de pertencimento, identificação, reivindicação e convivência.

No caso das mulheres, em virtude do machismo institucional, dos altos índices de violência no Brasil, da situação de vulnerabilidade da mulher negra no país e dos fatídicos casos de mulheres haitianas que relatei anteriormente, iniciativas como o Coletivo Cio da Terra e a Casa Tina Martins se mostram fundamentais tanto no apoio social e psicológico das imigrantes, quanto nas oportunidades de geração de renda que elas proporcionam. Por outro lado, apesar de se mostrarem como excelentes iniciativas, não podemos ignorar o fato de que o alcance dessas organizações ainda é muito limitado tanto para brasileiras quanto, e principalmente, para imigrantes. A insuficiência estrutural, a falta de recursos (financeiros e humanos) e a distância física destes pontos de apoio em relação às moradias das haitianas na RMBH, tem sido grandes entraves ao desenvolvimento de relações entre as organizações e as mulheres que a elas poderiam recorrer.

Nesse contexto, muitas haitianas que chegam à RMBH nunca tiveram contato, ou, se o tiveram, pouco vivenciaram o feminismo em seu país. Uma vez que o machismo social e institucional serve de entrave aos seus direitos no Haiti, muitas imigrantes chegam ao Brasil sem saber que possuem direitos quanto a seu bem-estar e segurança, além do fato de que muitas sequer têm consciência das violências, abusos e opressões que sofrem em seu dia a dia. A partir de sua pesquisa com haitianas da RMBH, Civil (2018) pontua:

Outro ponto interessante da fala das interlocutoras é que além das dificuldades decorrentes da desigualdade de gênero que as mulheres haitianas encontram no Haiti, o movimento feminista haitiano não é eficaz na diminuição dessa desigualdade. Por ser um movimento da pequena elite burguesa haitiana, as mulheres envolvidas com o feminismo estão em uma posição privilegiada em relação à realidade das mulheres trabalhadoras, ou donas de casa, no Haiti. Outra dificuldade do movimento é a comunicação que, por parte das feministas da elite, dá-se em língua francesa; no entanto, a maioria dos haitianos fala crioulo-haitiano, fator que exclui a maioria das mulheres haitianas de seu discurso. A barreira linguística foi abordada na fala de Michelange:

“Um outro fator desse problema é a desigualdade social que existe no país (Haiti) e que também o movimento feminista não atinge todas mulheres. Eu posso dizer que é um movimento elitizado para as mulheres que conseguem estudar numa boa escola e formar numa boa universidade. Além disso, ele não usa a língua do povo. Para que todas as mulheres entendam, o movimento teria que se usar uma linguagem mais comum só que as líderes falam só francês”. (CIVIL, 2018, p. 47-48)

A falta de conhecimento de direitos e de instituições que possam auxiliá-las faz com que muitas haitianas sigam sendo submetidas a opressões, violências e abusos, o que continua segregando-as e impedindo-as de construir lugares e territórios de autonomia e resistência tanto em seu país quanto no Brasil. A esse respeito, de acordo com Heidrich (2006), a relação entre a sociedade e o espaço pode ser vista a partir do grau de participação dos grupos sociais nas integrações das quais eles participam, de forma que as associações locais se apresentam como possibilidades de existência da vida, através de movimentos de caráter inclusivo para os que as frequentam. Por outro lado, para a construção de um processo de inclusão, o autor pontua que não basta estar no espaço, visto que a inclusão é viabilizada pelo fortalecimento de vínculos territoriais “[...] e, de modo mais eficiente, garante a sua permanência por uma articulação em rede, pela qual se estabelecem vínculos de solidariedade com instituições e lugares” (HEIDRICH, 2006, p. 13). A partir disso, é possível, portanto, depreender que a ausência de vínculos com instituições e lugares tem contribuído sobremaneira com a não inclusão das haitianas na RMBH.

O que pude perceber, através das incursões etnográficas, é que, embora as haitianas tenham migrado com a esperança de construírem vidas mais plenas e prósperas, muitas têm encontrado, na verdade, uma sensação de deslocamento, de não pertencimento, o que Heidegger chamou de *unheimlichkeit*, ou seja, “literalmente, “não estamos em casa”” (HALL, 2006, p. 27). A língua tem sido o principal impeditivo da construção de vínculos, o que, apesar da oferta de cursos gratuitos em diferentes pontos da RMBH, sugere que ou eles são insuficientes, ou a forma como eles são ofertados não está adequada à demanda, ou – e o mais provável – que por questões culturais e pessoais muitas haitianas não se atentaram à necessidade de frequentá-los.

Conforme mencionado no capítulo 4, as mulheres haitianas têm tido severas dificuldades de concluir seus estudos em seu país, por causa de questões culturais, estruturais e ocasionais que imprimem um caráter urgente a outras atividades diárias como o trabalho doméstico, o cuidar de familiares, a busca pelo acesso à água, entre outras. Este acesso reduzido à escola não só impede que essas mulheres prosperem em seu país como lhes coloca empecilhos na aprendizagem de um novo idioma no contexto brasileiro. Sem conseguirem se comunicar na Língua Portuguesa, elas ficam restritas ao convívio com os seus conterrâneos, têm dificuldades de acesso ao mercado de trabalho e seguem ignorantes em relação aos seus direitos e sem se sentirem inseridas na sociedade da RMBH. É preciso, portanto, que essas imigrantes encontrem formas de se conectar, tendo em vista que pertencer significa transformar o espaço em lugar, o que é providenciado pelas redes, pelo trabalho, pela comunicação, pelos usos da cidade e pelas manifestações identitárias.

Conforme Tuan (2013), as pessoas são seres sociais que gostam das companhias dos seus semelhantes, afinal, ao mesmo tempo que as pessoas nos restringem, elas também podem ampliar o nosso mundo. Acredito, assim, que o fortalecimento de coletivos feministas e de associações, como a *Kore Ayisyen*, são fundamentais para oferecer às mulheres imigrantes espaços onde elas possam compartilhar e se reconhecer umas nas outras. Nestes ambientes de união e troca de experiências, muitas mulheres têm conseguido assistência jurídica, psicológica e até mesmo oportunidades de trabalho para se manter e sobreviver, fazendo com que os coletivos e associações emergem como lugares de resistência, permanência, lazer e apoio. No entanto, sem adesão e sem procura, todas essas possibilidades integração social oferecidas por essas organizações são anuladas.

Por outro lado, outros espaços de acolhimento que têm se mostrado bem presentes na vida dos haitianos da RMBH são as igrejas, sobretudo as evangélicas neopentecostais. Por muitos terem frequentado igrejas semelhantes no Haiti, os haitianos têm encontrado nesses espaços a fé e o apoio necessário para lidarem com os problemas que vida lhes impõe, além de que muitas dessas igrejas lhes oferecem a doação de alimentos, roupas, enxovais para bebês, entre outros. Não é rara a ocorrência de pequenas igrejas evangélicas em Contagem, onde os cultos são ministrados em crioulo haitiano. Lucy, por exemplo, frequenta uma igreja haitiana improvisada em um pequeno cômodo no bairro Novo

Progresso, e é lá onde todos os domingos ela encontra apoio espiritual e tem a oportunidade de conversar com outras mulheres que falam o seu idioma.

Acerca da importância da fé e dos espaços de partilha e convivência religiosa que as igrejas oferecem, tive a oportunidade de conversar com Gabrielle, 27 anos, estudante da UFMG, que me contou um pouco a respeito da sua relação com a igreja:

**Pesquisadora:** *Me conta um pouco sobre a sua vinda para o Brasil...*

**Gabrielle:** *Eu vim direto do Haiti pra BH... Meu sonho sempre foi conhecer o mundo, por isso tentei de fazer faculdade em um monte de país, mas o resultado do Brasil saiu primeiro. Eu não conhecia BH, nunca tinha ouvido falar, eu tinha que escolher duas cidades, escolhi São Paulo e Brasília... Ou Rio?... Aí saiu o resultado pra BH e eu olhei no mapa. Eu vim porque queria conhecer outras realidades, outras coisas, eu decidi sair, sabe? Eu cheguei sem falar português, mas a universidade oferece o curso pra estrangeiro e eu fiz. Eu estudei durante oito meses, fiz o Celpre-Bras, passei e entrei direto no curso.*

**Pesquisadora:** *E com quem você mora aqui?*

**Gabrielle:** *Eu moro com o meu pai e com o meu irmão.*

**Pesquisadora:** *Você sente saudades de casa? Como é sua família lá?*

**Gabrielle:** *Muita! No Haiti ficou minha mãe e meus irmãos. Eu sou a terceira da família, tenho duas irmãs mais velhas, uma mais nova que eu e dois irmãos caçulas. [...] Em 2016 eu voltei pro Haiti, eu fiquei um mês... fui em dezembro de 2016 e voltei em janeiro de 2017. E... Foi... Eu vou falar assim, uma viagem inesquecível, que eu estou ansiosa pra voltar! Foi tão bom que não tem como eu descrever! Eu viajei e fiquei um mês e eu pretendo ir de novo ano que vem, depois de terminar os estudos.*

**Pesquisadora:** *Mas você não pretende morar no Brasil depois que formar?*

**Gabrielle:** *Sobre a realidade no Brasil, é muito longe do que eu sonhei quando estava vindo pra cá. Não tá ruim... mas não é aquilo que eu sonhei... Dá pra levar, dá pra viver... tá bom... mas não é aquilo que eu sonhei. E... Eu gosto muito daqui, eu acho que a experiência que eu tô tendo aqui incrível, mas, por enquanto, eu não pretendo ficar porque a realidade que eu esperava não é essa...*

**Pesquisadora:** *Você tem amigos aqui? Me conta um pouco... Eles são haitianos, brasileiros?*

**Gabrielle:** *Eu tenho mais amigo brasileiro que amigo haitiano... É uma mistura mesmo... Eu tenho também amigos africanos, brasileiros e tudo... Eu conheci quase todos esses amigos haitianos aqui no Brasil. Só um que eu já conhecia no Haiti. Eu tô falando de muitos amigos brasileiros... Mas... Eu acho que a amizade haitiana é um pouco diferente de brasileiro. Eu considero essas pessoas brasileiras que eu tô falando como amigo, mas não é aquela amizade brasileira de sair, de ir pro bar... De comer... Não tem nada disso. Mas são pessoas que eu estimo bastante. São pessoas que eu confio nelas... Eu abro meu coração quando precisar, mas... A gente nunca saiu, nunca fez festa, nada. Com os haitianos sim, a gente faz festa, a gente faz as coisas... Mas eu considero que eu tenho muitos bons amigos brasileiros! Pra falar a verdade... As amizades de brasileiros que eu tenho me fazem sentir em casa... Eu sempre falo assim, com essas pessoas eu sinto que eu tenho família aqui, apesar de que eu só tenho duas pessoas... Mas eu me sinto cercada pelas pessoas que eu conheço. A maioria eu conheço da igreja, quase todos. [...] Os haitianos também... Muitas vezes eu me sinto em casa! Quando a gente reúne, faz comida... Discute as realidades... Coisas que só a gente entende! Então eu acho que eles, os haitianos, me ajudam muito nesse sentido... De as vezes quando bate a saudade a gente sente meio que... Em casa... No Haiti, falando a nossa língua, comendo a nossa comida... Fazendo as nossas brincadeiras.*

**Pesquisadora:** *E essa igreja que você mencionou... Me fala um pouco.*

**Gabrielle:** *Eu sou cristã batista, e eu vou na igreja pelo menos uma vez por semana...*

**Pesquisadora:** *E do que você mais sente falta do Haiti, morando no Brasil?*

**Gabrielle:** *Eu sinto muita falta de comida, de pessoas... E também de uma realidade em que eu não me sinto diferente... Terminando, eu sinto muita falta de pessoas muito caras, de um lugar onde a gente... Porque, por mais que a gente é bem acolhida e tudo mais, às vezes a gente sente a diferença... às vezes em coisas bem simples, bem sutil, que acontece no dia a dia... Você sente, apesar de estar bem... De estar no meio de muita gente que gosta. Então, a gente sente muita diferença... Eu não gosto, tipo assim, de “etiquetando as coisa”. “É mulher” “é negra” “fez isso” “fez aquilo”... Eu não sei, essas coisas me incomodam bastante. E... Pra mim seria, tipo assim... É uma notícia? É boa? Então [fala] “uma mulher fez isso e fez isso...”. Cada vez que eu vejo essa realidade de etiquetando as coisas, isso me dá um nó, sabe? Mas eu entendo a realidade brasileira, eu entendo porque a situação é assim... Eu não entendia muito, antes, mas agora eu entendo porque tem que etiquetar. Tipo “uma mulher, negra” “um homem negro”...*

**Pesquisadora:** *Você sente que a realidade daqui é muito diferente? O que mais te incomoda?*

**Gabrielle:** *Quando eu cheguei aqui eu senti bastante a diferença, até que eu me acostumei, principalmente com a comida que inicialmente eu achava sem graça... [risos] Mas agora eu como de boa, alguma coisa eu até gosto, sabe? O que eu acho estranho, é muita estranha a forma de falar do brasileiro, tipo assim... Pra mim, se você for no Haiti e falar pra uma pessoa “pode contar comigo” a pessoa PODE contar com você. E eu percebo que aqui, tipo, se alguém falar... É normal... “Pode contar comigo” poderia dizer “ah, beleza!”. Não quer dizer nada! O peso que a gente dá pra certas expressões que aqui a pessoa fala, tipo assim, “até mais”... Você nunca vai ver a pessoa, então “Tchau”! [...] E muitas outras coisas que... “Ah, se precisar, pode me ligar” e você nem tem o número da pessoa! E... São coisas simples que eu acho estranho. E às vezes a pessoa fala “pode contar comigo, se você precisar, pode me chamar”... Você pode chamar essa pessoa pra uma coisa bem simples e ela... Você nunca vai ver! Eu não sei se é uma forma de agradar que eles usam essas expressões, que não sei se usa pra fugir do sentido, se usa pra agradar...*

*[...] Agora eu entendi... Quando a pessoa fala “pode contar comigo” “qualquer coisa você me liga” “vamo marca!” “vamo sair” eu falo “ok, vamos sim” mas eu sei que não é... Que é só uma forma de falar, mas que não tem nada a ver com a realidade. Hoje sim, eu me sinto em casa, eu me sinto apoiada... Eu me sinto, eu não vou falar como se eu tivesse no Haiti não... Eu sinto que... Aqui... Eu viveria... Se não fosse por algumas razões pessoais: eu quero aprender algumas coisas, eu quero sair mais, eu quero viajar mais... Eu viveria e eu viveria muito bem, eu me sinto bem... Eu tô sendo muito bem tratada pelas pessoas que me cercam. Sempre tem algumas questões que acontece... Desagradável... Mas as pessoas que me cercam me fazem sentir em casa, então eu viveria aqui.*

A fala de Gabrielle têm muitos pontos interessantes, mas chama atenção a questão do pertencimento. Mesmo que os seus amigos brasileiros não manifestem com ela laços muito fortes que incluam sair, ir a bares, ou outras situações que ela aparentou gostar, o fato de ter pessoas daqui com quem contar se mostra algo importante para que ela possa se sentir em casa. Mas, mais do que isso, pela sua entonação, ficou nítido para mim que os ambientes em que ela se sente mais confortável são a igreja e aqueles onde ela encontra seus amigos haitianos. É através do contato com seus conterrâneos que ela mata as saudades da sua terra, do gosto da culinária e se sente confortável pra conversar na sua

língua materna, situação semelhante que ela encontra quando frequenta a igreja onde convive não só com brasileiros, mas também com outros haitianos. O estabelecimento de laços e vínculos permitem, portanto, que Gabrielle se sinta inserida na RMBH, diferentemente do relatado por Lucy, Désirèe, Kerline e tantas outras haitianas que, ao contrário da estudante, têm suas relações limitadas por questões idiomáticas e por não terem uma rotina de estudos e trabalho que lhes permitam conhecer outras pessoas. A essas últimas, o convívio social mais intenso tem se dado quase que exclusivamente nos ambientes religiosos, nos finais de semana, além de nas esporádicas festas realizadas nas casas de haitianos.

Retomando os objetivos específicos 3 e 4 que propus no início deste trabalho, diante do exposto, posso afirmar que em relação às haitianas com as quais convivi ao longo das incursões etnográficas, elas não reconhecem ainda mudanças significativas nas suas situações econômica, cultural e de direito na RMBH, em comparação ao Haiti. Por não falarem português, elas não têm conseguido trabalhar nem estudar, o que faz com que o seu convívio ainda seja bem limitado à própria comunidade haitiana. Dessa forma, embora as organizações, coletivos e demais iniciativas de apoio aos imigrantes tenham feito valiosos esforços para atender às necessidades dos haitianos, a falta de recursos, de investimentos e o alcance limitado dessas organizações têm servido de entrave para que mais pessoas possam usufruir dos serviços e apoios que elas prestam.

Por outro lado, a construção de lugares e de territórios por esses sujeitos têm se dado de forma paralela à atuação das organizações sociais, visto que, por constituírem um grupo de tamanho considerável, os haitianos da RMBH têm resistido e construído, a partir das relações de vizinhança, territórios marcados pela sua influência e pelos seus modos de vida. Ademais, tanto homens quanto mulheres têm encontrado em ambientes de festa e religiosos a oportunidade de conviver, de se fortalecer mutuamente e de reproduzir no Brasil características das suas vidas no Haiti, o que faz com que, apesar dos aspectos de segregação e periferização que compõem a nova realidade, eles consigam criar relações de pertencimento e encontrar lugares onde eles possam se sentir “em casa”.

Retomando a fala de Freire e Shor (1986, p. 71, *apud* ROSO e ROMANINI, 2014, p. 89) em que eles afirmam que “[...] mesmo quando você se sente, individualmente, mais livre, se esse sentimento não é um sentimento social, [...] então você só está exercitando uma atitude individualista no sentido do *empowerment* ou da liberdade”, ainda falta muito para que as mulheres haitianas encontrem uma situação de empoderamento na RMBH.

Enquanto elas não descobrirem formas de se inserir efetivamente na sociedade belo-horizontina – o que inevitavelmente requer o aprendizado da Língua Portuguesa e o acesso ao trabalho e ao estudo –, dificilmente haverá uma real transformação social em suas vidas, visto que é somente através do empoderamento de classe que as minorias oprimidas conseguirão dar um passo decisivo rumo à sua libertação (ROSO e ROMANINI, 2014, p. 89).

Nesse contexto, urge a necessidade de que as imigrantes haitianas frequentem os cursos de Língua Portuguesa, sejam eles oferecidos por iniciativas públicas ou privadas, e tenham acesso a organizações e coletivos de apoio às mulheres e aos imigrantes, a fim de que elas consigam se informar sobre os direitos, recebam apoio social, psicológico e tenham um lugar de partilha, lazer, pertencimento e reivindicação. Remetendo a Butler (2018), a ação conjunta se torna fundamental para que essas mulheres imigrantes reconheçam o seu potencial de igualdade na forma como são sujeitas às condições de precarização da vida e lutem, assim, pelo seu direito de existir.



## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imigração haitiana para o Brasil é um fato que vem se consolidando nos últimos nove anos. Iniciada majoritariamente por homens, ela é composta por fluxos que foram se diversificando e abrangendo, sobretudo nos últimos anos, mulheres e crianças que se aproveitam da existência de redes já consolidadas, da experiência de conterrâneos e da presença de pais, irmãos, cônjuges e amigos que possam lhes receber. Essa nova composição tem gerado novas demandas, como a de escolas e novos postos de trabalho que possam absorver tais imigrantes e garantir-lhes condições de sobrevivência e qualidade de vida.

Notoriamente, o sistema produtivo global, articulado por e para atender aos interesses das forças hegemônicas, tem imprimido nos demais países condições de permanência e de expulsão, que resultam em fluxos populacionais compostos por pessoas que se lançam ao mundo a fim de desbravar territórios e consolidar lugares onde possam obter oportunidades de vida e trabalho. Com isso, novas formas de escravidão, ainda que veladas por não serem institucionalizadas, surgem a fim de atender às demandas produtivas da atualidade. Neste contexto, refugiados e imigrantes de diversas regiões, como sírios, haitianos e brasileiros, não têm encontrado em seus próprios países infraestrutura e oportunidades de trabalho que lhes garantam a sobrevivência, passando, assim, a se aventurar em travessias para outros países, onde, aparentemente, eles poderão encontrá-las e ter uma vida mais digna. Conforme Zizek (2018), os refugiados e imigrantes empobrecidos surgem, neste contexto, como o preço e a solução da economia global. Apontados muitas vezes como um grande ônus social, eles são, em contrapartida, muito bem utilizados pelas grandes empresas como mão de obra barata, e, frente à tendência de xenofobia que cresce em escala mundial, fica ainda mais fácil negar-lhes direitos e condições básicas de subsistência. De forma irônica, ao passo que a crise econômica tem impelido milhares de brasileiros a deixarem o país para tentar uma vida mais exitosa em outros lugares, haitianos têm visto o Brasil como um lugar com potencialidades que justificam os riscos da migração.

Nos anos que antecederam o início do meu mestrado, tive a oportunidade de trabalhar na área de turismo e foi neste contexto que se deu o meu primeiro contato com

haitianos, em 2016, ainda que de forma indireta, rápida e pontual. Por duas vezes, com dificuldade, atendi, por telefone, dois homens que procuravam passagens aéreas do Haiti para o Brasil para seus familiares, porém, em nenhuma das situações a venda foi finalizada devido ao alto custo. O que mais me chamou a atenção nessa questão foi o fato de que, certo dia, ao ligar para o representante comercial de uma das companhias aéreas que fazem essa rota para verificar preços mais acessíveis para estes clientes, fui expressamente informada de que eu não deveria vender bilhetes para haitianos quando os voos fizessem escala na Cidade do Panamá. Tal situação me chamou bastante atenção e, ao averiguá-la melhor, fui informada de que muitos haitianos aproveitavam a escala para desembarcar no Panamá, para, posteriormente, tentar a travessia terrestre para os EUA, e que, por isso, havia um acordo não formal entre os dois países e as companhias aéreas a fim de evitar que tal situação ocorresse. Portanto, embora não houvesse nenhuma nota ou documento oficial impedindo a transação, para nós, operadores e agentes de turismo, havia essa restrição de venda que deixava claro o quão grave era a situação dos haitianos e o quão indesejados eles eram para os governos dos países envolvidos.

Tal qual brasileiros e demais cidadãos de países em desenvolvimento, os haitianos tendem a optar por migrar para países mais desenvolvidos, onde, supostamente, terão mais facilidade em encontrar empregos mais bem remunerados. No entanto, o que tem ocorrido é o fechamento formal e informal de fronteiras em meio à crise global de imigrantes e refugiados, a fim de reger a entrada daqueles oriundos de países periféricos. Embora o sistema produtivo global seja um grande gerador de crises econômicas, sociais, políticas e humanitárias que originam o migrante e o refugiado, ele mesmo define onde, quando e para quem as oportunidades de deslocamento serão criadas. Assim, com as restrições de migração impostas pelos países mais desenvolvidos, resta aos refugiados e imigrantes empobrecidos a opção de tentar uma vida melhor em localidades menos promissoras – e é nesse contexto que o Brasil emerge para os haitianos. Da mesma forma como acontece com os refugiados que chegam à Europa, a realidade é que o Brasil que os haitianos buscam não existe (ZIZEK, 2018), nem mesmo para os brasileiros, que lidam há anos com altos índices de desemprego, violência e falta de infraestrutura. No desenvolver do processo migratório, sonhos têm sido frustrados devido à reduzida oferta de emprego – a maioria mal remunerado – e às condições periféricas de vida que são ofertadas aos estrangeiros pobres que vêm para o país.

Esta pesquisa defende que, embora a situação do haitiano no Brasil seja generalizadamente crítica, a da mulher haitiana é ainda pior. O fato de muitas virem na condição de dependentes emocionais e econômicas de homens – familiares e companheiros – faz com que elas não só estejam menos preparadas para enfrentar o novo contexto, como também fiquem sujeitas à opressão e ao machismo, comuns não só entre os haitianos mas também ao contexto periférico das cidades brasileiras, que é onde a maioria desses imigrantes habita. Nesse sentido, a baixa escolaridade, a pouca experiência profissional e, principalmente, a falta de conhecimento do idioma irrompem como sérios limitadores à prosperidade das haitianas. Sem conseguir se comunicar em português, fica praticamente impossível conseguir emprego, o que não só reforça a sua situação de dependência mas também o seu empoderamento e o acesso à cidade. Reproduzindo a fala de Michelange, haitiana entrevistada por Jude Civil:

“A língua portuguesa é uma outra barreira que nós encontramos aqui, porque para ocupar alguns cargos importantes, nós precisamos saber falar bem, escrever e responder bem às perguntas. Então, caso uma imigrante não tenha essas capacidades, não vai conseguir nada. Qualquer imigrante deve ter uma base na língua portuguesa para interagir com os brasileiros, isso vai facilitar a inserção delas no mercado de trabalho” (Michelange) (CIVIL, 2018, p. 41).

Esta questão idiomática, enquanto limitante da socialização dos imigrantes, fica bastante clara neste trabalho à medida que narro com mais facilidade os relatos obtidos com homens em comparação com as dificuldades que tive para entrevistar e me comunicar com as mulheres, sobretudo com Lucy, com quem convivi em minha própria casa por meses, mas com que nunca consegui ter uma conversa fluida. Embora haja vários cursos de Língua Portuguesa gratuitos e direcionados aos imigrantes em toda RMBH, por motivos que ainda não consigo definir com precisão, eles não conseguem atingir toda a comunidade, sobretudo as mulheres haitianas.

Tentei elucidar em minha pesquisa, com dados oficiais e relatos, que a mulher vive em uma posição social e econômica inferior em relação ao homem, no Brasil, e que tal situação é ainda mais crítica quando consideramos as especificidades da mulher negra. No geral, a população negra brasileira ainda vive uma situação de extrema desigualdade, segregação e preconceito, e isso se dá devido à recente história de escravidão seguida de políticas de eugenia, que repercutem até hoje. Entrementes, as mulheres haitianas que migram para o país se tornam novas vítimas dos preconceitos e violências já consolidados que acometem a população negra, os quais, por sua vez, se intensificam principalmente

quando o sujeito em questão é uma mulher, negra, imigrante e pobre. Michelange, de forma peculiar, observa tal situação em sua experiência no Brasil:

"Parece que não existe uma grande diferença entre as haitianas e as brasileiras negras. Eu me esforço muito em tudo que estou fazendo porque vejo que aqui as mulheres negras não são valorizadas. É por isso que sempre procuro informações antes de fazer qualquer coisa, inclusive procurar emprego, porque não quero as pessoas me tratem do jeito que elas tratam as brasileiras negras. Eu não estou julgando ninguém e para mim o tratamento que elas recebem na sociedade tem a ver a forma que elas se apresentam. Acho que elas têm que parar de reclamar e afirmar mais o lugar delas na sociedade brasileira. Mesmo que a desigualdade seja muito grande, têm que estudar e se valorizarem porque isso diminui os preconceitos. É por isso que nós, haitianas, sofremos para conseguir trabalho: porque os brasileiros nos tratam igual às mulheres negras daqui (do Brasil). A gente não sofre este tipo de comportamento racista no Haiti. Além disso, a maioria da população é negra (no Haiti), então, não existe preconceito racial porque todo mundo é preto. Se não está fácil para as brasileiras negras, então para as haitianas está ainda mais difícil." (Michelange) (CIVIL, 2018, p. 44)

Embora ela perceba que o racismo é algo presente na cultura brasileira, chama também a atenção, tal como observado por Jude, a crítica que ela faz às mulheres que reclamam de sua situação, defendendo que elas deveriam, na verdade, buscar afirmar o seu lugar. Essa fala demonstra que, embora sofra com essas questões raciais e de gênero, Michelange tem poucas informações acerca da situação específica da mulher negra no Brasil, visto que tais reclamações são uma forma de denunciar o lugar segregado que a elas é dado em nossa sociedade (*ibid.*).

O movimento feminista e, em particular, o feminismo negro, são movimentos históricos que têm se fortalecido principalmente nas últimas décadas e que, por desafiar o *status quo*, têm uma abrangência limitada e amplamente combatida pela estrutura social vigente. Com o recrudescimento da direita conservadora em vários países do mundo, inclusive no Brasil, as lutas e conquistas destes movimentos têm sido comprometidas pela política defendida pelos governantes que se encontram atualmente no poder. Principalmente depois de 2016, têm sido frequentes as notícias acerca de rupturas do governo brasileiro com pautas ligadas aos direitos das mulheres, dos negros, dos LGBTQ+, enfim, aos direitos humanos, em geral, que visam não só a proteção de toda a população, mas, principalmente, a defesa e proteção das minorias e dos mais vulneráveis. Isso denota, portanto, que a fim de que os direitos já conquistados sejam mantidos e novos sejam adquiridos, é fundamental que os grupos identitários se unam na luta pela sua existência. As associações, os grupos de apoio e os coletivos emergem, nesse contexto, como novas formas de articulação social e política paralelas aos já desgastados

partidos políticos, que nem sempre atendem às demandas da sociedade, a qual deveria impreterivelmente servir.

Embora haja várias associações e coletivos na RMBH que possam atender aos sujeitos analisados neste trabalho, foi possível observar que a abrangência desses grupos ainda é bastante limitada, sobretudo no tocante às imigrantes haitianas. Por motivos também difíceis de precisar, embora o Coletivo Cio da Terra e a Casa de Referência da Mulher Tina Martins disponham de pessoal qualificado para assistir a essas mulheres, oferecendo-lhes atendimento, aconselhamento, cursos, orientação jurídica, acolhimento em casos de violência, oportunidades de geração de renda, entre outros, pude perceber que a quantidade de haitianas que os conhecem e/ou que a eles recorrem, ao menos nos grupos entre os quais eu transitei, é ínfima. Por outro lado, também na RMBH, é predominante a influência duas organizações na vida desses imigrantes, o antigo Centro *Zanmi* (atual SJMR) e a extinta *Kore Ayisien*, que foram criados com o intuito de oferecer aos haitianos suporte jurídico, trabalhista, documental e social. Compreendendo que a violência contra a mulher no Brasil é alarmante e que os números são ainda mais significativos no caso das mulheres negras e pobres – o que compreende grande parte das haitianas –, é fundamental que lhes seja ofertada uma assistência especializada, tanto em termos educacionais, a fim de que essas novas moradoras da cidade sejam informadas e tenham acesso aos seus direitos, quanto em termos legais, a fim de fazê-los valer, tornando nítida a necessidade de organizações e coletivos especializados e aptos a lidarem com tais especificidades.

Considerando que o Brasil vive, atualmente, um contexto de crise econômica, política e social, em que o desemprego atingia, em maio de 2019, 12,7% da população<sup>73</sup>, é compreensível o medo que muitos brasileiros têm de perder oportunidades de trabalho para imigrantes que chegam dispostos a trabalhar em troca de salários mais baixos e jornadas de trabalho mais intensas. Este momento de crise se torna propício para o crescimento da xenofobia e para a aniquilação de políticas que possam beneficiar ou então conceder aos estrangeiros direitos básicos no país, o que de fato já tem ocorrido. Por outro lado, a despeito do que muitas vezes é repercutido pela mídia, tentei expor, através dos relatos dos meus interlocutores e de dados oficiais, que a porcentagem de imigrantes na

---

<sup>73</sup> Vide Gonçalves e Peret, 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/24283-desemprego-sobe-para-12-7-com-13-4-milhoes-de-pessoas-em-busca-de-trabalho>>. Acesso em 01 de maio de 2019.

composição da população brasileira ainda é pouco expressiva, o que não justifica o medo de um impacto significativo no mercado de trabalho, na oferta de serviços, etc. Isso significa que a falta de informação e a propagação de *fake news*<sup>74</sup> têm sido aliadas na perpetuação de preconceitos direcionados aos imigrantes, e que, por isso, devem ser combatidas através de estudos e da divulgação de informações comprovadas, a fim de que eles não sofram mais com as consequências da desinformação e da conjuntura política predominante, a qual não hesita em se mostrar contra os direitos humanos fundamentais.

Ao longo da convivência que desenvolvi com os haitianos, pude perceber, de forma geral, que muitos vêm ao Brasil porque esta é a opção menos pior que eles têm de país para migrar. Muitos sonhavam, antes de chegar, com uma vida próspera nos EUA, no Canadá e na Europa, mas, tolhidos por questões políticas, legais e financeiras, têm de se contentar em construir uma nova e árdua vida em solo brasileiro. Tal como relatei, a situação da maioria é bastante insatisfatória, e isso se aplica até mesmo aos estudantes que vêm com condições financeiras e sociais melhores e, por isso, tenderiam a ser menos segregados que aqueles que vêm com o objetivo primordial de trabalhar. Essas questões deixam ver, portanto, o quão crítica é a posição do negro no Brasil, situação que se intensifica quando este é imigrante, pobre e mulher. Ao passo que a pirâmide social do país é composta, de forma decrescente, pelo homem branco, no topo, seguido pela mulher branca, depois pelo homem negro e, por fim, pela mulher negra, à mulher negra, imigrante e pobre é relegada uma posição ainda mais inferior e segregada, situação essa que, se não for combatida, seguirá sendo propícia para a reprodução da miséria, da dependência e da violência na vida da mulher haitiana no Brasil.

Se pensarmos que os países mais ricos do planeta têm um histórico de invasão, colonização e saqueamento de muitos dos países, os quais, atualmente, têm sido expulsos populacionais, é fundamental que essa responsabilidade e dívida histórica sejam assumidas e que os países mais desenvolvidos ajudem e recebam imigrantes provenientes das suas ex-colônias. O Haiti, por exemplo, ao longo da sua história, foi devastado, saqueado e ocupado por nações como Espanha, França, EUA e, mais recentemente, o Brasil, que se aproveitaram de contextos de crise para se beneficiar

---

<sup>74</sup> Em português “notícias falsas”, amplamente divulgadas a título de verdades com o intuito de consolidar um ponto de vista. Vide Souza (2018), disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/01/02/interna\\_politica,928147/12-milhoes-de-brasileiros-compartilham-fake-news-diz-pesquisa.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/01/02/interna_politica,928147/12-milhoes-de-brasileiros-compartilham-fake-news-diz-pesquisa.shtml)>; Lopes (2014), disponível em: <<http://www.e-farsas.com/e-verdade-que-o-pt-trouxe-50-mil-haitianos-para-votar-na-dilma.html>>. Acesso em 04 de abril de 2019.

daquilo que o país caribenho poderia proporcionar: riquezas naturais, condições climáticas ideais para a produção de cana-de-açúcar, posicionamento geográfico estratégico, oportunidades para treinamento de tropas militares, entre outros. Assim, ao passo que as intervenções foram justificadas por motivos humanitários e pró-democráticos, o fato é que enquanto os países ocupantes obtiveram vantagens em ignorar a soberania haitiana, o país pouco evoluiu econômica, social, estrutural e democraticamente, e segue lidando com problemas que já o acometem há séculos.

Especificamente acerca do Brasil, muitas foram as vantagens obtidas ao chefiar a MINUSTAH, que se instalou no Haiti ao longo de treze anos. Além do já mencionado interesse em adquirir um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU – algo não conquistado até hoje –, o Exército Brasileiro viu no país uma oportunidade de treinar tropas em situações reais e de desenvolver estratégias de “pacificação”, que hoje são amplamente empregadas em diversas favelas e áreas em crise no território brasileiro. Ao longo de toda a operação, “[...] o Brasil enviou cerca de 37 mil militares para a MINUSTAH, organizados em 26 contingentes em sistema de rodízio, o que viabilizou o acúmulo de importantes experiências profissionais e pessoais, com positivos impactos para as Forças Armadas” (HAMANN e TEIXEIRA, 2017, p. 2). Por outro lado, a própria MINUSTAH foi responsável pelo surto de cólera que vitimou mais de 8.000 haitianos e que justificou o prolongamento da missão, além de que foram inúmeros os relatos de excesso de violência e de estupros de mulheres e crianças haitianas perpetrados por oficiais que lá estavam por motivos declarados humanitários (CHARLEAUX, 2007). Em um balanço feito pelo pesquisador João Fernando Finazzi (2017), ele aponta que o saldo positivo dessa intervenção ficou, por fim, para o Brasil, cuja indústria bélica foi aquecida no contexto da missão, enquanto as Forças Armadas também evoluíram estrutural e estrategicamente. Por outro lado, o Haiti segue sem a prometida estabilidade política, social e econômica, e seus habitantes ainda lidam com as marcas da violência e dos estupros ocorridos durante a ocupação.

Assim, é possível afirmar existe uma dívida do Brasil para com o Haiti, e que, portanto, receber os seus nacionais e oferecer-lhes condições de permanência e sobrevivência é o mínimo a se fazer como contrapartida. Embora eu tenha trazido casos de violência perpetrados por haitianos no Brasil, é preciso levar em consideração que, em proporções maiores, o mesmo ocorreu quando militares brasileiros se instalaram no país caribenho. Isso não significa, obviamente, que tais crimes devem ser relevados, mas sim

que devemos entender que o machismo está arraigado nas duas culturas e que, portanto, deve ser amplamente combatido, bem como as condições que tornam possíveis a sua perpetuação devem ser eliminadas: notoriamente, a pobreza, a segregação social, a opressão institucional e a reprodução do machismo cultural.

O que pude perceber, no decorrer dessa pesquisa, é que aos imigrantes haitianos tem sido ofertada a oportunidade de viver em áreas periféricas da RMBH, lugares estes pouco assistidos pelas políticas públicas, onde, muitas vezes, o crime e a impunidade se fazem presentes na vida daqueles que lá habitam. Por isso, acredito que a forma de acolhida desses sujeitos deve mudar, passando a envolver um melhor planejamento e estrutura, para que eles possam ter acesso a moradia, emprego, entretenimento, justiça, educação, etc., de qualidade, o que fará com que as condições para a perpetuação do machismo e da violência deixem de existir. Por outro lado, é inegável que muitos brasileiros também não têm acesso a esses itens e serviços fundamentais para o exercício de sua cidadania, o que faz com que a violência e o crime também estejam presentes, de forma direta ou indireta, em suas vidas. Por isso, a defesa e a luta pelos direitos humanos irrompem como algo fundamental, para nacionais e estrangeiros, a fim de que a violência civil não cresça por falta de oportunidades, de acesso à educação de qualidade e de outros recursos mínimos à vida em sociedade.

Em suma, acredito que é possível criar condições melhores de recepção e acolhida dos imigrantes, as quais permitam a eles superar aspectos negativos de sua cultura, como o machismo, e que permita às mulheres se informar sobre os seus direitos e assumir o seu papel fundamental na luta por uma sociedade mais igualitária. Isso deve se dar concomitantemente ao envolvimento com e da sociedade brasileira em projetos educacionais e socioculturais voltados aos imigrantes, além de que a forma como o acesso à justiça e o atendimento da polícia devem ser otimizados para que haja a extinção da cultura de violência no país. A recuperação da credibilidade das instituições jurídicas, políticas, de direito e da polícia junto à sociedade emerge, portanto, neste processo, como algo fundamental ao efetivo combate da violência e da cultura machista disseminada por todo território nacional.

A despeito de eventuais choques culturais que possam ocorrer, os haitianos têm muito o que oferecer à população brasileira. Ao longo de nosso convívio, tive o privilégio de viver momentos divertidos, enriquecedores e acolhedores juntos aos meus interlocutores. Salvo as situações desagradáveis pontuais que relatei e que não diferem



em nada de várias outras que vivenciei com homens brasileiros ao longo da minha vida, a experiência da pesquisa etnográfica com as comunidades haitianas da RMBH superou as minhas melhores expectativas. Foi através do convívio com esses sujeitos que pude consolidar o meu interesse e a minha disposição em seguir pesquisando-os, a fim de compreender melhor as suas percepções, vivências e modos de vida. Posso afirmar, dessa forma, que foi somente através do convívio direto, do aprendizado dos seus trejeitos e formas de se comunicar e de reflexões profundas que fiz acerca daquilo que vivenciei ao longo dos quase dois anos de pesquisa etnográfica, que pude, por fim, atender aos objetivos que enumerei no início deste trabalho.

A minha experiência com o método geográfico-fenomenológico foi algo crucial, sobretudo quando reorientei a pesquisa para a temática de gênero. Conforme relatei, o contato com as mulheres foi bastante dificultado por limitações idiomáticas, de ambas as partes. Por isso, não tenho dúvidas de que o meu trabalho poderia ter sido muito mais completo e amplo se eu tivesse tido a oportunidade de aprender melhor o crioulo haitiano antes de com elas me relacionar. Tentei, por duas vezes, me inscrever em cursos de crioulo com o propósito de sanar tal situação, no entanto, ambos foram cancelados por falta de interessados em compor turmas minimamente razoáveis. O pouco avanço que fiz neste idioma se deu através de pesquisas na internet e do convívio com pessoas que tinham a paciência de me ensinar um pouco da sua língua materna, o que, apesar da boa intenção, foi claramente insuficiente. No entanto, a fenomenologia surgiu neste contexto para me auxiliar no cumprimento dos meus objetivos, visto que ela prevê a reflexão e o entendimento de situações através da experiência. Ainda que o idioma tenham limitado o meu diálogo direto com várias interlocutoras, foi através da observação, da empatia, do convívio, da reflexão e da experiência direta, defendidos por este método, que pude, através de mim mesma, do meu corpo e das minhas percepções, inferir um pouco do que é ser mulher haitiana na RMBH.

Na busca por compreender qual tem sido o lugar dessas imigrantes no contexto metropolitano, pude perceber que o processo constitutivo de lugares e territórios é algo muitas vezes contraditório. As supracitadas limitações que acometem as vidas das haitianas são grandes empecilhos para que processos de lugarização e territorialização ocorram, ao menos do ponto de vista da justiça social e urbana. Aos imigrantes, em geral, e sobretudo às haitianas, as possibilidades de trabalhar, morar e sobreviver tendem a ser oferecidas de forma circunscrita, insuficiente e periférica. Ao passo que isso se mostra

como um grande limitador do acesso dessas sujeitas à cidade e do desenvolvimento de relações de pertencimento com o espaço, pude observar que, mesmo assim, os processos de lugarização e territorialização ocorrem, ainda que em meio à segregação social e espacial. As pessoas precisam pertencer para existir, pois é isso o que justifica a continuidade da vida e traz o conforto e a esperança necessários para enfrentarem os desafios do dia a dia. Portanto, ainda que de forma marginal, ainda que muitas não saibam dos seus direitos, ainda que sem grandes relações com a população brasileira, essas imigrantes têm conseguido resistir e, entre si, se consolidar como grupo identitário, com aspectos culturais, práticas sociais, relações espaciais e características específicas.

Os ambientes religiosos irrompem na vida dos haitianos como viabilizadores da sua convivência não apenas com brasileiros, mas, sobretudo, com outros haitianos. Muitos têm encontrado nessas instituições não só a fé fundamental para seguirem resistindo, mas também oportunidades de dividir experiências com seus conterrâneos, de se fortalecerem mutuamente e de trocarem informações acerca a vida na RMBH. Embora os coletivos e demais organizações existam com o objetivo de oferecer aos seus frequentadores essas oportunidades de partilha e convivência, e apresentem, na maioria dos casos, uma estrutura muito mais apta para acolher e orientar as mulheres imigrantes, a sua abrangência ainda tem se mostrada limitada e insuficiente para atender às haitianas.

Tanto as interlocutoras de Jude Civil quanto as haitianas que entrevistei para este trabalho relataram e/ou deixaram claro que o feminismo não é algo tão difundido no Haiti. Tanto lá, quanto no Brasil, é recorrente observar que as lutas desse movimento se restringem, muitas vezes, às pautas das mulheres das elites e não chega à periferia de forma efetiva. A realidade das mulheres brancas e a das negras no Brasil diferem bastante, ao ponto de se mostrar impraticável reunir em um mesmo movimento as demandas específicas de cada grupo. Enquanto as mulheres brancas já conquistaram vários direitos básicos – ainda que não garantidos –, e lutam, muitas vezes, por pautas como a manutenção desses direitos, o fim de julgamentos estéticos, a diminuição do *gender-gap*, entre outras, a realidade da mulher negra periférica é muito mais delicada e lastimável por ser marcada pela opressão institucional, pelo machismo, pelo preconceito, pelas diversas formas de violência a que são submetidas, pela falta de direitos básicos, pelo menor acesso a postos de trabalho bem remunerados, à educação, à moradia de qualidade,

etc<sup>75</sup>. Vários são os estudos que demonstram que o feminismo, no Brasil, está limitado, muitas vezes, às demandas das mulheres brancas com condições socioeconômicas mais estáveis, de forma que as maiores vítimas do machismo e da cultura patriarcal, as mulheres negras e periféricas, seguem sendo negligenciadas e esquecidas pelo movimento *mainstream*. A esse respeito, a cientista social Jéssica Machado dos Santos questiona:

Durante um ato do dia 08 de março, Dia Internacional da Mulher, que aconteceu no centro de Ribeirão Preto/SP, fiquei muito incomodada com as falas de algumas mulheres, que a todo momento questionavam onde estavam as mulheres que estavam saindo do trabalho, pois julgavam eu estas trabalhadoras tinham que estar presentes no ato, já que muitas das reivindicações eram solicitadas para todas as mulheres.

A maioria das mulheres que estavam no ato eram funcionárias públicas, professoras, representantes de sindicatos, representantes de partidos, representantes do judiciário e estudantes, ou seja, mulheres que de alguma forma têm uma posição “privilegiada” para estarem em um ato às 16h de uma sexta-feira.

Na minha fala eu propus uma reflexão: onde chega o feminismo de vocês? Por que será que as trabalhadoras não se juntam a nós?

É muito complicada a posição de algumas feministas e isso ocorre em todo o mundo, pela falta de compreensão das implicações de questões sociais, de raça e classe, de exclusão e limitações. E a maioria das mulheres que compunham o ato eram brancas, pouquíssimas negras e trans.

O discurso dessas mulheres revela que precisamos rever nossa luta de modo coletivo. Quando você julga que uma trabalhadora tenha que estar em um ato logo após o fim do seu período de trabalho, você se esquece que esta mulher tem outras obrigações, filhos, além de estar exausta de um longo dia de trabalho, que na maioria das vezes não é bem remunerado. É preciso sair da zona de conforto.

[...] Espero não ver mais mulheres falando palavras difíceis, quero vê-las relatando o que fazem de fato com o feminismo no seu dia a dia, onde elas vão, como estão se articulando para que mulheres trabalhadoras e periféricas possam lutar também, e entender seu espaço na sociedade (SANTOS, 2019).

É preciso, portanto, que os movimentos que lutam por pautas feministas, sociais e raciais encontrem formas eficazes de agregar os grupos mais vulneráveis e mais expostos às desigualdades e violências. Para que isso ocorra, é preciso que se reconheça as dificuldades que, no caso, as mulheres negras periféricas têm de se associar e frequentar tais movimentos, e que seja feito um trabalho de sensibilização, educação e acolhimento dessas sujeitas negligenciadas socialmente. No atual contexto brasileiro em que pautas sociais e identitárias têm sido amplamente combatidas pelo governo, o

---

<sup>75</sup> Embora eu pontue um número maior de problemas que tendem a acometer a vida das mulheres negras, isso não significa que mulheres brancas de diferentes classe sociais não lidem com os mesmos e não lutem por melhores condições de vida. O meu objetivo ao tentar fazer uma distinção entre as dificuldades enfrentadas por cada “grupo” é o de demonstrar que enquanto a justiça social atinge, ainda que de forma precária e não garantida, um número maior de mulheres brancas, a situação da mulher negra e periférica, conforme elucidado através das estatísticas apresentadas nos capítulos anteriores, é muito mais crítica e vulnerável.

envolvimento da sociedade com movimentos de luta e resistência é fundamental para o não esfacelamento dos direitos já conquistados e para que novas conquistas sejam possíveis.

Destarte, é possível concluir que as mulheres haitianas, sobretudo as que migraram para a RMBH à procura de trabalho, devido à própria recusa deste mercado em absorvê-las, têm encontrado sérias dificuldades para se empoderar. A impossibilidade de arcarem com os custos da sua sobrevivência faz com que muitas vivam em condições precárias e de dependência em relação aos homens, sejam eles seus familiares, sejam eles seus parceiros. Nesse sentido, é fundamental que elas consigam um acesso maior e mais digno ao mercado de trabalho, à moradia, à educação e à cidade, o que se dará, no entanto, somente a partir do momento em que elas superarem suas limitações fundamentais, relativas ao pouco conhecimento que têm da Língua Portuguesa. Embora haja uma expressiva oferta de cursos de português gratuitos voltados para imigrantes na RMBH, esta pesquisa mostrou que há uma grande lacuna referente ao comparecimento de haitianas, que só poderá ser preenchida a partir da correção daquilo que as afastam deles:

1. E preciso, portanto, que sejam oferecidas melhores condições de acesso aos cursos, como o fornecimento de auxílio transporte, por exemplo, visto que muitas não têm renda e têm dificuldade de arcar com os custos de locomoção;

2. É necessário que tais cursos sejam oferecidos em áreas próximas às suas casas, visto que o acesso dessas mulheres à cidade é restringido pela própria limitação idiomática;

3. É fundamental que os cursos sejam disponibilizados em horários diferenciados e compatíveis com as rotinas dessas imigrantes;

4. Uma vez que o acesso à educação em seu país é precário e restrito, é de suma importância que seja feito um trabalho de acolhimento e sensibilização dessas mulheres acerca do quão impreterível são a continuidade dos seus estudos no Brasil e o aprendizado da Língua Portuguesa, visto que só assim elas poderão aceder condições melhores de sobrevivência e autonomia;

5. Por fim, visto que muitas tiveram pouco acesso à educação formal no Haiti, é fundamental que os cursos sejam ofertados levando em consideração o baixo grau de alfabetização que muitas dessas mulheres têm.

Superadas as barreiras idiomáticas, as imigrantes que conseguirem se comunicar fluidamente em português terão melhores condições de se integrar à RMBH, de aceder a cidade e os seus direitos, de competir por melhores oportunidades de trabalho e estudo, e de, por fim, constituir os seus lugares no contexto metropolitano – embora a cultura e machista e patriarcal não tornem esse processo fácil, independente da língua falada.

A educação e o acesso ao mercado de trabalho se mostram, desse modo, como fundamentais e, ao mesmo tempo, limitantes à conquista da autonomia e do empoderamento das imigrantes haitianas. É essencial, portanto, que não só a oferta de oportunidades de labor e de estudo se dê de forma mais ampla, como também o processo de acolhimento dessas imigrantes se dê concomitantemente a uma política educacional que as sensibilize para a necessidade de dar continuidade aos seus estudos no Brasil e de aprender a Língua Portuguesa. Será a partir da superação dessas limitações e do acesso ao mercado de trabalho que as mulheres haitianas poderão galgar os primeiros passos que poderão conduzi-las à construção lugares menos segregados de pertencimento e integração na RMBH.

## REFERÊNCIAS

AB'SABER, A. N. *O que é ser geógrafo?* Rio de Janeiro: Ed. Record, 2007.

ACNUR. 2018. Disponível em <<http://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/refugiados/>>. Acesso em 19 de junho de 2018.

ALTMAN, M. Hoje na História: 1972 - Ativista Angela Davis é absolvida pela Justiça dos EUA. In: *Opera Mundi*. Publicado em 4 de junho de 2010. Disponível em: <<https://operamundi.uol.com.br/historia/4376/hoje-na-historia-1972-ativista-angela-davis-e-absolvida-pela-justica-dos-eua>>. Acesso em 20 de janeiro de 2019.

ALVES, L. Distantes de casa em busca de novas oportunidades. In: *O Tempo*. Publicado em 06 de agosto de 2018. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/cidades/distantes-de-casa-em-busca-de-novas-oportunidades-1.2009838?fbclid=IwAR28Abnwj6hGGw1dZAm7XMcWcEiLka9nlQIg6ld0K83OFtRG8bgEubizpY8>>. Acesso em 22 de janeiro de 2019.

ARRAES, J. Feminismo Negro: sobre minorias dentro da minoria. In: *Revista Fórum*. Publicado em 21 de fevereiro de 2014. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/digital/135/feminismo-negro-sobre-minorias-dentro-da-minoria/?fbclid=IwAR39W9mJISEHd92Gxovn2ifTywvpTDhk3Abh1wXnMUGLWNixpQtoU0aARKQ>>. Acesso em 21 de janeiro de 2019.

AUGÉ, M. *Não lugares: introdução a uma antropologia da sobremodernidade*. Lisboa, 90 Graus, 2005.

AZEVEDO, R. Bolsonaro chama refugiados de “escória do mundo”. In: *Exame*. Publicado em 22 de setembro de 2015. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/bolsonaro-chama-refugiados-de-escoria-do-mundo/>>. Acesso em 31 de dezembro de 2018.

BAENINGER, R.; PERES, R. Migração de crise: a migração haitiana para o Brasil. In: *Revista Brasileira de Estudos de População*, Belo Horizonte, v.34, n.1, p.119-143, jan./abr. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v34n1/0102-3098-rbepop-34-01-00119.pdf>>. Acesso em 10 de janeiro de 2019.

BALZA, G. Imigrantes se multiplicam em favelas e ocupações no centro e periferia de SP. In: *CBN*. Publicado em 17 de maio de 2018. Disponível em: <<https://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/183141/imigrantes-se-multiplicam-em-favelas-e-ocupacoes-n.htm>>. Acesso em 14 de janeiro de 2019.

BARRETO, M. P. S. L. Patriarcalismo e o Feminismo: uma retrospectiva histórica. In: *Revista Artemis*, v. 1, Dez. 2004. P. 64 – 73. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/2363/2095>>. Acesso em 13 de janeiro de 2019.

BARROS, C. *Trabalho e território de haitianos na região metropolitana de Belo Horizonte: precariedade e resistência*. Tese de doutorado. Instituto de Psicologia da USP. São Paulo, 2017. Disponível em: <[file:///C:/Users/Karen/Downloads/barros\\_do.pdf](file:///C:/Users/Karen/Downloads/barros_do.pdf)>. Acesso em 22 de janeiro de 2019..

BARROS, C.; ROSA, D.; GEORGE, P. Processos de Participação e Organização Política de Haitianos no Brasil: experiências e desafios da *Kore Ayisyen* (Associação Dos Haitianos de Contagem/MG). In: Seminário Migrações Internacionais, Refúgio e Políticas. *Anais*. São Paulo: Memorial da América Latina. 2016. Disponível em: <[https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/anais/arquivos/44\\_CRB.pdf](https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/anais/arquivos/44_CRB.pdf)>. Acesso em 22 de janeiro de 2019.

BBC. *Haiti profile – timeline*. Publicado em 31 de maio de 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-latin-america-19548814>>. Acesso em 08 de julho de 2018.

BEAUVOIR, S. *O Segundo Sexo*, volume 2. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 2<sup>a</sup> ed., 1962.

BERDOULAY, Vicent; ENTRIKIN, John Nicholas. Lugar e Sujeito: perspectivas teóricas. In: MARANDOLA JR, Eduardo *et al.* *Qual o espaço do lugar?: geografia, epistemologia, fenomenologia*. São Paulo: Perspectiva, 2012.

BERNARDINO, J. Ação afirmativa e rediscussão do Mito da Democracia Racial no Brasil. In: *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 24, nº 2, 2002. pp. 247-273. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n2/a02v24n2>>. Acesso em 19 de janeiro de 2019.

BESPALEC, P. S.; ANSELMO, R. C. M. S. A Abordagem Humanista da Geografia. In: *Observatorium: Revista Eletrônica de Geografia*. V. 1, nº 3, p. 64-88. Instituto de

Geografia, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia – MG. Disponível em: <[http://www.observatorium.ig.ufu.br/pdfs/1edicao/n3/A\\_ABORDAGEM\\_HUMANISTA\\_DA\\_GEOGRAFIA.pdf](http://www.observatorium.ig.ufu.br/pdfs/1edicao/n3/A_ABORDAGEM_HUMANISTA_DA_GEOGRAFIA.pdf)>. Acesso em 31 de dezembro de 2018

BOTT, S.; GUEDES, A.; GOODWIN, M.; MENDOZA, J. A. *Violence Against Women in Latin America and the Caribbean: a comparative analysis of population-based data from 12 countries*. Washington, DC: PAHO, 2012. Disponível em: <<https://www.paho.org/hq/dmdocuments/2014/Violence1.24-WEB-25-febrero-2014.pdf>>. Acesso em 13 de janeiro de 2019.

BRASIL, Casa Civil. *Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015*. Brasília, 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm)>. Acesso em 09 de janeiro de 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça. *Portaria Interministerial Nº 12, de 13 de junho de 2018*. Diário Oficial da União, Brasília, 2018. Disponível em: <<http://www.pf.gov.br/servicos-pf/imigracao/Portaria%20Interministerial%20n%2012>>. Acesso em 5 de novembro de 2018.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. *Lei 13.445, de 24 de maio de 2017*. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13445-24-maio-2017-784925-publicacaooriginal-152812-pl.html>>. Acesso em 18 novembro 2017.

BOITEMPO EDITORIAL. *Autores: bell hooks*. 2017. Disponível em: <<https://www.boitempoeditorial.com.br/autor/bell-hooks-1372>>. Acesso em 23 de dezembro de 2018.

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo*. In: LOURO, G. L. *O corpo educado*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000 [1993].

\_\_\_\_\_. *Corpos em aliança e a política das ruas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CALEIRO, J. P. Os dados que mostram a desigualdade entre brancos e negros no Brasil. In: *Exame*. Publicado em 20 de novembro de 2018. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/os-dados-que-mostram-a-desigualdade-entre-brancos-e-negros-no-brasil/>>. Acesso em 20 de janeiro de 2019.



CÂMARA, L. Haitianos migram novamente. In: *O Tempo*. Publicado em 24 de outubro de 2016. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/cidades/haitianos-migram-novamente-1.1389896>>. Acesso em 13 de janeiro de 2019.

CAMBRIDGE DICTIONARY ONLINE. 2018. Disponível em: <<https://dictionary.cambridge.org>>. Acesso em 31 de dezembro de 2018.

CANOFRE, F. Mulheres Invisíveis: 'Não tem vaga para haitiana, só para brasileira'. In: *Sul 21*. Publicado em 17 de novembro de 2015. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/areazero/2015/11/mulheres-invisiveis-nao-tem-vaga-para-haitiana-so-para-brasileira/>>. Acesso em 10 de janeiro de 2019.

CALDWELL, K. L. *Negras in Brazil: re-envisioning black women, citizenship, and the politics of identity*. New Jersey: Rutgers University Press, 2007.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS – CEFET-MG. *Curso de Português como Língua de Acolhimento – PLAc*, 2019. Disponível em: <<http://www.sri.cefetmg.br/turmas-de-plac-20172/>>. Acesso em 22 de janeiro de 2019.

CERQUEIRA, D. *et al* (pesquisadores). *Atlas da Violência 2018*. Rio de Janeiro: IPEA e FBSP, junho de 2018. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio\\_institucional/180604\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2018.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf)>. Acesso em 20 de janeiro de 2019.

CERQUEIRA, D.; COELHO, D. S. C. *Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados de Saúde*. Nota técnica nº 11, 2014. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5780/1/NT\\_n11\\_Estupro-Brasil-radiografia\\_Diest\\_2014-mar.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5780/1/NT_n11_Estupro-Brasil-radiografia_Diest_2014-mar.pdf)>. Acesso em 20 de janeiro de 2019.

CHADE, J. Soldados brasileiros são acusados de abusos sexuais no Haiti, diz agência de notícias. In: *Estado de São Paulo*. Publicado em 17 de abril de 2017. Disponível em: <<https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,soldados-brasileiros-sao-acusados-de-abusos-sexuais-no-haiti-diz-agencia-de-noticias,70001741751>>. Acesso em 13 de janeiro de 2019.

CHARLEAX, J. P. Qual o balanço da missão de paz brasileira no Haiti. In: *Nexo Jornal*. Publicado em 25 de abril de 2017. Disponível em:

<<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/04/25/Qual-o-balan%C3%A7o-da-miss%C3%A3o-de-paz-brasileira-no-Haiti>>. Acesso em 12 de janeiro de 2019.

CIVIL, J. *Dobras do Tempo*: a comunicação entre passado e presente a partir de experiências de imigração, racismo e desigualdades de gênero em relatos orais de haitianas em Belo Horizonte. Trabalho de Conclusão de Curso - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2018. 68p.

CLAVAL, P. Geografia Cultural: um balanço. In: *Revista Geografia* (Londrina), v. 20, nº 3, p. 5-24, set./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/14160>>. Acesso em 28 de outubro de 2018.

\_\_\_\_\_. *Geografia cultural*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

COLLUCCI, C. País registra 10 estupros coletivos por dia; notificações dobram em 5 anos. In: *Folha de São Paulo*. Publicado em 20 de agosto de 2017. Disponível em: <[http://www.forumseguranca.org.br/storage/10\\_anuario\\_site\\_18-11-2016-retificado.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/storage/10_anuario_site_18-11-2016-retificado.pdf)>. Acesso em 14 de janeiro de 2019.

CONTINUUM. *O que é periferia?* Publicado em 14 de junho de 2010. Disponível em: <<https://raquelrolnik.wordpress.com/2010/06/14/o-que-e-periferia-entrevista-para-a-edicao-de-junho-da-revista-continuum-itaucultural/>>. Acesso em 14 de janeiro de 2019.

CORREIA, M. A natureza imaginária do gênero na história da Antropologia. In: *Antropólogas e Antropologia*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005, pp. 19-64.

CORRÊA, R. L.; ROZENDAHL, Z. Geografia Cultural: Introduzindo a temática, os textos e suas agendas. In: CORRÊA, R. L.; ROZENDAHL, Z. (orgs.) *Introdução à geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

CORRÊA, R. L.; ROZENDAHL, Z. Geografia cultural: apresentando uma antologia. In: CORRÊA, R. L.; ROZENDAHL, Z. (orgs.) *Geografia Cultural: uma antologia*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2012. p. 219-237.

COSTA, A. A pesquisa de Terreno em Sociologia (pp. 129 – 148). In: A. S. Silva & J. M. Pinto (orgs.) *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Afrontamento. 1986.

CUNHA, C. Femicídio: Brasil é o 5º país em mortes violentas de mulheres no mundo. In: *Vestibular UOL*. s.d. Disponível em: <<https://vestibular.uol.com.br/resumo-das->

disciplinas/atualidades/femicidio-brasil-e-o-5-pais-em-morte-violentas-de-mulheres-no-mundo.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em 09 de janeiro de 2019.

CUSICANQUI, S. R. El Potencial Epistemológico y Teórico de La Historia Oral. In: CARVALHO, S. (org.). *Teoria Crítica dos Direitos Humanos no século XXI*. Ed.: EdPUCRS, 2015.

DASTYARI, A. *United States Migrant Interdiction and the Detention of Refugees in Guantánamo Bay*. Cambridge University Press, 2015. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/281559765\\_United\\_States\\_Migrant\\_Interdiction\\_and\\_the\\_Detention\\_of\\_Refugees\\_in\\_Guantanamo\\_Bay](https://www.researchgate.net/publication/281559765_United_States_Migrant_Interdiction_and_the_Detention_of_Refugees_in_Guantanamo_Bay)>. Acesso em 08 de janeiro de 2019.

*DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (DUDH)*. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948. Disponível em: <<http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>>. Acesso em 26 novembro de 2017.

DELGADO, L. DE A. N. *História oral: memória, tempo, identidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

*DICIONÁRIO MICHAELIS ONLINE*. 2018. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?id=ln8>>. Acesso em 03 de junho de 2018.

DOMINGUES, P. O mito da democracia racial e mestiçagem no Brasil (1889-1930). In: *Diálogos Latinoamericanos*, 2005, nº 010, Universidad de Aarhus. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/162/16201007.pdf>>. Acesso em 19 de janeiro de 2019.

DRUMONT, M. P. Elementos para uma análise do machismo. In: *Perspectivas*, São Paulo, 3: 81-85, 1980. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/108171/ISSN1984-0241-1980-3-81-85.pdf?sequence=1>>. Acesso em 12 de janeiro de 2019.

ESTADO DE MINAS. *Atlas mostra quais são as cidades mais violentas de Minas Gerais*. Publicado em 06 de junho de 2017. Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/06/06/interna\\_gerais,874366/atlas-mostra-quais-sao-as-cidades-mais-violentas-de-minas-gerais.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/06/06/interna_gerais,874366/atlas-mostra-quais-sao-as-cidades-mais-violentas-de-minas-gerais.shtml)>. Acesso em 10 de janeiro de 2019.

EXAME. *Ser mulher pode ser risco de vida na América Latina*. Publicado em 27 de junho de 2018. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mundo/ser-mulher-pode-ser-risco-de-vida-na-america-latina/>>. Acesso em 13 de janeiro de 2019.

FAVRET-SAADA, J. Ser afetado. In: *Cadernos de Campo*. São Paulo, ano 14, nº13, 155-161, 2005.

FAZITO, D. A Análise das redes sociais (ARS) e a migração: mito e realidade. In: XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, *Anais*. Ouro Preto, 2002. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT\\_MIG\\_ST1\\_Fazito\\_texto.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MIG_ST1_Fazito_texto.pdf)>. Acesso em 08 de abril de 2017.

FERNANTES, D.; CASTRO, M. C. G. Migração e Crise: O Retorno dos Imigrantes Brasileiros em Portugal. In: *REMHU – Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana*. Brasília, ano XXI, nº 41, p. 99-116, jul/dez. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/remhu/v21n41/06.pdf>>. Acesso em 06 de janeiro de 2018.

FERNANDES, D. *et al. Estudos sobre a migração haitiana ao Brasil e diálogo bilateral*. Belo Horizonte, MG, 2014. (Projeto de Estudo. Ministério do Trabalho e Emprego/International Organization Migration – OIM/PUC Minas/Grupo de Estudos de Distribuição Espacial da População).

FERREIRA, L. Meninas são mais que o dobro de meninos entre jovens fora da escola e sem atividade remunerada. In: *Gênero e Número*. Publicado em 27 de março de 2018. Disponível em: <<http://www.generonumero.media/meninas-sao-mais-do-que-o-dobro-dos-meninos-entre-jovens-que-nao-completaram-ensino-medio-e-nao-exercem-atividade-remunerada/>>. Acesso em 14 de janeiro de 2019.

FERREIRA, L. F. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. In: *Território*. Rio de Janeiro, UFRJ, ano V, n. 9 (jul/dez), 2000. p. 65- 83.

FERRETTI, O. E. A Geografia Cultural e a Geografia Humanística. In: *WebArtigos*. Publicado em 15 de maio de 2011. Disponível em: <<https://www.webartigos.com/artigos/a-geografia-cultural-e-a-geografia-humanistica/66139/>>. Acesso em 02 de novembro de 2018.

FINAZZI, J. F. Os silêncios da estabilização do Haiti. In: *Terra em transe*. Publicado em 04 de setembro de 2017. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/terraemtranse/2017/09/04/os-silencios-da-estabilizacao-do-haiti/>>. Acesso em 20 de novembro de 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Gestão Bolsonaro muda edital de livros, abre margem para erros e retira violência contra a mulher*. Publicado em 9 de janeiro de 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/01/gestao-bolsonaro-retira-violencia-contra-mulher-e-quilombo-de-edital-de-livros.shtml>>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

FONTOURA, N.; REZENDE, M. T. *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – 1995 a 2015*. IPEA, 2017. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306\\_retrato\\_das\\_desigualdades\\_de\\_genero\\_raca.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_genero_raca.pdf)>. Acesso em 20 de janeiro de 2019.

FORUM SOCIAL MUNDIAL DAS MIGRAÇÕES. 2018. Disponível em: <<http://fsmm2018.org/8vo-forum-social-mundial-das-migracoes-mexico-2018/?lang=pt-br>>. Acesso em 01 de fevereiro de 2018.

FREIRE, P; SHOR, I. *Medo e ousadia: O cotidiano do professor*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FRONTEIRAS INVISÍVEIS DO FUTEBOL 86: Haiti. Hosts: Filipe Nobre Figueiredo e Matias Pinto. [S. l.] Central 3, 19 de setembro de 2019. Podcast. Disponível em: <<http://www.central3.com.br/fronteras-invisiveis-do-futebol-86-haiti/>>. Acesso em 10 de dezembro de 2019.

FUNARI, P. P. The archaeological study of the African Diaspora in Brazil. In: OGUNDIRAN, A.; FALOLA, T. (orgs.). *Archaeology of Atlantic Africa and the African Diaspora*. Bloomington: Indiana University Press, 2007. p. 355-371.

GOMEZ, R. Entenda como o Haiti chegou à atual crise. In: *BBC Brasil*. Publicado em 19 de fevereiro de 2004. Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2004/02/040219\\_rafaelhaitims.shtml](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2004/02/040219_rafaelhaitims.shtml)>. Acesso em 8 de janeiro de 2019.

GONÇALVES, A; PERET, L. E. Desemprego sobe para 12,7% com 13,4 milhões de pessoas em busca de trabalho. In: *Agência IBGE de Notícias*. Publicado em 30 de abril de 2019. Acesso em 01 de maio de 2019.

GORENDER, J. O épico e o trágico na história do Haiti. In: *Revista Estudos Avançados*. V. 18, nº 50, 2004, p. 295 – 302. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n50/a25v1850.pdf>>. Acesso em 6 de janeiro de 2019.

GROS, JEAN-GERMAIN. *Le Sous-developpement Haitien et la Persistence de l'Autoritarisme Duvalierien - Vus a la lumiere de la theorie des choix ration nels et de la nouvelle economie institutionnelle*. s.d. Disponível em: <<http://www.umsl.edu/~grosj/Duvalierismeararticle.pdf>>. Acesso em 6 de janeiro de 2019.

HAESBAERT, R.; BRUCE, G. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.) *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

\_\_\_\_\_. A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. In: *Revista GEOgraphia*, Niterói, ano IV, n.7, p.7-31, 2002

HAESBART, R. Identidade Territoriais. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 169-190.

\_\_\_\_\_. A desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E., et. al, *Geografia: Conceitos e temas*. 5ª. Ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 165-206.

HAITIAN MUSIC. *Kompa*. 2019. Disponível em: <<http://www.haitianmusic.net/popular-haitian-music/kompa/>>. Acesso em 09 de janeiro de 2019.

HAITI-RÉFERENCE. *Gouvernements Provisoires: 1956-1957*. Disponível em: <<https://www.haiti-reference.com/pages/plan/politique/pouvoir-executif/ministeres/1956-1957/>>. Acesso em 7 de janeiro de 2019.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

\_\_\_\_\_. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. In: *Educação e Realidade*, (22)2, p. 15 – 46, jul./dez., 1997.

HAMANN, E. P. *Brasil e Haiti: reflexões sobre os 10 anos da missão de paz e o futuro da cooperação após 2016*. 2015. Disponível em: <[https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2015/04/AE-13\\_Brasil-e-Haiti.pdf](https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2015/04/AE-13_Brasil-e-Haiti.pdf)> Acesso em 30 de dezembro de 2018.

HAMANN, E. P.; TEIXEIRA, C. A. R. *A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões*. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, CCOPAB. 2017. Disponível em: <<http://www.ccopab.eb.mil.br/phocadownload/revista-igarape-minustah/Participao%20do%20Brasil%20na%20MINUSTA-2004-2017-BR.pdf>>. Acesso em 12 de janeiro de 2019.

HANSEN, L. Ontologies, Epistemologies, methodologies. In: SHEPHERD, L. (org.) *Gender Matters in Global Politics: A feminist introduction to International Relations*. New York: Routledge, p. 14-23, 2010.

HEIDRICH, A. L. Territorialidades de inclusão e exclusão social. In: REGO, N.; MOLL, J.; AIGNER, C. (Orgs.) *Saberes e práticas na construção de sujeitos e espaços sociais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 21-44.

HINTELHOLHER, R. M. Identidad y Diferenciación entre Método y Metodología. In: *Estudios Políticos* (México), 28, 2003. p. 81-103.

HOLZER, W. Mundo e Lugar: ensaio de geografia fenomenológica. In: MARANDOLA JR., E.; HOLZER, W.; Oliveira, L. de. (Orgs.). *Qual o Espaço do Lugar? Geografia, epistemologia, fenomenologia*. São Paulo: Perspectiva, 2012. 310p. (Coleção Estudos; 302)

ISTO É. *Damares Alves propõe meninos de azul e meninas de rosa para 'nova era' no Brasil*. Publicado em 03 de janeiro de 2019. Disponível em: <<https://istoe.com.br/damares-alves-propoe-meninos-de-azul-e-meninas-de-rosa-para-nova-era-no-brasil/>>. Acesso em 04 de janeiro de 2019.

HUMAN RIGHTS WATCH. *Written Statement of Amanda Klasing, Women's Rights Researcher, to the Tom Lantos Human Rights Commission of the United States Congress*. Publicado em 3 de dezembro de 2014. Disponível em: <<https://www.hrw.org/news/2014/12/03/written-statement-amanda-klasing-womens-rights-researcher-tom-lantos-human-rights>>. Acesso em 13 de janeiro de 2019.

JESUS, A. D. DE.; GOETTERT, J. D. Redes da migração haitiana no Mato Grosso do Sul. In: XII Encontro Nacional da Enanpege. *Anais*. Porto Alegre, RS. 2017. P. 13034 – 13045. Disponível em: <<http://www.enanpege.ggf.br/2017/anais/arquivos/GT%2044/262.pdf>>. Acesso em 27 de novembro de 2017.

JORNAL NACIONAL. *Brasil informa à ONU que vai deixar Pacto de Migração*. Publicado em 08 de janeiro de 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/01/08/brasil-informa-a-onu-que-vai-deixar-pacto-de-migracao.ghtml>>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

LAGÔA, T. (a) Haitiana internada em MG pode ser vítima de tráfico de pessoas. In: *O Tempo*. Publicado em 25 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/cidades/haitiana-internada-em-mg-pode-ser-v%C3%ADtima-de-tr%C3%A1fico-de-pessoas-1.2059341>>. Acesso em 10 de janeiro de 2019.

\_\_\_\_\_ (b). Defensoria da União vai apurar situação de haitiana. In: *O Tempo*. Publicado em 26 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/cidades/defensoria-da-uni%C3%A3o-vai-apurar-situa%C3%A7%C3%A3o-de-haitiana-1.2059903>>. Acesso em 10 de janeiro de 2019.

LEÃO, G. A mulher negra é a que mais sofre no Brasil com violência no parto. In: *VICE*. Publicado em 10 de março de 2017. Disponível em: <[https://www.vice.com/pt\\_br/article/gv35vw/dados-violencia-no-parto-brasil](https://www.vice.com/pt_br/article/gv35vw/dados-violencia-no-parto-brasil)>. Acesso em 21 de janeiro de 2019.

LEITÃO, N. Governo quer criar conselho para assuntos internacionais; País tem escalada de feminicídio. *Jornais de sábado* (12). In: *GI*. Publicado em 12 de janeiro de 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/blog/matheus-leitao/post/2019/01/12/governo-quer-criar-conselho-para-assuntos-internacionais-pais-tem-escalada-de-femicidio-jornais-de-sabado-12.ghtml>>. Acesso em 13 de janeiro de 2019.

LIMA, R. S.; BUENO, S (orgs.). *10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2016. São Paulo – SP. Disponível em: <[http://www.forumseguranca.org.br/storage/10\\_anuario\\_site\\_18-11-2016-retificado.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/storage/10_anuario_site_18-11-2016-retificado.pdf)>. Acesso em 14 de janeiro de 2019.



LOPES, G. É verdade que o PT trouxe 50 mil haitianos para votar na Dilma? In: *E-farsas, acabando com fake news desde 2002*. Publicado em 02 de julho de 2014. Disponível em: <<http://www.e-farsas.com/e-verdade-que-o-pt-trouxe-50-mil-haitianos-para-votar-na-dilma.html>>. Acesso em 04 de abril de 2019.

MACEDO, L. Missão de Paz no Haiti: 9 momentos para entender a história da operação liderada pelo Brasil. In: *GI*. Publicado em 30 de agosto de 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/missao-de-paz-no-haiti-9-momentos-para-entender-a-historia-da-operacao-liderada-pelo-brasil.ghtml>>. Acesso em 08 de janeiro de 2019.

MAGLATY, J. When Did Girls Start Wearing Pink? In: *Smithsonian.com*. Publicado em 7 de abril de 2011. Disponível em: <<https://www.smithsonianmag.com/arts-culture/when-did-girls-start-wearing-pink-1370097/>>. Acesso em 04 de janeiro de 2019.

MAGNANI, J. G. O campo da Antropologia. In: PASSOS, M. L. P. (Org.). *Os campos do conhecimento e o conhecimento da cidade* (Cadernos de História de São Paulo). São Paulo: Museu Paulista da USP, 1992. p. 45-56.

MARANDOLA JR., E. Identidade e autenticidade dos lugares: o pensamento de Heidegger em Place and placelessness, de Edward Relph. In: *Geografia*, Rio Claro, v. 41, nº 1, 2016.

\_\_\_\_\_. Da existência e da experiência: origens de um pensar e de um fazer. In: *Caderno de Geografia (PUCMG)*, Belo Horizonte, v. 15, n.24, p. 49-67, 2005.

MARANDOLA Jr. et al (org.). *Qual o espaço do lugar*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2014.

*MARINES - THE OFFICIAL WEBSITE OF THE UNITED STATES MARINE CORPS*. 2019. Disponível em: <<https://www.marines.mil/>>. Acesso em 08 de janeiro de 2019.

MASSEY, D. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, A. A. (org). *O Espaço da Diferença*. Campinas: Papirus, 2000.

MATIJASCIC, V. B. Haiti: uma história de instabilidade política. In: XX Encontro Regional de História e Liberdade. *Anais*. ANPUH/SP – UNESP-Franca. 06 a 10 de setembro de 2010. Disponível em: <<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XX%20Encontro/PDF/Autores%20e%20Artigos/Vanessa%20Braga%20Matijascic.pdf>>. Acesso em 6 de janeiro de 2019.

MARTELLY, M. Ayiti. In: *The best of Michel Martelly*. 1998. Disponível em: <<https://www.wikimizik.com/lyrics?song=131&title=Ayiti&artist=Sweet%20Micky#.XDYHIFVKJIU>>. Acesso em 09 de janeiro de 2019.

MARTINS, J. S. *A chegada do estranho*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1993. 179p.

MATTOS, C. L. G. A Abordagem Etnográfica na Investigação Científica. *Revista Espaço*. N. 16, 16 de julho de 2001.

MEGALE, B. Bolsonaro pediu fim da lei que garante atendimento a vítimas de estupro. In: *Época*. Publicado em 12 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/bela-megale/bolsonaro-pediu-fim-da-lei-que-garante-atendimento-vitimas-de-estupro-23152056>>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

MELLO, P. C. *EUA alegam hipocrisia e deixam Conselho de Direitos Humanos da ONU*. In: *Folha de São Paulo*. Publicado em 10 de junho de 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/06/eua-vao-sair-de-conselho-de-direitos-humanos-da-onu-diz-agencia.shtml>>. Acesso em 31 de dezembro de 2018.

MELO, L. Escolas trabalham inserção social com alunos estrangeiros. In: *Prefeitura de Contagem*. s.d. Disponível em: <<http://www.contagem.mg.gov.br/estudacontagem/escolas-trabalham-insercao-social-com-alunos-estrangeiros/>>. Acesso em 22 de janeiro de 2019.

MENDES, J. M. O. O desafio das identidades. In: SOUSA SANTOS, B (Org.). *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 503-540.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). *Celpe-Bras*. 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/celpe-bras>> Acesso em 29 de outubro de 2018.

MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MICHAELIS *ON-LINE*. 2018. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?id=ln8>>. Acesso em 03 de junho de 2018.

MONTEIRO, G. O que é feminismo? In: *Revista Superinteressante*. Publicado em 31 de agosto de 2018. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/mundo-estranho/o-que-e-feminismo/>>. Acesso em 20 de janeiro de 2019.

MORAES, I.; ANDRADE, C.; MATTOS, B. A Imigração Para o Brasil: causas e desafios. In: *Conjuntura Austral*, v. 4, n. 20, 2013. Rio Grande do Sul: UFRGS.

MORAIS, P. O que é Ideologia de Gênero (e por que falam tanto dela)? In: *Politize!* Publicado em 23 de novembro de 2018. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/ideologia-de-genero-questao-de-genero/>>. Acesso em 04 de janeiro de 2019.

MSF. *Contra a sua vontade: violência sexual e de gênero contra jovens no Haiti*. Publicado em 14 de julho de 2017. Disponível em: <<https://www.msf.org.br/fotos/contra-sua-vontade-violencia-sexual-e-de-genero-contra-jovens-no-haiti>>. Acesso em 13 de janeiro de 2019.

*MULHERES EM CÍRCULO*. 2018. Disponível em: <<https://www.mulheresemcirculo.com/>>. Acesso em 21 de janeiro de 2019.

*NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL*. 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org>>. Acesso em 15 de julho de 2016.

\_\_\_\_\_. *Coletivos são novo modelo de mobilização entre os jovens*. Publicado em 07 de março de 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/coletivos-sao-novo-modelo-de-mobilizacao-entre-os-jovens/>>. Acesso em 21 de janeiro de 2019.

\_\_\_\_\_. *Na ONU, Trump defende soberania norte-americana em detrimento de acordos e fóruns globais*. Publicado em 25 de setembro de 2018. Acesso em 31 de dezembro de 2018.

NASCIMENTO, E. F.; GOMES, R.; REBELLO, L. E. F. S. Violência é coisa de homem? A “naturalização” da violência nas falas de homens jovens. In: *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 14, nº 4, 2009. p. 1151 – 1157. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/csc/2009.v14n4/1151-1157/pt>>. Acesso em 09 de janeiro de 2019.

OBSERVATÓRIO DA MULHER CONTRA A VIOLÊNCIA; INSTITUTO DE PESQUISA DATASENADO. *Panorama da violência contra as mulheres no Brasil: indicadores nacionais e estaduais*. N. 1 (2016), Brasília : Senado Federal. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/institucional/datasenado/omv/indicadores/relatorios/BR.pdf>>. Acesso em 14 de janeiro de 2019.

OFFRA. *Haiti: Les violences faites aux femmes*. Publicado em 9 de janeiro de 2017. Disponível em: <[https://ofpra.gouv.fr/sites/default/files/atoms/files/7didr\\_haiti\\_les\\_violences\\_faites\\_aux\\_femmes\\_ofpra\\_09012017.pdf](https://ofpra.gouv.fr/sites/default/files/atoms/files/7didr_haiti_les_violences_faites_aux_femmes_ofpra_09012017.pdf)>. Acesso em 13 de janeiro de 2019.

O GLOBO. Na ONU, *Trump rejeita 'burocracia global' e 'ideologia do globalismo'*. Publicado em 25 de setembro de 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/na-onu-trump-rejeita-burocracia-global-ideologia-do-globalismo-23100247>>. Acesso em 31 de dezembro de 2018.

OLIVEIRA, N. Mineiro vende casa e compra hotel para ajudar imigrantes e refugiados. In: *O Tempo*. Publicado em 09 de outubro de 2015. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/cidades/mineiro-vende-casa-e-compra-hotel-para-ajudar-imigrantes-e-refugiados-1.1133667>>. Acesso em 21 de janeiro de 2019.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). *World Migration Report 2018*. Disponível em: <[https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr\\_2018\\_en.pdf](https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr_2018_en.pdf)>. Acesso em 03 de novembro de 2018.

PARADELA, J. Casa Tina Martins, conquista das mulheres que lutam! In: *A Verdade*. Publicado em 26 de agosto de 2016. Disponível em: <<http://averdade.org.br/2016/08/casa-tina-martins-conquista-das-mulheres-que-lutam/>>. Acesso em 21 de janeiro de 2019.

PATRICK, I. Milhares de mortes por cólera no Haiti: Uma (ir)responsabilidade da ONU? In: *Sputnik Brasil*. Publicado em 25 de setembro de 2017. Disponível em: <<https://br.sputniknews.com/americas/201709259427948-irresponsabilidade-onu-colera-surto-haiti-mortes-videos/>>. Acesso em 13 de janeiro de 2019.

PESSANHA, L. A celebração dos conceitos de lugar e símbolo na geografia humanística. In: *Revista Percurso*, v. 8, n. 2, 2016. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Percurso/article/view/31786>>. Acesso em 04 de abril de 2018.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Trimestral*. Disponível em: <[https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad\\_conti\\_nua/](https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_conti_nua/)>. Acesso em 20 de janeiro de 2019.

POLÍCIA FEDERAL. *Naturalização Ordinária*. 2018. Disponível em: <<http://www.pf.gov.br/servicos-pf/imigracao/naturalizacao/naturalizacao-ordinaria>>. Acesso em 03 de novembro de 2018.

PORTAL BRASIL. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/11/brasil-autoriza-visto-de-residencia-permanente-para-43-8-mil-haitianos>>. Acesso em 29 de novembro de 2017.

PORTELLI, A. Lo que hace diferente a la historia oral: recuerdos que llevan a teorías (traducción de Antonio Bonanno). In: *Comisión Provincial por la Memoria*. 1991. Disponível em: <[http://www.comisionporlamemoria.org/static/prensa/jovenesymemoria/bibliografia\\_web/metodologia/Portelli.pdf](http://www.comisionporlamemoria.org/static/prensa/jovenesymemoria/bibliografia_web/metodologia/Portelli.pdf)>. Acesso em 5 de janeiro de 2019.

RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RAMÍREZ-ARELLANO, R; JASSO-MARTÍNEZ, I. J. Religión y Esclavitud: formas de resistencia en el Caribe americano. In: *Ra Ximhai*, vol. 13, núm. 1, enero-junio, 2017, pp. 141-154. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/461/46153646009.pdf>>. Acesso em 13 de janeiro de 2019.

RAMOS, G. Liberação da posse de arma pode aumentar casos de feminicídio no Brasil. In: *Vice*. Publicado em 6 de novembro de 2018. Disponível em: <[https://www.vice.com/pt\\_br/article/mbyq8x/liberacao-da-posse-de-arma-pode-aumentar-casos-de-feminicidios-no-brasil](https://www.vice.com/pt_br/article/mbyq8x/liberacao-da-posse-de-arma-pode-aumentar-casos-de-feminicidios-no-brasil)>. Acesso em 15 de janeiro de 2019.

RELÓGIOS DA VIOLÊNCIA, 2019. Disponível em: <<http://www.relogiosdaviolencia.com.br>>. Acesso em 14 de janeiro de 2019.

REVISTA FORUM. *Damares Alves é confirmada ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos*. Publicado em 06 de dezembro de 2019. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/damares-alves-e-confirmada-ministra-da-mulher-familia-e-direitos-humanos/>>. Acesso em 04 de janeiro de 2019.

RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIZENTAL, S. S. *Refugiados: Tensões em um imaginário de acolhimento*. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, 2017. Disponível em:

<<https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/3843/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Final.pdf>>  
Acesso em 08 de junho de 2018.

ROCHA, S. A. A Geografia Humanista: história, conceito e o uso da paisagem percebida como perspectiva de estudo. In: *Revista RA'E GA*. Curitiba: Ed. UFPR, n. 13, p. 19-27, 2007.

ROSO, A.; ROMANINI, M. Empoderamento individual, empoderamento comunitário e conscientização: um ensaio teórico. In: *Psicologia e Saber Social*, 3(1), p. 83-95, 2014.

ROTTA, B. M. D. *Refugiados Ambientais: o triste cenário dos haitianos e a proteção dada pelo Brasil*. 2016. Disponível em: <[http://ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=15930](http://ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=15930)> Acesso em 03 de maio de 2018.

SANTOS, J. M. Aonde chega o seu feminismo? In: *Giro Marília*. Publicado em 13 de maio de 2019. Disponível em: <<https://www.giromarilia.com.br/colunas/jessica-machado-dos-santos/aonde-chega-seu-feminismo/14818>>. Acesso em 04 de abril de 2019.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SARTORI, G. R. Gênero nas Missões de Paz: Cenário Haitiano. In: XVI Congresso Internacional FoMerco, *Anais*. Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia. Disponível em: <[http://www.congresso2017.fomerco.com.br/resources/anais/8/1504120424\\_ARQUIVO\\_PerspectivasdegeneroparaocenariohaitianoaposaMINUSTAH-GabrielaSartori-FOMERCO.pdf](http://www.congresso2017.fomerco.com.br/resources/anais/8/1504120424_ARQUIVO_PerspectivasdegeneroparaocenariohaitianoaposaMINUSTAH-GabrielaSartori-FOMERCO.pdf)>. Acesso em 13 de janeiro de 2019.

SARZI, L. Haitiana grávida é vítima de estupro coletivo na região metropolitana de Curitiba. In: *Gazeta do Povo*. Publicado em 16 de maio de 2018. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/curitiba/haitiana-gravida-e-vitima-de-estupro-coletivo-na-regiao-metropolitana-de-curitiba-brpdwmv60rwq66rrr4k3ah8zb/>>. Acesso em 10 de janeiro de 2019.

SAYAD, A. *Imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo, Edusp, 1998.

SHELLER, F. Uma nova vida em Portugal, com dinheiro do Brasil. In: *O Estado de São Paulo*. Publicado em 08 de julho de 2018. Disponível em:

<<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,uma-nova-vida-em-portugal-com-dinheiro-do-brasil,70002393778>>. Acesso em 06 de janeiro de 2019.

SILVA, F. K. R. *Geografia e Fenomenologia: por uma ontologia do espaço e do lugar*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura Plena em Geografia) Universidade do Estado do Pará, Belém-PA, 2015, p. 95.

SILVA, C. H. Território: uma combinação de enfoques – material, simbólico e espaço de ação social. In: *Geografar*, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 98-115, jan./jun. 2009.

SILVEIRA, D. Espaço para acolher imigrantes e refugiadas é inaugurado em BH. In: *UFMG*. Publicado em 16 de agosto de 2018. Disponível em: <<https://ufmg.br/comunicacao/noticias/espaco-de-acolhimento-a-mulheres-imigrantes-e-refugiadas-e-inaugurado-em-bh>>. Acesso em 22 de janeiro de 2019.

*SERVIÇO JESUÍTA A MIGRANTES E REFUGIADOS – BELO HORIZONTE*. Página do Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/sjmrbelohorizonte/>>. Acesso em 22 de janeiro de 2019.

SOARES, C. O. A Proteção Internacional dos Refugiados e o Sistema Brasileiro de Concessão de Refúgio. In: *Âmbito Jurídico*. S.d. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=9430](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9430)>. Acesso em 31 de dezembro de 2018.

SOARES, J. Bolsonaro quer criar campos de refugiados para venezuelanos. In: *O Globo*. Publicado em 24 de agosto de 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-quer-criar-campos-de-refugiados-para-venezuelanos-23009362>>. Acesso em 31 de dezembro de 2018.

SOARES, W. Da metáfora à substância: redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Governador Valadares e Ipatinga. *Tese de doutorado*, Belo Horizonte, UFMG/Cedeplar, 2002.

SOARES, W.; MATOS, R.; LOBO, C. Mobilidade espacial dos imigrantes estrangeiros no Brasil - 1991/2010. In: *REMHU*, Rev. Interdisciplinar Mobilidade Humana. 2015, vol.23, n.44, pp.191-205.

SOUZA, R. 12 milhões de brasileiros compartilham fake news, diz pesquisa. In: *Jornal Estado de Minas*. Publicado em 02 de janeiro de 2018. Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/01/02/interna\\_politica,928147/12-](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/01/02/interna_politica,928147/12-)

milhoes-de-brasileiros-compartilham-fake-news-diz-pesquisa.shtml>. Acesso em 04 de abril de 2019.

SPOSITO, E. S. *Geografia e Filosofia - Contribuição para o ensino do pensamento geográfico*. São Paulo: UNESP, 2004.

SUAREZ, J. Ocupação se muda e vira casa de referência à vítima. In: *O Tempo*. Publicado em 04 de junho de 2016. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/cidades/ocupa%C3%A7%C3%A3o-se-muda-e-vira-casa-de-refer%C3%A2ncia-%C3%A0-v%C3%ADtima-1.1313675>>. Acesso em 21 de janeiro de 2019.

SUESS, R. C. Geografia Humanista e a Geografia Cultural: encontros e desencontros! A insurgência de um novo horizonte? In: *Élisée – Revista de Geografia da UEG*. V. 7, nº 1, 2018. Universidade Estadual de Goiás, Porangatu – GO. Disponível em: <<http://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/6999>>. Acesso em 02 de novembro de 2018.

SUPERINTERESSANTE. *Quando – e por que – o rosa se tornou cor de menina?* Publicado em 04 de setembro de 2015. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/blog/oraculo/quem-inventou-que-rosa-e-cor-de-menina/>>. Acesso em 04 de janeiro de 2019.

TRISTÁN, F. *Peregrinações de uma pária*. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000

TUAN, Y. F. *Espaço e lugar: a perspectiva experiência*. Trad. Lívia de oliveira. Londrina: Eduel. 2013.

\_\_\_\_\_. Geografia Humanística. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (Org.). *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: Editora Difel, 1982. p. 143-164.

\_\_\_\_\_. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Editora Difel, 1980.

UNCTAD. Disponível em: <<http://unctad.org/en/Pages/ALDC/Least%20Developed%20Countries/The-Least-Developed-Countries-Report.aspx>>. Acesso em 05 de junho de 2017.

VALVERDE, R. R. H. F. Sobre Espaço Público e Heterotopia. In: *Geosul*. Florianópolis, v. 24, nº 48, jul./dez. 2009. P. 7-26. Disponível em:



<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/download/13346/12279>>. Acesso em 31 de dezembro de 2018.

VASQUES, L. Conheça a trajetória de Angela Davis. In: *Sociologia e Vida*. Publicado em 4 de julho de 2017. Disponível em: <<http://sociologiacienciaevida.com.br/conheca-a-trajetoria-de-angela-davis/>>. Acesso em 20 de janeiro de 2019.

WASELFISZ, J. J. *Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil*. Brasília: OPAS/OMS, ONU Mulheres, SPM e Flacso, 2015. Disponível em: <[http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia\\_2015\\_mulheres.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf)>. Acessado em 09 de janeiro de 2019.

WARGNY, C. Haïti sous la ferule de Washington et du FMI. In: *Le Monde Diplomatique*. Publicado em julho de 1996. Disponível em: <<https://www.monde-diplomatique.fr/1996/07/WARGNY/5631>>. Acesso em 7 de janeiro de 2019.

ZIZEK, S. Não podemos abordar a crise dos refugiados sem enfrentar o capitalismo global. In: *Blog da Boitempo*. Publicado em 18 de setembro de 2015. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2015/09/18/zizek-nao-podemos-abordar-a-crise-dos-refugiados-sem-enfrentar-o-capitalismo-global-os-refugiados-nao-chegarao-a-noruega-tao-pouco-a-noruega-que-eles-procuram-existe/>>. Acesso em 17 de maio de 2018.

## **ANEXOS**

ANEXO 1 – OCORRÊNCIAS POLICIAIS REGISTRADAS EM MINAS GERAIS DE 2014 A 2018 ENVOLVENDO MULHERES E HAITIANOS

Número do REDS	Tipo de Relatório	Data/Hora de Criação do Registro	Data/Hora do Fato	Natureza Principal	Endereço do Fato
XXXXXXXXXXXXXXXX	POLICIAL	07/11/2016 10:07	06/11/2016 18:00	<b>VIAS DE FATO / AGRESSAO</b> <b>(Consumado)</b>	RUA XXXX JARDIM INDUSTRIAL - CONTAGEM
Naturezas Secundárias	ATEND. DENUNCIA INFRACOES CONTRA <b>MULHER</b> (VIOLENCIA DOMESTICA)				
Unidade Responsável pelo Registro	DEL ESPEC PLANTAO DE A ATENDIMENTO A <b>MULHER</b> /DEMID				
Histórico	EM QUE PASSOU A AGREDI-LA FISICAMENTE E ARRASTA-LA PELA RUA PARA LEVA-LA PARA CASA. DEVIDO A <b>AGRESSÃO</b> A VITIMA ENCONTRAVA-SE COM UMA LESÃO NO PESCOÇO E UMA LEVE ESCORIAÇÃO NO DEDO. A VITIMA INFORMA QUE O AUTOR SEMPRE A AGRIDE PELO FATO DE NO HAITI A <b>AGRESSÃO</b> CONTRA A <b>MULHER</b> SER UM FATO NORMAL. A VITIMA TEME				
Unidade Destinatária	DEL ESP DE ATENDIMENTO A <b>MULHER</b> /CONTAGEM				
Unidade Destinatária	DEL ESPEC PLANTAO DE A ATENDIMENTO A <b>MULHER</b> /DEMID				

Número do REDS	Tipo de Relatório	Data/Hora de Criação do Registro	Data/Hora do Fato	Natureza Principal	Endereço do Fato
XXXXXXXXXXXXXX	POLICIAL	07/09/2014 10:27	07/09/2014 10:00	<b>VIAS DE FATO / AGRESSAO</b> (Consumado)	RUA XXX MIRANDA - ARAGUARI
Número do BO	M3126-2014-0015393				
Naturezas Secundárias	ATEND. DENUNCIA INFRACOES CONTRA <b>MULHER</b> (VIOLENCIA DOMESTICA)				
Histórico	NORMAIS.O SR XXXX É <b>HAITIANO</b> E ESTÁ NO PAIS COMO FUNCIONARIO DE UM FRIGORIFICO .				

Número do REDS	Tipo de Relatório	Data/Hora de Criação do Registro	Data/Hora do Fato	Natureza Principal	Endereço do Fato
XXXXXXXXXX	POLICIAL	28/04/2017 13:47	28/04/2017 12:40	LESAO CORPORAL (Consumado)	RUA XXXXX- CLAUDIO
Número do BO	M2583-2017-0001721				
Naturezas Secundárias	ATEND. DENUNCIA INFRACOES CONTRA <b>MULHER</b> (VIOLENCIA DOMESTICA)				
Histórico	DIZER OS MOTIVOS DA <b>AGRESSÃO</b> . XXXX É IMIGRANTE VINDA DO HAITI, E SABE FALAR APENAS UM POUCO DE PORTUGUÊS, MAS CONFIRMOU QUE O AUTOR TERIA SIDO XXXXX , QUE TAMBÉM É <b>HAITIANO</b> . APÓS OS FATOS ELE EVADIU TOMANDO RUMO IGNORADO. SEGUE RASTREAMENTO EM ABERTO. XXXXX FOI ATENDIDA NA SANTA CASA PELO MÉDICO				

Número do REDS	Tipo de Relatório	Data/Hora de Criação do Registro	Data/Hora do Fato	Natureza Principal	Endereço do Fato
XXXXXXXXXXXX	POLICIAL	13/05/2018 15:02	13/05/2018 15:01	<b>VIAS DE FATO / AGRESSAO</b> (Consumado)	RUA XXXXX - CONTAGEM

Naturezas  
Secundárias

ATEND. DENUNCIA INFRACOES CONTRA **MULHER**(VIOLENCIA DOMESTICA)

Histórico

Acionados pelo "COPOM", comparecemos na Rua XXXX Bairro Vila Universal / Contagem, no local uma residência onde vive o sr. "XXXXXX" e a sra. "XXXXXX", todos os dois são **Haitianos** e vivem de forma legal no Brasil. O sr. "XXXXXX", alega que conforme...

Número do REDS	Tipo de Relatório	Data/Hora de Criação do Registro	Data/Hora do Fato	Natureza Principal	Endereço do Fato
XXXXXXXXXXXXXXX	POLICIAL	07/11/2016 10:07	06/11/2016 18:00	<b>VIAS DE FATO / AGRESSAO</b> <b>(Consumado)</b>	RUA XXXXXXXX JARDIM INDUSTRIAL - CONTAGEM
Naturezas Secundárias	ATEND. DENUNCIA INFRACOES CONTRA <b>MULHER</b> (VIOLENCIA DOMESTICA)				
Unidade Responsável pelo Registro	DEL ESPEC PLANTAO DE A ATENDIMENTO A <b>MULHER</b> /DEMID				
Histórico	A VITIMA COMPARECEU NESTA DELEGACIA DE PLANTÃO E SOBRE OS FATOS RELATOU O SEGUINTE:" QUE É HAITIANA E ESTA NO BRASIL A CERCA DE UM ANO; QUE CONHECEU O AUTOR QUE TAMBÉM E <b>HAITIANO</b> AQUI NO BRASIL; ; QUE O AUTOR É MUITO AGRESSIVO E VIOLENTO E AS BRIGAS ENTRE O CASAL SÃO REQUENTES;				
Unidade Destinatária	DEL ESP DE ATENDIMENTO A <b>MULHER</b> /CONTAGEM				
Unidade Destinatária	DEL ESPEC PLANTAO DE A ATENDIMENTO A <b>MULHER</b> /DEMID				

Número do REDS	Tipo de Relatório	Data/Hora de Criação do Registro	Data/Hora do Fato	Natureza Principal	Endereço do Fato
XXXXXXXXXXXXXX	POLICIAL	18/12/2015 14:58	14/12/2015 18:00	<b>LESAO CORPORAL</b> <b>(Consumado)</b>	RUA XXXXXX SENHORA DAS GRACAS - SANTA LUZIA
Naturezas Secundárias	ATEND. DENUNCIA INFRACOES CONTRA <b>MULHER</b> (VIOLENCIA DOMESTICA)				
Unidade Responsável pelo Registro	DEL ESP DE ATENDIMENTO A <b>MULHER</b> /SANTA LUZIA				
Histórico	Compareceu a esta Especializada a senhora XXXX e relatou, conforme o que foi possível entender, devido ao fato de XXXXX ser cidadã do Haiti e não falar a língua português fluente , que ela está grávida do senhor XXXXX, também cidadão <b>haitiano</b> , com quem ela teve um relacionamento				
Unidade Destinatária	DEL ESP DE ATENDIMENTO A <b>MULHER</b> /SANTA LUZIA				



Número do REDS	Tipo de Relatório	Data/Hora de Criação do Registro	Data/Hora do Fato	Natureza Principal	Endereço do Fato
XXXXXXXXXXXX	POLICIAL	18/03/2018 04:26	18/03/2018 04:24	<b>ATEND. DENUNCIA INFRACOES CONTRA MULHER (VIOLENCIA DOMESTICA)</b>	RUA XXXXXX- BELO HORIZONTE
Histórico	SEGUNDO RELATO DA VITIMA, ESTAVA COM SEU NAMORADO, XXXXX(AUTOR), QUE É HAITIANO, EM UMA FESTA NO BAIRRO PRIMEIRO DE MAIO. QUE SEM MOTIVOS APARENTE, DURANTE O DESLOCAMENTO DA FESTA PARA SUA RESIDÊNCIA, O AUTOR COMEÇOU A LHE AGREDIR COM VÁRIOS SOCOS E CHUTES, VINDO A CAUSAR-LHE ALGUMAS				
Unidade Destinatária	DEL ESPEC PLANTAO DE A ATENDIMENTO A <b>MULHER</b> /DEMID				

Número do REDS	Tipo de Relatório	Data/Hora de Criação do Registro	Data/Hora do Fato	Natureza Principal	Endereço do Fato
XXXXXXXXXXXXXXXX	BOS	21/06/2015 04:43	21/06/2015 00:45	AVERIGUA PESSOA / VEICULO EM ATITUDE SUSPEITA	RUA XXXX - SAO PEDRO - ESMERALDAS

Histórico

Empenhados, comparecemos ao local do fato, onde segundo informações, haveria uma **mulher** sendo agredida por dois indivíduos **Haitianos**, em via pública. Próximo ao local denunciado, abordamos o Sr XXX que nos relatou que não presenciou nenhum acontecimento naquelas imediações. Foi gerada a chamada n°

Número do REDS	Tipo de Relatório	Data/Hora de Criação do Registro	Data/Hora do Fato	Natureza Principal	Endereço do Fato
2017-030082101-001	POLICIAL	14/10/2017 16:36	14/10/2017 15:12	<b>ESTUPRO</b> <b>(Consumado)</b>	RUA XXXXXX JARDIM BRASILIA - BETIM
Número do BO	CIAD/P-2017-13731166				
Naturezas Secundárias	ATEND. DENUNCIA INFRACOES CONTRA <b>MULHER</b> (VIOLENCIA DOMESTICA)				
Histórico	Senhor Delegado, comparecemos no local empenhado onde a vitima, Senhora XXX nos relatou que no dia 12/10/2017 quinta feira, marcou um encontro amoroso com o Senhor XXXXXX, segundo ela <b>haitiano</b> e não soube passar mais dados, a Senhora XXXX deslocou ate a residência dele na cidade de contagem				

Número do REDS	Tipo de Relatório	Data/Hora de Criação do Registro	Data/Hora do Fato	Natureza Principal	Endereço do Fato
2017-034651149-001	POLICIAL	13/11/2017 11:07	09/11/2017 19:00	AMEACA (Consumado)	RUA XXXXXX - SAO GERALDO - CLAUDIO
Naturezas Secundárias	ATEND. DENUNCIA INFRACOES CONTRA <b>MULHER</b> (VIOLENCIA DOMESTICA)				
Histórico	COMPARECE A ESSA UNIDADE POLICIAL A VÍTIMA ACIMA QUALIFICADA A FIM DE RELATAR QUE: ELA E SEU MARIDO XXXXXX SÃO <b>HAITIANOS</b> , TENDO ELE VINDO PARA O BRASIL HÁ APROXIMADAMENTE SEIS ANOS, ENQUANTO A DECLARANTE ESTA NO PAÍS POR APENAS UM ANO. AINDA SEGUNDO A VÍTIMA A MESMA SE ENCONTRA GRÁVIDA				

Número do REDS	Tipo de Relatório	Data/Hora de Criação do Registro	Data/Hora do Fato	Natureza Principal	Endereço do Fato
XXXXXXXXXXXXXX	POLICIAL	15/02/2018 08:49	15/02/2018 08:48	AMEACA (Consumado)	RUA XXXXX TRES BARRAS - CONTAGEM
Histórico	<p>COMPARECEU A ESTA UNIDADE A SENHORA XXXXX, NATURAL DA REPUBLICA DO HAITI, ALEGANDO QUE O CIDADÃO XXXX, TAMBÉM <b>HAITIANO</b>, RESIDENTE NA RUA XXXX BAIRRO FUNCIONÁRIOS, JUNTAMENTE COM SUA <b>MULHER</b>, ESTÃO A AMEAÇANDO DE MORTE, DIZENDO QUE ESTÃO FALANDO MAL DELES</p>				

Número do REDS	Tipo de Relatório	Data/Hora de Criação do Registro	Data/Hora do Fato	Natureza Principal	Endereço do Fato
XXXXXXXXXXXX	POLICIAL	19/12/2015 15:36	19/12/2015 11:06	OUTROS INFRACOES C/ A PESSOA	AVENIDA XXXXX- SAO CAETANO - BETIM
Número do BO	XXX				
Histórico	SENHOR DELEGADO , NO LOCAL A SOLICITANTE/SANDRA RELATOU QUE DEVE CERTA QUANTIA EM DINHEIRO AO EX COMPANHEIRO XXX (HAITIANO) E TERMINOU O RELACIONAMENTO COM ELE A DOIS MESES, ELE NÃO ACEITA O FIM DO RELACIONAMENTO, ELA ESTA PROVIDENCIANDO A QUANTIA QUE DEVE A ELE PARA PAGAR, NESTA				

Número do REDS	Tipo de Relatório	Data/Hora de Criação do Registro	Data/Hora do Fato	Natureza Principal	Endereço do Fato
XXXXXXXXXXXXXX	POLICIAL	14/12/2017 20:58	14/12/2017 20:54	AMEACA (Consumado)	AVENIDA XXXXX - SANTA EFIGENIA - BELO HORIZONTE
Número do BO	XXXXXXXXXX				
Histórico	COMPARECEU À BASE DE SEGURANÇA COMUNITÁRIA DO BAIRRO SANTA EFIGÊNIA A SENHORA XXXXXX QUE INFORMOU QUE ALUGOU UM BARRACÃO PARA O SENHOR XXXX, INDIVÍDUO <b>HAITIANO</b> , QUE MUDOU-SE PARA A RESIDÊNCIA ALUGADA JUNTAMENTE COM A SUA FAMÍLIA NA DATA DE 15/09/2017. SEGUNDO A SOLICITANTE, EM MEADOS...				

Número do REDS	Tipo de Relatório	Data/Hora de Criação do Registro	Data/Hora do Fato	Natureza Principal	Endereço do Fato
XXXXXXXXXXXXXX	POLICIAL	06/06/2015 05:15	06/06/2015 02:02	ESTUPRO (Consumado)	RUA XXXXXX - CONTAGEM
Número do BO	XXXXX				
Histórico	<p>COMPARECEMOS NA AV ALTEROSA, PROXIMO A INVASAO GUARANI KAIOWA, ONDE UMA SOLICITAÇÃO ANONIMA VIA 190 INFORMAVA QUE HAVIA UMA <b>MULHER</b> GRITANDO. NO LOCAL DEPARAMOS COM A VITIMA, SRª XXX, QUE NOS RELATOU QUE SE ENCONTRAVA EM UM BAR, LOCALIZADO NA RUA XXXX, ONDE CONHECEU O SR. XXXX (<b>HAITIANO</b>)</p>				



Número do REDS	Tipo de Relatório	Data/Hora de Criação do Registro	Data/Hora do Fato	Natureza Principal	Endereço do Fato
XXXXXXXXXXXXXX	POLICIAL	12/06/2015 14:24	09/06/2015 12:00	ASSEDIO SEXUAL	RUA XXXXXX - DONA ZULMIRA - UBERLANDIA
Número do BO	CIAD/P-2015-40301416				
Histórico	A DELEGACIA DA <b>MULHER</b> PARA FORMALIZAR A QUEIXA. FATO FOI PRESENCIADO POR COLEGAS DE TRABALHO, XXXX E OUTRO QUE ELA NÃO SE RECORDA O NOME. SEGUNDO VITIMA, OS AUTORES SÃO <b>HAITIANOS</b> E OS ENCARREGADOS DA EMPRESA NÃO QUISERAM FORNECER DADOS PESSOAIS DELES PARA QUE FOSSE CONSTADO NO REGISTRO DE DEFESA SOCIAL.				

## ANEXO 2: MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Caso concorde em participar, favor assinar ao final do documento. Sua participação não é obrigatória e, a qualquer momento, poderá desistir e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo à sua relação com os pesquisadores. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone de um dos pesquisadores, podendo tirar dúvidas do projeto e de sua participação.

**NOME DA PESQUISA: O Lugar da Mulher Haitiana na Imigração para a Região Metropolitana de Belo Horizonte**

**PESQUISADORA: MESTRANDA KÁREN C. F. GUEDES ALBINO**

**TELEFONE: KÁREN - (31) xxxxxxxx**

**OBJETIVOS:** Investigar e compreender as alterações que ocorrem nas relações de gênero decorrentes do processo migratório haitiano para a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), indagando se essas mudanças têm permitido às mulheres haitianas seu empoderamento, a construção dos seus lugares de emancipação e a conquista de direitos no contexto belo-horizontino.

**PROCEDIMENTOS DE ESTUDO:** Se concordar em participar desta pesquisa, você será entrevistado (a) e seu relato será gravado – apenas o áudio. As informações gravadas serão transcritas e apenas as transcrições poderão ser utilizadas – os áudios não serão reproduzidos para outras pessoas. O seu nome não será publicado e teremos um cuidado em omitir informações que possam constrangê-lo (a).

**RISCOS E DESCONFORTOS:** A pesquisa não apresenta riscos aos envolvidos. Caso você se sinta desconfortável com alguma pergunta, com alguma situação ou se arrependa da sua participação, você deverá entrar em contato com os pesquisadores e o material gravado/reproduzido será eliminado.

**BENEFÍCIOS:** Tornar público o relato da migração dos haitianos para o Brasil; formalizar para a sociedade, para a academia e para as autoridades as condições de vida enfrentadas pelos haitianos que vivem em Belo Horizonte; ampliar a discussão sobre a inserção do imigrante no Brasil; fazer com que esse estudo sirva de base para a tomada de medidas pelo poder público que beneficiem os imigrantes haitianos.

**CONFIDENCIALIDADE DA PESQUISA:** O seu nome não será mencionado ao longo das publicações derivadas desta pesquisa. Caso queira que eliminemos alguma informação que nos tenha sido dada ao longo da entrevista, por favor nos informe e não faremos uso desta. Caso desista da sua contribuição nesta pesquisa, você poderá desistir sem que haja danos na sua relação com os pesquisadores.

Pesquisador(a) Responsável:

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Voluntário (a):

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_